

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**DENISE GISELE SILVA COSTA**

**NA LABUTA: VIDA E TRABALHO DO(A) VELHO(A) TRABALHADOR(A)**

**FRANCA  
2019**

**DENISE GISELE SILVA COSTA**

**NA LABUTA: VIDA E TRABALHO DO(A) VELHO(A) RABALHADOR(A)**

**Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do Título de Doutora em Serviço Social. Área de concentração: Trabalho e Sociedade. Linha de Pesquisa: Estado, Sociedade e Políticas Sociais.**

**Orientadora: Profª Drª Nanci Soares.**

**FRANCA  
2019**

C837I Costa, Denise Gisele Silva  
Na labuta : vida e trabalho do(a) velho(a)  
trabalhador(a) / Denise Gisele Silva Costa. -- Franca,  
2019  
218 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista  
(Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,  
Franca  
Orientadora: Nanci Soares

1. Envelhecimento. 2. Velhice. 3. Trabalho. 4.  
Tempo. 5. Velho(a) trabalhador(a). I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.  
Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados  
fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

**DENISE GISELE SILVA COSTA**

**NA LABUTA: VIDA E TRABALHO DO(A) VELHO(A) TRABALHADOR(A)**

**Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do Título de Doutora em Serviço Social. Área de concentração: Trabalho e Sociedade. Linha de pesquisa: Estado, Sociedade e Políticas Sociais.**

**Banca Examinadora**

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Profa. Dra. Nanci Soares (FCHS/UNESP)**

**1º Examinador(a):** \_\_\_\_\_

**Profa. Dra. Marta Regina Farinelli (UFTM)**

**2º Examinador(a):** \_\_\_\_\_

**Profa. Dra. Edna Maria Campanhol (Uni-FACEF)**

**3º Examinador(a):** \_\_\_\_\_

**Profa. Dra. Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni (FCHS/UNESP)**

**4º Examinador(a):** \_\_\_\_\_

**Profa. Dra. Josiani Julião Alves de Oliveira (FCHS/UNESP)**

**Franca, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.**

*Dedico este trabalho ao “avô mais bonito da Franca”, meu pai, Ditinho (in memoriam) pessoa simples e humilde, de fácil trato, mensageiro da alegria e da boemia. Sem você, o tango triste se entristece ainda mais.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, à Maria nossa mãe, pelo seu infinito amor e terna proteção em todos os momentos.

Ao meu marido Rimenez, pelo companheirismo materializado em incentivo, confiança, colaboração, paciência e amor.

Aos meus filhos, Maria, João e Clara, motivo maior da minha alegria de viver, por compreenderem e me auxiliarem no “modo tese”, onde me concentrei plenamente nos estudos e não pude compartilhar todos os momentos que gostaria junto a vocês.

À minha mãe Maria Isabel, mulher batalhadora, de garra, de brio e de fé, muito obrigada pelo exemplo e pelas orações.

Aos meus sogros D. Cida e Sr. Paulo, pelo incentivo constante e pelo imprescindível apoio em nosso cotidiano.

À minha orientadora Profa. Dra. Nanci Soares, pela oportunidade de realizar meu doutorado junto à uma pessoa tão humana, cheia de luz, conhecimento e fibra. Muito obrigada por tudo.

Às minhas queridas amigas Joice e Cris, pelos inúmeros momentos de boa conversa, reflexão, desabafo e muita, muita produção. Seremos sempre o “trio parada dura” do envelhecimento.

À Capes - Demanda Social - pelo apoio financeiro na execução da pesquisa.

À UNATI/UNESP- Franca e ao Centro de Integração da Terceira Idade- CITI Lions Sobral por terem propiciado a realização deste estudo. Em especial, agradeço aos(as) velhos(as) trabalhadores(as) que participaram da pesquisa, estando sempre dispostos a compartilhar suas histórias de vida e de labuta.

## **ADMIRÁVEL GADO NOVO**

*Vocês que fazem parte dessa massa  
Que passa nos projetos do futuro  
É duro tanto ter que caminhar  
E dar muito mais do que receber...  
E ter que demonstrar sua coragem  
À margem do que possa parecer  
E ver que toda essa engrenagem  
Já sente a ferrugem lhe comer...  
Êeeeeh! Oh! Oh!  
Vida de gado  
Povo marcado  
Êh!  
Povo feliz!*

*Lá fora faz um tempo confortável  
A vigilância cuida do normal  
Os automóveis ouvem a notícia  
Os homens a publicam no jornal...  
E correm através da madrugada  
A única velhice que chegou  
Demoram-se na beira da estrada  
E passam a contar o que sobrou...  
Êeeeeh! Oh! Oh!  
Vida de gado  
Povo marcado  
Êh!  
Povo feliz!*

*O povo foge da ignorância  
Apesar de viver tão perto dela  
E sonham com melhores tempos idos  
Contemplam essa vida numa cela...  
Esperam nova possibilidade  
De verem esse mundo se acabar  
A Arca de Noé, o dirigível  
Não voam nem se pode flutuar...  
Êeeeeh! Oh! Oh!  
Vida de gado  
Povo marcado  
Êh!  
Povo feliz!*

**Zé Ramalho**

COSTA, Denise Gisele Silva. **Na labuta:** vida e trabalho do(a) velho(a) trabalhador(a). 2019. 218 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2019.

## RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo analisar as implicações do trabalho assalariado e do tempo de trabalho na trajetória de vida, no envelhecimento e na velhice de velhos(as) trabalhadores(as) participantes de programas da terceira idade de Franca-SP. O estudo buscou discutir o papel do trabalho na trajetória de vida dos participantes, bem como apreender suas percepções quanto a velhice e ao seu tempo de vida subjugado ao tempo do capital. Para tanto, analisou-se as falas de dez participantes, sendo estes, homens e mulheres aposentados, acima dos 60 anos que apresentavam grau de escolaridade e qualificações diversificadas, participantes de programas para a terceira idade, sendo estes, a Universidade Aberta à Terceira Idade – Unati/Unesp e Centro de Integração do Idoso – Lions Sobral. A opção teórico-metodológica de abordagem da realidade foi baseada no método materialista histórico dialético, o qual permitiu a apreensão do fenômeno do envelhecimento a partir de sua historicidade, contraditoriedade e movimento, um envelhecimento no tempo e no espaço do capital. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho analítico/explicativo, desenvolvida em três frentes de trabalho e investigação, sendo elas a bibliográfica, documental e a de campo. A apreensão dos dados empíricos se deu através da história oral temática a qual permitiu uma maior aproximação aos participantes bem como sua vocalização, a análise crítica dos dados teve como base o próprio materialismo histórico dialético. As falas dos participantes contemplaram suas apreensões quanto ao papel ocupado pelo trabalho em suas trajetórias de vida, o entendimento sobre o tempo de vida na sociedade contemporânea, bem como suas percepções em relação ao processo de envelhecimento e velhice. Sendo possível concluir que o(a) velho(a) trabalhador(a) teve sua vida permanentemente direcionada pelo trabalho, não sendo capaz de identificar o tempo enquanto seu, devido a sobreposição do tempo do capital ao tempo do homem, impondo constantemente valores, hábitos, necessidades e costumes favoráveis à produção e reprodução social, também foi possível verificar que a velhice é constantemente negada pelos próprios sujeitos envelhecidos e que a busca pela jovialidade e seus atributos negam a velhice como uma fase natural da vida.

**Palavras-chave:** envelhecimento. tempo. trabalho. velhice. velho(a) trabalhador(a).

COSTA, Denise Gisele Silva. **In the toil**: life and work of the old worker. 2019. 218f. Thesis (doctorate) - Paulista State University (Unesp), Faculty of Humanities and Social Sciences, Franca, 2019.

## **ABSTRACT**

This research aims at analyzing the implications of paid work and working time on the life trajectory, aging and old age of old workers in Franca-SP. The study sought to discuss the role of work in the subjects' life trajectory, as well as to apprehend their perceptions regarding old age and their life time subjugated to the time of capital. To do so, we analyzed the speeches of ten subjects, who were retired men and women, over 60 years of age who had different levels of education and qualifications, who participated in programs for the elderly, such as the University Open to the Third Age - Unati/Unesp and Center for Integration of the Elderly - Lions Sobral. The theoretical-methodological approach to reality was based on the dialectical historical materialist method, which allowed the apprehension of the phenomenon of aging from its historicity, contradiction and movement, an aging in time and capital space. This is a qualitative research, analytical / explanatory, developed on three fronts of work and research, being the bibliographical, documentary and field. The apprehension of the empirical data occurred through the thematic oral history, which allowed a closer approximation to the subjects as well as their vocalization, the critical analysis of the data was based on the dialectical historical materialism itself. The subjects' speeches included their apprehensions about the role of work in their life trajectories, their understanding of the life time in contemporary society, and their perceptions regarding the process of aging and old age. It is possible to conclude that the old worker had his life permanently directed by the work, not being able to identify the time while his, due to the overlap of the time of the capital to the time of the man, constantly imposing values, habits, needs and customs favorable to social production and reproduction, it was also possible to verify that old age is constantly denied by the aged subjects themselves and that the search for joviality and its attributes deny old age as a natural phase of life.

**Keywords:** aging. job. old age. old worker. time

COSTA, Denise Gisele Silva. **En el trabajo: vida y trabajo del viejo trabajador.** 2019. 218 f. Tesis (doctorado) - Universidad Estadual Paulista (Unesp), Facultad de Ciencias Humanas y Sociales, Franca, 2019.

## RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo analizar las implicaciones del trabajo asalariado y del tiempo de trabajo en la trayectoria de vida, en el envejecimiento y en la vejez de viejos participantes de programas de la tercera edad de Franca-SP. El estudio buscó discutir el papel del trabajo en la trayectoria de vida de los sujetos, así como aprehender sus percepciones en cuanto a la vejez y su tiempo de vida subyugado al tiempo del capital. Para ello, se analizaron las palabras de diez sujetos, siendo éstos, hombres y mujeres jubilados, por encima de los 60 años que presentaban grado de escolaridad y calificaciones diversificadas, participantes de programas para la tercera edad, siendo éstos, la Universidad Abierta a la Tercera Edad - Unati/Unesp y Centro de Integración del Anciano - Lions Sobral. La opción teórico-metodológica de enfoque de la realidad se basó en el método materialista histórico dialéctico, lo cual permitió la aprehensión del fenómeno del envejecimiento a partir de su historicidad, contradicción y movimiento, un envejecimiento en el tiempo y en el espacio del capital. Se trata de una investigación cualitativa, de cuño analítico / explicativo, desarrollada en tres frentes de trabajo e investigación, siendo ellas la bibliográfica, documental y la de campo. La aprehensión de los datos empíricos se dio a través de la historia oral temática la cual permitió una mayor aproximación a los sujetos así como su vocalización, el análisis crítico de los datos tuvo como base el propio materialismo histórico dialéctico. Las palabras de los sujetos contemplaron sus aprehensiones en cuanto al papel ocupado por el trabajo en sus trayectorias de vida, el entendimiento sobre el tiempo de vida en la sociedad contemporánea, así como sus percepciones en relación al proceso de envejecimiento y vejez. Siendo posible concluir que el viejo trabajador tuvo su vida permanentemente dirigida por el trabajo, no siendo capaz de identificar el tiempo como suyo, debido a la superposición del tiempo del capital al tiempo del hombre, imponiendo constantemente valores, los hábitos, necesidades y costumbres favorables a la producción y reproducción social, también fue posible verificar que la vejez es constantemente negada por los propios sujetos envejecidos y que la búsqueda por la jovialidad y sus atributos niegan la vejez como una fase natural de la vida.

**Palabras clave:** envejecimiento. tiempo. trabajo. vejez. viejo trabajador.

## **LISTA DE FIGURAS**

|                                                                                        |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Figura 1 - Infográfico retrata desfile de desigualdades na Sapucaí - 2018 .....</b> | <b>66</b>  |
| <b>Figura 2 - Emenda Constitucional 95 - Teto dos gastos públicos .....</b>            | <b>69</b>  |
| <b>Figura 3 - Os determinantes do envelhecimento ativo .....</b>                       | <b>110</b> |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                                                         |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 1 - Valores empenhados - Orçamento Federal 2018 .....                                                           | 48  |
| Gráfico 2 - Rendimento médio mensal por sexo .....                                                                      | 48  |
| Gráfico 3 - Proporção de pessoas com 14 anos ou mais ocupadas por grupo de atividade econômica - 2012 - 2017 .....      | 49  |
| Gráfico 4 - Taxa de desocupação por grupo de idade - 2012-2017 .....                                                    | 51  |
| Gráfico 5 - Valores empenhados - Orçamento Governo Federal 2018 .....                                                   | 71  |
| Gráfico 6 - Brasil: número e taxa de homicídios 2006-2016 .....                                                         | 72  |
| Gráfico 7 - Mercado de Trabalho indicadores selecionados - Brasil - 2012-2017 .....                                     | 73  |
| Gráfico 8 - Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares com restrições ao acesso - por região 2017 ..... | 74  |
| Gráfico 9 - Distribuição da população mundial por idade e sexo – 2017 .....                                             | 97  |
| Gráfico 10 - Porcentagem da população em grandes grupos etários - mundo e região - 2017 .....                           | 98  |
| Gráfico 11 - Pirâmide etária absoluta Brasil - 1980 .....                                                               | 100 |
| Gráfico 12 - Pirâmide etária absoluta - 2050 .....                                                                      | 101 |
| Gráfico 13 - Esperança de vida ao nascer - estados brasileiros 2017 .....                                               | 102 |
| Gráfico 14 - População com 60 anos e mais - Franca/SP .....                                                             | 143 |
| Gráfico 15 - Percentual de criações de Universidades da Terceira Idade .....                                            | 146 |
| Gráfico 16 - Faixa etária participantes da UNATI .....                                                                  | 148 |
| Gráfico 17 - Sexo dos participantes da UNATI .....                                                                      | 149 |
| Gráfico 18 - Escolaridade dos participantes da UNATI .....                                                              | 150 |
| Gráfico 19 - Estado civil - participante UNATI .....                                                                    | 151 |
| Gráfico 20 - Tipo de renda - participantes UNATI .....                                                                  | 151 |
| Gráfico 21 - Porcentagem de participantes dos projetos desenvolvidos pelo CITI .....                                    | 158 |
| Gráfico 22 - Sexo dos participantes CITI Lions Sobral .....                                                             | 159 |
| Gráfico 23 - Faixa etária dos participantes CITI Lions Sobral .....                                                     | 159 |
| Gráfico 24 - Escolaridade dos participantes da pesquisa .....                                                           | 162 |
| Gráfico 25 - Participantes da pesquisa por sexo .....                                                                   | 163 |
| Gráfico 26 - Idade dos participantes da pesquisa .....                                                                  | 164 |

## **LISTA DE QUADROS**

|                                                                                 |            |
|---------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Quadro 1 - Taxa de sindicalização das pessoas ocupadas - 2012-2017 .....</b> | <b>68</b>  |
| <b>Quadro 2 - Expectativa de vida ao nascer - Brasil 1940/2017 .....</b>        | <b>103</b> |
| <b>Quadro 3 - Os quatro pilares do Programa - “Cidade Amiga do Idoso” .....</b> | <b>144</b> |
| <b>Quadro 4 - Cursos e oficinas UNATI.....</b>                                  | <b>147</b> |
| <b>Quadro 5 - SCFV - Município de Franca .....</b>                              | <b>155</b> |
| <b>Quadro 6 - Evolução dos atendimentos - CITI Lions Sobral .....</b>           | <b>156</b> |
| <b>Quadro 7 - Perfil dos participantes da pesquisa .....</b>                    | <b>162</b> |
| <b>Quadro 8 - Atividades laborais exercidas na trajetória de vida .....</b>     | <b>166</b> |

## LISTA DE SIGLAS

|          |                                                             |
|----------|-------------------------------------------------------------|
| AIUTA    | Federação Internacional das Universidades da Terceira Idade |
| AME      | Assembleia Mundial sobre Envelhecimento                     |
| BPC      | Benefício de Prestação Continuada                           |
| CAPs     | Caixas de Aposentadoria e Pensão                            |
| CEME     | Central de Medicamentos                                     |
| CEPAL    | Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.        |
| CF       | Constituição Federal                                        |
| CFESS    | Conselho Federal de Serviço Social                          |
| CITI     | Centro de Integração da Terceira Idade                      |
| CLT      | Consolidação das Leis Trabalhistas                          |
| CNDI     | Conselho Nacional dos Direitos do Idoso                     |
| COBAP    | Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas       |
| CRAS     | Centro de Referência de Assistência Social                  |
| CREAS    | Centro de Referência Especializado de Assistência Social    |
| Dataprev | Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social     |
| EC       | Emenda Constitucional                                       |
| EI       | Estatuto do Idoso                                           |
| FMI      | Fundo Monetário Internacional                               |
| Funabem  | Fundação Nacional para o Bem-estar do Menor                 |
| FUSSOL   | Fundo Social de Solidariedade                               |
| IAPs     | Institutos de Aposentadoria e Pensão                        |
| IBGE     | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística             |
| IPEA     | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada                    |
| INPS     | Instituto Nacional da Previdência Social                    |
| LBA      | Legião Brasileira de Assistência                            |
| LOAS     | Lei Orgânica da Assistência Social                          |
| MDS      | Ministério do Desenvolvimento Social                        |
| NOB      | Norma Operacional Básica                                    |
| OIT      | Organização Internacional do Trabalho                       |
| OMS      | Organização Mundial de Saúde                                |
| ONU      | Organização das Nações Unidas                               |

|       |                                          |
|-------|------------------------------------------|
| PEC   | Proposta de Emenda Constitucional        |
| PLOA  | Plano de Lei Orçamentária Anual          |
| PNAS  | Política Nacional de Assistência Social  |
| PNI   | Política Nacional do Idoso               |
| RMV   | Renda Mensal Vitalícia                   |
| SUAS  | Sistema Único de Assistência Social      |
| SUS   | Sistema Único de Saúde                   |
| TCLE  | Termo de Consentimento Livre Esclarecido |
| UBS   | Unidade Básica de Saúde                  |
| UNATI | Universidade Aberta da Terceira Idade    |
| UNESP | Universidade Estadual Paulista           |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                               |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                       | <b>16</b>  |
| <b>CAPÍTULO 1 - O TRABALHO E A QUESTÃO SOCIAL: rebatimentos na sociedade contemporânea.....</b>                               | <b>24</b>  |
| <b>1.1 A centralidade da categoria trabalho e o trabalho assalariado na sociedade capitalista.....</b>                        | <b>25</b>  |
| 1.1.1 <i>O trabalho e a sociabilidade humana .....</i>                                                                        | 26         |
| 1.1.2 <i>O estranhamento e seus desdobramentos.....</i>                                                                       | 31         |
| 1.1.3 <i>Na rota do estranhamento: do escravismo ao capitalismo .....</i>                                                     | 35         |
| <b>1.2 O mundo do trabalho na contemporaneidade .....</b>                                                                     | <b>45</b>  |
| <b>1.3 A questão social: da gênese à contemporaneidade .....</b>                                                              | <b>54</b>  |
| 1.3.1 <i>Questão social: origem e desdobramentos .....</i>                                                                    | 54         |
| 1.3.2 <i>Mundialização financeira e seus reflexos na realidade social .....</i>                                               | 59         |
| 1.3.3 <i>A questão social e seus rebatimentos na sociabilidade brasileira .....</i>                                           | 63         |
| <b>CAPÍTULO 2 - A VELHICE E O TEMPO .....</b>                                                                                 | <b>76</b>  |
| <b>2.1 O Tempo .....</b>                                                                                                      | <b>77</b>  |
| <b>2.2 A Velhice no tempo do capital .....</b>                                                                                | <b>85</b>  |
| 2.2.1 <i>A velhice .....</i>                                                                                                  | 87         |
| 2.2.2 <i>Transição demográfica: alguns apontamentos.....</i>                                                                  | 96         |
| 2.2.3 <i>Respostas à questão do envelhecimento.....</i>                                                                       | 104        |
| 2.2.4 <i>Envelhecimento no Brasil: entre lutas e conquistas .....</i>                                                         | 112        |
| <b>CAPÍTULO 3 - O TRABALHO, A TRAJETÓRIA DE VIDA, O ENVELHECIMENTO E A VELHICE DOS(AS) VELHOS(AS) TRABALHADORES(AS) .....</b> | <b>132</b> |
| <b>3.1 O percurso da pesquisa.....</b>                                                                                        | <b>133</b> |
| <b>3.2 O universo e os participantes da pesquisa.....</b>                                                                     | <b>142</b> |
| 3.2.1 <i>Caracterização do Universo - a cidade.....</i>                                                                       | 142        |
| 3.2.2 <i>Universidade Aberta à Terceira Idade - UNATI.....</i>                                                                | 145        |
| 3.2.3 <i>O Centro de Integração do Idoso (CITI) - Lions Sobral .....</i>                                                      | 153        |
| 3.2.4 <i>Os participantes da pesquisa .....</i>                                                                               | 161        |
| <b>3.3 Com a palavra: os(as) velhos(as) trabalhadores(as) .....</b>                                                           | <b>167</b> |

|                                                                                               |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 3.3.1 O trabalho e seu papel na trajetória de vida dos(as) velhos(as) trabalhadores(as) ..... | 167        |
| 3.3.2 O tempo e os(as) velhos(as) trabalhadores(as) .....                                     | 180        |
| 3.3.3 A velhice sob a ótica dos(as) velhos(as) trabalhadores(as) .....                        | 184        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                             | <b>198</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                       | <b>204</b> |
| <b>APÊNDICES .....</b>                                                                        | <b>214</b> |
| <b>APÊNDICE A - ROTEIRO BASE PARA RELATOS.....</b>                                            | <b>215</b> |
| <b>APÊNDICE B - CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO .....</b>                                          | <b>216</b> |
| <b>ANEXO .....</b>                                                                            | <b>217</b> |
| <b>ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) ...</b>                        | <b>218</b> |

## INTRODUÇÃO

Falar sobre o processo de envelhecimento e a velhice do(a) velho(a) trabalhador(a) no tempo do capital é um desafio, pois a velhice se mostra heterogênea e complexa, sendo vivenciada de forma diferente pelos sujeitos.

O interesse pela questão do envelhecimento do(a) velho(a) trabalhador(a) se deu a partir do ingresso da pesquisadora no grupo de estudos *Envelhecimento, Políticas Públicas e Sociedade*, da UNESP - Campus de Franca, o qual possibilitou um profícuo caminho de descobertas e questionamentos sobre o processo de envelhecimento e velhice dos(as) velhos(as) trabalhadores(as) na sociedade capitalista, uma velhice além do discurso da “terceira idade”, determinada no tempo e no espaço do capital. O fato de desenvolver estudos e trabalhos anteriores que abarcassem os contornos e reflexos da relação capital/trabalho na vida dos(as) trabalhadores(as) também se mostrou determinante, pois tinha-se desta forma a convergência de dois temas caros à pesquisadora, o trabalho e a velhice, sendo, inerentes à sociabilidade humana contemporânea.

Na contemporaneidade o envelhecimento populacional se apresenta como uma nova realidade social, a partir de um avanço numérico sem precedentes altera de forma inédita a composição da pirâmide etária, representando a faixa com maior crescimento populacional nas últimas décadas. Segundo as Nações Unidas (2017), o mundo está vivenciando um processo de transição demográfica único e irreversível, assim, à medida que as taxas de fertilidade se reduzem, a proporção da população idosa acima dos 60 anos<sup>1</sup> deverá duplicar entre 2007 e 2050, alcançando o número de 2 bilhões de idosos, para os mais idosos, acima dos 80 anos, a população deve duplicar, alcançando a inédita marca de quase 400 milhões.

Desta forma, o processo de envelhecimento e velhice se mostram como um dos grandes desafios do século XXI, sendo um fenômeno mundial, se concretizando de maneira gradativa nos países desenvolvidos e de forma acelerada nos países em desenvolvimento, principalmente nos últimos anos. Ressalta-se que por ter ocorrido de maneira mais lenta nos países centrais, a questão do envelhecimento já está inserida no debate econômico e político há décadas, na França por exemplo, foram necessários 116 anos para dobrar sua população acima dos 65 anos, saindo dos 7% para 14% no total, já no Brasil, segundo estimativas serão necessários apenas 21 anos para se ter o mesmo movimento.

---

<sup>1</sup> A ONU considera como idoso, pessoas com 60 anos e mais nos países em desenvolvimento e 65 e mais nos países desenvolvidos.

Ao se tornar um marco na história da humanidade, o aumento populacional idoso pode ser associado há diversos fatores, como a queda da natalidade e mortalidade infantis, os avanços científicos e tecnológicos, condições apropriadas de alimentação, nutrição e acesso a bens e serviços, proporcionando a melhora das condições gerais de vida das populações. No entanto, é necessário que se entenda o envelhecimento enquanto um fenômeno heterogêneo, multifacetado e complexo, tensionado constantemente por determinantes sociais que lhe imprimem características específicas de cada sociedade em determinado momento histórico, além de fatores extremamente relevantes como classe social, etnia, gênero, cultura, ideologia e atividades laborais, os quais permeiam o processo de envelhecimento e velhice.

Destaca-se que populações inteiras vivenciam um significativo aumento na expectativa de vida, de acordo com o Relatório de Envelhecimento e Saúde da Organização Mundial de Saúde (2015) uma criança nascida no Brasil em 2015 pode esperar viver cerca de 20 anos a mais que uma criança nascida há 50 anos, é inegável que este aumento seja uma conquista social, porém esta conquista não é linear, nem todas as populações têm tido as mesmas condições em relação à longevidade, em países africanos como Serra Leoa a expectativa de vida em 2017 não ultrapassava a 50 anos, não tendo se alterado significativamente até o momento. Este quadro é comum a muitos países da África subsaariana, como Angola que apresenta uma expectativa de vida de 52 anos, Lesoto de 53 anos, Nigéria de 54 anos, desta forma esta região se apresenta com as menores expectativas de vida do planeta, não sendo a longevidade uma realidade. Em seu lado oposto estão países desenvolvidos como Suíça com uma expectativa de vida que chega aos 83 anos, Espanha, Itália, Islândia, Israel, França entre outros apresentam expectativas de vida acima dos 82, 2 anos.

No Brasil, segundo IBGE (2018) a expectativa de vida do brasileiro chegou a 76 anos em 2017, atingindo um aumento de 30,5 anos se comparado a 1940, a unidade da federação que apresenta a maior expectativa de vida é o estado de Santa Catarina com 79,4 anos, embora a longevidade seja uma realidade, é necessário atentar-se para a brutal desigualdade existente no país, assim, analisar a velhice somente a partir do aspecto cronológico pode trazer sérios equívocos, ao não se considerar a heterogeneidade expressa nas dimensões biológica, cronológica, social, econômica, demográfica, cultural, psicológica, ideológica e política. O impacto destas dimensões é verificado ao se comparar um indivíduo proveniente de classes sociais

abastadas, com um percurso profissional intelectual e um trabalhador rural do sertão nordestino ou um catador de recicláveis de grandes centros, mesmo que tenham a mesma idade cronológica dificilmente apresentariam a mesma idade biológica e social, o desgaste sofrido pelo trabalho manual, intensivo e insalubre durante toda a vida refletem diretamente na condição da velhice.

Destarte, não é toda população que tem acesso a um processo de envelhecimento e uma velhice digna, pelo contrário, dentro de um sistema marcado pela exclusão um grande contingente populacional ainda é impedido de envelhecer, e se envelhece, sente na pele uma velhice doente, pobre e vulnerável sem ter suas necessidades básicas atendidas, vivenciando a problemática social do envelhecimento, marcada pela impossibilidade de reprodução social e de uma vida com sentido. (TEIXEIRA, 2008, p. 23)

A despeito do processo de envelhecimento e velhice contar com especificidades relevantes, o que de fato deu visibilidade à questão do idoso foi o seu expressivo aumento numérico, que impôs um adensamento nos debates, sejam eles no âmbito acadêmico, da sociedade civil e do poder público em busca por soluções viáveis que contribuam para um melhor enfrentamento desta expressão da questão social, assim, o envelhecimento deixou de ser um assunto restrito a esfera familiar e passou a ser também, uma questão de política pública.

Na esteira do enfrentamento à questão do envelhecimento, tem-se a Primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento (AME) realizada em Viena em 1982, sendo considerada como o marco inicial na constituição de uma agenda internacional voltada à criação de políticas públicas para o segmento idoso, tendo como foco principal a situação de bem-estar social dos velhos dos países desenvolvidos, voltado em especial para a promoção de sua independência e autonomia, pois eram caracterizados como indivíduos independentes financeiramente, portanto com poder de compra, que deveriam ser ouvidos e respeitados pois agregavam valor a economia e se configuravam em um potencial nicho de mercado, nos países em desenvolvimento esta realidade não era hegemônica, pelo contrário, a população idosa sofria (e sofre) várias privações de todos os gêneros. Embora o objetivo desta Assembleia fosse tratar da velhice dos países desenvolvidos, suas resoluções e recomendações influenciaram na criação de políticas públicas voltadas a esta questão nos países periféricos.

A Segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento (AME) ocorre em Madri em 2002, passando a incorporar em suas discussões também os velhos dos países em desenvolvimento que começavam a vivenciar de forma mais expressiva a velhice, elaborando um plano de ação fundamentado em três princípios básicos participação, saúde e segurança. (CAMARANO, 2004, p. 259). O plano deve ser considerado enquanto um avanço para a questão do envelhecimento, no entanto, ele se delineia de forma muito geral, trazendo medidas que não se aplicam ao contexto social, econômico e político vivenciado pelos países periféricos, apresentando um verdadeiro receituário no trato da velhice, sendo materializado de forma superficial e parcial em uma realidade absolutamente adversa. A partir do discurso do envelhecimento ativo, supõe-se uma boa velhice apenas com mudanças de hábitos e comportamentos, desconsiderando ou minimizando os determinantes sociais vivenciados pelos velhos trabalhadores em sua velhice, bem como em sua trajetória de vida.

Desta forma, a questão do envelhecimento ganha visibilidade social associada a adjetivos positivos como a melhor idade, saudável, ativa e bem-sucedida, criando modelos que homogeneízam a velhice, como se todos os velhos fossem plenamente felizes e vivenciassem a melhor fase de suas vidas, sendo o sujeito, o responsável caso essa condição não se efetive, culpabilizando-o por sua condição vulnerável. Assim, neste estudo se propõe um contraponto a postura hegemônica que desconsidera a velhice trágica que recaí sobre grande parte dos trabalhadores, buscando ampliar o conhecimento de uma velhice marcada pelo desemprego, pela disciplina, pela vulnerabilidade, pela subalternidade, pela imposição da ditadura do tempo do capital em detrimento do tempo do homem enquanto humano genérico.

A relevância deste estudo se dá pelo fato de que o objeto pesquisado “O trabalho, a trajetória de vida, o envelhecimento e velhice dos velhos trabalhadores que frequentam programas para a terceira idade em Franca - SP” é uma temática pouco estudada, principalmente a questão do tempo de vida subjugado ao tempo da produção, ressalta-se assim a originalidade da pesquisa que tem como objetivo analisar as implicações do trabalho assalariado e do tempo de trabalho na trajetória de vida, no envelhecimento e velhice destes velhos trabalhadores.

Nesta investigação, a opção teórico-metodológica de abordagem da realidade se baseia no método materialista histórico dialético, o qual permite a apreensão do fenômeno do envelhecimento a partir de sua historicidade, contraditoriedade e

movimento, um envelhecimento no tempo e no espaço do capital. Assim, entende-se o fenômeno não como um envelhecimento humano natural, atemporal e homogêneo, mas sim, um processo de envelhecimento e velhice calcado na permanente exploração do trabalho e na expropriação do tempo de vida do trabalhador, isso significa compreender o trabalho, a trajetória de vida, o envelhecimento e a velhice como fenômenos sociais inseridos em processos mais amplos que os determinam em sua realidade vivida.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho analítico/explicativo, desenvolvida em três frentes de trabalho e investigação, sendo elas a bibliográfica, documental e a de campo. A apreensão dos dados empíricos se deu através da história oral temática a qual permite uma maior aproximação aos participantes bem como sua vocalização, se mostrando democrática. O tipo de amostragem foi a não probabilística do tipo intencional, contemplando 10 participantes de programas para a terceira idade, sendo eles, Universidade Aberta à Terceira Idade (Unati) e Centro de Integração do Idoso - Lions Sobral. A análise dos dados foi realizada em três fases: a organização e estruturação dos dados, realizada a partir da transcrição e análise das entrevistas; classificação dos dados feita a partir de várias leituras com o objetivo de encontrar coerência e as ideias centrais das falas e por último a interpretação crítica dos dados, realizada a partir do método do materialismo histórico dialético.

É indispensável o esclarecimento de que o termo *velho* é utilizado predominantemente na pesquisa, no entanto, este não possui o caráter pejorativo dado pela sociedade do capital, pelo contrário, ao se falar de velho se considera a velhice como uma fase natural da vida, repleta de especificidades próprias, porém veladas a partir da criação do termo idoso e de todas representações a ele subjacentes que a partir do discurso de valorização da velhice é marcado pela constante busca da jovialidade e independência, desta forma, tal discurso busca sua valorização negando-a em sua essência. Outro ponto que se pretende esclarecer é que ao se usar a palavra *velho* se considera os gêneros masculino e feminino, não havendo prejuízo quanto à menção feminina.

O estudo se estrutura em três capítulos, buscando uma fundamentação teórica atrelada à dados atuais a fim de se apreender a realidade em seu movimento. No primeiro capítulo “O trabalho e a questão social: rebatimentos na sociedade contemporânea” objetiva trazer subsídios pertinentes ao entendimento do papel da centralidade do trabalho no desenvolvimento dos modos de produção e reprodução

social desde as comunidades primitivas até as recentes e profundas transformações ocorridas no mundo do trabalho na contemporaneidade. Para tanto foram consultados autores extremamente relevantes como Karl Marx e Gyorgy Lukács responsáveis pela categoria trabalho, Ricardo Antunes e Giovanni Alves que trouxeram as metamorfoses do mundo do trabalho, para o entendimento da questão social desde sua gênese até a contemporaneidade José Paulo Netto e Marilda Iamamoto se mostraram fundamentais, entre outros autores, o acesso à dados atuais se deram a partir de órgãos como IBGE, IPEA, Portal da Transparência e Banco Mundial. Neste capítulo teve-se a pretensão de trazer subsídios teóricos atrelados a dados atualizados que proporcionassem o entendimento das transformações que impactam e redimensionam a questão social, possibilitando a apreensão e análise das implicações do trabalho assalariado na trajetória de vida e velhice dos velhos trabalhadores.

No segundo capítulo “A velhice e o tempo” pretende-se discorrer sobre as categorias tempo e velhice, que juntamente com a categoria trabalho representam o tripé base do estudo. Na discussão sobre o tempo na sociedade do capital recorreu-se à autores como Robert Kurz e István Mészáros que possibilitaram a reflexão sobre a predominância do tempo do capital sob os sujeitos sociais e a importância de sua reversão, na qual haja a possibilidade de uma vivência através de um tempo necessário ao desenvolvimento do humano genérico. Na categoria velhice, busca-se um aprofundamento a partir de Simone de Beauvoir, Eneida Haddad, Solange Teixeira, Sálvea Campelo e Paiva, Nanci Soares entre outros, procurando realizar uma discussão sobre a velhice na sociedade capitalista e suas particularidades. A transição demográfica e as respostas em nível nacional e internacional dos organismos internacionais, da sociedade civil e do poder público também se fazem essenciais no estudo, para tanto, foram consultadas as Assembleias Internacionais sobre o Envelhecimento, as legislações nacionais como a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso.

No terceiro e último capítulo, “O trabalho, a trajetória de vida, o envelhecimento e a velhice dos velhos trabalhadores” busca-se o diálogo entre a teoria e a realidade vivenciada pelos indivíduos, uma que vez que o método materialista histórico dialético configura-se enquanto uma perspectiva comprometida com a realidade a partir de pressupostos reais, de “homens de carne e osso”. Primeiramente realiza-se o percurso metodológico da pesquisa, seguido pela caracterização do seu universo - Unati e CITI Lions Sobral, bem como o perfil de seus participantes e, em especial, o

perfil dos participantes da pesquisa. O momento de análise das falas a partir da bibliografia discutida nos capítulos anteriores se torna sem dúvida, crucial e indispensável, alicerçado em três eixos de análise, “o trabalho e seu papel na trajetória de vida dos velhos trabalhadores”, “o tempo e os velhos trabalhadores” e “a velhice sob a ótica dos velhos trabalhadores” se constituindo em instrumentos de compreensão da realidade concreta. Nesta etapa, pretende-se perquirir através das falas dos participantes suas apreensões quanto à suas trajetórias de vida e velhice sob o sistema do capital.

Considera-se que este estudo tenha potencial para ampliar a apreensão da velhice dos velhos trabalhadores na contemporaneidade vivenciado a partir de um determinado sistema de produção e reprodução social. Ressalta-se que a realidade é um constante fazer-se, assim, entende-se que novos estudos virão, com novos olhares e novos questionamentos.

**CAPÍTULO I**  
**O TRABALHO E A QUESTÃO SOCIAL: rebatimentos na sociedade contemporânea**

Nesta investigação, para mapear nosso objetivo geral, “analisar as implicações do trabalho assalariado e do tempo de trabalho na trajetória de vida, no envelhecimento e velhice dos(as) velhos(as) trabalhadores(as) de Franca que frequentam programas para a terceira idade”, vamos analisar historicamente o trabalho e a questão social, e seus rebatimentos na sociedade contemporânea, mostrando em diferentes condições sócio históricas, a formação da classe proletária, com ênfase no(a) velho(a) trabalhador(a), problematizando assim no objeto de estudo. Para tal, primeiramente entendemos ser importante compreender a centralidade da categoria trabalho, bem como o trabalho assalariado na sociedade capitalista, pois entendemos, que a velhice do(a) trabalhador(a) é o resultado de suas condições de vida e de trabalho. Assim, nesta pesquisa, vamos analisar o processo de envelhecimento e velhice nas perspectivas de classe trabalhadora e de totalidade social, em consonância com o método eleito, mostrando que a velhice é uma produção social, no contexto das sociedades de modo de produção capitalista.

### **1.1 A centralidade da categoria trabalho e o trabalho assalariado na sociedade capitalista**

No estudo ora proposto, faz-se necessário o entendimento de que a categoria trabalho se apresenta como fundamental na leitura da realidade social, é a partir da perspectiva crítica de totalidade que se desenvolve a análise sobre o trabalho e seus rebatimentos diretos na trajetória de vida e no envelhecimento dos(as) velhos(as) trabalhadores(as).

Configura-se assim o entendimento de que o(a) velho(a) trabalhador(a) não pode ser entendido fora do contexto de sua vida laboral, uma vez que esta impacta diretamente nas condições de vida dos mesmos, desta forma é possível compreender de que maneira os determinantes sociais interferiram nas oportunidades de trabalho decente<sup>2</sup> e com sentido para estes sujeitos, bem como determinaram a forma como vivenciam sua velhice.

---

<sup>2</sup> Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) - O conceito de trabalho decente se apoia em quatro pilares estratégicos: os direitos e princípios fundamentais do trabalho, a promoção do emprego de qualidade, a extensão da proteção social e o diálogo social. (IPEA, 2006).

### *1.1.1 O trabalho e a sociabilidade humana*

A análise neste manuscrito apoia-se na centralidade do trabalho no processo de sociabilidade do homem, sendo este uma atividade exclusivamente humana e que nos diferencia dos outros seres naturais. O trabalho enquanto fundador da sociabilidade humana implica no fato de que as relações sociais construídas pela humanidade sempre se assentaram através do mesmo, como fundamento da própria reprodução da vida social. (GRANEMANN, 2009, p. 225)

Inicialmente a categoria trabalho nos remete à questão sobre o processo de sociabilidade do homem, na afirmação de que o homem se faz homem através do trabalho.

O trabalho é antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza.[...] A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços, pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 2013, p. 326-327)

Para Marx (2013, p.329), o conceito de trabalho enquanto ação livre e consciente somente pode ser aplicado ao homem, mesmo se considerarmos que os animais também realizam atividade laborativas, como construir suas moradias e conseguir seus alimentos, contudo esse ato por eles exercido não pode ser considerado como trabalho em seu sentido estrito. Pois, o ato produtivo dos animais é dirigido pelos seus instintos naturais já o homem empreende sua ação de forma deliberada e consciente.

Em sua reflexão sobre o papel do trabalho na formação do ser social, Lukács (2013, p. 43) afirma que “É preciso, pois, ter sempre presente que se trata de uma transição à maneira de um salto – ontologicamente necessário – de um nível de ser a outro, qualitativamente diferente.”.

Neste sentido esclarece que a essência do trabalho humano nasce da luta pela existência, pela sua sobrevivência, nesta evolução todos os estágios percorridos são provenientes de sua própria atividade que gradativamente vai criando novos contornos. “Porém, a essência do trabalho humano consiste no fato de que, em

primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produto de sua autoatividade” (LUKACS, 2013, p. 43).

Desta forma o trabalho é responsável pelo salto, pela gênese do ser social, bem como pelo processo de transformação do homem.

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. (LUKACS, 2013, p. 44)

A capacidade teleológica humana, ou seja, a capacidade de antever e planejar suas ações, conceber previamente através da capacidade de raciocínio um objetivo ou uma elaboração final é determinante no processo de humanização do homem e em sua sociabilidade através do trabalho. Ao se ter uma ação laborativa humana esta apresenta a forma de um fim previamente idealizado, tendo assim um pôr teleológico, sendo este “[...] uma experiência elementar da vida cotidiana, tornando-se isso um componente imprescindível de qualquer pensamento, desde os discursos cotidianos até a economia e filosofia”. (LUKACS, 2013, p. 47)

Desta forma, o autêntico “devir homem do homem”, ou seja, a transformação do sujeito que trabalha, tem no trabalho uma ação determinante sobre o sujeito humano, assim ao atuar sobre a natureza modificando-a, transforma-a ao mesmo tempo que transforma a si mesmo, sua própria natureza, desenvolvendo várias potências, tendo sua consciência o domínio sobre o seu instinto puramente biológico.

Neste processo o homem passa a dominar seus instintos a fim de alcançar uma atividade teleologicamente proposta por ele mesmo, por exemplo, quando na necessidade de caçar o homem tem que superar seus medos e receios em relação à sua caça (independentemente do tamanho, força e ferocidade da mesma) e agir para que de fato consiga colocar em prática aquilo que ele mesmo se propôs, determinando assim a sua existência, havendo o domínio da consciência sobre os instintos (LUKACS, 2013, p. 54)

Trata-se pois, da vitória da consciência sobre o instinto, onde continuamente o homem em seu processo evolutivo se depara com novos obstáculos e desafios e utiliza de sua consciência para obter meios de superação das dificuldades postas pela realidade. (LUKACS, 2013, p. 60)

Somente o trabalho, no pôr do fim e de seus meios, com um ato dirigido por ela mesma, com o pôr teleológico, a consciência ultrapassa a simples adaptação ao ambiente – o que é comum também aquelas atividades dos animais que transformam objetivamente a natureza de modo involuntário- e executa na própria natureza modificações que, para os animais, seriam impossíveis e até mesmo inconcebíveis. O que significa que, na medida em que a realização torna-se um princípio transformador e reformador da natureza, a consciência que impulsionou e orientou tal processo não pode ser mais, do ponto de vista ontológico, um epifenômeno. (LUKÁCS, 2013, p. 63)

Desta forma, o trabalho é um processo entre atividade humana e natureza, assim seus atos estão orientados para a transformação de objetos naturais em valores de uso, em sua fase inicial é orientado primordialmente pelo caráter teleológico do homem, já nas formas posteriores e mais desenvolvidas da práxis social, tem-se a “ação sobre os outros homens, cujo objetivo é em última instância – mas somente em última instância-, uma mediação para a produção de valores de uso”. (LUKACS, 2013, p. 83)

Quando o trabalho se torna mais amplo o fundamento ontológico-estrutural é constituído pelos pores teleológicos e pelas cadeias causais que eles põem em movimento, em termos gerais e abstratos é uma tentativa de induzir outra pessoa a fazer sua parte por pores teleológicos concretos, tal problema aparece quando o trabalho se torna social, onde depende da cooperação de outras pessoas. (LUKACS, 2013, p. 83)

Assim, esta segunda forma de pôr teleológico, onde o objetivo final é posto pela capacidade teleológica de outros homens:

[...] o objeto desse pôr secundário do fim já não é mais algo puramente natural, mas a consciência de um grupo humano; o pôr do fim já não visa a transformar diretamente um objeto natural, mas, em vez disso, a fazer surgir um pôr teleológico que já está, porém, orientado a objetos naturais; da mesma maneira, os meios já não são intervenções imediatas sobre objetos naturais, mas pretendem provocar essas intervenções por parte de outros homens. (LUKACS, 2013, p. 84)

O trabalho por mais simples que seja, é capaz através da dialética entre fim e meio, de criar uma nova relação entre imediatez e mediação, pois toda satisfação de necessidade é obtida através do trabalho. Desta forma, o trabalho produz séries inteiras de mediações entre o homem e o fim imediato, seu objetivo.

Como ilustração pode-se pensar na fabricação de armas, que, desde o descobrimento do ferro até a construção da arma, solicita toda uma cadeia de pores

teleológicos diversos e heterogêneos entre si. A práxis social só é possível quando sua relação com a realidade se torna socialmente geral, com a ampliação das experiências de trabalho, surgem relações e estruturas inteiramente novas perante elas. (LUKACS, 2013, p. 128)

Assim, a partir do trabalho várias transformações ocorrem na realidade bem como no próprio homem que o realiza, esse processo de transformação está dado espontaneamente pelo pôr teleológico e pela sua efetivação, a questão central da transformação interna do homem consiste em chegar a um domínio consciente sobre si mesmo, mas não é somente o fim, o resultado final daquela atividade teleológica que está na consciência, antes da realização, mas todo o processo até se chegar ao fim.

[...] o homem que trabalha deve planejar antecipadamente cada um dos seus movimentos e verificar continuamente, conscientemente, a realização do seu plano, se quer obter o melhor resultado concreto possível. Esse domínio da consciência do homem sobre o seu próprio corpo, que também se estende a uma parte da esfera da consciência, aos hábitos, aos instintos, aos afetos, é uma exigência elementar do trabalho mais primitivo e deve, pois, marcar profundamente as representações que o homem faz de si mesmo, uma vez que exige, para consigo mesmo, uma relação qualitativamente diferente, inteiramente heterogênea daquela que corresponde à condição animal, e uma vez que tais exigências são postas por todo tipo de trabalho. (LUKACS, 2013, p. 129)

Ainda sobre a distinção do trabalho humano e do trabalho animal faz-se necessário ressaltar que o homem é o único animal capaz de fabricar seus instrumentos, o que torna ainda mais complexa a atividade laboral humana, a partir da fabricação de seus instrumentos o homem desencadeia um desenvolvimento intenso, extraindo da natureza toda matéria que for necessária para a produção e reprodução da vida social.

A partir desse processo, o homem passa a ter uma relação muito mais complexa que aquela que corresponde à condição animal, a constituição dos seres sociais tem uma ação orientada para um determinado fim, diferenciando-se assim do mundo orgânico. Mas ressalta-se que a dimensão da vida natural e biológica é fundamental, pois mesmo que em muitos momentos seja dominada pelo ser social, sem a sua existência, sem a vida natural cancela-se o ser social e a existência mesma da toda sociabilidade. (GRANEMANN, 2009, p. 226)

Segundo Marx (2013, p. 329) o trabalho é uma atividade exclusiva do homem, considerando sua capacidade teleológica e de transformação, assim ao final do

processo chega-se aquilo que já havia sido formulado idealmente. Afirma também que o que diferencia as épocas econômicas não é “o que” se produz, mas sim “como” se produz, sendo assim os meios de produção indicam “as condições sociais” nas quais se trabalha, caracterizando desta forma o desenvolvimento econômico produtivo do sistema capitalista de cada época.

Destarte, têm-se o processo de trabalho como atividade do homem, que com a ajuda dos meios de trabalho transforma o objeto de acordo com a idealização anterior, assim o processo se extingue no produto, produto este adaptado às necessidades humanas, desta forma:

O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob forma de movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser. Ele fiou, e o produto é um fio [*Gespinsf*]. (MARX, 2013, p. 331) - (grifo do autor)

Portanto, o processo de trabalho pode ser caracterizado como uma atividade orientada a um fim, com um objetivo de transformação das coisas e satisfação das necessidades humanas, “condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas suas formas sociais.” (MARX, 2013, p. 335)

Mas se por um lado o trabalho pode ser considerado como o ponto de partida no processo de humanização e condição fundamental para a sociabilidade humana, por outro, a sociedade do capital o transformou em trabalho assalariado, alienado, fetichizado<sup>3</sup>. Assim ao que deveria ser a finalidade central do ser social, imbuída de sentido, converte-se em meio de subsistência, em trabalho estranhado<sup>4</sup>, a expressão de uma relação social fundada na propriedade privada, no capital, e neste processo de estranhamento o homem não se reconhece diante do produto do seu trabalho, diante do próprio processo de produção da vida material, tornando-se um estranho diante a si mesmo. (ANTUNES, 2009, p. 48)

---

<sup>3</sup> Segundo Iamamoto (2008) a centralidade do fetichismo impregna radicalmente a sociabilidade capturada pelo capital e a inversão sujeito-objeto – a humanidade a serviço das coisas sociais mercantis ao invés das necessidades sociais

<sup>4</sup> “Em outras, o desenvolvimento das forças produtivas acarreta necessariamente o desenvolvimento da capacidade humana, mas – e aqui emerge plasticamente o problema do estranhamento - o desenvolvimento da capacidade humana não produz necessariamente o desenvolvimento da personalidade humana, mas, ao contrário, pode desfigura-la e aviltá-la.” (ANTUNES, 2015, p. 181)

### 1.1.2 O estranhamento e seus desdobramentos

Com o estranhamento do homem em relação ao seu processo de trabalho e ao objeto por ele criado, o que contemplaria a “realização humana dada *no e pelo* trabalho” passa a ser extenuado e pervertido, assim o processo de trabalho se torna somente um meio de subsistência, a força de trabalho se limita a ser apenas mercadoria, com a única finalidade de potencializar a produção de outras mercadorias. O trabalho que a princípio “deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se a única possibilidade de subsistência do despossuído”. (ANTUNES, 2015, p. 17) - (grifo do autor)

Portanto, com o advento do capitalismo houve uma transformação essencial que alterou e complexificou o trabalho humano. Essa dupla dimensão presente no processo de trabalho que, ao mesmo tempo *cria e subordina, emancipa e aliena, humaniza e degrada, oferece autonomia, mas gera sujeição, libera e escraviza, impede que o estudo do trabalho humano seja unilateralizado* ou tratado de modo binário e dual. (ANTUNES, 2009, p. 49) (grifo do autor).

Neste processo, na relação do homem com o seu trabalho, o produto final não é capaz de demonstrar em que condições ele foi criado, ou seja, o produto tem sua função e valores próprios muitas vezes sem trazer à tona às medidas da exploração a qual a força de trabalho foi subjugada. “Assim como o sabor do trigo não nos diz nada sobre quem o plantou, tampouco esse processo nos revela sob quais condições ele se realiza, se sob o açoite brutal do feitor de escravos ou sob o olhar ansioso do capitalista [...]” (MARX, 2013, p. 335)

Isto posto, ao se examinar o sistema capitalista de produção é possível afirmar que dentro deste processo de estranhamento vivenciado pelo homem em relação ao seu trabalho tem-se a desrealização do ser social, o resultado do processo de trabalho, o produto, a mercadoria, é tida como algo alheio, estranho a quem o produziu e que se tornou coisa, tendo assim a desefetivação do trabalhador (MARX, 2013), (ALVES, 2011) e (ANTUNES, 2009).

Tem-se assim o trabalho abstrato, quando o indivíduo usa sua força de trabalho para um fim que não a satisfação de suas necessidades, mas para a produção de valores, para um fim que lhe é estranho, desta forma o trabalho não proporciona a satisfação das necessidades enquanto humano genérico, mas sim proporciona formas

de satisfazê-las fora dele. Por sua vez, o trabalho concreto é o trabalho com sentido, onde há o reconhecimento do homem através do objeto produzido, onde se produz valores de uso, onde o processo e o objeto não lhe são estranhos.

No estranhamento, o capital, por sua própria natureza, visa o aumento de seu valor, desta forma expropria até a última gota do trabalho excedente, ampliando constantemente as formas de exploração sobre a classe trabalhadora. Tal fenômeno tem sua gênese no início do capitalismo e se mantém reinventado e reatualizado ainda na contemporaneidade, não perdendo assim seu caráter inicial de desumanização do homem.

Ao analisar a jornada de trabalho, Marx (2013, p. 418) faz uma análise do valor do tempo de trabalho para o trabalhador e para o capitalista, e demonstra que o “mais trabalho” se reflete no “mais valor”, ou seja, o lucro do patrão é diretamente viabilizado pelo trabalho efetuado pelo trabalhador e não pago pelo capitalista. Em alguns relatos datados de 1863 sobre a morte de inúmeros trabalhadores provocadas por exaustão, com jornadas de trabalho de até 30, 50 horas ininterruptas, Marx (2013, p. 419) nos mostra a atualidade de sua análise sobre o sistema capitalista, que mesmo com suas metamorfoses intrínsecas não deixou de lado sua característica principal, a exploração da força de trabalho e a expropriação de seu tempo de vida.

Na atualidade nos deparamos com inúmeros casos onde a extração da força de trabalho supera todos os preceitos legais, onde trabalhadores rurais morrem por exaustão na agricultura canavieira, caminhoneiros atravessam o país sem o descanso necessário, trabalhadores de indústrias de tecnologias que mesmo não estando obrigados a permanecer fisicamente no trabalho têm que estar 24 horas à disposição da empresa (ALVES, 2011) não tendo o tempo necessário para descanso, isto dentre tantas outras profissões que veem seu tempo de vida sendo sugado incansavelmente pelo capital há séculos...

O capital constante, os meios de produção, considerados do ponto de vista do processo de valorização, só existem para absorver trabalho e, com cada gota de trabalho, uma quantidade proporcional de mais trabalho. Se não fazem isso, sua simples existência constitui uma perda negativa para o capitalista, uma vez que, durante o tempo em que estão ociosos, eles representam um desembolso inútil de capital [...]. (MARX, 2013, p. 418)

Com o desenvolvimento das forças produtivas alcança-se um intenso desenvolvimento tecnológico que se utilizado a favor do trabalhador seria capaz de proporcionar a redução da quantidade de horas de trabalho empregada, bem como, a intensidade despendida, no entanto, a máquina, contraditoriamente ao invés de

facilitar o trabalho se torna em um meio de tortura afastando o trabalhador da essência do seu trabalho.

Mesmo a facilitação do trabalho se torna um meio de tortura, pois *a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo*. Toda produção capitalista, por ser não apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo, processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem emprega as condições de trabalho, mas, ao contrário, são estas últimas que empregam o trabalhador; porém, apenas com a maquinaria essa inversão adquire uma realidade tecnicamente tangível. (MARX, 2013, p. 607) - (grifo nosso).

Destarte a questão do estranhamento toma vulto sobre o homem, sobre o trabalhador em relação ao seu trabalho, que passa a repudiá-lo, não havendo identificação nem com o processo de trabalho e tampouco com o fruto do seu trabalho, desta forma, tal é o estranhamento, que o trabalhador é capaz “de se sentir junto a si mesmo fora do trabalho e fora de si no trabalho” (MARX, 1975 apud ANTUNES, 2015, p. 172) , trata-se portanto de um trabalho compulsório, forçado estranhado.

[...] o estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa de maneira que quanto mais o trabalhador produz tanto menos tem para consumir, que quanto mais valores cria tanto mais se torna sem valor e sem dignidade, que tanto melhor formado o seu produto tanto mais deformado o trabalhador, que quanto mais poderoso o trabalho tanto mais impotente se torna o trabalhador, que quanto mais rico de espírito o trabalho tanto mais o trabalhador se torna pobre de espírito e servo da natureza. (MARX, 1975, p. 152 apud ANTUNES, 2015, p. 172).

Com o estranhamento o trabalho como atividade vital e com sentido se extingue, tendo a individualidade do sujeito estranhada a tal ponto, que o trabalho se torna sofrível, odioso, passando a ser apenas uma questão de mera sobrevivência material. O estranhamento é uma expressão de uma relação social fundada na propriedade privada e no dinheiro fazendo com que o homem perca de si mesmo, não se encontre, não se identifique enquanto um ser de possibilidades, enquanto um ser de criação e emancipação. “O estranhamento remete, pois, à ideia de barreiras sociais que obstaculizam o desenvolvimento da personalidade humana”. (ANTUNES, 2015, p. 173)

Incidindo assim na redução do ser ao que é instintivo e mesmo animal, assim o trabalhador se sente livre em funções animais como comer, beber, procriar, etc. e em suas funções humanas sente-se como um verdadeiro animal, “desta forma o que

é próprio da animalidade se torna humano e o que é humano se torna animal” (MARX, 1983 apud ANTUNES, 2015, p. 173).

Assim, perante o seu processo de trabalho e do fruto deste mesmo trabalho, o homem se aliena a si mesmo, passa a não se reconhecer enquanto humano genérico e tal alienação se aprofunda incessantemente. A alienação é indissociável do capital como relação social reificada<sup>5</sup>, desta forma o fetichismo faz com que as relações sociais passem a ser entendidas enquanto relação de coisas sociais, assim o homem e suas relações sociais se transformam em mercadorias.

[...] na sociedade burguesa, quanto mais se desenvolve a produção, mais as relações sociais se alienam dos próprios homens confrontando-se com potências externas que os dominam. Essa inversão sujeito e objeto, inerente ao capital como relação social, é expressão da histórica da auto-alienação humana. Resulta na progressiva reificação das categorias econômicas, cujas origens encontram-se na economia mercantil. (IAMAMOTO, 2008, p. 30)

Isto posto, verifica-se um aprofundamento do processo de fetichização onde as coisas se tornam sobremaneira mais importantes que as pessoas e o ato de transformação do homem (enquanto humano genérico) proporcionado pelo trabalho perde cada vez mais seu sentido, a inversão sujeito-objeto reflete em uma humanidade a serviço das coisas materiais, do dinheiro ao invés de seu oposto. Há de se inferir que o processo de fetichização gera a banalização da vida humana e tal questão se encontra na raiz da questão social. (IAMAMOTO, 2008, p. 30)

Feitas estas considerações sobre o trabalho, torna-se relevante adentrar mesmo que de maneira sucinta, em outros modos de produção que aprofundaram o estranhamento e tornaram possível o sistema capitalista de produção. Sem perder de vista nosso objeto de estudo, mostraremos também que a velhice é uma construção social.

### *1.1.3 Na rota do estranhamento: do escravismo ao capitalismo*

---

<sup>5</sup> **Reificação** - É o ato (ou resultado do ato) de transformação das propriedades, relações e ações humanas em propriedades, relações e ações de coisas produzidas pelo homem, que se tornaram independentes (e que são imaginadas como originalmente independentes) do homem e governam sua vida. Significa igualmente a transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas, que não se comportam de forma humana, mas de acordo com as leis do mundo das coisas. A reificação é um caso “especial” de ALIENAÇÃO, sua forma mais radical e generalizada, característica da moderna sociedade capitalista. (BOTTOMORE, 1988, p. 495)

O desenvolvimento das forças produtivas possibilitou um nível maior de organização do trabalho e conseqüentemente uma maior produtividade, apontando assim para as trocas entre grupos, incidindo diretamente em formas de apropriação e exploração dos produtores, tal fenômeno levou a dissolução da comunidade primitiva, sendo esta sucedida pelo modo de produção escravista. Ressalta-se que na comunidade primitiva não havia a exploração do homem pelo homem, mesmo na existência de guerras não se escravizavam os inimigos prisioneiros, mas sim eliminava-os porque não havia até então, uma forma de explorá-los. Foi a partir da possibilidade de um homem produzir mais do que é capaz de consumir, ou seja, a capacidade de produzir o excedente que fez com que fosse compensador escravizá-lo.

Assim, com o surgimento do excedente, as relações sociais se alteram radicalmente, tornando-se vantajoso escravizar e explorar homens, desta forma a sociedade passa a ser organizada através da força e da violência e a se constituir por dois polos opostos, uma pequena minoria de proprietários de terra e de escravos e uma massa de homens escravizados, e entre esses os dois polos gravitavam os camponeses e artesãos livres. Parte do excedente produzido passa a tomar forma de mercadoria, impulsionando o desenvolvimento do comércio e a criação do dinheiro, bem como de um grupo social voltado à atividade mercantil – comerciantes e mercadores, com o tempo a escravidão passa a se estender aos membros da própria sociedade, não sendo uma realidade particular dos povos capturados.

De acordo com Netto (2008, p. 67) mesmo com todos os horrores do escravismo esse representou um avanço na história da humanidade em relação ao progresso das forças produtivas, pois com a introdução da propriedade privada e a exploração do homem pelo homem, houve uma maior diversificação das mercadorias produzidas (produção mercantil) e estímulo ao comércio entre sociedades distintas. Neste mesmo período com a existência de duas classes sociais fundamentais surgiram as primeiras formas de poder político que se concretizariam no Estado.

Destarte, é a partir do escravismo que a sociedade transita da antiga barbárie à civilização, todos os modos de produção que sucederam à comunidade primitiva impulsionaram avanços na história da humanidade.

Desde que a civilização se baseia na exploração de uma classe por outra, todo o seu desenvolvimento opera numa constante contradição. Cada progresso na produção é, ao mesmo tempo, um retrocesso da condição de

classe oprimida, isto é, da imensa maioria. Cada benefício para uns é necessariamente um prejuízo para outros; cada grau de emancipação conseguido por uma classe é um novo elemento de opressão para a outra. (ENGELS, 1963, p. 141 apud NETTO, 2008, p. 68).

Essa contradição entre desenvolvimento das forças produtivas a partir da exploração do homem pelo homem impacta diretamente nos níveis de emancipação da grande maioria dos trabalhadores explorados, desde o fim da comunidade primitiva até a contemporaneidade, esse movimento constante de emancipação x opressão.

Ressalta-se que o escravismo tem no Império Romano sua maior identificação, o apogeu de um, significava o apogeu do outro, assim a queda do Império Romano determinou a queda do sistema até então dominante, a grandeza do império necessitava de um enorme excedente econômico para manter a “repressão aos escravos, a submissão dos povos conquistados e o parasitismo dos grandes proprietários” (NETTO, 2008, p. 68) outros fatores como a baixa qualidade do trabalho oferecido pelos escravos (o que é legítimo, considerando a violência a qual eram submetidos) e a ruína dos artesãos e camponeses provocada pela difusão do trabalho escravo enfraqueceram o império que acabou por se desintegrar com as invasões bárbaras, teve-se assim o fim do escravismo, ao menos como sistema predominante na Europa.

Neste período histórico existem poucas informações sobre a velhice, Beauvoir (1990) buscou na literatura, mitologia e iconografia imagens da velhice para que se pudesse de alguma forma conceituá-la, no entanto, muito se perde entre o que foi de fato realidade e o que seria mito. O que se pode afirmar, é que os velhos quase não figuraram nas informações existentes por estarem inseridos na categoria dos adultos em geral, somente mais tarde que houve de fato a criação social da categoria velhice, a longevidade era uma exceção, pois as condições de vida da época não a propiciavam, ou seja, haviam poucos velhos, sendo estes em sua maioria pertencentes à classe dominante. “A velhice não é, numa certa medida, desvendada, senão nos seios da classe privilegiada”. (BEAUVOIR, 1990, p. 111).

Desta maneira a velhice se mostra em formatos diferentes de acordo com a organização de cada sociedade, indo da idolatria e respeito, onde os anciãos se mostravam como verdadeiros sábios detentores do poder ao total descaso e desrespeito sendo os velhos vistos como trastes inúteis, no máximo engraçados, dignos de zombarias. Assim, “O papel que os homens de idade representam

privadamente, na família, reflete o que o Estado lhes confere”. (BEAUVOIR, 1990, p. 112)

Ainda sobre as sociedades pré-capitalistas, a história releva que após um período de transição, tem-se instalado por volta do século V, o modo de produção feudal, o poder central do império sofre a pulverização ocasionada pelos feudos, unidades econômicas e sociais com base territorial e uma economia fundada na propriedade da terra, sua organização era composta por um nobre, o senhor feudal, que era o dono da terra, e pelos servos, trabalhadores que deviam obediência ao senhor e que estavam ligados permanentemente à terra. A área produtiva era dividida entre o senhor e os servos que pagavam tributos e prestações para poderem usá-la, assim esta nova sociedade era polarizada entre os senhores e os servos, ressalta-se que a Igreja católica possuía grandes extensões de terras, o que equivalia a riqueza e muito poder.

A condição servil dos camponeses se diferenciava da condição dos escravos, os primeiros possuíam os instrumentos de trabalho e retiravam seu sustento daquilo que produziam, a economia do feudalismo se caracterizava enquanto agrária e estática, a produção era destinada quase que exclusivamente para o autoconsumo. Com o estabelecimento de um contrato entre os servos e os senhores, os primeiros eram obrigados a pagar tributos, inclusive dízimos à igreja (grande representante do sistema) e em contrapartida recebiam a proteção do senhor feudal. Ressalta-se que os servos eram duramente explorados e violentados

Mas também no regime feudal o excedente produzido pelos servos era apropriado mediante o monopólio da violência (real e potencial) exercido pelos senhores que, ademais, administravam a justiça no limite dos seus feudos. Todos os testemunhos históricos documentavam a vida miserável que então cabia aos servos, bem como o ódio que devotavam a seus senhores, a quem deviam, ainda, o compromisso de não se afastar dos feudos (com efeito, o servo estava ‘preso à terra’ e as mudanças ou fugas eram duramente punidas); não é por acaso, portanto que as rebeliões camponesas tenham marcado tão fortemente a baixa Idade Média. (NETTO, 2008, p. 69)

Com o sistema feudal estruturado, os servos passam a gerar um excedente agrícola que era expropriado pelos senhores feudais, em paralelo tem-se a produção para troca centrada no trabalho artesanal, sendo estimulada com as Cruzadas (séculos XI ao XIV), tornando a estrutura do feudalismo mais complexa, pois os artesãos e comerciantes/mercadores começam a ser organizar, assim com a

implantação de rotas comerciais para o Oriente tem-se um dinamismo ainda mais acentuado, tal processo contribuirá para a erosão do sistema que provocará o fim do feudalismo.

O desenvolvimento comercial não só rompe com o caráter autárquico da economia feudal, mas também impacta de forma ainda mais profunda ao estimular o consumo da nobreza por mercadorias vindas do Oriente que são adquiridas pelo dinheiro, conferindo a este uma função privilegiada na vida social e de outra parte fomenta os negócios comerciais entre regiões afastadas estimulando o surgimento das cidades. “É no interior dessas relações que um grupo social começa a ganhar importância crescente: o dos comerciantes/mercadores, representantes do capital mercantil [...] movidos por um único objetivo, o lucro” (NETTO, 2008, p. 70). Assim, a acumulação do dinheiro passa a assumir a forma privilegiada de riqueza, antes representada pela propriedade da terra. Tem-se, desta forma, uma nova classe formada por grandes comerciantes - a burguesia (entre os séculos XII e XIII), que será responsável pela queda do sistema feudal.

Na Idade Média, a juventude e o vigor físico eram exaltados, assim, na maioria das atividades o velho era desvalorizado e afastado da vida ativa, por não mais possuir tal vigor. “A situação dos velhos, em todos os setores da sociedade, aparece, portanto, como extremamente desfavorecida. Tanto entre os nobres, quanto entre os camponeses, a força física prevalecia: os fracos não tinham lugar”. (BEAUVOIR, 1990, p. 162). Em busca de formas da caracterização sobre a velhice neste período, a autora cita o folclore alemão a partir das obras dos irmãos Grimm que “[...] recolheram o essencial, o velho aparece, às vezes, como um homem cheio de experiência, que conhece segredos preciosos. Na maior parte dos casos é um indivíduo lamentável”. (BEAUVOIR, 1990, p. 169)

Reitera-se que as condições de vida na Idade Média, bem como em outros períodos anteriores ao capitalismo contemporâneo eram desfavoráveis à longevidade, assim poucos conseguiam chegar a velhice, “No povo, praticamente não eram encontrados. Para os camponeses dadas as condições de vida, trinta anos já representavam muita idade”. (BEAUVOIR, 1990, p. 168). Entre os nobres, pode-se citar Carlos V, que em 1380 morre aos 42 anos, tendo a reputação de um velho sábio.

Sobre a valorização dos velhos, na constituição do novo sistema, o incipiente capitalismo, a próspera burguesia permite aos velhos ricos uma maior valorização, a propriedade e o status funda-se em contratos e no dinheiro, não mais no vigor físico

requerido anteriormente “Essa transformação modifica nas classes abastadas, a condição dos velhos: através da acumulação das riquezas, eles podem tornar-se poderosos”.(BEAUVOIR, 1990, p. 175). Tal valorização não atinge os velhos pobres, que ainda são desvalorizados por não serem mais produtivos e úteis, desprovidos de sua saúde e vigor físico, não são capazes de manter o seu sustento através do seu próprio trabalho.

Nas sociedades pré-capitalistas, segundo Behring e Boschetti (2008, p. 47) “não privilegiavam as forças de mercado e assumiam algumas responsabilidades sociais, não com o fim de garantir o bem comum, mas com o intuito de manter a ordem social e punir a vagabundagem. Ao lado da caridade privada e de ações filantrópicas [...]”. Ainda segundo as autoras, após a queda do sistema feudal, passam a ocorrer grandes transformações socioeconômicas, as pequenas oficinas de artesãos passam a ser substituídas pelas fábricas, as ferramentas são trocadas pelas máquinas, o trabalho artesanal se metamorfoseia em trabalho assalariado, a energia elétrica e a carvão substituem as velhas fontes de energia, como água, vento e força muscular, assim a velha Europa agrária foi tornando-se industrializada com cidades cada vez mais populosas.

Tais transformações constituem a revolução industrial marcando a etapa decisiva de transição de um esquema incompleto pré-capitalista para um estado em que as características fundamentais do capitalismo se impõem “[...] progresso técnico continuado, capitais mobilizados para o lucro, separação mais clara entre a burguesia possuidora dos bens de produção, um corpo técnico capaz de gerir o proletariado” (CANÊDO, 1987, p. 6). A revolução industrial<sup>6</sup> compreende um acelerado desenvolvimento tecnológico, bem como um acelerado crescimento econômico em virtude da transformação econômica e social provocada pelo alargamento da rede de comércio internacional, pelo êxodo rural que contribui sobremaneira para a composição da mão de obra industrial, a substituição da manufatura pela fábrica e a transferência de capitais do campo para a cidade.

Na medida em que o progresso avançava a classe trabalhadora era esmagada pelas más condições de vida e trabalho, marcada por um regime de produção fabril

---

<sup>6</sup> Revolução Industrial pode ser dividida em duas fases - a primeira (1760-1860) basicamente limitada a Inglaterra, com o aperfeiçoamento das máquinas a vapor. A segunda (1860-1900) se espalhou pela Europa e outros continentes, tendo como principais inovações a utilização do aço superando o ferro, a energia elétrica e os combustíveis petrolíferos, a invenção do motor, a explosão da locomotiva elétrica e o desenvolvimento dos produtos químicos (CANÊDO, 1987).

desumano com jornadas de trabalho intensas, em prédios insalubres, quentes, escuros e sem ventilação, e ainda sob as ordens de um capataz, e, vivendo em lugares miseráveis e doentios, sem as mínimas condições de higiene e saúde, a classe trabalhadora mal conseguia sobreviver, contando ainda com salários ínfimos.

Ressalta-se que diante de tais condições de vida e de trabalho, a longevidade ainda não era possível, em especial à imensa massa de trabalhadores, sendo muito comum cada categoria apresentar uma doença característica, os mineiros por exemplo, tinham tuberculose, anemia e problemas de visão, sua expectativa de vida não chegava aos 40 anos.

Com o tempo a classe trabalhadora começa a ser organizar e a lutar pelos seus direitos, em ambientes físicos favoráveis a concentração tanto na fábrica quanto nas próprias cidades, começa-se a desenvolver a cooperação e a comunicação, a massa de proletários passa a se identificar enquanto classe e a partir da criação dos sindicatos lutam por melhores condições de vida e trabalho, tendo um êxito significativo.

No entanto, o sistema capitalista, independentemente de sua roupagem, subordina as necessidades humanas à reprodução de valores de troca, submetendo toda a humanidade ao fim único de produção de riquezas, não se tratando de riquezas convertidas ao gênero humano e ao desenvolvimento dos indivíduos, mas, à riquezas na forma de lucro, destinado ao detentor do capital, assim, a riqueza é socialmente produzida mas a apropriação final é privada, exclusiva de uma pequena parte da sociedade, a burguesia.

Sendo o fetichismo inerente ao sistema capitalista, tem-se durante todo o seu desenvolvimento desde sua gênese até os dias atuais um aprofundamento das contradições sociais impostas pelo próprio sistema. Em seu desenvolvimento é emblemática sua estruturação no binômio fordista<sup>7</sup>/taylorista<sup>8</sup>, que tiveram sua implantação na indústria automobilística no início do século XX, se expandindo para os demais ramos industriais, primeiramente nos países centrais e posteriormente para os países em desenvolvimento.

Segundo Antunes (2015, p. 34) o modelo de produção fordista foi a maneira pela qual a indústria e seu processo de trabalho se consolidaram ao longo do século XX, sendo este modelo baseado na produção em série e em massa, onde um grande

---

<sup>7</sup> Sistema de produção desenvolvido por Henry Ford. (HARVEY, 1998)

<sup>8</sup> Modelo de produção que teve como idealizador Frederick Winslow Taylor, engenheiro norte americano. (HARVEY, 1998)

número de produtos homogêneos era produzido em grande escala por uma imensa mão de obra em um mesmo local, o cronômetro passa a ser base do controle do trabalho, onde todas as atividades de cada trabalhador eram minuciosamente programadas e controladas. A fragmentação da produção, de cada função, se mostra como elemento fundamental, assim tem-se uma nítida separação entre a elaboração e execução de determinado produto, fazendo com que o trabalhador não tenha acesso ao que ele produziu, ampliando sobremaneira o estranhamento do trabalhador diante de seu trabalho.

Este modelo de produção também se caracteriza pela criação extensiva de mão de obra, onde os complexos fabris apresentavam grandes estruturas concentradas e com comandos verticalizados constituindo o operariado-massa, o trabalhador coletivo fabril, sujeito a amplos comandos hierárquicos, outra característica relevante deste modelo é o pleno emprego que de forma geral apesar de exploração nele contida, proporcionava uma certa estabilidade ao trabalhador, a partir deste modelo houve grande expansão da industrialização e efetiva ampliação da mão de obra empregada.

No modelo de pleno emprego, com a ampliação do trabalho assalariado e a criação da aposentadoria, a velhice passa por transformações que permitem o alcance à longevidade, em especial nos países desenvolvidos, contemplados por uma ampla política de proteção social que permitiu que a velhice e a aposentadoria fossem dissociadas para as classes médias,

[...] passando a abarcar setores com níveis mais altos de aspirações e de consumo, a aposentadoria deixa de ser uma forma de assegurar apenas a velhice dos mais pobres. Um contingente cada vez mais exigente e mais jovem de aposentados passa a ser objeto da ação de agências que se especializam na gestão da aposentadoria. (DEBERT, 2012, p. 59)

Foi a partir da melhoria nas condições de vida e trabalho da população, vivenciadas especialmente nos países centrais que a longevidade passa a ser uma realidade, inclusive aos(as) velhos(as) trabalhadores(as), se diferenciando dos períodos anteriores onde a existência de uma rara velhice era restrita aos velhos ricos. Reitera-se que apesar dos inúmeros avanços sob o processo de envelhecimento e velhice, este se apresenta de forma heterogênea, multifacetada e complexa, não sendo vivenciados da mesma forma por todos, este assunto será melhor abordado no próximo capítulo.

No entanto, entre as décadas de 1960 e 1970, devido ao alto custo da mão de obra e redução do padrão de produtividade tem-se uma redução da taxa de lucro.

Soma-se a isso o choque do petróleo que ganha dimensões mundiais, verifica-se assim uma acentuada queda no consumo diante do desemprego estrutural, que passa atingir todo o mundo capitalista. A partir de um profundo quadro de recessão a crise econômica se instaura, com elevadas taxas inflacionárias e redução do crescimento.

Desta forma, a centralidade ao fetichismo se acentua ainda mais a partir dos anos de 1970, quando o capital estabelece um processo de reestruturação produtiva a fim de recompor a sua capacidade de acumulação, restabelecendo sua hegemonia, que havia sido abalada. Profundas mudanças nas formas de gerir e organizar os processos produtivos refletem em uma significativa retração do binômio taylorismo/fordismo, com expressiva redução do proletariado industrial, fabril e estável, caracterizado pela expansão do trabalho no setor de serviços, com características de trabalho precarizado, flexibilizado, terceirizado, dentre outras formas que incidem diretamente na condição e representatividade da classe trabalhadora.

A crise estrutural do trabalho, que pode também ser entendida como uma crise estrutural do próprio capitalismo denota em última instância as inconsistências do modelo adotado até então, emergindo outro modelo de produção que modifica o conceito do trabalho, o Toyotismo<sup>9</sup>, marcado pela flexibilização das relações sociais. Emergindo socialmente numa época de crise estrutural do capital, o novo sistema de produção encontra suporte nos valores atrelados ao neoliberalismo que culmina por adaptar-se às novas condições capitalistas e dá sustentação para o novo modelo de produção proposto, provocando rebatimentos diretos à classe-que-vive-do trabalho<sup>10</sup>.

O risco maior que visualizamos dessa *ocidentalização* do *toyotismo* é o de que, com a retração dos governos da social-democracia europeia, bem como a sua subordinação a vários pontos da agenda neoliberal, tenderia a haver um encolhimento ainda maior dos fundos públicos, acarretando maior redução das conquistas sociais válidas para o conjunto da população, tanto aquela que trabalha quanto a que não encontra emprego. (ANTUNES, 2015, p. 51)

Ressalta-se que a transição do modelo taylorista-fordista pelo modelo toyotista é gradual, sendo possível constatar que em determinados lugares ambos modelos coexistem, em especial em países de capitalismo periférico onde há uma verdadeira “salada” de modelos produtivos adotados.

---

<sup>9</sup> Sistema de produção japonês caracterizado como empresa “enxuta” com o mínimo de trabalhadores necessários, com o trabalhador polivalente, multifuncional, com hierarquia horizontal, trabalho em células de produção onde todos gerenciam a produção cobrando uns aos outros, pequenas unidades produtivas e estoque mínimo. (ANTUNES, 2015, p. 53)

<sup>10</sup> Segundo Antunes (2009) compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção.

Ainda tendo o capital como centro, o novo sistema produtivo adota e postula uma ótica unívoca de mercado, de produtividade, não considerando os sérios rebatimentos na organização da sociedade, dentre esses rebatimentos o mais expressivo é o desemprego estrutural que atinge o mundo todo com dimensões impressionantes. “Desemprego este que é resultado dessas transformações no processo produtivo [...] aquele que tem causado maior impacto na ordem mundializada e globalizada do capital” (ANTUNES, 2015, p. 52).

Desta forma há um processo intenso de internacionalização da produção e da economia, a mundialização financeira segundo Otávio Ianni (1997) caracteriza-se como uma fase do capitalismo marcada pela internacionalização da economia, onde há a interconexão dos mercados cambiais, financeiros, de valores e títulos, que provoca fluxos maciços e continuados de capitais entre os principais centros financeiros do mundo. Tal fenômeno intensifica a generalização das relações mercantis a todas as esferas e dimensões da vida social incidindo no mundo do trabalho e na classe-que-vive-do-trabalho, espalhando-se na conformação da sociabilidade e da cultura, reconfigurando o Estado e a sociedade civil e redimensionando as lutas sociais, resultando na regressão dos direitos sociais e políticas públicas. (IAMAMOTO, 2008, p. 21)

Assim, a intensificação deste processo de transformações atingiu não só o modelo de produção, mas àqueles que estão ligados aos processos produtivos, este padrão que se estabelece entendido como globalização ou mundialização financeira, altera a cadeia produtiva devido aos avanços tecnológicos que eliminam postos de trabalho e afetam profundamente a subjetividade e representatividade do trabalhador, tendo como fenômenos a flexibilização, terceirização, precarização, fazendo com que o trabalhador agonize sua existência na busca contínua pelo trabalho, pela sua sobrevivência, com padrões seletivos cada vez mais excludentes, com exigências cada vez mais altas e em contrapartida com condições de trabalho cada vez mais degradantes e instáveis.

Como um dos efeitos mais devastadores tem-se o fenômeno da precarização, onde todos os direitos e conquistas trabalhistas obtidos até então passam a sofrer alterações que se caracterizam como um retrocesso aos direitos trabalhistas, a flexibilização, a desregulamentação dos direitos sociais e a terceirização substituem o pleno emprego, fazendo com que este perca sua posição de padrão estabelecido, de referência no que tange ao trabalho. Assim uma série de medidas “a combinar”

como contratos de trabalho temporários, remuneração variável, carga horária indefinida, culminam em uma constante e quase irreversível insegurança no que diz respeito ao trabalho e ao processo de sobrevivência.

Essas mutações, portanto, inseridas na lógica da racionalidade instrumental do mundo empresarial, estão intimamente relacionadas ao processo de reestruturação produtiva do capital, no qual as grandes empresas, por meio da flexibilização dos regimes de trabalho, da subcontratação, da terceirização, procuram aumentar sua competitividade fraturando e fragmentando ainda mais a classe que vive do trabalho. (ANTUNES, 2006, p. 25)

O reforço da hegemonia do capital financeiro internacional e a acentuação dos avanços tecnológicos, são fatores que contribuem de forma extremamente relevante para o agravamento do quadro, estabelecendo novos padrões de demanda de trabalho, ampliando-se a população sobrando para as necessidades médias do próprio capital, impulsionando a exclusão social, econômica, política, cultural de homens, mulheres, jovens, crianças e idosos das classes subalternas, alvos de violência institucionalizada. Diante de tal quadro passa a se desenvolver um segundo mercado de trabalho, o mercado informal, onde os trabalhadores estão totalmente desamparados quanto aos seus direitos trabalhistas.

Apesar das intensas transformações ocorridas nas últimas décadas, reiteramos a tese da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea, pois, “deixar de fazer do trabalho uma questão central é inclinar-se diante do mercado e deixar-lhe o campo livre”. (CASTEL, 1998, p. 158). O antagonismo entre mercado (capital) e trabalho é justamente o fato de que o trabalho é capaz de criar um elo social, produzir uma sociedade, proporcionar melhores condições de vida e formas de inclusão, já o mercado torna-se destrutivo, a-social, acentuando a exclusão e as desigualdades. (CASTEL, 1998, p. 158)

Destarte, importa-nos ressaltar que a partir da visão de totalidade, a realidade é posta pelo processo de reprodução social que se caracteriza como complexo e cheio de contradições (baseadas na relação trabalho x capital). Tais contradições não são apenas repetidas, mas também ampliadas, seguindo o fluxo do capitalismo que se transforma e desagrega-se. Assim a reprodução das relações sociais de produção abarca além da força de trabalho e dos meios de produção as contradições de classe

(capital e trabalho) que se amplificam em contradições sociais (burguesia e proletariado) e políticas (governados e governantes), desta forma a sociedade torna-se o lugar da reprodução das relações sociais. (IAMAMOTO, 2008, p. 50)

Logo, a reprodução das relações sociais (a vida social) se dá a partir do fluxo contínuo e contraditório entre capital (com a roupagem de mercado neoliberal) e trabalho, a sociedade é o lugar onde acontece esta reprodução, estando o capital inserido e influenciando todos os espaços da vida social, como na família, na cidade, no cotidiano, na cultura entre outros, que se tornam espaços de poder.

Verifica-se a regressão, a degradação e transgressão no nível das relações de família, de amizade, da vida social de grupos parciais, do meio ambiente, assim como a produção de novas relações no âmbito de segmentos sociais como a juventude, os idosos, as mulheres e os trabalhadores. (IAMAMOTO, 2008, p. 50)

Dito isto, afirma-se que a trajetória de vida, o processo de envelhecimento e a velhice do(a) velho(a) trabalhador(a) está diretamente ligado ao modo de reprodução da vida social, assim a podemos inferir que a velhice é “reproduzida nos limites das condições concretas no espaço e no compasso do tempo do capital, [...]”. (CAMPELO; PAIVA, 2014, p. 30). Portanto ao se fazer uma análise da questão do trabalho perpassando pelo seu papel na sociabilidade humana e pelo seu desenvolvimento até a contemporaneidade pretende-se assegurar o compromisso com uma análise crítica da realidade social vivenciada pelos(as) velhos(as) trabalhadores(as).

## **1.2 O mundo do trabalho na contemporaneidade**

No processo de desenvolvimento do capitalismo e da sociabilidade por ele imposta, tem-se expressivas alterações nos meios de produção, na economia, na política, na cultura e na organização social, desta forma sob a sociabilidade do capital as relações de produção e reprodução veem se transformando.

Na década de 1970 a partir da crise estrutural do capitalismo inicia-se uma série de transformações societárias influenciadas pela reestruturação produtiva e pela mundialização do capital, ocorrendo o favorecimento da esfera financeira em detrimento à esfera da produção, este processo de financeirização deve ser entendido

como uma forma de estruturação da economia mundial<sup>11</sup>, tendo como base a economia produtiva e seus desmembramentos na financeirização. Ressalta-se que tal processo sofreu interferência direta de organismos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). (BEHRING, 2008)

Assim, o capital ao integrar grupos industriais a instituições financeiras (bancos, companhias de seguros, fundos de pensão, etc.) expande sua face financeira e reduz drasticamente sua face produtiva, desta forma os valores são direcionados para operações que não incluem necessariamente a força de trabalho, incidindo diretamente na manutenção econômica da classe trabalhadora visto que as vagas de trabalho reduzem-se exponencialmente devido ao processo de desindustrialização, desta forma a relação social do capital com o trabalho se torna aparentemente invisível.

Intensificando-se a investida contra a organização coletiva de todos aqueles que, destituídos de propriedade, dependem de um lugar nesse mercado (cada dia mais restrito e seletivo) para produzir o equivalente de seus meios de vida. Crescem as desigualdades e o contingente de destituídos de direitos civis, políticos, sociais, potencializados pelas orientações (neo) liberais, que capturam os Estados nacionais, erigidas pelos poderes imperialistas como caminho único para animar o crescimento econômico, cujo o ônus recai sobre grandes majorias. (IAMAMOTO, 2008, p. 21)

Neste contexto o trabalho vem se alterando e apresentando novas configurações dentro de um tecido social cada vez mais esgarçado e heterogêneo, fenômenos como as novas bases tecnológicas, a ampliação do capital financeiro (que não se dispõe a criar empregos mas somente a render lucros), a precarização do trabalho, a terceirização, dentre tantos outros fatores agudizados por políticas neoliberais impactam na realidade social em especial na realidade da classe-que-vive-do-trabalho, que despossuída dos meios de produção e com oportunidades de emprego cada vez mais pífias e concorridas se vê imersa ao desemprego e à miséria.

Tais transformações no mundo do trabalho, têm se espalhado na cena contemporânea, as mudanças apresentam traços semelhantes em todos os continentes, no entanto, devido às especificidades históricas, sociais, culturais e econômicas de cada país, os impactos podem aduzir proporções diversas. Desta forma, com o intuito de um maior aprofundamento sobre as transformações ocorridas

---

<sup>11</sup> É necessário ligar o processo de financeirização à sua base material, a fim de evitar a ideia de que a economia se tornou um modo virtual. (IAMAMOTO, 2008)

no mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva utilizamos as relevantes informações elaboradas por Antunes e Alves (2004) que trazem os principais pontos impactantes na realidade laboral da classe trabalhadora.

Inicialmente se discute a questão da redução do proletariado fabril, industrial, o proletário tradicional proveniente do pleno emprego, herdeiro do modelo taylorista/fordista, da indústria verticalizada. Em decorrência do processo de reestruturação produtiva este proletariado vem diminuindo drasticamente, sendo substituído por um proletariado sujeito a formas de trabalho desregulamentadas e precarizadas, impactando diretamente no modo de ser da classe trabalhadora que até então se estruturava por meio de empregos formais e estáveis.

Simultaneamente verifica-se um aumento significativo do proletariado fabril e de serviços que em escala global passa a vivenciar diversas formas de trabalho precarizado, sendo estes os trabalhos instáveis, sem contrato formal, os trabalhos terceirizados, subcontratados, parciais, temporários, trabalhos em domicílio dentre tantas outras formas de trabalho que expõem os trabalhadores à instabilidade constante.

O contexto do capitalismo mundializado incide não só na transnacionalização do capital, mas também de seu sistema produtivo, assim novas regiões produtivas e de serviços surgem e tantas outras desaparecem ao sabor do capital.

Tem-se na feminização do trabalho outra característica do processo de reestruturação produtiva, com um aumento significativo da população feminina no mundo laboral, em especial no universo *part-time*, precarizado e desregulamentado. Soma-se a isso o fato de a remuneração da mulher mostrar-se inferior a do homem, neste contexto a mão de obra feminina sente duplamente os rebatimentos.

**Gráfico 1 - Proporção de ocupados em tempo parcial - por sexo**

**Fonte:** IBGE Estatísticas de gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil 2018b.

No gráfico acima é possível constatar uma porcentagem significativamente maior de mulheres no trabalho em tempo parcial (part-time), ratificando as informações anteriores. O gráfico abaixo contempla os dados que segundo o IBGE, as mulheres seguem recebendo  $\frac{3}{4}$  do que os homens recebem, havendo desta forma a discriminação salarial no mercado de trabalho.

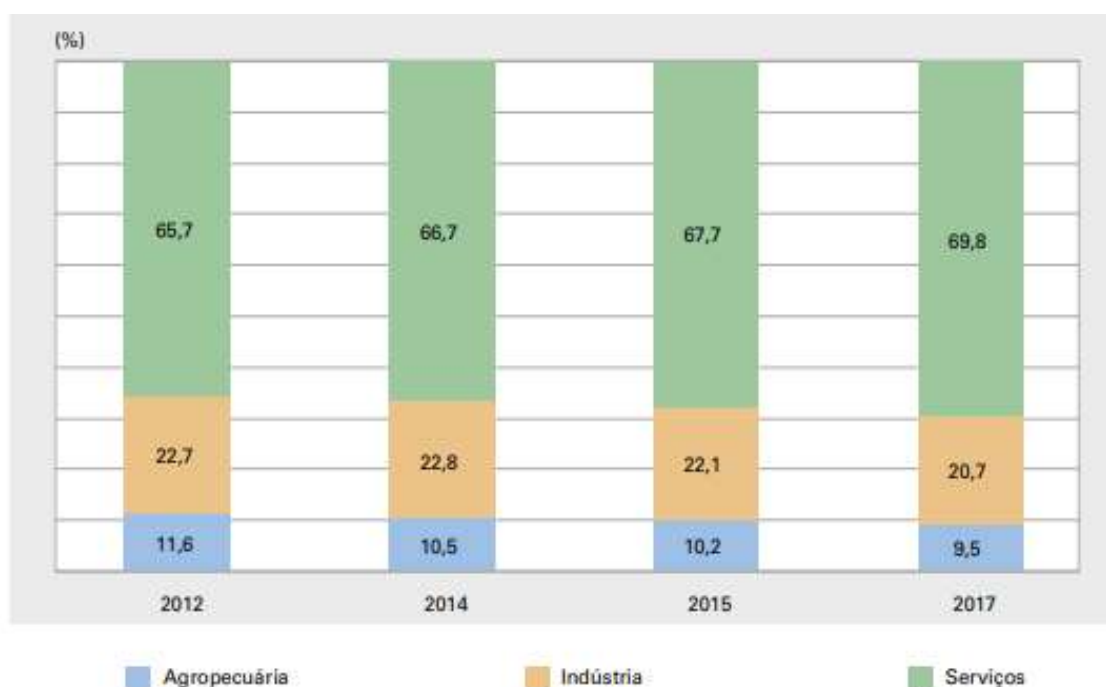
**Gráfico 2 - Rendimento médio mensal por sexo**

**Fonte:** IBGE Estatísticas de gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil 2018b.

Também se observa um aumento exponencial do mercado de trabalho do setor de serviços, inicialmente houve uma significativa incorporação dos trabalhadores expulsos do mundo produtivo industrial devido ao processo de reestruturação produtiva, da desindustrialização, das políticas neoliberais e privatizações. Entretanto, após este período inicial de incorporação destes trabalhadores, devido às mutações organizacionais, tecnológicas e de gestão, a redução da mão de obra acabou por atingir também o setor de serviços que se submete à lógica do capital.

No gráfico a seguir é possível constatar que o setor de serviços se caracteriza como o grupo de atividade econômica que mais emprega, com crescimento contínuo nos últimos anos, se aproximando dos espantosos 70%, seguido da indústria e agropecuária com quedas sequentes. Estas informações ilustram o impacto que a indústria vem sofrendo neste processo de reestruturação produtiva acompanhada da mundialização financeira nas últimas décadas.

**Gráfico 3 - Proporção de pessoas com 14 anos ou mais ocupadas por grupo de atividade econômica - 2012 - 2017**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2017.  
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Fonte: IBGE - Síntese dos Indicadores Sociais 2018c.

A exclusão dos jovens do mercado de trabalho caracteriza-se como outra tendência, a estes jovens dá-se como justificativa de sua não inclusão no mundo do trabalho o fato de não possuírem experiências profissionais anteriores ou não serem qualificados o bastante, assim, quando conseguem uma colocação profissional passam a se submeter à trabalhos precários, senão, acabam por engrossar a fileira dos desempregados vítimas do desemprego estrutural.

Ao mesmo tempo verifica-se a exclusão dos “idosos” pelo mercado de trabalho, trabalhadores acima dos 40 anos são considerados como velhos para uma colocação de emprego, estes, uma vez excluídos dificilmente conseguem uma recolocação. De forma geral, os trabalhadores na faixa etária acima dos 40 anos acabam por se somar ao contingente do trabalho informal, aos desempregados ou passam a prestar serviços voluntários. (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 339)

A partir destas colocações, ao considerarmos a faixa etária acima dos 40 anos nos deparamos com algumas questões, a primeira se dá pela reflexão de que a expectativa de vida da população tem-se ampliado (como veremos de forma detalhada adiante) em todo o mundo inclusive no Brasil onde segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a expectativa média de vida chega aos 76 anos<sup>12</sup>, assim se considerarmos a idade de 40 anos é possível verificar que este indivíduo se encontra em plena idade produtiva. Para Magalhães (1989) trata-se de uma pseudo-velhice que abrange o trabalhador na faixa entre 40 e 50 anos de idade, estando jovem para se aposentar, mas velho demais para uma reinserção no mercado de trabalho mesmo estando em plenas condições laborais.

A exclusão do trabalhador maduro ou velho é uma das consequências do processo de reestruturação produtiva que se expressa na retração do mercado de trabalho, ou seja, a partir de inúmeras transformações em especial o avanço tecnológico, o capital não é mais capaz de oferecer trabalho a todos que dele necessitem.

Condição também preocupante apresenta o idoso acima de 60 anos, que ainda não se aposentou e não possui outra fonte de renda senão a do seu trabalho, enfrentando assim toda adversidade originária do preconceito e desvalorização sofridos pelo(a) velho(a) trabalhador(a) em relação ao mercado laboral. Além dos casos onde, mesmo tendo se aposentado, o idoso necessita continuar trabalhando,

---

<sup>12</sup> Dados de 2018.

uma vez que os valores da aposentadoria não se mostram suficientes para sua manutenção e de seus dependentes, no caso do idoso chefe de família.

**Gráfico 4 - Taxa de desocupação por grupo de idade - 2012-2017**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2017.  
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

**Fonte:** IBGE - Síntese dos Indicadores Sociais 2018c.

No gráfico é perceptível um importante aumento da taxa de desocupação em todas as faixas etárias, corroborando com a afirmação do aumento exponencial do desemprego. No entanto, em sua análise o IBGE, chama a atenção para o grupo etário de 60 anos ou mais, que entre 2012 e 2014 se manteve abaixo dos 2,0%, mas, pela primeira vez na série (Síntese dos Indicadores Sociais) ultrapassou o patamar de 4,0% em 2017. O relatório afirma que houve um acréscimo de idosos na força de trabalho proporcionalmente maior que a ampliação da população idosa, afirma ainda, que muito possivelmente os idosos são levados a permanecer ou retornar para a força de trabalho pela necessidade de completar a renda. (IBGE. 2018c) Tais dados reiteram as informações anteriores.

Em relação aos idosos chefes de família, o número vem aumentando consideravelmente nos últimos anos, este fenômeno segundo a LCA Consultoria<sup>13</sup> tem relação direta com o desemprego, só no último ano (entre 2017 e 2018) o número de lares em que mais de 75% da renda provinha das aposentadorias cresceu 12%.

<sup>13</sup> Reportagem exibida pelo jornal Folha de São Paulo em 15/07/2018.

Em muitos casos a única fonte de renda estável é a proveniente de aposentadorias e pensões, desta forma os(as) velhos(as) trabalhadores(as) é que passam a absorver o impacto do desemprego, mantendo suas famílias com o seu salário. Ainda na mesma pesquisa chama-se atenção para o fato de que tal fenômeno não se limita ao Brasil, na Espanha por exemplo, no período mais recente de recessão econômica, os idosos passaram a ser chamados pelos economistas espanhóis de heróis silenciosos por bancarem financeiramente suas famílias evitando assim um colapso social.

De acordo com Felix (2016, p. 248) as condições do trabalhador maduro ou idoso no mercado de trabalho são: aposentado ainda em atividade e trabalhador por conta própria (autônomo ou para o próprio consumo sendo aposentado ou não). Estando aposentado o trabalhador na tentativa de reintegrar-se ao mercado, quando exitoso, o faz em situação precária, pois estes trabalhadores a partir de suas dificuldades, estão dispostos a atuar em diversas condições de trabalho. Observa-se ainda uma constante recusa das empresas em contratar trabalhadores maduros ou idosos sob a alegação de que os mesmos não possuem a mesma capacidade produtiva dos mais jovens. Atitude, que acaba por violar a legislação da pessoa idosa, onde se preconiza a não discriminação do idoso no mercado de trabalho.

Com esta recusa, as possibilidades de emprego se reduzem drasticamente, o que faz com que estes indivíduos passem a aderir a modalidade por conta própria, tendo esta vários formatos como a pejetização<sup>14</sup>, a informalidade ou outras formas de precariedade. Tal quadro, de trabalho “por conta” em determinados momentos pode transparecer como uma suposta autonomia conferida ao trabalhador, no entanto isto não passa de uma falácia do capital, porque de fato o trabalhador deixa de ter seus direitos assegurados. Ainda segundo o autor, esta situação tem se instalado com mais frequência antes dos 60 anos, o que implica necessariamente na perda de direitos trabalhistas, afirma também que em muitos casos mantem-se a mesma prestação de serviços mas por meio de um vínculo empregatício precário com o mesmo empregador, ou seja o trabalhador continua a exercer a mesma função no mesmo local, porém, sem a cobertura da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), segundo a Pnad, há após os 54 anos uma queda abrupta da curva de trabalhadores regidos

---

<sup>14</sup> Empregados transformados em pessoa jurídica (FELIX, 2016, p. 249).

pela CLT e diametralmente uma ascensão dos trabalhadores por conta própria. (FELIX, 2016, p. 249-250)

Essas duas condições permitem constatar uma *inserção marginal* do idoso no mercado de trabalho. Seja formalmente, aceitando salário mais baixo para complemento de renda na aposentadoria (numa distorção completa do sentido e do significado de aposentadoria); seja informalmente, nas várias manifestações da informalidade, sobretudo a que é decorrente da fragilização da segunda metade da vida laboral do trabalhador. A situação vulnerável se agrava, muitas vezes, quando esta fragilização ocorre em idade próxima à aposentadoria. (FELIX, 2016, p. 250) (grifo do autor)

O exponencial aumento do número de trabalhadores maduros e idosos na condição de trabalhador “por conta” ou autônomo, não é um sinal de empreendedorismo, mas sobretudo, configura-se como sendo a única alternativa de subsistência para esta população, uma vez que as dificuldades em se encontrar um emprego aumentam continuamente.

Segundo Teixeira (2008, p. 303) a permanência dos idosos no mercado de trabalho é alta, quase 50% dos idosos e 33% das idosas continuam trabalhando, em piores condições de trabalho, sem carteira assinada, quando inseridos no mercado formal, mas em sua maioria esse segmento populacional trabalha no “setor informal ou de subsistência, em trabalhos por conta própria, autônomos, em atividades agropecuárias e comércio, realidade comum aos mais pobres.”. Desta forma estes(as) velhos(as) trabalhadores conseguem alguma renda, mesmo que mínima, para se manterem e aos seus familiares.

Assim, mesmo com seus baixos salários os(as) velhos(as) trabalhadores(as) tornam-se responsáveis por sua reprodução social bem como a de toda sua família, assim o(a) velho(a) trabalhador(a) passa a ser valorizado como fonte de renda, mesmo que pífia.

Nunca se trabalhou tanto! Nessa trama, as velhas e os velhos trabalhadores(as) quase invisíveis, do ponto de vista do foco do Estado, não fosse a atual magnitude do impacto do envelhecimento senil na agenda das políticas públicas, sobrevivem e são provedores(as) de suas famílias à custa dos direitos trabalhistas por eles(as) mesmos(as) conquistados, cuja longevidade lhes permite ver agora [sendo] desregulamentados. (CAMPELO; PAIVA, 2014, p. 129)

O trabalhador, que ao longo de sua vida, vende sua força de trabalho para sobreviver, se subordina a um sistema que não se importa com o desenvolvimento humano, mas somente com o lucro, determinando uma vida regida pelo relógio e pela

produção, estabelecendo metas, comportamentos e valores que privilegiem o modo de produção e a localização que se ocupa na divisão de classes. Constatase que com o avanço da idade, as condições objetivas de vida que já se mostravam difíceis se acentuam ainda mais, a vulnerabilidade se aprofunda, uma vez que se perde o valor de uso para o capital, ficando desprovido de rendas, de propriedades, dos meios de produção e de acesso a riqueza socialmente produzida.

Como agravante, além da intensificação das formas de extração de trabalho, na qual ampliam-se a sua precarização estrutural, verifica-se o desmonte da legislação trabalhista com a retração de direitos, inclusive com propostas que terão rebatimentos diretos na vida dos(as) velhos(as) trabalhadores(as) (aposentados ou não) com a denominada Reforma da Previdência.

### **1.3 A questão social: da gênese à contemporaneidade**

Neste item vamos refletir sobre a questão social, pois entendemos que “a categoria questão social se constituiu, no eixo articulador, de todas as expressões dessa problemática social do envelhecimento do trabalhador que demanda formas de respostas do Estado e da sociedade” (TEIXEIRA, 2009, p. 65).

#### *1.3.1 Questão social: origem e desdobramentos*

A fim de se ter uma análise um pouco mais apurada sobre a questão social e suas expressões na contemporaneidade, optou-se por se fazer um percurso histórico da aplicação do termo e seus significados a partir de determinantes sócio-históricos e econômicos.

A expressão ‘questão social’ começa a ser popularizada pelos críticos da sociedade e pelos filantropos, ou seja, indivíduos que estavam atentos à nova realidade vivenciada pela população, sua divulgação se inicia no século XIX, tal expressão tinha o objetivo de caracterizar o fenômeno do pauperismo, oriundo da primeira onda industrial do final do século XVIII, a pauperização massiva da imensa classe trabalhadora era fruto do início do capitalismo industrial na Europa Ocidental. (NETTO, 2010, p. 3). O fenômeno do pauperismo não se mostrava enquanto novo, afinal a muito se identificava as diferentes desigualdades sociais existentes entre ricos

e pobres, nobres e servos, o fato novo que surgia com a questão social, era a dinâmica da pobreza que se generalizava a partir da criação de riquezas. Assim, desigualdades sociais há muito fazem parte da sociedade, no entanto, nunca se criou tanta riqueza material e paradoxalmente tanta miséria no mesmo espaço/tempo, no seio da nascente sociedade capitalista.

Se nas formas de sociedade precedentes à sociedade capitalista a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez. Numa palavra: a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o pauperismo – aparecia como *nova* precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão. Este pauperismo marca a emergência imediatamente visível da dimensão mais evidente da moderna barbárie, a barbárie capitalista. (NETTO, 2010, p. 4) (grifo do autor)

Num movimento lento, porém muito claro, o termo questão social deixa de ser usado pelos críticos ao sistema e passa a ser cooptado e utilizado pelos conservadores, adeptos do próprio sistema, estes intelectuais vinculados a burguesia não conseguiam entender a relação entre economia e sociedade (como acontece ainda hoje), não fazendo a evidente relação entre o desenvolvimento capitalista e a pauperização, entre a surpreendente criação de riquezas e a lamentável explosão da pobreza. Neste contexto, a prioridade é a manutenção e defesa da ordem burguesa, passando a questão social, a partir de então, a ser naturalizada, uma vez que suas manifestações (como miséria, desemprego, fome, doença, entre tantas outras), são tidas enquanto inelimináveis de qualquer ordem social, assim, acredita-se que os desdobramentos da pobreza são inerentes à humanidade e não ao sistema social. (NETTO, 2010, p. 6)

Duas posturas formam a base desse conservadorismo, a reformista que propõe amenizar e reduzir (não eliminar) a suas manifestações e a confessional que vincula suas manifestações a “vontade divina” buscando a reforma moral do homem e da sociedade, em ambas, o enfrentamento das manifestações deve ser a partir de um programa de reformas que preserve antes de tudo, a propriedade privada dos meios de produção.

A partir de 1848, a classe trabalhadora começa a tomar consciência da questão social e de sua relação com o sistema do capital, passando a ter o entendimento de

que a questão social só acabaria se eliminasse também o sistema capitalista, no entanto, somente anos depois foram desenvolvidos os instrumentos teóricos metodológicos para entender e combater a questão social, a partir da descoberta e análise marxiana sobre a lei geral da acumulação, na qual, a questão social é determinada pela relação capital/ trabalho - a exploração, e mediada por componentes históricos, culturais e políticos (NETTO, 2010, p. 8).

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” - diferentes estágios deste desenvolvimento produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “*questão social*” é constituída do capitalismo: não se suprime aquela se este se conservar. (NETTO, 2010, p. 6-7) (grifo do autor).

Reitera-se, que a diferença entre as sociedades anteriores e a burguesa, é que nas primeiras, a escassez provinha do baixo desenvolvimento das forças produtivas, a forma como produziam e os meios que utilizavam se mostravam insuficientes para eliminar ou reduzir as condições de miséria, já na sociedade burguesa, presencia-se um extraordinário salto na forma da produzir e nos meios desta produção, desta forma, passa-se a produzir o suficiente para que não haja escassez, no entanto contraditoriamente, tem-se uma escassez criada socialmente, a partir da contradição entre as forças produtivas (socializadas, a maioria emprega sua força de trabalho) e as relações sociais da produção (uma minoria se apropria do excedente e o mantém sob seu controle).

Com o desenvolvimento do capitalismo (entre 1890 e 1940), tem-se uma progressiva organização da classe trabalhadora, que passa a lutar por melhores condições de trabalho e de vida (exercendo assim seu papel político). Essas lutas, devido a sua constância e intensidade mostram-se produtivas, efetivando as primeiras formas de políticas sociais, ressalta-se que, apesar de haver a implantação de alguns direitos e a criação de políticas sociais voltadas ao conjunto do proletariado, o Estado burguês permanece com o objetivo de controle sobre a classe trabalhadora e a satisfação dos interesses do capital.

Neste mesmo período, tem-se um significativo crescimento econômico baseado no monopólio do capital, onde a concorrência intercapitalista de grandes empresas nacionais acabaram por ultrapassar as fronteiras se transformando em confrontos abertos nas duas grandes guerras. Ainda neste interim, ocorre a Grande

Depressão, considerada como a maior crise do capitalismo até aquele momento, está crise foi capaz de reduzir o comércio mundial a um terço, o que acabou provocando uma desconfiança de que os pressupostos do liberalismo pudessem estar errados. (BEHRING, 2009, p. 306)

Como expressão intelectual e teórica desse momento, apresenta-se John Maynard Keynes, com a Teoria Geral (1936), questionando até que ponto o liberalismo era realmente eficaz, uma vez que a mão invisível do mercado não necessariamente seria capaz de produzir a harmonia entre os interesses egoístas dos agentes econômicos e o bem-estar da população. Para Keynes, era papel do Estado intervir por meio de um conjunto de medidas econômicas e sociais, assim, ampliando as políticas sociais tem início a experiência histórica do Estado intervencionista que efetiva o pacto entre interesses do capital e dos trabalhadores. Ao Keynesianismo, integrou-se o pacto fordista, no qual a produção em massa passa a estimular o consumo também em massa, outra característica desse pacto, são os acordos coletivos com os trabalhadores que passam a contar com ganhos de produtividade no trabalho. Assim, estimula-se concomitantemente a produção e o consumo, dando condições para que os trabalhadores pudessem consumir o que produziam ao mesmo tempo em que a produção era constantemente estimulada. (BEHRING, 2009, p. 306)

As propostas de Keynes passam a ser implantadas após a segunda guerra, a partir do processo de reconstrução econômica e social os países centrais vivenciam um período chamado de as três 'décadas gloriosas', no qual, o capitalismo vivenciou um período de acentuado desenvolvimento econômico, com base na alta produção e no pleno emprego, esse período se caracterizou com a implantação de um expressivo sistema de proteção social, o Estado de bem Estar Social – *Welfare State*. Com um novo sistema de proteção social e uma sociedade fortemente baseada no pleno emprego inibia-se quase que totalmente as discussões e análises sobre a questão social, uma vez que se vivenciava um período onde o pauperismo mostrava-se em queda, ao menos nos países desenvolvidos. No entanto, tal realidade de desenvolvimento econômico e social ficava de fato circunscrita aos países centrais, nos países subdesenvolvidos o crescimento econômico (em menores proporções, mas ainda substancial) não significou desenvolvimento social, fazendo com que, na realidade periférica a questão social se mostrasse sempre presente.

A partir da década de 1970, o sistema passa a dar indícios de seu esgotamento, entrando em declínio a sua dinâmica capitalista, após algumas décadas de

crescimento econômico, de ascensão do movimento operário com expressivas vitórias e da presença de um Estado interventivo, o capital passa a dar respostas políticas voltadas novamente a ideais liberais, agora neoliberais.

[...] a conjunção “globalização”/“neoliberalismo” veio para demonstrar aos desavisados que o capital não tem nenhum “compromisso social” – o seu esforço para romper com qualquer regulação política democrática, extra-mercado, da economia tem sido coroado de êxito. Erodio-se o fundamento do *Welfare State* em vários países e a resultante macroscópica-social saltou à vista: o capitalismo “globalizado”, “transnacional”, “pós-fordista”, desvestiu a pele de cordeiro – [...] - descobriu a “nova pobreza”, os “excluídos” etc. – em suma, descobriu a *nova* “questão social”. (NETTO, 2010, p. 9 (grifo do autor))

Desta forma, após um curto período em menor evidência nos países centrais, a questão social retoma sua expressividade no debate social, uma vez que o *Welfare State*<sup>15</sup>, passa por um desmonte a partir das necessidades do próprio capital, capital este, que ao contrário do que se supunha, não possui compromisso social. Netto (2010, p. 10) afirma categoricamente que não existe uma *nova* questão social, pois sua base fundamental continua a mesma, o que deve-se investigar são as emergências de *novas expressões* da questão social.

Trata-se de um novo momento do desenvolvimento do capital, forjado a partir das transformações dos modos de produção e reprodução social, contudo, a estrutura medular do sistema permanece inalterada, ou seja, sua base permanece sendo a exploração, onde a riqueza é socialmente produzida mas apropriada por uma pequena minoria, a burguesia.

A dinâmica societária específica desta ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente; [...] a cada novo estágio do seu desenvolvimento, ela instaura expressões sociopolíticas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser. (NETTO, 2010, p. 10)

A partir de sua própria necessidade, o capital passa a se reestruturar com o intuito de recompor sua capacidade de acumulação, as transações de ordem financeira e produtiva passam a ser realizadas no âmbito global, as fronteiras são derrubadas, o mercado se torna de fato a mão invisível, ditando novas formas de produção, de gestão do trabalho, de consumo, enfim novos valores, que ao

---

<sup>15</sup> Estado assume uma postura intervencionista, capaz de materializar o pacto entre os interesses do capital e da classe trabalhadora.

envolverem o mundo do trabalho, acabam por transformar toda a realidade social. Através não só da economia, mas também da política, da cultura e da ideologia, novos padrões são impostos, padrões de comportamento, de consumo, de pensamento, fazendo com que as relações sociais tomem novos vieses, novos formatos. Neste contexto os Estados nações também se transformam, tomados pelo ideário neoliberal, estão mais do que nunca, a serviço do mercado, reféns do capital financeiro, da dívida pública, se eximem da responsabilidade de lidar com a questão social, a este quadro denomina-se mundialização financeira.

### *1.3.2 Mundialização financeira e seus reflexos na realidade social*

A realidade contemporânea trazida pela mundialização do capital aprofunda as expressões da questão social<sup>16</sup>, dentro do processo de transformação do capital no qual as bases produtivas são cooptadas pelas financeiras, ocorre a incorporação dos grandes conglomerados produtivos internacionais, impactando no nível e no ritmo das empresas, determinando sua capacidade de produção, o uso de suas receitas e a decisão de como lidar com o trabalho assalariado, o que impacta diretamente no mundo do trabalho e na sobrevivência da classe-que-vive-do-trabalho.

Há de se inferir, que tais mudanças possuem uma base material, a esfera produtiva, que mesmo se metaforizando e adquirindo outras características se mantém como a base real do capital, sendo a partir desta, que as condições da financeirização tornam-se possíveis,

A esfera das finanças, por si mesma, nada cria. Nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo e pela mobilização da força de trabalho no seu âmbito, ainda que apareça de uma forma fetichizada [...]. Nessa esfera, o capital aparece como se fosse capaz de criar 'ovos de ouro', isto é, como se o capital-dinheiro no circuito fechado das finanças, independente da retenção que faz dos lucros e dos salários criados na produção. O fetichismo das finanças só é operante se existe produção de riquezas, ainda que as finanças minem seus alicerces ao absorverem parte substancial do valor produzido. (IAMAMOTO, 2008, p. 109)

Desta forma, o fetiche sobre o mundo das finanças se baseia na ideia de que é possível multiplicar os rendimentos de forma independente à produção, como se o capital

---

<sup>16</sup> De acordo com Iamamoto (2011, p. 24), a raiz da questão social nessa sociedade capitalista se dá pela contradição da exploração do trabalho, emanada do caráter cada vez mais social da produção, contraposta à apropriação privada do trabalho alheio.

fosse capaz, por si só, de ampliar-se de forma extraordinária. Como afirma Iamamoto (2008) trata-se de um discurso de “economia de cassino”, tal discurso mostra-se limitado ao não se atentar para o fato de que o capital - base/inicial é derivado da produção e de condutas político-econômicas dos Estados-nações a partir da condução da produção e reprodução material de suas populações.

Assim, o sistema capitalista, a partir de sua roupagem de capital financeiro, demonstra um poderio imenso sobre os Estados-nações, influenciando sobremaneira a dinâmica e desenvolvimento dos mesmos, segundo Iamamoto “Essa dominação é impensável sem a intervenção política e apoio efetivo dos Estados nacionais, pois só na vulgata neoliberal o Estado é externo aos ‘mercados’” (2008, p. 109). Assim, pode-se afirmar, que dentro do discurso neoliberal de que o Estado, a partir de seu formato mínimo não defende os interesses do mercado (capital) não passa de um ludíbrio, pois ao se analisar sua postura, encontra-se um Estado máximo para o capital, tendo suas medidas e políticas direcionadas segundo os interesses deste, tornando-se desta forma seu braço político, e antagonicamente, o Estado ao se eximir de suas responsabilidades para com a população, se caracteriza de fato, enquanto mínimo para o povo. Se configurando em mínimo para a população e máximo para o capital.

Com o intuito de que as políticas neoliberais compusessem as ações tomadas pelos governos, criou-se um aparato jurídico e político, legitimado através de tratados internacionais, como o Consenso de Washington<sup>17</sup> e o Tratado de Maastricht<sup>18</sup>, que objetivavam reformas condizentes à expansão do ideário neoliberal. Neste cenário, grandes corporações transnacionais e organizações multilaterais (FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio) passam a ser os “porta vozes das classes dominantes em escala mundial” (IAMAMOTO, 2008, p. 109). Tais organismos multilaterais, propõem recomendações a serem efetivadas pelos países (em especial periféricos), onde o seu não cumprimento acarreta retaliações materializadas na obtenção ou não, de investimentos externos e ajudas financeiras.

A mundialização financeira se efetiva através de diferentes formas, dentro de um mesmo movimento, ao se espalhar pelas vias financeira, produtiva, cultural e

---

<sup>17</sup> Recomendação internacional elaborada em 1989 com o objetivo de divulgar e implantar os ideais neoliberais com a pretensa intenção de “combater” as crises e misérias provocadas pelo subdesenvolvimento, sobretudo, nos países latino americanos.

<sup>18</sup> Criado em 1992, representou um marco na união da Europa fixando a integração econômica e unificação política, criando o grupo União Europeia com metas de livre movimento de produtos, pessoas, serviços e capital.

política passa a homogeneizar os circuitos do capital, seus modos de dominação ideológica e a criação de necessidades a partir dos objetos de consumo, tal homogeneização se dá em âmbito mundial, diante de um quadro absolutamente heterogêneo entre nações, empresas, ramos de atividade e classes sociais. Desta forma, trata-se de um movimento composto por fenômenos que se auto-influenciam, não podendo ser entendidos dispersos uns dos outros.

Em análises mais limitadas, a reforma do Estado pode ser entendida enquanto específica da arena política; bem como a reestruturação produtiva somente referente às atividades econômicas empresariais e à esfera da produção; por sua vez a questão social é reduzida aos processos de exclusão e integração social, geralmente circunscritos a dilemas da eficácia da gestão social; e finalmente a ideologia neoliberal e as concepções pós modernas são analisadas como se restritas apenas à esfera da cultura. No entanto, são fenômenos que compõe a mundialização do capital e devem ser entendidos como partes de um complexo, Iamamoto (2008), afirma que apesar da particularidade de cada um, devem ser entendidos a partir do movimento do real, onde um influencia e sofre influência diretamente do outro, assim, ao se falar em questão social por exemplo, também está se falando de neoliberalismo, de reforma do Estado e de reestruturação produtiva, não havendo entendimento de fato se analisado em separado, desta forma a análise tem que ser realizada a partir da visão de totalidade.

Atribuir visibilidade aos fios intransparentes supra-assinalados, que tecem a totalidade do processo de mundialização, é da maior importância para compreender a gênese da (re)produção da questão social, que se esconde por detrás de suas múltiplas expressões específicas, que condensam uma unidade de diversidades. Aquelas expressões aparecem sobre a forma de 'fragmentos' e 'diferenciações', independentes entre si, traduzidas em autônomas 'questões sociais'. (IAMAMOTO, 2008, p. 110)

Por se tratar de um processo, a mundialização do capital, pode ser dividida em duas etapas (IAMAMOTO, 2008), a primeira entre 1982 e 1994, marcadamente caracterizada pela liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros, apresenta como ponto principal a dívida pública, tendo o endividamento dos Estados proporcionado o poder das finanças, "Sob o efeito das taxas de juros elevadas, superiores à inflação e ao crescimento do produto interno bruto, o endividamento dos governos cresce exponencialmente" (IAMAMOTO, 2008, p. 117). Tal endividamento paralisa o Estado, que passa a ser reduzido na satisfação das necessidades da maioria da população, sendo o fundo público canalizado ao lucro do mercado

financeiro. Seguindo os preceitos dos organismos neoliberais, abrem as suas economias, priorizam as exportações, não estimulam a emissão de moedas e não controlam a saída de capitais, reduzem os gastos públicos afetando diretamente os programas sociais ampliando a desigualdade de renda e aumento da pobreza.

Na sua segunda etapa, a partir de 1994, os mercados das bolsas de valores ocupam o cenário econômico viabilizando a compra de ações dos grupos industriais (esfera produtiva) pelas instituições financeiras (esfera financeira). Ao se apossar do comando dos grupos industriais, passam a ter o monopólio tecnológico e a ditar as regras relacionadas a produção (o que produzir, quanto produzir, como produzir, para quem produzir) com rebatimento direto na organização do trabalho, na sua intensificação, na oferta de vagas, na remuneração e em todo o processo de flexibilização e precarização. Como consequência, têm-se o aumento do desemprego estrutural, o achatamento dos salários, o enfraquecimento das organizações sindicais e a fragmentação da classe trabalhadora acentuada pelo alto grau de competitividade e seletividade, tais fatores têm impactos na questão social.

A hipótese diretriz dessa análise é a de que na raiz do atual perfil assumido pela *questão social* encontram-se as políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo – das instituições e mercados financeiros e empresas multinacionais. Estas são forças que capturam o Estado, as empresas nacionais, o conjunto das classes e grupos sociais que passam a assumir o ônus das 'exigências dos mercados'. (IAMAMOTO, 2008, p. 124) (grifos da autora)

Assim, há um favorecimento da esfera financeira – que nada produz- em detrimento da esfera produtiva – produtora de empregos - por parte do Estado que cooptado pelas finanças se retrai no que seria seu papel fundamental, a organização da vida social e provisão de condições de uma vida digna a todos os cidadãos. Neste contexto, tem-se a banalização do humano, a invisibilidade do trabalho social e o aprofundamento da alienação se materializando na subordinação da sociabilidade humana às coisas materiais, um desenvolvimento econômico em forma de barbárie social.

Após a análise sobre a mundialização financeira e seus rebatimentos na produção e reprodução da vida social, constatou-se que os fenômenos por ela desencadeados impactam diretamente na questão social, uma vez que reorganiza e redireciona a vida a partir dos ideais neoliberais presentes não só na postura dos

Estados, no trabalho e na sua forma de organização e gestão, mas também nos aspectos culturais, nos valores e na identidade de toda a sociedade.

### *1.3.3 A questão social e seus rebatimentos na sociabilidade brasileira*

A questão social no Brasil tem se desenvolvido a partir de suas particularidades históricas presididas em especial pela desigualdade, desde sua gênese o capitalismo brasileiro é marcado pela exclusão da classe trabalhadora dos processos decisivos, voltada predominantemente por uma formação econômica e social direcionada para o comércio externo, desenvolveu seus processos de colonização, independência e industrialização hipertardia numa mescla entre o velho e o novo, sempre a partir do atendimento dos interesses de sua burguesia em detrimento de sua massa de trabalhadores. (QUEIROZ, 2017, p. 763)

As marcas persistentes da desigualdade são recriadas continuamente através dos tempos, assim, com a mundialização financeira tem-se novos fenômenos que passam a ser incorporados aos antigos, o novo surge com a mediação do passado, recriando processos sociais com novos formatos, porém com a mesma base, a desigualdade.

A atual inserção do País na divisão internacional do trabalho, como um país de economia dita “emergente” em um mercado mundializado, carrega a história de sua formação social, imprimindo um caráter peculiar à organização da produção, às relações entre Estado e a sociedade, atingindo a formação do universo político-cultural das classes, grupos e indivíduos sociais. (IAMAMOTO, 2008, p. 128)

A formação social brasileira apresenta particularidades determinadas pelas desigualdades que se manifestam continuamente em épocas diferentes, e que afeta a economia, a política e a cultura, redimensionando ao mesmo tempo o passado e o presente. Desta forma, o processo de mudanças tem seu ritmo particular determinado por desigualdades em direções opostas, “a modernidade das forças produtivas do trabalho social convive com padrões retrógrados nas relações no trabalho, radicalizando a *questão social*” (IAMAMOTO, 2008, p. 129). (grifo da autora)

Neste contexto tem-se uma burguesia com raízes profundamente imbricadas às bases do poder oligárquico<sup>19</sup> e à sua renovação, diante da expansão dos interesses comerciais, financeiros e industriais, ou seja, voltada apenas para seus próprios interesses, sem uma orientação democrática e nacionalista que contribuiria para o desenvolvimento de um capitalismo autônomo. Desta forma, apresenta a condição de um capitalismo atrofiado baseado em maior ou menor grau pela superexploração da força de trabalho que é tida como a saída para a manutenção das elevadas taxas de lucro.

Segundo Iamamoto (2008, p. 140) efetiva-se uma aliança que agrupa os interesses do grande capital financeiro, tanto nacional quanto externo, com o Estado nacional que absorve os interesses oligárquicos e patrimoniais, expressos nas diretrizes e políticas governamentais, ditando um ritmo lento à modernização capitalista da sociedade. Desse modo, o capital se associa ao Estado que passa a priorizar suas necessidades e interesses, ficando a sociedade relegada a um segundo plano, o desenvolvimento do capitalismo no país é voltado primordialmente aos interesses das elites, o que provoca um agravamento das desigualdades sociais expressas nas lutas que incorporam um grande leque de reivindicações da população, como as operárias, o movimento dos trabalhadores sem-terra, movimento negro, movimentos a favor da saúde, moradia, educação, meio ambiente entre outros. Efetiva-se a modernização da economia e do Estado, mas as conquistas sociais, mesmo compondo a Carta Constitucional, não são de fato materializadas.

Com a crise do capital dos anos de 1970, a organização de seu sistema passa por importantes transformações incidindo diretamente na produção e reprodução social, os meios de produção e a forma de produzir passam a se alterar numa transição e coexistência, entre o modelo fordista de produção e o modelo Toyotista, agora com um poder tecnológico muito mais avançado e uma outra proposta de organização do trabalho, muito mais rápida e com uma necessidade muito reduzida de mão de obra. O avanço da esfera financeira sobre a produtiva também é um imperativo bem como o papel do Estado que passa a se eximir de sua responsabilidade junto à população.

---

<sup>19</sup> “A velha oligarquia agrária recompõe-se, moderniza-se economicamente, refaz alianças para se manter no bloco do poder, influenciando decisivamente as bases conservadoras da dominação burguesa no Brasil. Esse vínculo de origem marca profundamente o ‘horizonte cultural da burguesia’, que se socializa polarizada por um forte conservantismo sociocultural e político, traduzido no mandonismo oligárquico”. (IAMAMOTO, 2008, p. 135)

Na contemporaneidade, a sociedade encontra-se imersa ao um novo momento do desenvolvimento do capital, onde, países periféricos como o Brasil, se veem inseridos na divisão internacional do trabalho carregando as marcas históricas de sua formação e desenvolvimento, as quais são redimensionadas pelo presente. (IAMAMOTO, 2008, p. 107). A partir dos ideais neoliberais, há um processo de desarticulação dos trabalhadores e de suas representações, os sindicatos, viabilizando assim salários menores e ao mesmo tempo estimulando uma acirrada competitividade entre os trabalhadores, uma vez que as taxas de desemprego se aprofundam substancialmente. Tem-se assim, o enfraquecimento das entidades sindicais, a implantação de uma política monetária e uma reforma fiscal que visem beneficiar os detentores do capital, uma vez, que reduz as taxas de impostos sobre as altas rendas e favorecendo o aumento das taxas de juros, preservando sobremaneira o capital financeiro.

O projeto neoliberal pretendia deter a inflação e aumentar os lucros, mas, fazendo crescer simultaneamente o desemprego e a desigualdade social, não conseguiu atingir seus fins econômicos de alavancar a produção e ampliar sua taxa de crescimento, no entanto, se mostrou largamente vitorioso no plano político-ideológico, provocando um crescimento especulativo da economia ao mesmo tempo que inibia o setor produtivo. (IAMAMOTO, 2008, p. 141)

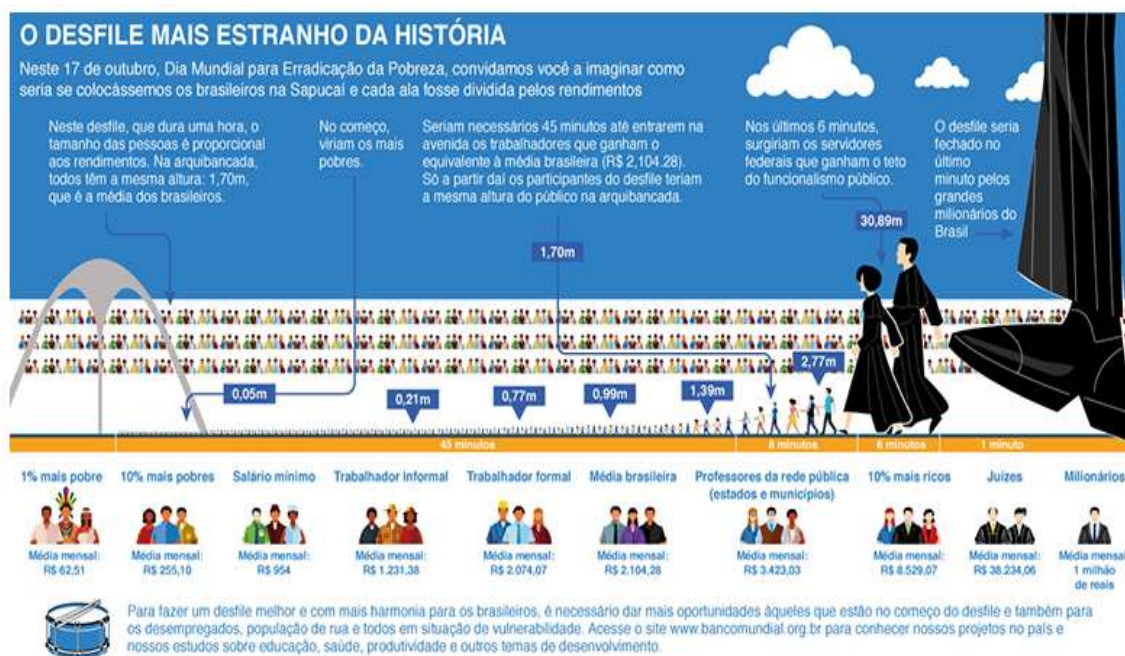
Tanto o desemprego quanto a desigualdade são efeitos da mesma causa, a política neoliberal, que tem no mercado a grande esfera reguladora das relações econômicas, individualizando a responsabilidade dos sujeitos em encontrarem ou não o trabalho. O ideário neoliberal foi facilmente aderido pela sociedade brasileira, que possui fortes traços de coronelismos e populismos, que se apropria do Estado para satisfazer interesses particulares dos grupos no poder, uma sociedade absolutamente hierarquizada onde existe uma cidadania ainda frágil, com cidadãos de primeira e de segunda categoria, prevalecendo as relações de favor e dependência, uma cidadania ainda muito longe do que realmente deveria ser.

Neste contexto, verificam-se importantes alterações na forma de produção e de gestão do trabalho perante as novas exigências do mercado mundial, agora sob o comando do capital financeiro, que transformam sobremaneira as relações entre capital e Estado, reconfigurando assim a questão social. Dentro desta reconfiguração o caráter volátil do crescimento resulta em maior concentração de renda e aumento

da pobreza, ampliam-se as desigualdades distribuídas nos territórios, bem como a distância entre as rendas advindas do trabalho e do capital e entre os rendimentos dos trabalhadores qualificados e não qualificados.

Com a abertura das economias dos países periféricos, conforme orientações dos organismos multilaterais, tem-se o déficit da balança comercial, o fechamento das indústrias nacionais, a elevação das taxas de juros e o ingresso de capitais especulativos. Toda essa nociva dinâmica faz com parte significativa da indústria nacional seja destruída por não suportar a concorrência com grandes oligopólios e ao mesmo tempo, tenta-se reestruturar as que se mantiveram no mercado, crescendo a necessidade de financiamento externo e com ele as dívidas interna e externa, ampliando o déficit comercial. “Os investimentos especulativos são favorecidos em detrimento da produção, o que se encontra na raiz da redução dos níveis de emprego, do agravamento da questão social e da regressão das políticas sociais públicas”. (IAMAMOTO, 2008, p. 143). Interessante esclarecer, que os organismos multilaterais que estimulam todo esse quadro de aumento das desigualdades, são os mesmos que as analisam e chamam a atenção para a necessidade de reversão, no mínimo contraditório.

**Figura 1 - Infográfico retrata desfile de desigualdades na Sapucaí - 2018**



O presente infográfico<sup>20</sup> teve como referência o tratado sobre a distribuição de renda no Reino Unido em 1971, no qual o economista holandês Jan Pen, descreveu um desfile que começa pelas pessoas mais pobres e gradativamente as de renda maior até chegar as mais ricas no final do desfile. Propõe-se, o mesmo exercício a ser realizado com a sociedade brasileira na atualidade, tendo como passarela a Marquês de Sapucaí, neste desfile a renda está diretamente associada ao tamanho apresentado, assim, “Por muito tempo, só se veriam pessoas incrivelmente pequenas (apenas alguns centímetros de altura), um incrível desfile de anões. Levaria mais de 45 minutos para os participantes alcançarem a mesma altura que os espectadores. Nos minutos finais, gigantes incríveis, mais altos do que montanhas, apareceriam”, descreve o relatório, produzido pelo Gabinete do Economista-Chefe da regional do Banco Mundial. O encerramento seria feito pelos milionários brasileiros, que teriam dois terços de seus corpos a 100 Km acima do nível do mar.

A desigualdade se aprofunda ainda mais, quando o mundo do trabalho perde sua capacidade de geração de emprego, bem como, quando o emprego oferecido é precarizado, na esfera produtiva tem-se a combinação do padrão fordista/taylorista com o modelo toyotista com elevado padrão tecnológico, sendo os avanços científicos de última geração apropriados pelas grandes empresas multinacionais, no entanto, as relações do trabalho tornam-se regressivas do ponto de vista da classe trabalhadora. A flexibilização passa a ser parte integrante da dinâmica social, se estendendo às formas de organização da produção, gestão e remuneração da força de trabalho, do mercado de trabalho, dos direitos sociais e trabalhistas até os padrões de consumo. “Essa investida a favor do crescimento econômico dos oligopólios e contra o desenvolvimento social atinge visceralmente a luta sindical em um quadro de recessão e desemprego”. (IAMAMOTO, 2008, p. 143)

Na lógica proposta, o “fator trabalho”<sup>21</sup> apresenta um peso decisivo, envolve desde o embate contra os sindicatos - que por meio de sua organização e luta procura atender os interesses da classe trabalhadora- os direitos trabalhistas conquistados e os cortes salariais. Dentro da necessidade do capital, o trabalhador passa a desenvolver um perfil polivalente - capaz de executar diversas tarefas - o que provoca o enxugamento das empresas, além de ter parte de sua produção terceirizada, transferindo para estas, os riscos e oscilações do mercado.

---

<sup>20</sup> Este infográfico foi divulgado pelo Banco Mundial em 17 de Outubro de 2018, dia em que a comunidade internacional lembra o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza.

<sup>21</sup> Termo utilizado por Iamamoto, 2008.

Para Iamamoto (2008, p. 143-144), a reestruturação produtiva impacta diretamente o mundo do trabalho, transformando-o radicalmente, alterando seus processos de gestão, suas condições e relações de trabalho, assim como o conteúdo e significado do próprio trabalho, reduzindo o trabalho vivo em detrimento do trabalho morto e ampliando exponencialmente o desemprego estrutural.

Em relação ao enfraquecimento das entidades sindicais no Brasil na atualidade, apresentam-se dois fatores principais, a alta taxa de desemprego, que mantém um grande número de trabalhadores fora de atividades laborais formais, e, ao mesmo tempo, a efetivação de uma importante alteração na CLT, na qual a lei 13.467/17, transforma em não compulsória a contribuição sindical, cujo valor é utilizado para a manutenção dos sindicatos. Dessa forma, tem-se a reestruturação produtiva e o Estado mínimo unidos para a desarticulação da classe trabalhadora, ação norteada pelos princípios neoliberais.

#### **Quadro 1 - Taxa de sindicalização das pessoas ocupadas - 2012-2017**

| Taxa de sindicalização das pessoas ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal Brasil - 2012/2017 |                                                                         |             |             |             |             |             |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal                                                                                             | Taxa de sindicalização das pessoas ocupadas na semana de referência (%) |             |             |             |             |             |
|                                                                                                                                                              | 2012                                                                    | 2013        | 2014        | 2015        | 2016        | 2017        |
| <b>Total</b>                                                                                                                                                 | <b>16,2</b>                                                             | <b>16,1</b> | <b>15,9</b> | <b>15,8</b> | <b>14,9</b> | <b>14,4</b> |
| Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada                                                                                                 | 20,9                                                                    | 20,5        | 20,0        | 20,4        | 18,7        | 19,2        |
| Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada                                                                                                 | 5,4                                                                     | 5,4         | 5,4         | 5,1         | 5,7         | 5,1         |
| Trabalhador doméstico                                                                                                                                        | 2,7                                                                     | 2,8         | 3,3         | 3,0         | 3,6         | 3,1         |
| Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar)                                                                                        | 28,4                                                                    | 29,0        | 29,4        | 28,9        | 27,5        | 27,3        |
| Empregador                                                                                                                                                   | 18,6                                                                    | 16,7        | 16,0        | 16,5        | 17,4        | 15,6        |
| Conta própria                                                                                                                                                | 11,3                                                                    | 11,2        | 10,5        | 10,3        | 9,7         | 8,6         |
| Trabalhador familiar auxiliar                                                                                                                                | 14,7                                                                    | 16,2        | 14,8        | 14,9        | 14,7        | 11,5        |
| Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2017.                   |                                                                         |             |             |             |             |             |

**Fonte:** Agência IBGE - Notícias 11/2018d.

De acordo com o quadro acima, a taxa de sindicalização no país tem estado em franca decadência, segundo as informações do IBGE (2018d), em 2017 das 91.449 milhões de pessoas ocupadas apenas 14,4% (13.137 milhões de pessoas) estavam associadas ao sindicato, tendo uma queda correspondente de 3,2% em relação ao ano anterior, se configurando como a menor taxa desde 2012.

Nesse contexto de intensas mudanças, a relação Estado/sociedade civil também sofre impactos, o Estado a partir do ideário neoliberal passa a ter sua intervenção voltada aos interesses privados do capital e ao mesmo tempo restringe os gastos sociais (voltados para o atendimento das necessidades da população) tendo como justificativa a tão propagandeada crise fiscal do Estado. O resultado é um amplo e duradouro processo de privatização, no qual, o Estado se submete cada vez mais aos interesses políticos e econômicos do grande capital, chegando a renunciar a soberania nacional, a fim de pagar as dívidas interna e externa.

A partir do discurso sobre a necessidade de reduzir os gastos sociais para conter a crise fiscal, o Estado brasileiro aprovou em 2016 a Proposta de Emenda Constitucional (PEC-95) que congela os investimentos em políticas públicas por 20 anos. Tal medida apresenta como pano de fundo a mais recente crise do capital, eclodida em 2008, dentre as respostas encontradas, se propõe posturas ainda mais diretas, incidindo na redução, senão eliminação das políticas públicas sob responsabilidade do Estado e o desmonte da legislação trabalhista, para Queiroz (2017, p. 761) tais respostas carregam em si o atraso e as particularidades da burguesia brasileira e de sua classe trabalhadora.

Tal emenda paralisa políticas públicas e em especial as políticas sociais, uma vez que quando se fala em cortes no orçamento, a área social é a primeira a ser atingida. Seguem os principais pontos da emenda.

**Figura 2 - Emenda Constitucional 95 -Teto dos gastos públicos**



Fonte: Câmara dos Deputados/ Notícias - 12/2016.

A proposta de Emenda Constitucional PEC-241 na Câmara dos Deputados ou PEC-55 no Senado, foi aprovada e passou a ser a Emenda Constitucional (EC) 95, que congela os gastos públicos por 20 anos, refletindo diretamente na efetivação dos direitos sociais. A EC 95 trará impactos extremamente severos aos mais pobres, aprofundando a desigualdade e a miséria, pois acaba por bloquear os gastos necessários para o atendimento da população, em especial a mais vulnerável. Essa medida atinge toda a população, mas em especial ao segmento idoso, segundo Soares, Farinelli, Liporoni (2017, p. 12):

[...] trará regressão dos direitos conquistados quanto aos serviços oferecidos a toda a população e, em particular, às políticas sociais da saúde e da assistência social, com impactos significativos quanto à qualidade de vida do segmento idoso, principalmente nos de situação de vulnerabilidade social.

Os direitos contidos na Constituição Federal de 1988 se mostram ainda mais distantes de sua efetivação, os serviços públicos que já se mostravam insuficientes tendem a se reduzir ainda mais, áreas como a saúde e a educação sofrerão impactos extremamente negativos, o Sistema Único de Saúde (SUS), um dos maiores, senão o maior sistema público de saúde do mundo, corre o risco de acabar. Por sua vez, a área da Assistência Social já está sentido o impacto negativo da EC 95, materializado em um recente corte de quase 50% do orçamento proposto para o funcionamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), expresso no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA 2019), tal fato aprofundará a precarização dos serviços, programas, projetos e benefícios ofertados a aproximadamente trinta milhões de famílias atendidas nos mais de oito mil centros de Referência e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CRAS e CREAS), além dos demais equipamentos. (CFESS, 2018)

A política social, submetida aos ditames da política econômica, é redimensionada ante as tendências de privatização, de cortes nos gastos públicos para programas sociais, focalizados no atendimento à pobreza e descentralizados na sua aplicação. (IAMAMOTO, 2008, p. 147)

É importante salientar que um estudo realizado por pesquisadores da USP, “indica que, no Brasil cerca de 60% dos nossos idosos estão vinculados ao SUS [...]”. (LIMA; SANGALETI, 2010, p. 30).

Ainda segundo as autoras:

O problema é que o SUS tem limitações para responder a esta importante demanda, que faz que muitos idosos fiquem sem assistência, em atendimentos precários ou aguardando atendimento nas já famosas “lias de esperas”. A questão central resume-se na dificuldade de o Poder Público equacionar a problemática assistencial de Saúde para atender o contingente populacional socialmente mais desfavorecido. (LIMA, SANGALETI, 2010, p. 30).

Em nome da “crise fiscal do Estado”, os serviços sociais são transformados em mercadorias, onde adota-se uma postura de compra de serviços sociais privados, via credenciamento de serviços, utilizando os recursos do fundo público, dessa forma se desqualifica e retira o financiamento dos serviços públicos. Dentro do projeto neoliberal os direitos sociais são subordinados à lógica orçamentária, como se esta fosse inquestionável, assim, tem-se uma inversão, o direito constitucional é que teria que impor e orientar as verbas orçamentárias, e não serem submetidos à disponibilidade das mesmas.

Para o ideário neoliberal, os serviços públicos universais e gratuitos representam um gasto estatal excessivo “Como o gasto social é tido como uma das principais causas da crise fiscal do Estado, a proposta é reduzir despesas, diminuir atendimentos, restringir meios financeiros, materiais e humanos para a implementação dos projetos.” (IAMAMOTO, 2008, p. 149).

**Gráfico 5 - Valores empenhados - Orçamento Governo Federal 2018**

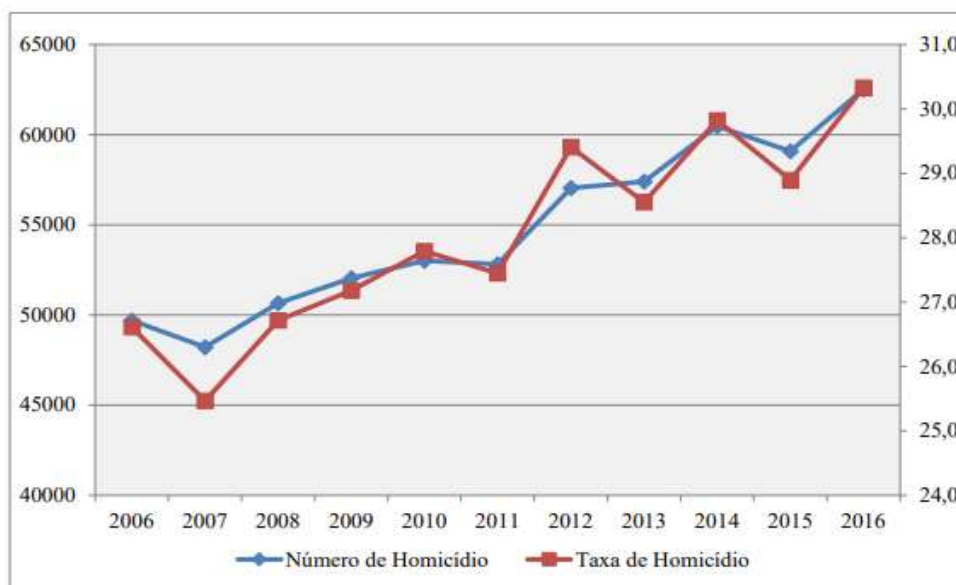


**Fonte:** Portal da Transparência - 2019.

A partir da análise do gráfico que contempla os valores empenhados pelo Governo Federal no Orçamento para o ano de 2018, é possível constatar um viés nitidamente neoliberal, onde a maioria do orçamento está direcionada ao pagamento de dívidas, indenizações e ressarcimentos, como consta nos Encargos Especiais contando com 52% do orçamento, já os gastos com políticas públicas, essenciais aos cidadãos, representam a menor parte. A Previdência Social que abarca em especial as aposentadorias, pensões e os Benefícios de Prestação Continuada (BPC) representam 25% do orçamento, a área da Saúde tem 5% do orçamento, Educação 4% e Assistência Social apenas 3% do orçamento.

Para Behring (2008, p. 187), a combinação perversa entre o agravamento da pobreza, a suposta falta de recursos do Estado - “porque já sabemos que eles existem para o pagamento de dívidas” - e o descaso para com as políticas sociais são extremamente dramáticos, pois a falta de acesso ao trabalho e às políticas sociais aumentam substancialmente as situações de risco e vulnerabilidade social<sup>22</sup>, impactando inclusive no aumento da violência.

**Gráfico 6 - Brasil: número e taxa de homicídios 2006-2016**



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios na UF de residência da vítima foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

**Fonte:** Atlas da violência - IPEA 2018.

<sup>22</sup> Segundo a Política Nacional de Assistência Social de 2004 (PNAS) (BRASIL, 2005, p. 34), “[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.”.

A partir de informações do Atlas da Violência - 2018, publicado pelo IPEA, em 2016 o Brasil, pela primeira vez na história superou o patamar de 30 mortes por 100 mil habitantes, demonstrando que a violência no país está em ampla ascensão. A violência se apresenta enquanto uma das expressões da questão social, a partir do contexto de desigualdade, exclusão e descrença em dias melhores, a tendência é um aumento ainda maior.

O desemprego como amplamente debatido anteriormente, também se faz como um dos pilares mais importantes da questão social, devido ao processo de reestruturação produtiva, a ascensão da esfera financeira, o uso maciço de tecnologia de ponta, o redimensionamento do trabalho, tanto em sua essência quanto em suas formas de gestão, entre outros, provocam um desemprego estrutural de longuíssimo prazo, além da precarização do trabalho ainda existente.

**Gráfico 7 - Mercado de Trabalho indicadores selecionados - Brasil 2012-2017**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2017.

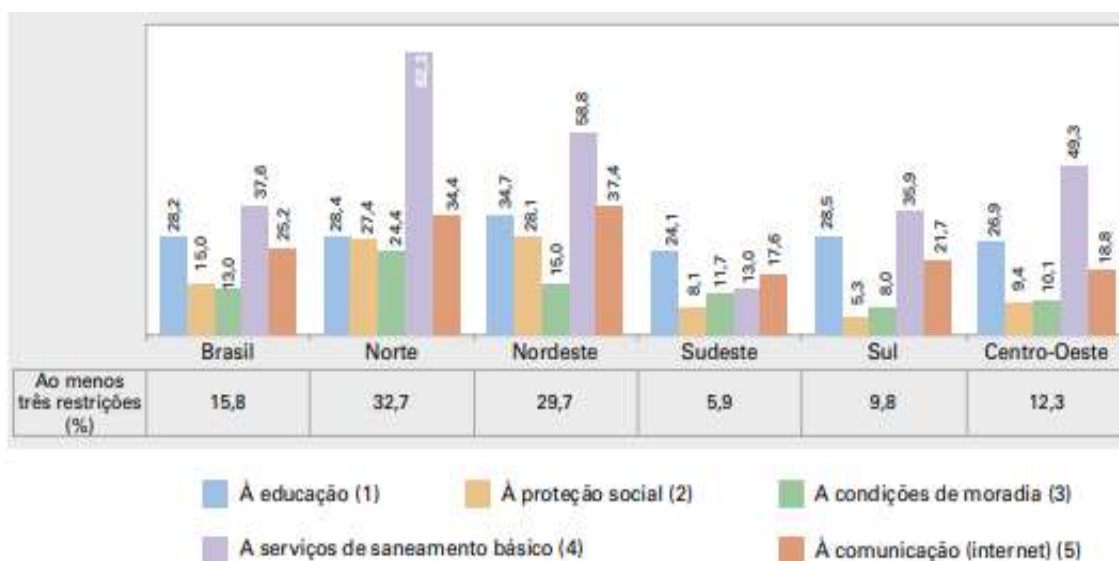
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

**Fonte:** IBGE - Síntese dos Indicadores Sociais 2018c.

Segundo o IBGE, as taxas de desocupação ou subutilização (insuficiência de horas trabalhadas, desocupados e força de trabalho potencial) tiveram um forte crescimento nos anos de 2015 a 2017, enquanto o nível de ocupação registrou redução. Ou seja, o contingente que ingressou na força de trabalho ou que estava

ocupado, em grande parte, passou a compor a população desocupada ou subutilizada. Caracterizando assim o desemprego e o trabalho precário. Em um quadro desfavorável à criação de empregos, a população sofre com restrições ao acesso de condições dignas de vida, sobrevivendo em condições precárias e insalubres, onde falta desde água encanada e rede de esgoto, passando por moradias impróprias, saúde e educação precárias, proteção social reduzida e acesso a comunicação também insuficiente, além de muitos outros problemas que agudizam a questão social.

**Gráfico 8 - Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares com restrições ao acesso - por região 2017**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

**Fonte:** IBGE - Síntese dos Indicadores Sociais - 2018.

Neste gráfico, tem-se as algumas das restrições ao acesso as quais a população brasileira está submetida, no Brasil em 2017, 15,8% da população estava submetida a ao menos três das cinco restrições estudadas, as maiores incidências foram nas regiões norte (32,7% da população) e nordeste (29,7%). De modo geral a restrição com maior incidência está relacionada ao acesso a serviços de saneamento básico, 37,6% a nível nacional, impactando em especial a população das regiões norte, 82,3% e nordeste, 58,8%, a educação aparece com 28,2% das restrições no país, seguida da comunicação 25,2%, proteção social 15% e condições de moradia 13%.

A restrição à esses direitos básicos, se configuram enquanto privações de direitos, segundo a ONU os direitos humanos não são divisíveis, ou seja, não há violação parcial dos direitos humanos, assim, quando se tem fatores que impedem o direito à vida, à educação, ao trabalho, a um padrão de vida adequado, entre tantos outros, viola-se os direitos humanos (em sua completude) e os direitos de cidadania, transformando uma grande parcela da população em cidadãos de segunda classe.

A partir da discussão sobre a centralidade do trabalho no desenvolvimento dos modos de produção e reprodução social desde a comunidade primitiva até e as recentes e profundas transformações ocorridas na contemporaneidade, teve-se a pretensão de trazer subsídios teóricos atrelados a dados atuais, como forma de ilustrar os rebatimentos na sociabilidade brasileira, por considerar necessário o entendimento, de que estas transformações impactam e redimensionam a questão social. Em especial a realidade vivenciada pelo(a) velho(a) trabalhador(a), que sofre o descaso de um governo neoliberal que restringe direitos em detrimento do grande capital, sucateando os sistemas de saúde e de assistência social, além de culpabilizar frequentemente o(a) velho(a) trabalhador(a) pelos encargos da previdência social, transformando direitos legítimos, conquistados com muita luta em peso morto para um Estado que só se importa com as finanças.

Desta forma, todo o conteúdo abordado neste capítulo permeia e impacta as condições objetivas de vida da classe trabalhadora, possibilitando apreender e analisar as implicações do trabalho assalariado na trajetória de vida e velhice dos(as) velhos(as) trabalhadores(as) .

Para dar continuidade a reflexão proposta pelo estudo, no próximo capítulo serão abordadas as categorias tempo e velhice, com o objetivo de se analisar como essas se desenham na contemporaneidade, tendo como pano de fundo o sistema capitalista e suas determinações na trajetória de vida, no envelhecimento e na velhice dos(as) velhos(as) trabalhadores(as).

**CAPÍTULO II**  
**A VELHICE E O TEMPO**

Neste capítulo, problematizando nosso objeto de estudo, ou seja, “trabalho, a trajetória de vida, o envelhecimento e velhice de velhos(as) trabalhadores(as) que frequentam programas da terceira idade em Franca”, vamos analisar historicamente a categoria tempo, mostrando que o tempo transcorre de maneira diferente de acordo com o sistema de produção vigente.

## **2.1 O Tempo**

A categoria tempo se impõe como um verdadeiro desafio a ser enfrentado neste estudo, pois a partir do entendimento de que o tempo transcorre de maneira distinta de acordo com o sistema de produção e reprodução vigente, pressupõe-se que o tempo do capital é diferente do tempo de outras épocas, das quais apresentavam outras formas de organização social. Propõe-se a partir desta afirmação, uma reflexão sobre o papel central do tempo no trabalho, na trajetória de vida, no envelhecimento e velhice dos(as) velhos(as) trabalhadores(as), participantes desta pesquisa, que ao estarem inseridos no tempo do capital veem seu tempo de vida ser subjugado constantemente ao tempo da produção.

Kant (2013), ao fazer sua reflexão filosófica sobre o conceito moderno de tempo, afirma que o tempo e o espaço não são conceitos formados pelos pensamentos humanos em si, mas sim sobre a capacidade de perceber e pensar, desta forma pode-se conhecer o mundo somente a partir das formas de tempo e espaço registradas em nossa razão, anteriores a todo conhecimento, no entanto, tais formas são definidas de modo abstrato e a-histórico, válidas para todas culturas, épocas e formas sociais. Nesta perspectiva o tempo é um fluxo temporal abstrato, sem conteúdo e homogêneo, assim tempos diferentes seriam partes de um mesmo tempo, desconsiderando a diversidade cultural e social presentes neste. Contudo, Kurz (1999, p. 2) argumenta que a experiência e a percepção a-histórica do tempo, não se sustentam, pois ao se considerar que em culturas agrárias pré-modernas não se percebia o tempo de forma linear e homogênea, mas sim marcado por ritmos temporais de constante repetição, regulados a partir das estações e dos ciclos cósmicos. O tempo nestas culturas (não capitalistas) não se dava pelo cronômetro, mas sim pelo movimento natural do dia e da noite, do calendário lunar, das estações, tendo a vida regida pelo ritmo da própria terra, o tempo de trabalho se organizava a

partir da natureza, calcado em uma dinâmica familiar mediada pelos fatores de geração e gênero.

Se o tempo é uma forma inscrita a priori na capacidade cognitiva humana, não é menos verdade que a essa forma subjaz uma mudança histórica e cultural. As pesquisas mais recentes sobre as diferentes culturas do tempo confirmaram essa descoberta. Em todas essas culturas, não afetadas pela modernidade capitalista, o tempo não apenas “transcorre” de modo distinto; além disso, existem formas inteiramente diversas de tempo que transcorrem paralelamente e cuja aplicação varia de acordo com o objeto ou a esfera de vida a que se reporta a percepção temporal: ‘Cada coisa tem seu próprio tempo. (KURZ, 1999, p. 2).

Assim, diferentemente do tempo do capital, o tempo nas sociedades com outras configurações se mostra distinto, marcando outro ritmo, vivenciado de outra forma, de maneira que diferentes sociedades vivem e constroem sentidos de tempo e de espaço distintas, tais sentidos são determinados pelos processos materiais de existência, o desenvolvimento das práticas materiais de produção se transformam historicamente no tempo e geograficamente no espaço, desta forma a própria noção de tempo e espaço se altera. “Em suma, cada modo distinto de produção ou formação social incorpora um agregado particular de práticas e conceitos do tempo e do espaço.” (HARVEY, 1992, p. 189). Desta forma, pode-se afirmar que a concepção de tempo do sistema capitalista difere totalmente da concepção da sociedade feudal, pois a partir da inclusão do cronômetro passou-se a dar um sentido linear e progressivo à vida inclusive com a potencialidade de controle do futuro.

Segundo Kurz (1999, p. 2) o tempo de trabalho na Antiguidade e na Idade Média era bem menor do que o exigido do trabalhador no capitalismo, mesmo se considerando que nos períodos anteriores o nível técnico do trabalho era significativamente menor, refletindo em uma produção modesta, por vezes limitada, ainda sim, o tempo de trabalho empregado era reduzido, nestes períodos a religião tinha primazia sobre a economia, o tempo voltado ao sagrado materializado em festas e rituais religiosos era sobremaneira mais importante que o tempo da produção, a produção ocupava um patamar inferior na organização social, não havendo separação entre tempo de trabalho e tempo livre, o trabalho tinha sentido, não era um ato repetitivo vazio, com o fim único de criar mercadorias que lhes eram estranhas, as atividades produtivas eram impregnadas pelo ócio e se mostravam menos intensivas, assim a demarcação entre a vida e o trabalho era pequena, não existindo conflito e tampouco separação rígida e estranhada entre o trabalho e o ócio.

Ademais, o volume das atividades agrárias na velha Europa, se diferenciavam muito de acordo com as épocas do ano, nas mais quentes se concentrava as tarefas e no inverno se permitia uma maior calma e tranquilidade, utilizando esse período para celebração das festividades privadas, por sua vez, a população artesã das cidades não tinham suas tarefas tão determinadas pelas disparidades sazonais, mas possuíam dias reduzidos de trabalho nas oficinas, trabalhando entre três e quatro dias por semana, segundo a *vontade e necessidade*, neste período havia o costume de prolongar o final de semana até segunda-feira. “A história da disciplina capitalista é também a história da luta encarniçada contra essa ‘segunda-feira livre’, que só aos poucos foi eliminada com punições dracônicas, sendo ainda encontrada em algumas regiões em pleno século XX” (KURZ, 1999, p. 3) Alguns trabalhadores autônomos, em especial os cabelereiros, ainda hoje não trabalham às segundas-feiras, quiçá mantendo, mesmo que de forma inconsciente uma antiga herança da velha Europa.

Ao se comparar o tempo de produção capitalista e pré-moderno fica evidente a diferença qualitativa entre ambos, mesmo se considerando o baixo nível produtivo pré-moderno, que podia gerar alguns problemas de abastecimento, “a produção não era um fim em si mesmo abstrato como hoje, mas prazer e *ócio*”, ao se falar em *ócio* neste período deve-se destacar que ele não pode ser comparado ao tempo livre dos dias atuais, pois o *ócio* não se dava separado da atividade remunerada, mas estava presente, junto aos nichos da própria atividade produtiva, “o ritmo de esforço e descanso, de produção e *ócio* transcorria no interior de um processo vital amplo e abrangente”. (KURZ, 1999, p. 3). Assim, o que poderia se considerar como uma jornada de 8 horas de trabalho, não significava naquele momento uma atividade intensa sob o controle do capital, mas era um tempo de produção com a presença de momentos de *ócio*, com prolongadas pausas, sobretudo para o almoço (que se preservou por mais tempo nos países mediterrâneos) costume que foi sugado pela draga da industrialização capitalista, passando a imprimir um ritmo frenético e desumano ao trabalho e ao mesmo tempo eliminando qualquer possibilidade da presença de *ócio* na atividade laboral. A produção pré-capitalista, além de contar com a presença do *ócio*, também se caracterizava como menos concentrada, mais lenta e menos intensiva, “Numa atividade autodeterminada, sem a pressão da concorrência, esse ritmo moderado do ato produtivo revela claramente a maneira “natural” do comportamento humano.” (KURZ, 1999, p. 3).

Já na modernidade a realidade vivenciada pelos indivíduos é direcionada por uma separação rígida entre o tempo de trabalho e o tempo livre (quando esse se faz possível), institui-se uma série de demarcações das diferentes faixas etárias, das diferentes fases da vida, esta periodização da vida estabelece valores, hábitos e regras que incidem em todos os indivíduos de formas diferenciadas de acordo com a posição que estes ocupam dentro do sistema. O capital com o objetivo constante de transformação de energia humana em dinheiro, faz com que o tempo deixe de ser um tempo vivido e vivenciado, tornando-se de fato mercadoria, dinheiro, portanto, o tempo de vida do trabalhador coincide com o tempo de seu processo produtivo, assim a relação entre homens passa a ter uma forma *fantasmagórica* de uma relação entre coisas, denominado por Marx (2013) como *fetichismo*, onde se fragmenta a vida humana em fases que serão coisificadas, condenando os trabalhadores à degradação durante todo curso de sua vida, submetendo e convertendo o seu tempo de vida (enquanto campo de desenvolvimento humano) em tempo de trabalho.

O tempo é o campo de desenvolvimento humano. O homem que não dispõe de nenhum tempo livre, cuja vida, afora as interrupções puramente físicas do sono, das refeições etc., está toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. É uma simples máquina fisicamente destroçada e espiritualmente animalizada para produzir riqueza alheia. E, no entanto, toda a história da moderna indústria demonstra que o capital, se não lhe põe um freio lutará, sempre, implacavelmente e sem contemplações, para conduzir toda a classe operária a este nível de eterna degradação. (MARX, 1865, p. 37)

A expropriação do tempo de vida do trabalhador privilegia o espaço funcional do capital, para o homem, este tempo de trabalho alienado se torna sem alma, vazio, morto, perdido. Desta forma, a relação tempo de vida e tempo de trabalho, bem como a característica desse trabalho – alienado ou vivo- determina o grau de desenvolvimento do homem enquanto humano genérico, possibilitando ou inviabilizando um possível processo de emancipação, emancipação esta, que se distancia quanto mais o capital se desenvolve. Para Alves (2011) a dinâmica entre *espaço tempo de vida* e *espaço tempo de trabalho* provocada pela desmedida jornada de trabalho, onde todo o tempo é destinado à funções laborais, acaba por corroer a formação humano genérica e aprofundar a auto-alineação “Transfigura-se a cotidianidade de homens e mulheres que trabalham, com a redução da vida pessoal à mero trabalho assalariado.” (ALVES, 2011, p. 12).

Na ditadura do tempo abstrato, sob a injunção surda da concorrência de mercados anônimos, 'em que tempo é dinheiro', 'o tempo é tudo e o homem não é nada', a vida se restringe ao trabalho, à aceleração do tempo necessário à produção. O sentido da vida para os trabalhadores fica fora do local de trabalho- ou porventura em parte alguma, porque a cadência do trabalho rege inteiramente todas as coisas. [...] nesse modo de produção os métodos dessa 'racionalização do tempo' não param de se refinar e de se inculcar profundamente no corpo social, é o domínio de uma lógica da 'economia de tempo', um sistema de aceleração permanente e sem sentido, independentemente das necessidades do homem. (TEIXEIRA, 2008, p. 72)

Destarte, a sociedade do trabalho assalariado tem o tempo de vida tomado pelo capital, e esse “caráter absurdo dessa concentração monstruosa do espaço-tempo capitalista não é mais consciente para nós” (KURZ, 1999, p. 3), desde sua gênese o capital leva a classe-que-vive-do trabalho a uma constante degradação, na contemporaneidade as relações de produção e reprodução social se transformaram, mas mantém sua característica fundamental, ou seja, a exploração do trabalho e a expropriação do tempo de vida da grande massa dos trabalhadores no contexto mundial. Ao ter direcionado o seu tempo de vida à funções laborais, o homem a partir de sua necessidade de sobrevivência passa a viver sob a ditadura do sistema, que determina o quanto se tem que trabalhar para manter-se vivo, além da necessidade de sobrevivência há a criação de padrões morais que devem ser seguidos dentro da sociedade capitalista, estando o trabalho envolto a um caráter positivo, inclusive como discurso, ao se afirmar que o trabalho dignifica o homem, no entanto, é necessário que se entenda de qual trabalho está se falando, o trabalho vivo, com sentido, onde o trabalhador se reconhece nele, ou, o trabalho morto, alienado, sem sentido algum, exceto o recebimento de um salário.

Apesar de consumir a maior parte do tempo diário, a maioria esmagadora dos que laboram não sente o tempo de trabalho como tempo de vida próprio, mas como tempo morto e vazio, arrebataado à vida como num pesadelo. Do ponto de vista do espaço e do tempo capitalistas, inversamente, o tempo livre dos trabalhadores é tempo vazio e de nenhuma serventia. Como esse fim em si mesmo, fugindo a todo controle, tem como princípio eliminar qualquer limite que o contenha, existe no capitalismo uma forte tendência objetiva para minimizar o tempo livre ou ao menos racionalá-lo austeramente. Daí o paradoxo de as pessoas no mundo moderno terem de sacrificar muito mais tempo livre à produção do que nas sociedades agrárias pré-modernas, a despeito do gigantesco desenvolvimento das forças produtivas. (KURZ, 1999, p. 2)

Deste modo, o tempo de trabalho quando alienado, pertence ao capital, corrói as potencialidades humanas e degrada o sujeito que trabalha, tal sujeito não é dono sequer do seu tempo de vida e se submete permanentemente à ditadura das unidades

temporais abstratas, calendários e relógios, para Elias(1998) a modernidade faz com que o tempo seja coercitivo, impondo através do cronometro, relógios, calendário, tabelas de horários, entre outros instrumentos de “tortura” a autodisciplina nos indivíduos que passam a viver sob o jugo permanente do tempo que não lhes pertence. Mészáros (2007) afirma que a maior acusação sobre nossa sociedade é que ela se degrada ao submeter o seu tempo de vida ao poder do capital, tanto dos sujeitos quanto da humanidade, sem considerar as consequências. “Em termos gerais, talvez a maior acusação contra nossa ordem social dada é que ela degrada, o fardo inescapável do tempo histórico significativo [...] à tirania do imperativo do tempo reificado do capital, sem levar em conta as consequências”. (MÉSZÁROS, 2007, p. 33). A expansão do capital se efetiva por meio da exploração do tempo de trabalho

A única modalidade de tempo em que o capital pode se interessar é o *tempo de trabalho explorável*. Isso se verifica mesmo quando a exploração cruel do tempo de trabalho se torna um *anacronismo histórico*, em virtude do desenvolvimento potencial da ciência e da tecnologia a serviço da necessidade humana. Contudo, uma vez que o capital não pode contemplar essa alternativa, pois sua realização exigiria transcender as limitações fetichistas estruturais de seu próprio modo de operação, o capital se torna *inimigo da história*. (MÉSZÁROS, 2007, p. 25 (grifos do autor).

Para Beauvoir (1990, p. 445) “existir é temporalizar-se”, assim a existência se efetiva através do tempo, sendo na modernidade marcado pelo ritmo dos relógios, cronômetros e calendários, se efetivando na realidade vivenciada, na trajetória de vida dos sujeitos, marcando o corpo e a vida, fazendo com que “ no presente visamos o futuro através de projetos que ultrapassam nosso passado, no qual recaem nossas atividades, imobilizadas e carregadas de exigências inertes” (BEAUVOIR, 1990, p. 445). Desta forma a idade acaba por modificar a relação que se tem com o tempo, na medida em que se envelhece o futuro encolhe e simultaneamente o passado fica cada vez mais pesado, neste processo o tempo não corre da mesma maneira nas diversas fases da vida se apressando à medida em que se envelhece. Assim, ao se analisar o processo de envelhecimento e velhice no sistema metabólico do capital, o trabalho, a velhice e o tempo se misturam, combinados por uma série de determinantes acabam por culminar no velho trabalhador. “No dia [...] em que se vê obrigado a reproduzir a vida, o indivíduo, encerrado num ofício, vê seu universo encolher e seus projetos se rarefazerem.” (BEAUVOIR, 1990, p. 465).

No sistema capitalista, a partir do significativo desenvolvimento das forças produtivas e tecnológicas, se usadas a favor da humanidade, poderia apresentar

novas possibilidades no uso do tempo dos sujeitos, proporcionando um trabalho que não usurpasse o tempo de vida do trabalhador de forma tão demasiada. No entanto, isso é inadmissível ao capital, pois nada pode limitar sua expansão imperativa. “Nem mesmo quando as consequências devastadoras já são patentemente óbvias tanto no campo da produção como no terreno da ecologia.” (MÉSZÁROS, 2007, p. 25). A discussão, sobre as alternativas do uso do tempo dos sujeitos se mostram enquanto limitações ao próprio sistema sociometabólico do capital e uma afronta ao seu imperativo do eterno presente, onde este se coloca enquanto a única alternativa, como se nenhum outro modo de vida fosse possível à humanidade. “Mas, seja como for, o *eterno presente* do capital, com seu ‘tempo gelado de vitrine’, não pode em absoluto varrer a aspiração da humanidade pelo estabelecimento de uma ordem social historicamente sustentável [...]”. (MÉSZÁROS, 2007, p. 25) (grifo do autor).

Para que haja de fato a emancipação humana, o tempo livre tem que ser de domínio dos próprios homens, usado para o desenvolvimento de suas habilidades, de seu conhecimento, dentro de um processo criativo, amplo e livre, a partir de uma dimensão radicalmente nova do tempo, onde o tempo se apresente enquanto significado no horizonte, mesmo que este processo de alteração da relação com o tempo seja longo, até que os objetivos emancipatório se tornem conscientes ao homem. Destarte, o tempo disponível tem que pertencer aos próprios sujeitos, pois sem este, a emancipação humana é inviável, é fundamental que os próprios homens tomem o controle de sua reprodução sociometabólica fundada no tempo disponível, redirecionando a vida que passa a ter sentido, de fato, vivida pelos sujeitos, desta forma, o tempo disponível passa a ser condição fundamental de um novo futuro, em uma nova sociabilidade que não a capitalista. “Pois, o capital é totalmente incompatível com o tempo livre utilizado de modo autônomo e significativo pelos indivíduos sociais livremente associados” (MÉSZÁROS, 2007, p. 26).

O significado em questão é o *tempo de vida dos indivíduos* potencialmente *significativo*, emergente em seu vínculo próximo com o desenvolvimento produtivo da humanidade, que pouco a pouco liberta os indivíduos dos constrangimentos brutos de sua remota existência, restrita à mera sobrevivência, e institui para eles o poder de fazer *escolhas genuínas*. (MÉSZÁROS, 2007, p. 34, grifos do autor)

Ao se desenvolver historicamente, os sujeitos manifestam sua potencialidade mais significativa, os sujeitos enquanto reais e múltiplos, compõem um corpo social,

que individualmente são (ou deveriam ser) capazes de dar sentido à suas vidas e ao seu tempo vivido, apesar dos constrangimentos potenciais do sistema capitalista, ampliando-se esta análise, o corpo social, formado pelos sujeitos, é capaz de criar historicamente a humanidade, assumindo enquanto humanidade um tempo de vida incomparavelmente maior que o dos sujeitos individuais. Assim, “o tempo histórico da humanidade transcende o tempo dos indivíduos” (MÉSZÁROS, 2007, p. 35), sendo que é a partir da intervenção dos sujeitos (enquanto classes e grupos sociais) que a humanidade se desenvolve e se efetiva.

Mészáros (2007, p. 319) fala da necessidade de “[...] harmonização criativa do tempo dos indivíduos sociais com o tempo histórico *ilimitado* da humanidade”. (grifo do autor), enquanto possibilidade de superação do tempo do capital, onde os homens passariam de fato a serem os donos de seu próprio tempo. Para esta superação é necessário que se entenda que o tempo presente (tempo do capital) não é um “eterno presente”, não tem que ser assim para sempre, há possibilidade e necessidade desta superação, uma vez que o que está em risco não é só o domínio do tempo, mas também a existência do planeta que corre enormes riscos de sustentabilidade. Se o sistema do capital prevalecer, o próprio planeta não será capaz de continuar existindo. Desta forma, Mészáros (2007) amplia ainda mais sua análise deixando explícito que se o domínio do tempo pelo capital permanecer, o homem não terá só seu tempo, mas também sua casa, o planeta.

A linha básica de demarcação com relação ao tempo é traçada entre aqueles que querem eternizar o modo de reprodução sociometabólica do capital estabelecido, não obstante sua crescente destrutividade, e aqueles que terão de instituir e restituir a necessária *alternativa radical* humanamente gratificante em uma escala historicamente sustentável. Por conseguinte, os riscos são verdadeiramente históricos/definidores de uma época e excluem a possibilidade de resolver os antagonismos estruturais do sistema do capital por meio de remendos aqui e ali na ordem existente. (MÉSZÁROS, 2007, p. 322 (grifo do autor))

Para o autor, é necessário que haja uma harmonização do tempo histórico, a partir da adoção pelos sujeitos das potencialidades positivas realizáveis da humanidade, sendo estas seus princípios orientadores e valores de sua própria atividade vital, opondo-se desta forma aos contra-valores do capital, que são impostos como se não houvesse alternativa. Para este processo a consciência da humanidade ameaçada é fundamental, e a partir daí formulam-se estratégias e objetivos sociais conscientes, provenientes dos desafios colocados pelo próprio capital, em busca de

uma nova forma de sociabilidade sem a exploração do homem pelo homem e com a recuperação do tempo de vida com sentido para todos os indivíduos.

Neste contexto, é preciso ultrapassar a imediatez da realidade, para compreender a organização das relações de produção e reprodução do ser social, para percebermos que na sociedade do capital os(as) velhos(as) trabalhadores(as) são penalizados(as) por sua condição de vida. Assim, nesta investigação vamos analisar o processo de envelhecimento e velhice, na perspectiva de totalidade, compreendendo que a velhice é “produzida nos limites das condições concretas no espaço e no compasso do tempo do capital” (CAMPELO; PAIVA, 2014, p. 31), sendo esse o nosso propósito no próximo item, fundamentado na concepção teórico-metodológica do materialismo histórico dialético, buscando captar as contradições, mediações, determinações da realidade, com base no movimento do real em sua totalidade.

## **2.2 A Velhice no tempo do capital**

Como apontado anteriormente, o tempo do capital ao produzir a questão social a partir do incremento constante à produção de desigualdades impacta de diversas formas sobre a realidade, reconfigura as relações de produção e reprodução social. Ao situar a questão do envelhecimento e velhice dentro da lógica capitalista, é necessário atentar para a heterogeneidade deste seguimento, apreendendo suas diferenças a partir de fatores econômicos, sociais, culturais, de gênero, entre outros, considerando sua complexidade calcada na exploração extensiva de mão-de-obra, na expropriação do tempo de vida do trabalhador e no aprofundamento das desigualdades sociais.

Desta forma, é importante debruçar sobre o objeto proposto ‘o trabalho, a trajetória de vida, o envelhecimento e velhice dos velhos(as) trabalhadores(as)’ tendo como foco privilegiado a questão do tempo de vida subjugado ao tempo da produção, pois, em muitos momentos, as trajetórias de vida são determinadas a partir da necessidade de sobrevivência, efetivada pelo trabalho. Pretende-se assim, analisar o processo de envelhecimento e velhice a partir de uma perspectiva de totalidade, um envelhecer situado no tempo e espaço do capital, considerando todas as contradições e determinantes deste sistema social desigual e desumano, uma investigação que entenda o processo de envelhecimento e velhice do velho trabalhador como uma

expressão da questão social<sup>23</sup> devido a vulnerabilidade social que atinge essa população, que é destituída de propriedades, e não mais possuem valor de uso para o capital engendrando estruturas geradoras de desigualdades e pobreza.

Ressalta-se, que na contemporaneidade a questão do envelhecimento e velhice alcançou visibilidade social identificada com diversos adjetivos positivos como a melhor idade, saudável, ativa e bem-sucedida, gerando estereótipos de que todos(as) os(as) velhos(as) são felizes e vivenciam a melhor fase de suas vidas, incorrendo ao sujeito a sua própria responsabilização caso tal condição não se efetive, culpabilizando-o por sua condição vulnerável, por sua velhice trágica, como afirma Haddad (2016). Nesta perspectiva, a relevância social desta pesquisa, baseia-se em desvelar o contraponto a esta postura hegemônica que desconsidera a velhice trágica que recai sobre grande parcela dos(as) velhos(as) trabalhadores(as) do nosso país, sendo necessário “ampliar o conhecimento da velhice de trabalhadores, cuja vida foi marcada pelo desemprego, pela disciplina, pela pobreza, pela subalternidade, pela resistência, pelos sonhos...e pela esperança.” (HADDAD, 2016, p. 26-27).

Destarte, optou-se por uma análise a partir do ponto de vista do debate crítico, no qual, o processo de envelhecimento e velhice se configuram enquanto uma expressão da questão social, privilegiando-se o demarcador de classes sociais como ponto fundamental de diferenciação entre as múltiplas velhices. Corroborar-se com o conceito de “problemática social do envelhecimento” abordado por Teixeira (2008, p. 23), onde o envelhecimento não se torna um “problema social” devido ao declínio biológico e ao aumento numérico desta população, como tratam inúmeros estudos sobre a velhice, mas é um problema social principalmente para as “classes destituídas de propriedade (exceto de sua força de trabalho) e de controle do seu tempo de vida, em função das contradições e determinações da sociedade capitalista”. (TEIXEIRA, 2008, p. 23)

No decorrer deste capítulo, será realizada análise sobre a questão do envelhecimento e velhice a partir dos indicadores da transição demográfica em curso no mundo, as respostas dadas a esse fenômeno pelos organismos internacionais e Estados e os desafios ainda existentes para a efetivação dos direitos dos(as) velhos(as) trabalhadores(as), bem como, a discussão sobre a velhice.

---

<sup>23</sup> A questão social pode ser entendida como “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, quanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. (IAMAMOTO, 2005, p. 27)

### 2.2.1 A velhice

A velhice se mostra enquanto um fenômeno múltiplo, apresentando as dimensões cronológica, biológica, psicológica, cultural, econômica e social mostrando-se multifacetada, complexa e heterogênea. Assim, não se configura enquanto única a todos, pelo contrário, é vivenciada de diversas formas pelos sujeitos, se caracterizando de fato como o resultado da sua trajetória de vida. Para Beauvoir (1990, p. 15) a velhice tem uma dimensão existencial, modificando a relação do sujeito com o tempo e, portanto, sua relação com o mundo e com sua própria história, no entanto, o homem nunca vive em estado natural, assim na velhice, como em qualquer outra fase da vida, sua condição lhe é imposta pela sociedade a qual pertence.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) a velhice é cronologicamente marcada a partir dos 60 anos de idade para os países em desenvolvimento, no entanto, ela se mostra multidimensional, havendo uma relação constante entre os aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos, econômicos, sociais e culturais, assim, outros fatores devem ser considerados. Ainda segundo a OMS (2015, p. 10) no nível biológico o envelhecimento está associado ao acúmulo de danos moleculares e celulares, que passam a afetar as reservas fisiológicas dos indivíduos, porém essas mudanças não são lineares ou consistentes. Quanto ao processo de envelhecimento, estudos afirmam que biologicamente, ele se inicia por volta dos 30 anos, quando o organismo inicia esse processo de danos moleculares e celulares, encetando uma perda constante e gradativa das reservas fisiológicas.

A perspectiva adotada neste estudo, trata a velhice enquanto um fenômeno complexo e heterogêneo, se configurando como o resultado de toda uma vida, a partir do demarcador de classes sociais infere-se que o trabalhador que vivenciou a exploração de sua força de trabalho e a expropriação de seu tempo durante sua trajetória de vida, sofrendo os rebatimentos da alienação e precarização do trabalho e tendo seus direitos sociais desrespeitados, terá na velhice, um aprofundamento dessa precariedade e o acirramento da desigualdade social. Desta forma, “O lugar ocupado pelo trabalho durante a vida produtiva é decisivo na qualidade do fim da vida na velhice” (HADDAD, 2016, p. 39). Para Simone de Beauvoir (1990, p. 17) “[...] a luta de classes determina como o homem é surpreendido na velhice; um abismo separa o velho escravo e o velho eupátrida, um antigo operário que vive com uma pensão

miserável e um Onássis”. A autora afirma ainda, que se trata de duas categorias de velhos(as), dos explorados e dos exploradores, sendo que toda afirmação que pretenda homogeneizar a velhice, fazendo-a única, deve ser desconsiderada, pois pretende mascarar essa diferença. (BEAUVOIR, 1990, p. 17)

Desta forma, reitera-se a heterogeneidade da velhice, considerando não somente os aspectos, biológicos, psicológicos, culturais, econômicos e sociais, como abordados anteriormente, mas, enfatiza-se sobremaneira o diferencial de pertença de classes, afirmando categoricamente que sim, apesar das possíveis semelhanças, a velhice apresenta uma grande distância entre o(a) velho(a) rico(a) e o(a) velho(a) pobre. E essa diferença se assenta no percurso de vida dos sujeitos, abarcando suas vivências, possibilidades, limitações e carências, pois “A velhice não é um fato estático; é o resultado e o prolongamento de um processo”. (BEAUVOIR, 1990, p. 17). Assim, determinantes econômicos e sociais definem as condições materiais de vida e existência dos sujeitos, sobretudo a maneira como vivenciam sua velhice, ficando hábitos e estilos de vida saudáveis relegados a um segundo plano.

Condicionada, então, pela inserção nos segmentos e classes sociais, a velhice, experimentada pela ‘espécie’ que necessita vender a sua força de trabalho para sobreviver, traduz o resultado de um sistema que subordina as qualidades e necessidades humanas à ditadura do trabalho gerador de mais-valia, à racionalidade dada pela ordem do capital. (CAMPELO; PAIVA, 2014, p. 37).

Numa sociedade regida pelo capital, a produção e reprodução social está diretamente ligada à condição de produtor de mais-valia, em um contexto onde exacerba-se a desigualdade, a precariedade e o desemprego, os(as) velhos(as) passam a ser os mais atingidos, passando a não ter valor ao sistema. Beauvoir (1990, p. 340) fala da tragédia da velhice, a partir de um sistema de vida mutilador, o qual não oferece à grande maioria das pessoas uma razão para se viver, enquanto trabalhadores o trabalho e a fadiga mascaram a ausência dessa razão existencial, mas quando se envelhece e não mais faz parte do mundo do trabalho, se depara com uma vida sem razão, não encontrando mais o seu lugar no mundo, porque na verdade nunca teve esse lugar, simplesmente não tinha tido tempo de perceber isso. A autora continua sua análise, e confrontando essa realidade com os “elogios da velhice”, sugere que tais elogios seriam destinados somente aos outros(as) velhos(as), os ricos.

Ao mencionar o desafio de se estudar a velhice, Beauvoir (1990, p. 109) relata a dificuldade de encontrar documentos sobre os velhos, pois, em sua maioria estes, são incorporados ao conjunto do adultos, e quando retratada, a velhice se mostra variável de acordo com os tempos e lugares, se tornando incerta, confusa e contraditória, tendo a palavra velhice dois sentidos diferentes: “É uma categoria social mais ou menos valorizada segundo as circunstâncias. É para cada indivíduo, um destino singular- o seu próprio” (BEAUVOIR, 1990, p. 109). Ambos sentidos são formulados pela classe dominante, seja pelos legisladores ou pelos poetas respectivamente, para autora ambos dizem meia verdade ou mentem. Quando retratada, a velhice menciona os velhos ricos. “Até o século XIX, nunca se fez menção aos ‘velhos pobres’; estes eram pouco numerosos e a longevidade só era possível nas classes privilegiadas; os idosos pobres não representavam rigorosamente nada”. (BEAUVOIR, 1990, p. 111)

Nesta investigação a temática processo de envelhecimento e velhice será compreendida enquanto uma construção social, ao se afirmar que a velhice e o envelhecimento são heterogêneos, não são o mesmo e não se manifestam da mesma forma a todos, passamos a entender que o velho é o reflexo deste conjunto de determinantes, é o resultado de um processo, e não algo novo, desconectado daquilo que o indivíduo foi e viveu em toda a sua vida. Dentro desta perspectiva histórica e de totalidade podemos compreender o velho como uma invenção social, fruto de uma sociedade que determina a sua valorização ou seu contrário em aspectos múltiplos e opostos.

Por isso mesmo, somos levados a concluir que a velhice e o envelhecimento são socialmente construídos. A partir do referencial biológico, fatores não biológicos marcam profundamente o ritmo, a natureza, a estrutura, funções e significações da velhice, a ponto de perguntarmos se a velhice não é antes de tudo uma entidade criada em um processo social em que alguns atribuem a outros pesos e medidas. (MAGALHÃES, 1989, p. 20)

Talvez, a explicação pela falta de relatos sobre a velhice nos tempos mais antigos se dê, pelo fato de que até então, não era usual a fragmentação das fases da vida, assim, sobre a velhice, deve-se considerar que os aspectos ligados à cronologia das etapas da vida passam a se acentuar a partir da modernidade, a fragmentação do tempo de vida ou o surgimento das categorias etárias tem seu início com o advento da industrialização e de uma nova organização social – o capitalismo, nas sociedades pré-industriais não havia a separação nítida entre as diversas fases da vida, tampouco

as especializações funcionais de cada idade. Tais características sobre a fragmentação do curso de vida em estágios mais formais, com funções determinadas para cada fase, passam a existir a partir do final do século XIX, quando surgem gradativamente as diferenciações entre as idades, os espaços e hábitos de cada faixa etária e as funções socialmente delimitadas a cada uma delas.

Desse modo, o reconhecimento da velhice como uma etapa única é parte tanto de um processo histórico mais amplo – que envolve a emergência de novos estágios da vida como a infância e a adolescência – quanto de uma tendência contínua em direção à segregação das idades na família e no espaço social. (SILVA, 2008, p. 157)

Acerca do surgimento das categorias etárias, a categoria infância analisada pela obra de Ariès (1978) torna-se referência, por se tratar de estudo histórico sobre a construção social de uma etapa de vida, afirmando que com essa separação, novos hábitos e comportamentos passam a transformar a esfera familiar bem como a distinção entre o espaço público e privado, esta perspectiva atrela o surgimento da categoria infância ao da família moderna, inspirando os estudos históricos sobre outras categorias etárias, como a velhice. A partir do século XX já se pôde observar dentro dos grupos etários uma homogeneização de cada fase da vida, com uma demarcação mais ou menos precisa entre as diferentes idades, bem como a institucionalização de ritos de passagem como o ingresso na escola, na universidade, no mercado de trabalho ou na aposentadoria. A noção de velhice, como etapa demarcada do curso de vida, surgiu no período de transição entre os séculos XIX e XX, determinada por uma série de mudanças específicas e a convergência de diferentes discursos.

Desde o seu surgimento, a metáfora médica da velhice passou a exercer acentuada influência social, definindo não somente o envelhecimento físico como também as representações sobre a experiência de envelhecer. A aceitação e a justificação de tal metáfora incidiram sobre a percepção dos sujeitos, que passaram a recorrer ao discurso médico para definir a si mesmos e a sua experiência. De fato, a definição médica da velhice disseminou-se para outros campos de saber e determinou amplamente o seu espectro no imaginário cultural, alimentando os discursos do Estado, a formulação de políticas assistenciais e a formação de outras disciplinas como a gerontologia. (SILVA, 2008, p. 159)

A metáfora médica materializada na geriatria fez com que a velhice fosse atrelada à decadência física, produzindo a identificação da velhice com a doença, no

entanto, a geriatria na atualidade, busca desfazer essa associação, mas esta questão ainda é controversa dentro do próprio saber médico. O surgimento da gerontologia mostrou-se mais complexo e difuso, mas ainda limitado ao campo das intervenções médicas que prolongassem a vida, no século XX, a demografia, as ciências sociais e os saberes populares contribuíram para que a gerontologia se tornasse uma disciplina científica e multidisciplinar, influenciada em especial pela sociologia e psicologia, voltando seu foco para os aspectos psicossociais da velhice. “Além do corpo envelhecido, objeto da geriatria, os hábitos, as práticas, as necessidades sociais e psicológicas dos velhos seriam agora alvo de um saber especializado, que incluía novos aspectos em sua definição e tornava mais complexa a categoria velhice”. (SILVA, 2008, p. 159)

Segundo Silva (2008, p. 158) dois fatores essenciais contribuíram para a construção social da velhice, a formação de novos saberes médicos e a institucionalização das aposentadorias. A partir da visibilidade que a velhice passa a ter, surgiram outras preocupações até então irrelevantes, a questão das aposentadorias e pensões não era considerada importante até o envelhecimento das primeiras gerações de operários<sup>24</sup>, as primeiras discussões a esse respeito na França partiram das dúvidas sobre qual o tratamento dispensado aos incapazes de trabalhar e garantir seu próprio sustento. Assim, tendo como pano de fundo o discurso geriátrico, a velhice começa a ser atrelada à invalidez, com a perspectiva de inutilidade dentro de um sistema de produção. A institucionalização da aposentadoria foi a resposta dada ao problema vivenciado pelos(as) velhos(as) trabalhadores(as) que não mais conseguiam trabalhar, a criação das pensões tornou-se a maneira de gerir os impactos causados pelas transformações e problemas surgidos ao longo dos séculos XIX e XX.

Contando com a existência de uma população de velhos(as) trabalhadores(as), que souberam se organizar, resistir e lutar, tem-se o envelhecimento inserido na agenda das políticas públicas, com a criação de um sistema de proteção social que apresentava dois objetivos básicos, a necessidade de “contenção” do “perigo social” provocado por uma massa de trabalhadores que colocavam em risco os interesses capitalistas, sendo uma estratégia política cujo propósito era dar uma resposta ao grande problema social da época, mas, ao mesmo tempo, se caracterizava como uma

---

<sup>24</sup> Antes, os pobres em sua maioria, não chegavam a envelhecer, suas condições materiais de vida não permitiam. (BEAUVOIR, 1990)

conquista da luta política da classe trabalhadora. Mesmo que a identidade entre invalidez e velhice tenha efeito direto sobre a institucionalização das aposentadorias, contribuiu também para a caracterização da velhice como categoria política. “O aposentado não é somente o sujeito incapaz para o trabalho, mas também o sujeito de direito, detentor de privilégios sociais legítimos, cujo reconhecimento lhe permite reivindicar benefícios em nome de uma categoria.” (SILVA, 2008, p. 160).

No entanto, a generalização dos sistemas de aposentadoria altera os regimes de cuidado da velhice, na França entre 1945 e 1960, com a criação de novas instituições de cuidado à velhice, enceta a distinção entre aquelas que cuidam da velhice e aquelas voltadas ao cuidado da indigência, iniciando, portanto, a separação entre velhice e pobreza. As instituições de saúde, seguridade e assistência adotam regulamentos específicos para cada área, contribuindo para a autonomia da categoria velhice, desta forma, há na verdade uma inversão dos valores atribuídos a ela, antes figurava enquanto decadência física e invalidez, quietude, solidão e isolamento social, passando a ser vista como um período de lazer, propício à realização pessoal, criação de novos hábitos, habilidades e convívio social. Silva (2008, p. 162) busca o entendimento da terceira idade enquanto categoria social historicamente construída, assim atribui papel decisivo à generalização e reorganização dos sistemas de aposentadoria, o discurso da gerontologia social, a substituição dos termos de tratamento da velhice e por fim os interesses da cultura do consumo.

Desta forma inicia-se a mudança do paradigma da velhice, esta, deixa de ser necessariamente atrelada a conceitos como incapacidade, inutilidade, pobreza e doença e passa a ser substituída por uma nova visão: a terceira idade, produtiva, útil, saudável, rentável e consumidora. A classe média francesa foi o grupo que se mostrou mais interessado na invenção da terceira idade, pois então, deixava-se de ser velho, tornando-se agora “jovens senhores”, dispostos a inúmeros esforços para manterem-se jovens, sadios e atuantes. A partir da década de 1960 o termo velho começa a desaparecer da redação dos documentos oficiais franceses passando a utilizar-se agora o termo idoso. Surge o termo ‘terceira idade’ que torna pública, estabiliza e legitima a nova sensibilidade investida sobre jovens e respeitados aposentados. Parece claro a contribuição decisiva dessa nova denominação para a criação e difusão de uma nova e positiva imagem da velhice (SILVA, 2008, p. 157-168), que perdura ainda hoje.

A tendência contemporânea é rever os estereótipos associados ao envelhecimento. A ideia de um processo de perdas tem sido substituída pela consideração de que os estágios mais avançados da vida são momentos propícios para novas conquistas, guiadas pela busca do prazer e da satisfação pessoal. As experiências vividas e os saberes acumulados são ganhos que oferecem oportunidades de realizar projetos abandonados em outras etapas e estabelecer relações profícuos com o mundo dos mais jovens e dos mais velhos. (DEBERT, 2012, p. 14)

No Brasil, a classe média também apresenta um papel preponderante para a incorporação da terceira idade, Magalhães (1989) afirma que a questão do idoso e da velhice tem sido tratada predominantemente como questão de classe média. A realidade e os ensejos dos velhos(as) da classe média, agora idosos, são referências para o planejamento e implantação de políticas sociais públicas voltadas ao seguimento idoso. Para o autor, a classe média apresenta um conjunto de situações de classe e de grupos sócio-ocupacionais, aliados a uma consciência social formada e polarizada pelos valores dominantes, trata-se de um grupo intermediário entre a elite e a classe trabalhadora, sendo polo estratégico de formação de opiniões e reelaboração ideológica. Neste contexto, corroboramos com o posicionamento de Haddad (2016) sobre a maneira como a velhice é “entendida” pelos teóricos e vivida pelos(as) velhos(as) trabalhadores(as), em muitos momentos, esta mostra-se antagônica. Sobre a ideologia da velhice

Compreendo que a ideologia da velhice é elemento fundamental à reprodução das relações capitalistas. Na medida em que a produção das relações capitalistas implica a reprodução das ideias, valores, princípios e doutrinas, o conjunto de representações sobre a etapa final da vida humana é organizada segundo as determinações básicas do modo capitalista de produção. As sociedades capitalistas transformando as pessoas em mercadorias, condenando o trabalhador à degradação durante toda a sua trajetória de vida. Paradoxalmente são crescentes as propostas de reparos para a tragédia dos velhos que vêm, na realidade, escamotear a problemática da exploração da mão de obra. A ideologia da velhice é, pois, entendida como parte essencial do funcionamento das sociedades capitalistas, cuja contradição principal é a sua divisão em classes sociais. (HADDAD, 2016, p. 60)

Ao analisar a velhice no contexto capitalista, é possível afirmar que trata-se de uma construção social, permeada por fatores que incidem diretamente na classe dos trabalhadores envelhecidos, como visto, aos(as) velhos(as) pobres sequer era permitido envelhecer, quando este fenômeno passa a ser vivenciado também por esta população, o sistema tem que se reorganizar e de alguma forma atender a essa nova demanda. Com um percurso marcado por lutas, alcança visibilidade e começa a ter

seus direitos sociais atendidos, no entanto, há de se esclarecer que se trata de velhices, em seu plural, muitas vezes antagônicas, dentro de uma heterogeneidade marcante, assim é possível que uma parcela destes velhos, que tiveram uma trajetória de vida digna, dentro dos padrões de pleno emprego e de acesso a seguridade social se aposentam ainda com saúde, com possibilidades de ter uma velhice também digna, a estes, o estereótipo de inválidos, doentes e decadentes não pode ser aplicado. Em seu contrário, tem-se os trabalhadores que não conseguiram ter uma vida laboral decente e em sua velhice permanecem vulneráveis às contradições do sistema capitalista, com o aprofundamento da desigualdade.

Sob a ótica do capital, a velhice se configura como improdutividade, inutilidade, estagnação, pois os(as) velhos(as) trabalhadores(as) não participam mais do processo de produção de riquezas, depois de terem sua força de trabalho e seu tempo de vida expropriados pelo sistema, agora são tidos como ultrapassados e onerosos. Assim, a aposentadoria apresenta ao mesmo tempo, um caráter de conquista social, por ser um direito, mas ao mesmo tempo, quebra-se o vínculo com o mundo produtivo, e em muitos momentos, o velho não se encontra, não se enquadra, fica sem lugar, aí retomamos o que já foi dito, talvez não se encontre em nenhum lugar por nunca ter tido um lugar dentro desta sociedade, destarte, “[...] a velhice é uma categoria social. Tem estatuto contingente, pois cada sociedade vive de forma diferente o declínio biológico do homem. A sociedade industrial é maléfica para a velhice.” (BOSI, 1994, p. 77).

Na busca pela superação da velhice enquanto símbolo de improdutividade humana, sendo predominantemente negativo, emergem novas palavras, novos conceitos para se designar a velhice, como idoso, terceira idade, melhor idade, dentre outros. Como forma de desvincular a velhice e ou o(a) velho(a) das opressões impostas pelo sistema de produção e reprodução social (como se este não determinasse a velhice), passa-se então a impregnar a contemporaneidade com um novo discurso, atribuindo o conceito de velho somente àqueles que não se cuidaram, culpabilizando-o pela sua velhice doente e infeliz. Ressalta-se que por si só, fora dos discursos do bom envelhecimento, a velhice já se mostra de difícil aceitação “A velhice é particularmente difícil de assumir, porque sempre a consideramos uma espécie estranha: será que me tornei, então uma outra, enquanto permaneço eu mesma?”

(BEAUVOIR, 1990, p. 348). O discurso do bom envelhecimento (ativo, saudável e participativo) aprofunda esse processo de não aceitação, passando a ser absorvido pela sociedade e em especial pelos(as) próprios(as) velhos(as) que em muitos momentos rejeitam sua velhice, pois afinal velho(a) é o(a) outro(a), velho é aquele que não se cuida, desta forma, a velhice passa a ser evitada, como se não fosse uma fase natural da vida, criando-se assim, uma outra velhice, não tão real.

Esta velhice em muitos momentos fictícia e superficial, atende às demandas mercadológicas que veem no(a) velho(a) um nicho de consumo, as indústrias farmacêuticas, de cosméticos, os planos de saúde privada, as clínicas geriátricas e o setor do turismo investem pesadamente neste segmento, oferecendo serviços especializados à terceira idade, este mercado é impulsionado em especial a partir emergência do envelhecimento ativo, saudável e participativo que se mostra limitado e a-crítico, ao responsabilizar o sujeito por sua velhice doente, inativa e vulnerável, desconsiderando os seus determinantes sociais.

No entanto, há de se inferir que a velhice acontece no tempo e no espaço do capital, repleta de contradições e limitações impostas aos sujeitos sociais, essa aparente valorização do segmento idoso, objetiva a ampliação de mercado, a reificação humana, a supervalorização da imagem e a desvalorização da essência.

Nesta investigação, podemos inferir que o envelhecimento do trabalhador é um “resgate dos determinantes econômicos, políticos, culturais que engendram essa problemática social, na ordem e no tempo do capital, bem como das lutas sociais que problematizam necessidades não satisfeitas”. (TEIXEIRA, 2009, p. 67). Ainda segundo autora ao fazer este desvendamento dos determinantes “demonstra que o envelhecimento do trabalhador constitui-se em problemática social na ordem do capital, em virtude da vulnerabilidade social em massa dos trabalhadores, em especial ao perderem o valor de uso para o capital, pela idade”. (TEIXEIRA, 2009, p. 67)

Reitera-se que apesar da relevância da questão da população idosa considerando suas lutas, conquistas, limitações e avanços, esse segmento populacional só passa a ter de fato visibilidade (os velhos e velhas pobres eram invisíveis) quando há um expressivo aumento populacional desse segmento, impactando a princípio os países desenvolvidos e depois os países em desenvolvimento, tornando-se assim uma questão planetária, obrigando os Estados,

os organismos internacionais e a sociedade como um todo, a darem atenção a este fenômeno.

### *2.2.2 Transição demográfica: alguns apontamentos*

Na contemporaneidade, a velhice tem se mostrado enquanto tema atual e relevante, tal fato se dá em especial, pelo expressivo aumento da população idosa<sup>25</sup> em todo o mundo, este fenômeno provocou e tem provocado uma série de debates a fim de se entender e conceituar a velhice, ao mesmo tempo que se busca soluções para o seu enfrentamento, pois para os Estados, a velhice se configura enquanto um problema social a partir do entendimento de que há um importante aumento dessa população impactando em suas finanças, o velho já não é útil ao capital, desprovido de sua força de trabalho e saúde, se transforma em sobrecarga, em especial nas áreas da saúde e previdência, assim, a conquista do envelhecer se apresenta enquanto ônus para as políticas públicas e não como vantagem. (GIACOMIN, 2012, p. 19).

Segundo as Nações Unidas (2017), o mundo está vivenciando um processo de transição demográfica única e irreversível, resultando em populações mais velhas, à medida que as taxas de fertilidade diminuem a proporção de pessoas com 60 anos ou mais deverá duplicar entre 2007 e 2050, alcançando o número de 2 bilhões de idosos, sendo que a população idosa acima dos 80 anos deve quadruplicar, chegando a expressiva marca de quase 400 milhões. Assim, a problemática social<sup>26</sup> do envelhecimento se torna um grande desafio para o século XXI, o aumento populacional do segmento idoso mostra níveis nunca antes alcançados, trata-se de um fenômeno mundial, ocorrendo de forma gradativa nos países desenvolvidos e de forma acelerada nos países em desenvolvimento, principalmente nos últimos anos. Nos países desenvolvidos por ter ocorrido de forma mais lenta, a questão do envelhecimento já faz parte do debate econômico e político há décadas, a França, por

---

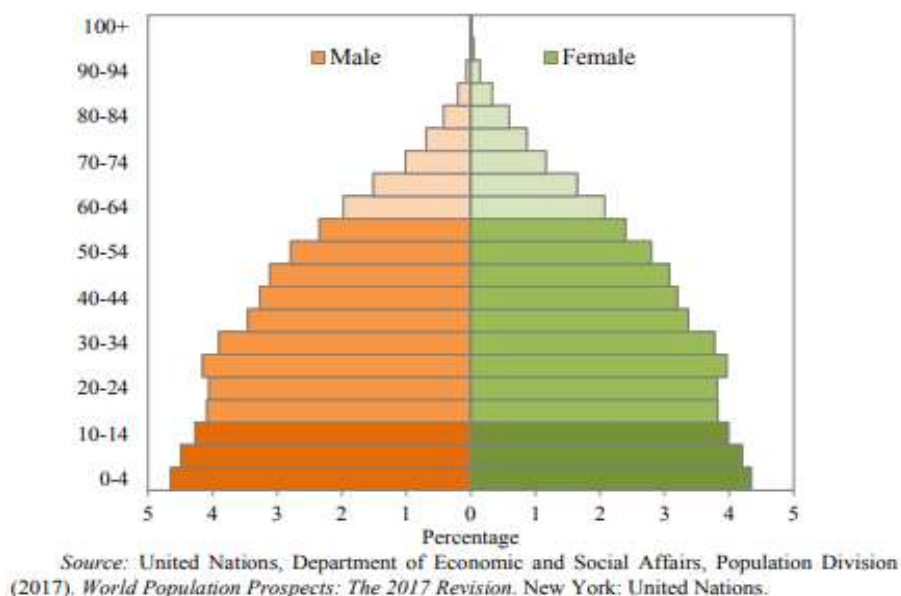
<sup>25</sup> Há de se inferir, que o fenômeno do aumento da população idosa, é recente na humanidade, pois segundo Beauvoir (1990, p. 271) até o século XVIII a expectativa de vida na França era de 30 anos, sendo na atualidade de 82,4 anos.

<sup>26</sup> Configura-se como problemática social, não só pelo aumento numérico da população idosa, mas em especial pelas inúmeras privações que a maioria dos idosos sofrem dentro do sistema capitalista.

exemplo precisou de 116 anos para dobrar a sua população acima dos 65 anos de 7% para 14% no total, já o Brasil, segundo estimativas, precisará de apenas 21 anos para ter o mesmo movimento.

Considerado um marco na história da humanidade, o aumento populacional idoso pode ser associado há diversos fatores, como a queda nas taxas de natalidade e de mortalidade infantis, os avanços científicos e tecnológicos e de uma maneira geral a melhoria na qualidade de vida das populações. No entanto, é necessário considerar a questão do envelhecimento como um fenômeno heterogêneo, multifacetado e complexo, sendo possível entender que o processo de envelhecimento é permeado por determinantes sociais que lhe imprimem características específicas de cada sociedade, de cada momento histórico, além de fatores extremamente relevantes como classe social, etnia, gênero, papéis e significados distintos em função do meio rural e urbano, atividade laboral ou mesmo fatores como a cultura, ideologia dominante, poder político e econômico predominante, relação entre Estado e sociedade que permeiam o indivíduo em todo seu processo de envelhecimento e velhice. “Em todos os casos lidamos com construções sociais que não só descrevem, mas também atribuem significados, valor e função social aos diversos momentos e etapas da existência.” (MAGALHÃES, 1989, p. 17).

**Gráfico 9 - Distribuição da população mundial por idade e sexo - 2017**

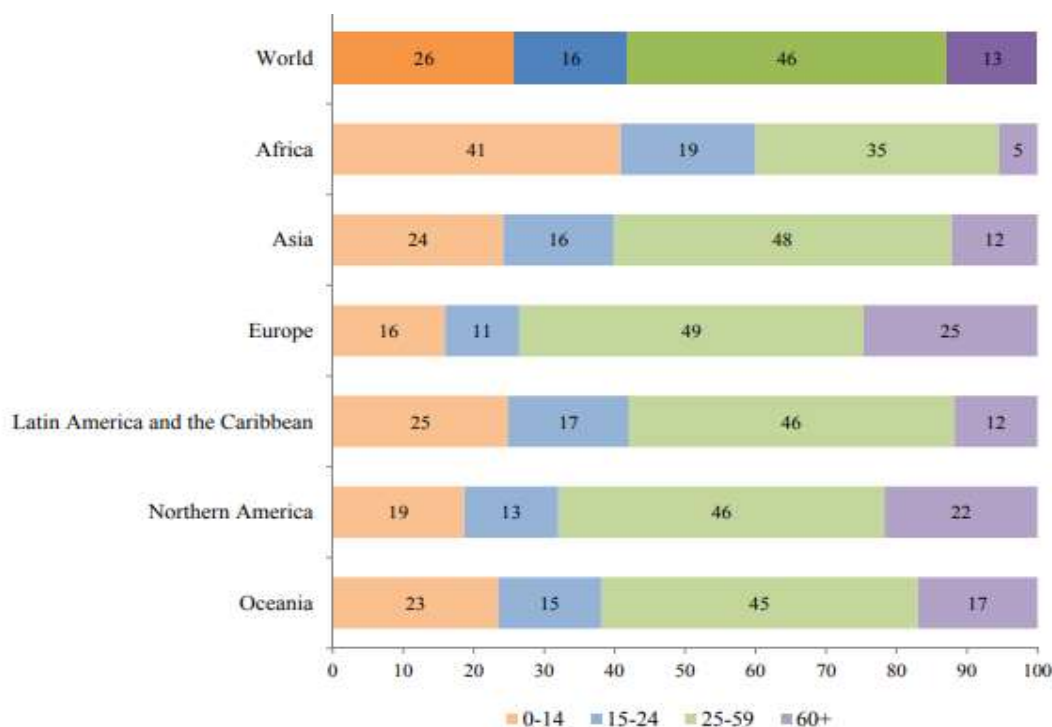


**Fonte:** Organização das Nações Unidas - 2017.

Populações inteiras podem vivenciar um significativo aumento na expectativa de vida, no entanto tal realidade ainda não é possível a todos, havendo países onde a longevidade ainda está distante, segundo o Relatório de Envelhecimento e Saúde da Organização Mundial de Saúde (2015) uma criança nascida no Brasil em 2015 pode esperar viver cerca de 20 anos a mais que uma criança nascida há 50 anos, é inegável que o aumento da expectativa de vida é uma conquista social, porém deve-se considerar que esta conquista não é linear, nem todas as populações tem tido o mesmo êxito em relação à longevidade, em países africanos como Serra Leoa a expectativa de vida em 2017 não ultrapassava a 50 anos, não tendo se alterado significativamente até o momento.

Sob o aspecto cronológico, a fronteira do envelhecimento tende a expandir-se, embora biologicamente devamos enfrentar os problemas de uma velhice subdesenvolvida, em decorrência das carências nutricionais, sanitárias, educacionais, habitacionais, etc. provocadas pelos desequilíbrios sociais e regionais do desenvolvimento. (MAGALHÃES, 1989, p. 20)

**Gráfico 10 - Porcentagem da população em grandes grupos etários - mundo e região - 2017**



Source: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2017).  
*World Population Prospects: The 2017 Revision*. New York: United Nations.

**Fonte:** Organização das Nações Unidas - 2017.

A partir da análise do gráfico, constata-se que o envelhecimento é um fenômeno mundial e heterogêneo, com grande expressão em especial no continente europeu contando com significativos 25% da população na faixa etária acima dos 60 anos, fenômeno semelhante se apresenta na América do Norte com 22% de idosos compondo a população total, tal quadro se desenha em países com níveis de desenvolvimento superiores aos do restante do mundo. No entanto, em seu reverso, tem-se o continente africano representando a menor população idosa do planeta, contando com apenas 5% na faixa etária acima dos 60 anos, refletindo a heterogeneidade do processo de envelhecimento e velhice no mundo, onde os determinantes sociais e econômicos impactam na expectativa de vida de suas populações.

Segundo dados das Nações Unidas (2015), doze países do mundo têm sua expectativa de vida acima dos 82 anos, sendo eles, Suíça (83,4 anos) Espanha (82,8 anos), Itália (82,7 anos), Islândia (82,7 anos), Israel (82,5 anos), França (82,4 anos), Suécia (82,4 anos), Japão (83,7 anos), Cingapura (83,1 anos), Austrália (82,8 anos), Coreia do Sul (82,3 anos e Canadá (82,2 anos), confirmando a relação direta entre o nível de desenvolvimento dos países e a expectativa de vida de sua população. O relatório afirma ainda que no lado oposto, representando os países com menores expectativas de vida, os 22 últimos da tabela são da África subsaariana, entre os quais Serra Leoa (50,1 anos), Angola (52,4 anos), República Centro-Africana (52,5 anos), Chade (53,1 anos), Costa do Marfim (53,3 anos), Lesoto (53,7 anos) e Nigéria (54,5 anos). Desta forma, o fenômeno do envelhecimento sequer é vivenciado por estes países, uma vez que sua população não chega aos 60 anos de vida, a faixa etária considerada como idosa

Em um país desigual como o Brasil, analisar a velhice somente a partir do aspecto cronológico traz sérios equívocos, pois não se considera a permanente desigualdade social e todos reflexos que esta causa no processo de envelhecimento e velhice. Ao considerarmos a velhice como um processo heterogêneo, devemos nos atentar à múltiplas dimensões como a biológica, cronológica, social, demográfica, econômica, cultural, psicológica, ideológica e política. (MAGALHÃES, 1989).

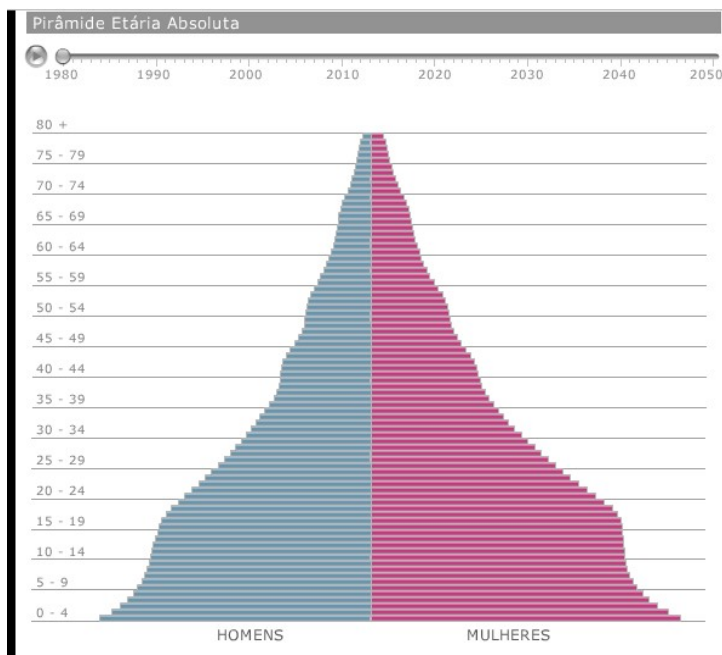
Para Soares, Poltronieri e Costa (2014, p. 134) o envelhecimento deve ser entendido

[...] enquanto uma construção social, dotado de um caráter multidimensional e heterogêneo, ao passo que a velhice - caracterizada como a fase do

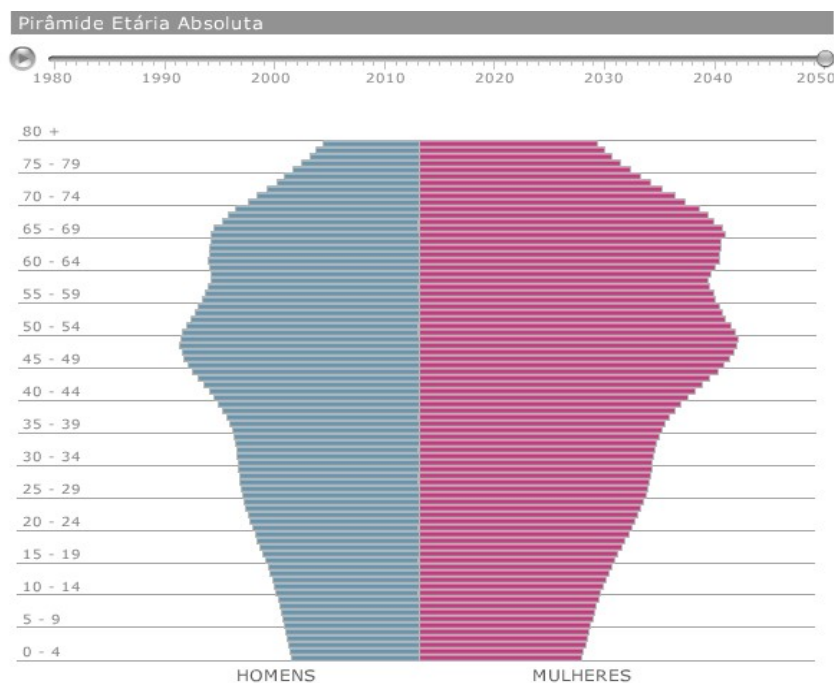
processo de envelhecimento, determinada pelos aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais - está intrinsecamente ligada ao componente da classe social, gênero e etnia. Esses fatos nos levam a aferir que os indivíduos envelhecem de forma diferenciada e particular, possuindo mediações com o contexto sóciohistórico e político-econômico.

É possível verificar o impacto que fatores econômicos, sociais, culturais e até geográficos causam no envelhecimento e na velhice, se compararmos um indivíduo proveniente de classes sociais mais abastadas, com um percurso profissional intelectual e um velho trabalhador rural do sertão nordestino brasileiro, mesmo que ambos tenham a mesma idade cronológica dificilmente apresentariam a mesma idade biológica e social, o desgaste sofrido pelo trabalho manual, intensivo e insalubre durante toda a vida refletem diretamente na condição de vida, suprimindo uma possível qualidade de vida e encurtando sua existência.

**Gráfico 11 - Pirâmide etária absoluta Brasil - 1980**

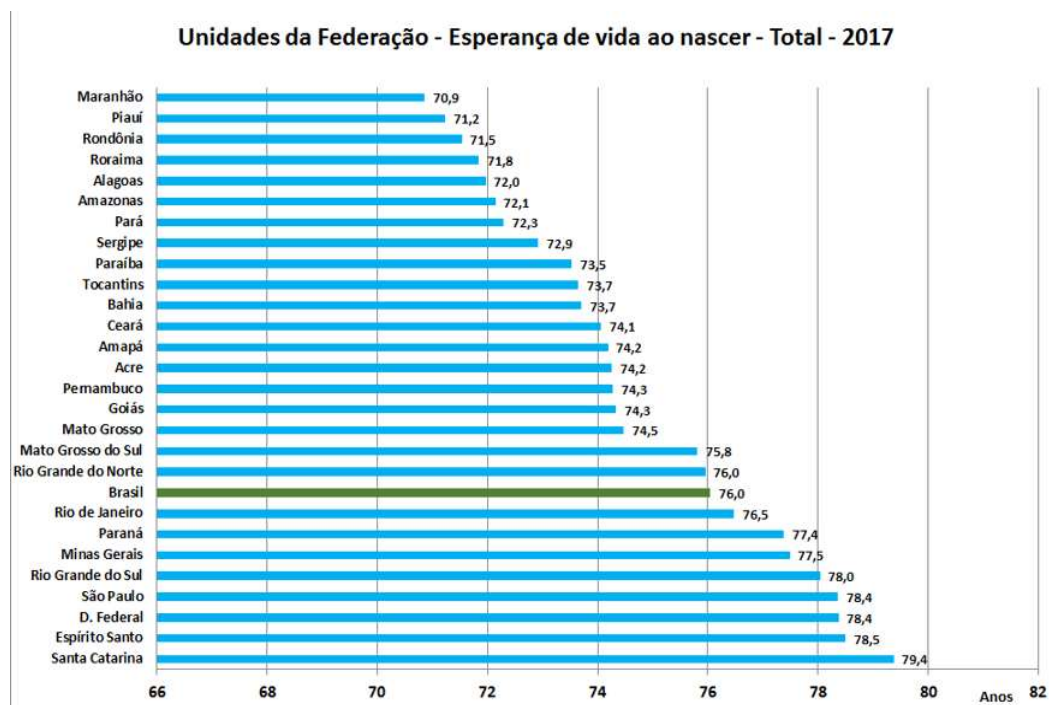


Fonte: IBGE (2008).

**Gráfico 12 - Pirâmide etária absoluta - 2050**

**Fonte:** IBGE (2008).

Conforme os gráficos apresentados, pode-se inferir que está ocorrendo uma inversão na pirâmide etária da população brasileira, assim, a população acima dos 60 anos é a que apresenta o crescimento mais acelerado, historicamente, o número de crianças sempre foi superior ao de idosos, no entanto, espera-se que até 2050, esse quadro se inverta, desta forma, a população idosa ultrapassará o percentual de jovens até 14 anos. Em relação às particularidades no contexto nacional, tem-se a maior expectativa de vida no estado de Santa Catarina chegando aos 79,4 anos, sendo a mais alta do país, seguida por Espírito Santo, Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Sul com valores iguais ou acima de 78 anos, já em seu reverso, tem-se o estado do Maranhão com expectativa de 70,6 anos, seguido por Piauí, Rondônia e Roraima com expectativas abaixo dos 72 anos.

**Gráfico 13 - Esperança de vida ao nascer - estados brasileiros 2017**

Fonte: IBGE (2008).

Em termos gerais, o Brasil tem apresentado um significativo aumento na expectativa de vida de sua população, para se ter uma ideia, em 1940, a expectativa de vida no país era de 45,5 anos (sendo 42,9 para homens e 48,3 anos para as mulheres), passando em 1960 para 52,5 anos, e em 2017 a expectativa média de vida dos brasileiros chegou aos 76 anos, atingindo um aumento de 30,5 anos a mais na expectativa de vida da população neste período.

**Quadro 2 - Expectativa de vida ao nascer - Brasil 1940/2017**

| Expectativa de vida ao nascer - Brasil - 1940/2017                                                                                                                                                                                                                                              |                               |       |        |                                   |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|-------|--------|-----------------------------------|
| Ano                                                                                                                                                                                                                                                                                             | Expectativa de vida ao nascer |       |        | Diferencial entre os sexos (anos) |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Total                         | Homem | Mulher |                                   |
| 1940                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 45,5                          | 42,9  | 48,3   | 5,4                               |
| 1950                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 48                            | 45,3  | 50,8   | 5,5                               |
| 1960                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 52,5                          | 49,7  | 55,5   | 5,8                               |
| 1970                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 57,6                          | 54,6  | 60,8   | 6,2                               |
| 1980                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 62,5                          | 59,6  | 65,7   | 6,1                               |
| 1991                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 66,9                          | 63,2  | 70,9   | 7,7                               |
| 2000                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 69,8                          | 66    | 73,9   | 7,9                               |
| 2010                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 73,9                          | 70,2  | 77,6   | 7,4                               |
| 2017                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 76                            | 72,5  | 79,6   | 7,1                               |
| D(1940/2017)                                                                                                                                                                                                                                                                                    | 30,5                          | 29,6  | 31,3   |                                   |
| Fontes: 1940 1950,1960 e 1970 - Tábuas construídas no âmbito da Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.                                                                                                                                                                         |                               |       |        |                                   |
| 1980 e 1991 - ALBUQUERQUE, Fernando Roberto P. de C. e SENNA, Janaína R. Xavier "Tábuas de Mortalidade por Sexo e Grupos de Idade - Grandes e Unidades da Federação - 1980, 1991 e 2000. Textos para discussão, Diretoria de Pesquisas, IBGE, Rio de Janeiro, 2005.161p. ISSN 1518-675X ; n. 20 |                               |       |        |                                   |

**Fonte:** IBGE (2008).

É inegável que o envelhecimento populacional é uma conquista da humanidade, com a melhora na nutrição, nas condições sanitárias, nos avanços da medicina, na educação, na tecnologia e no acesso a bens e serviços, as pessoas vivem mais e melhor. No entanto, há de se ressaltar que parte da população mundial não tem acesso a todos esses fatores que proporcionam um processo de envelhecimento e uma velhice digna, pelo contrário, dentro de um sistema marcado pela desigualdade e exclusão um grande contingente populacional ainda é impedido de envelhecer, e se envelhece, sente na pele uma velhice doente, pobre e vulnerável, sem ter as suas necessidades básicas atendidas. Em grande número, a classe trabalhadora protagoniza em todo o mundo - em especial nos países periféricos- a tragédia do envelhecimento (TEIXEIRA, 2008, p. 23), marcada pela impossibilidade de reprodução social e de uma vida cheia de sentido e valor, pois dentro do sistema capitalista os(as) velhos(as) trabalhadores(as) perdem o valor de uso para o capital.

Portanto, não é para todas as classes que o envelhecimento promove efeitos imediatos de isolamento, de exclusão das relações sociais, do espaço público, do mundo produtivo, político, artístico, dentre outras expressões fenomênicas dos processos produtores de desigualdades sociais. (TEIXEIRA, 2008, p. 30)

Apesar do processo de envelhecimento e velhice contar com especificidades relevantes, o que de fato deu visibilidade à questão do envelhecimento foi o número e a proporção da população idosa aumentando mais do que qualquer outra faixa etária, impactando na forma de enfrentamento à evolução demográfica pelas sociedades. Neste cenário onde há um expressivo aumento da população idosa, ocorre um adensamento nos debates, sejam eles no âmbito acadêmico, da sociedade civil e dos Estados em busca por soluções viáveis que contribuam para um melhor enfrentamento desta expressão da questão social.

### *2.2.3 Respostas à questão do envelhecimento*

No mundo todo, a década de 1970 demarcou várias transformações societárias, na forma de produção e reprodução social, na maneira de gerir e estruturar o trabalho e seus meios de produção, na mundialização do capital e no posicionamento do Estado frente às demandas sociais. Neste mesmo período, os países centrais passam a vivenciar o fenômeno do envelhecimento de suas populações e veem a necessidade de ampliar o debate a fim de encontrar formas de enfrentamento. Assim, a Assembleia Geral das Nações Unidas, decidiu em sua Resolução 33/52, de 14 de dezembro de 1978, convocar uma Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento a se realizar em 1982, com o objetivo de iniciar um programa internacional de ação que visa a “garantir a segurança econômica e social das pessoas de idade, assim como oportunidades para que essas pessoas contribuam para o desenvolvimento de seus países”, complementando em sua resolução 35/129 de 11 de dezembro de 1980 com a manifestação de que “as sociedades reajam mais plenamente ante as consequências socioeconômicas do envelhecimento das populações e ante as necessidades especiais das pessoas de idade”, demonstrando assim, a premente preocupação com a população idosa, com suas necessidades e em especial com seus custos para os Estados, o Plano de Ação de Viena sobre o Envelhecimento passa a servir como referência para os programas internacionais,

nacionais e regionais, “fortalecendo” assim, a capacidade dos países em enfrentar os desafios do envelhecimento (ONU, 1982).

O Plano de Ação de Viena sobre o Envelhecimento teve como objetivos (ONU, 1982):

a) fomentar a compreensão nacional e internacional das consequências econômicas, sociais e culturais que o envelhecimento da população tem no processo de desenvolvimento;

b) promover a compreensão nacional e internacional das questões humanitárias e de desenvolvimento relacionadas com o envelhecimento;

c) propor e estimular políticas e programas orientados à ação e destinados a garantir a segurança social e econômica às pessoas de idade, assim como lhes dar oportunidades de contribuir para o desenvolvimento e compartilhar de seus benefícios;

d) apresentar alternativas e opções de política que sejam compatíveis com os valores e metas nacionais e com os princípios reconhecidos internacionalmente em relação ao envelhecimento da população e às necessidades das próprias pessoas de idade;

e) estimular o desenvolvimento de ensino, capacitação e pesquisa que respondam adequadamente ao envelhecimento da população mundial e fomentar o intercâmbio internacional de aptidões e conhecimento nesta esfera.

Ressalta-se que de acordo com o Plano, os Estados se apresentam enquanto soberanos na elaboração e execução de suas políticas, devendo se atentar às necessidades e objetivos nacionais concretos, no entanto, afirma-se a necessidade de atenção, na medida que “a segurança e bem estar das pessoas de idade deve ser uma parte essencial de um esforço integrado e conclusivo de desenvolvimento realizado no marco da nova ordem econômica internacional”, por todos os países desenvolvidos ou em desenvolvimento. (ONU, 1982). Desta forma, é possível inferir, que a questão do envelhecimento passa a integrar a agenda das políticas públicas, sendo gestadas a partir de princípios neoliberais como preconiza a ‘nova ordem econômica internacional’. Considera-se importante ressaltar que esta primeira Assembleia trazia em seu bojo a preocupação com populações específicas, a dos países desenvolvidos, sendo estes os primeiros a vivenciarem o fenômeno da longevidade, ou seja, tratava-se de uma população que já vivenciava condições

objetivas de vida muito favoráveis se comparadas aos países em desenvolvimento, além de contar com sistemas de proteção social muito mais abrangentes.

Em alguns países em desenvolvimento, esta tendência a um envelhecimento gradual da sociedade ainda não se tornou visível e, portanto, pode não atrair a atenção plena dos planejadores e dos encarregados de formular políticas e de integrar os problemas dos idosos no marco do planejamento do desenvolvimento econômico e social geral e em sua ação orientada a satisfazer as necessidades essenciais da população como um todo. [...] Por conseguinte, o problema do envelhecimento das populações, com suas enormes consequências tanto para o desenvolvimento geral a nível nacional como para o bem-estar e a segurança das pessoas de idade, é um problema que terá de preocupar a todos os países em um futuro relativamente próximo, e já afeta algumas das regiões mais desenvolvidas do mundo. (ONU, 1982, p. 1)

Destarte, torna-se importante o entendimento da questão do envelhecimento a partir da sua historicidade e movimento, este primeiro Plano de Ação direcionado ao envelhecimento populacional, partia da realidade dos países capitalistas hegemônicos, que já vivenciavam altas taxas de envelhecimento humano, e começavam a perceber o envelhecimento enquanto uma questão mundial, mas ainda numa forma muito incipiente. Assim, a primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento (em Viena, 1982) foi considerada um marco inicial na constituição de uma agenda internacional voltada à criação de políticas públicas para o segmento idoso, pois até então a questão do envelhecimento era tratada de forma marginal pelos organismos internacionais e governos. No entanto, privilegiava-se a questão econômica e política em detrimento de temas sociais, segundo Campelo e Paiva (2014, p. 171) esta Assembleia teve como foco a situação de bem-estar social das pessoas idosas dos países centrais, voltado em especial para a promoção de independência e autonomia do idoso, considerado agora, como protagonista social.

Por ter como referência a população idosa dos países centrais, desconsiderava as especificidades vivenciadas nos países periféricos, desta forma parte de suas recomendações preocupava-se com a sua independência, dotando-o de “meios físicos ou financeiros para a sua autonomia. Nesse sentido, o documento apresentava também, um forte viés de estruturação fundamentado em políticas associadas ao mundo do trabalho”. (CAMARANO, 2004, p. 255). Os(as) velhos(as) trabalhadores(as) dos países centrais, eram caracterizados como indivíduos independentes financeiramente e portanto, com poder de compra, sendo abordado inclusive o papel de consumidores, que deveriam ser ouvidos e respeitados, pois agregavam valor a

economia e se configuravam em um potencial nicho de mercado, nos países periféricos esta realidade não era hegemônica, pelo contrário, a população idosa sofria (e sofre) várias privações de todos os gêneros.

Segundo Campelo e Paiva (2014, p. 171), a Primeira Assembleia foi capaz de inserir a questão do envelhecimento na agenda internacional, no entanto “[...] o Plano de Viena não avançou - como era de se esperar- no sentido de subverter a lógica de privilegiar os planos econômicos e políticos em detrimento dos temas sociais no âmbito das Nações Unidas”.

Embora, na Assembleia de Viena o objetivo tivesse sido tratar da velhice dos países desenvolvidos, suas resoluções e recomendações incidiram na criação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da questão do envelhecimento nos países em desenvolvimento, “governos da América Latina modificaram suas constituições em graus diferenciados, criando leis que favoreciam a população idosa. Citam-se Venezuela (1999), Equador (1998), Brasil (1988 e Peru (1993).” (CAMARANO, 2004, p. 256). No entanto, o fato de inserir as questões relativas ao envelhecimento em suas constituições não quer dizer que os governos o fizeram sem pressão, pelo contrário, a inserção da velhice foi fruto das lutas sociais e políticas dos(as) velhos(as) trabalhadores(as) que organizados, pressionaram os governos a fim de garantir seus direitos que foram materializados na forma da lei, no entanto, muitos direitos ainda não foram materializados de fato.

No intervalo de 20 anos entre a Primeira e Segunda Assembleia, o mundo passou por profundas transformações nos planos econômicos, políticos e sociais, neste mesmo período o envelhecimento passa a integrar gradativamente as pautas dos países periféricos, devido ao significativo aumento da população idosa a partir da década de 1990. No âmbito das Nações Unidas realiza-se a Assembleia Geral de 1991 que preconiza 18 princípios a favor da população idosa, podendo estes, serem agrupados em 5 grandes temas, sendo independência, participação, cuidados, auto-realização e dignidade. (CAMARANO, 2004, p. 257)

a) Promoção da independência requer políticas públicas que garantam a autonomia física e financeira, ou seja, o acesso aos direitos básicos de todo ser humano: alimentação, habitação, saúde, trabalho e educação.

b) Por participação, busca-se a manutenção da integração dos idosos na sociedade. Isso requer a criação de um ambiente propício para que possam

compartilhar seus conhecimentos e habilidades com gerações mais jovens e de se socializarem.

c) Os cuidados referem-se à necessidade do desfrute pelos idosos de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, através do cuidado familiar ou institucional.

d) Auto-realização significa a possibilidade de os idosos fazerem uso de oportunidades para o desenvolvimento do seu potencial, por meio do acesso a recursos educacionais, culturais, espirituais e recreativos.

e) Dignidade requer que se assegure aos idosos a possibilidade de vida digna e segura, livre de toda e qualquer forma de exploração e maus-tratos.

Estes grandes eixos temáticos, sendo a promoção da independência, participação, cuidados, auto-realização e dignidade, buscam trazer a discussão do papel da pessoa idosa em uma sociedade mais envelhecida, propondo mediações que incidem numa maior participação e respeito dentro desta sociedade, no entanto, infere-se que a atenção está limitada à população idosa dos países desenvolvidos que apresentam uma realidade mais equitativa e digna, além de um sistema de proteção social muito mais avançado do que o vivenciado nos países em desenvolvimento.

A questão do envelhecimento toma vulto durante a década de 1990, e em 1992, a Assembleia Geral da ONU aprova a Proclamação sobre o envelhecimento e estabelece o ano de 1999 como o Ano Internacional do Idoso, com o slogan a promoção de “uma sociedade para todas as idades”, ressaltando a necessidade de se considerar o idoso como membro ativo da sociedade, uma vez que o envelhecimento se torna uma realidade na maioria dos países.

Em 2002, ocorre a Segunda Assembleia Mundial sobre envelhecimento em Madri, esta Assembleia passa a incorporar em suas discussões também os(as) velhos(as) dos países periféricos, que começam a vivenciar de forma mais expressiva a velhice. Na oportunidade, foram aprovadas uma nova declaração política, na qual os governos se comprometeram a executar o novo plano, e o novo plano de ação, a fim de orientar a adoção de medidas sobre o enfrentamento à questão do envelhecimento no século XXI, influenciando assim as políticas e programas, em especial nos países periféricos. Segundo Camarano (2004, p. 259), o plano de ação fundamenta-se em três princípios básicos:

a) Participação ativa dos idosos na sociedade, no desenvolvimento e na luta contra a pobreza; - PARTICIPAÇÃO;

b) Fomento da saúde e bem-estar na velhice: promoção do envelhecimento saudável; - SAÚDE;

c) Criação de um entorno propício e favorável ao envelhecimento. - SEGURANÇA.

Sem dúvida, o plano deve ser considerado como um avanço para a questão do envelhecimento mundial, no entanto, ele se delineia de forma muito geral, homogeneizando o heterogêneo, traçando medidas normativas fora do contexto social, econômico e político vivenciado pelos países periféricos. Desta forma, se verifica um verdadeiro receituário no trato da velhice, sendo materializado de formas superficiais e parciais em uma realidade absolutamente adversa, tem-se assim, um discurso pronto e homogêneo sobre as conquistas do envelhecimento e formas e receitas certas para uma velhice feliz. A partir do discurso do envelhecimento ativo, supõe-se uma boa velhice apenas com mudanças de hábitos e comportamentos, desconsiderando ou minimizando os determinantes sociais vivenciados pelos(as) velhos(as) trabalhadores(as) em sua velhice, bem como, em sua trajetória de vida, muitas vezes marcada pela exploração do seu trabalho e expropriação do seu tempo de vida.

O Plano de Madri, mostrou-se limitado em relação as diversidades culturais e regionais, além de desconsiderar a questão das classes sociais, pois como já tratado anteriormente, a velhice não é a mesma para um(a) velho(a) rico(a) e para um(a) velho(a) pobre, oportunidades de acesso a bens, serviços e vivências alteram substancialmente as realidades.

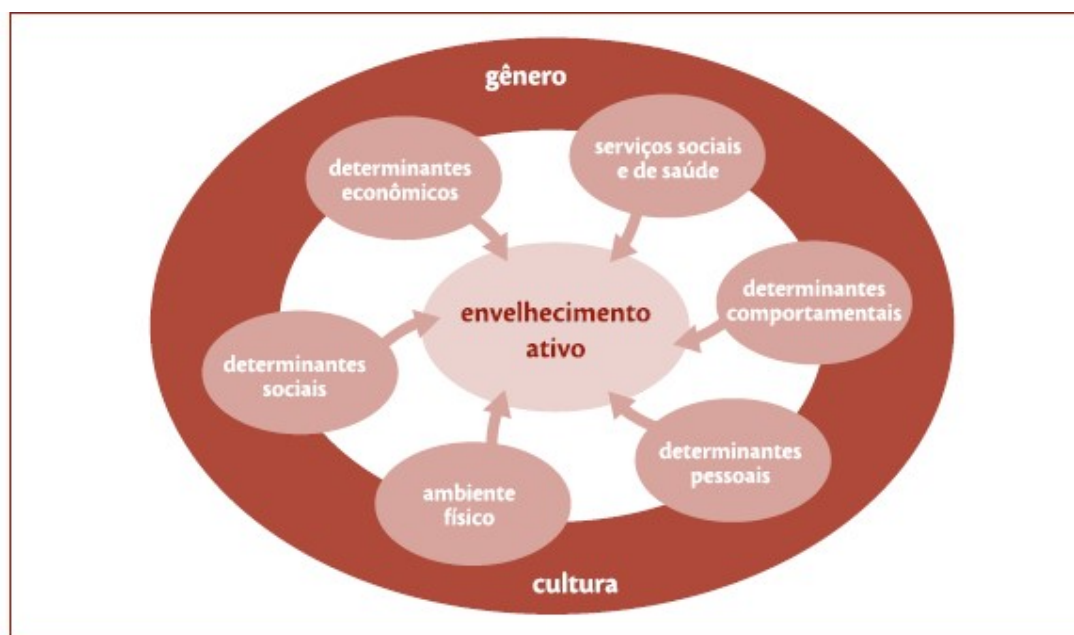
Apesar dos avanços, o plano de Madri não considerou as diversidades culturais e, especialmente, as disparidades de classe social; este segundo fator é mais relevante para se pensar o processo de envelhecimento e velhice em relação à realidade social. É preciso enfatizar que esses planos possuem intencionalidades políticas, mesmo porque as políticas sociais têm um duplo caráter: (i) de um lado, atendem à demanda das frações da classe trabalhadora; (ii) por outro, perpetuam o embate entre capital e trabalho. (SOARES; FARINELLI; LIPORONI, 2017, p. 6).

Como contribuição à Assembleia Mundial sobre Envelhecimento de Madri, a Organização Mundial de Saúde (OMS) elaborou o documento “Envelhecimento Saudável - Uma Política de Saúde” inserindo o conceito de envelhecimento ativo enquanto “processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas” (OMS, 2002), tal documento vincula necessariamente o

envelhecimento enquanto experiência positiva com uma vida longa acompanhada de oportunidades contínuas de saúde, participação e segurança, sendo este o tripé do envelhecimento ativo.

Com um caráter basicamente preventivo, a política de envelhecimento ativo se sustenta em ações no âmbito da saúde, assistência social, educação, habitação e urbanismo, a mesma até reconhece uma variedade de determinantes que envolvem indivíduos, famílias e governos, além dos temas transversais cultura e gênero, assim, ao trazer alguns determinantes e temas transversais a política se propõe a abarcar um número maior de fatores que podem interferir no envelhecimento, no entanto, tal propositura ainda se mostra insuficiente, uma vez que permanece uma leitura que exclui as diversidades regionais, a heterogeneidade apresentada pelo segmento idoso e sua multidimensionalidade, se mostrando a-histórica e a-classista quando, apesar de considerar os determinantes, o faz, ignorando o peso de cada um deles, e no final, a responsabilização e culpabilização ainda recai sobre o sujeito.

**Figura 3 - Os determinantes do envelhecimento ativo**



**Fonte:** OMS (2005).

Para Teixeira (2008, p.119), as orientações provenientes de organismos internacionais como a ONU e OMS na condução das políticas voltadas aos idosos, fundamentam-se em uma velhice saudável, bem sucedida e ativa, utilizando esses fatores como padrão para o enfrentamento da problemática do envelhecimento, dando

origem à programas centrados no indivíduo, creditando à sua vontade individual as possibilidades de superação.

Ao difundirem uma cultura autopreservacionista da saúde, do corpo, do bem-estar físico e mental, auto-responsabilizam os idosos pelos seus problemas, independentemente das condições materiais de existência, engendrando processos de controle social do tempo livre dos idosos e de privatização de formas de enfrentamento desse problema social. (TEIXEIRA, 2008, p. 120)

É conveniente que se entenda, que apesar do discurso oficial se mostrar preocupado e comprometido principalmente com a qualidade de vida e saúde do(a) velho(a) trabalhador(a), as condições reais ainda não condizem com este discurso. Para Teixeira (2008, p. 41), a nível mundial as preocupações sociais referentes ao envelhecimento se utilizam de uma universalidade abstrata, pois se desconsidera as condições materiais do velho trabalhador bem como os segmentos e classes sociais aos quais ele pertence, pois a partir destes determinantes é possível entender que se envelhece de formas diferentes, e que é na velhice que se evidencia a reprodução e ampliação de desigualdades sociais.

De acordo com Camarano (2004, p. 260) o Plano de Madri consiste em um amplo documento com recomendações de medidas a serem adotadas pelos governos nacionais, afirmando a necessidade de estabelecimento de parcerias com a sociedade civil e setor privado para sua execução, cabendo aos governos delimitarem a responsabilidade de cada parte. Assim, reitera-se a postura anteriormente firmada na Assembleia de Viena, vinculando o documento e suas recomendações a uma política sob o ideário neoliberal, com o Estado transferindo suas responsabilidades para a sociedade civil, que passa a ser a responsável pela implementação e execução de políticas sociais voltadas ao segmento idoso, enquanto o Estado se mantém apenas como regulador e fiscalizador.

Essa intervenção da sociedade civil, denominada 'terceiro setor', é funcional as estratégias neoliberais de instituir um Estado Mínimo ao trabalho, através do discurso de redução da demanda do Estado, dos gastos sociais, da necessidade de focalização para atingir os pobres e mercantilizar os serviços sociais para os que podem pagar, legitimando um 'novo' trato às refrações da questão social que as 'privatiza', tanto nas formas de enfrenta-las, quanto na auto-responsabilização dos indivíduos pelos seus problemas, deslegitimando as políticas de cunho 'universalistas' e os direitos sociais garantidos pelos fundos públicos. (TEIXEIRA, 2008, p. 125)

Após a Assembleia de Madri (2002) foram promovidas pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), órgão da ONU, quatro Conferências Regionais sobre Envelhecimento, que buscaram dar continuidade às discussões visando uma melhoria na qualidade de vida da população idosa. A primeira “Conferencia Regional Intergubernamental sobre el Envejecimiento” realizou-se em Santiago no Chile entre os dias 19 e 21 de novembro de 2003; a segunda foi realizada em Brasília, nos dias 4, 5 e 6 de dezembro de 2007; a terceira aconteceu em São José, capital da Costa Rica entre os dias 8 a 11 de maio de 2012 e a quarta Conferência foi realizada em Asunción, Paraguai, de 27 a 30 de junho de 2017. Tais conferências objetivaram discutir as particularidades regionais da América Latina e Caribe a partir do Plano de Madri.

#### *2.2.4 Envelhecimento no Brasil: entre lutas e conquistas*

Como visto, a questão do envelhecimento é uma realidade vivenciada em todo o mundo, devido a sua relevância tem sido alvo de discussões sobre as possíveis alternativas para o seu enfrentamento, dentre as mais notáveis, tem-se, as conferências mundiais (AME) que trouxeram resoluções e normativas a fim de influenciar a implementação e execução de políticas públicas voltadas ao segmento idoso, visto que o envelhecimento passa a ser uma realidade quase que planetária. Reitera-se a necessidade de entender o envelhecimento enquanto um fenômeno heterogêneo, complexo e multifacetado, no qual os indivíduos envelhecem de forma particular e diferenciada a partir de mediações constantes com fatores econômicos, sociais, culturais, de gênero etc. (SOARES; POLTRONIERI; COSTA, 2014, p. 134)

Desta forma, propõe-se analisar os enfrentamentos à questão do envelhecimento a partir das respostas dadas pelo Estado brasileiro, respostas estas, fundamentadas em recomendações internacionais e no ideário neoliberal, que estabelece uma perspectiva homogênea e positiva do envelhecimento enquanto ativo e saudável, assim como, o estabelecimento de parcerias entre público e privado. No entanto, antes, faz-se necessário abordar, mesmo que sinteticamente, a discussão sobre o papel do Estado, a conformação da agenda política e o sistema de proteção social no Brasil.

O Estado, dentro do sistema capitalista, em especial dentro da configuração neoliberal, ocupa um papel fundamental se colocando muitas vezes enquanto representante da classe dominante em detrimento a classe trabalhadora. Contudo, há de se considerar que este mesmo Estado se mostra enquanto uma estrutura complexa, formada por diversos atores, com interesses, valores e ideologias distintas que provocam contínuos tensionamentos entre forças muitas vezes opostas, desta forma, ele não se mantém imune aos conflitos existentes dentro da sociedade capitalista, assim, os conflitos entre classes sociais próprios desta sociedade também se manifestam nele. Neste sentido, a relação entre Estado e políticas públicas é dinâmica, caracterizando um movimento contraditório do real, onde o Estado influencia e é influenciado. (SERAFIM; DIAS, 2012, p. 125)

De forma despretensiosa, podemos afirmar que as políticas públicas são o Estado em movimento. Não são, evidentemente as únicas formas de ação estatal. Mas constituem sem dúvida, aquela forma que melhor reflete a natureza do Estado capitalista. Não é trivial, portanto, que tanta atenção tenha sido despendida pelos analistas de políticas públicas ao momento de definição da agenda. (SERAFIM; DIAS, 2012, p. 125)

A agenda do Estado se caracteriza enquanto instrumento que traz os temas prioritários a serem trabalhados por um determinado governo, um assunto é incorporado à agenda quando é identificado como um problema passível de conversão em política pública, este processo é permeado por diversos fatores como valores e interesses, sendo estes influenciados por elementos ideológicos e projetos políticos, impactando diretamente nas relações de poder entre atores envolvidos. (SERAFIN; DIAS, 2012, p. 125). No caso do envelhecimento, sua inclusão na agenda governamental brasileira se deve a fatores como os movimentos sociais que pressionaram o Estado em relação à necessidade de políticas voltadas ao segmento idoso, a revolução demográfica mundial com um aumento significativo da população envelhecida, bem como imposições de organismos internacionais que determinavam a instituição de políticas, programas e projetos destinados a esta população, como visto anteriormente.

As décadas de 1980 e 1990 são marcadas pela emergência do envelhecimento na agenda social como um problema social e político relevante. Essa transformação da velhice em tema privilegiado deve-se tanto à revolução demográfica mundial, com o aparecimento do fenômeno da longevidade, também em países em desenvolvimento como o Brasil, quanto à força de grupos de pressão como o movimento de aposentados e pensionistas, as diversas organizações da sociedade civil, organismos internacionais, responsáveis pela vocalização do envelhecimento, sob a influência da Gerontologia Internacional, principalmente norte americana, cuja a orientação influenciará o modo de interpretar a problemática do envelhecimento e as políticas públicas. (TEIXEIRA, 2008, p. 170)

Dentre os movimentos sociais que lutaram a favor da incorporação do envelhecimento na agenda estatal brasileira, tem-se como maior referência a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP), criada em 1985, responsável pela mobilização dos(as) velhos(as) trabalhadores(as) de todo o país, demonstrando sua força política e seu poder organizativo tornou os trabalhos da Assembleia Constituinte como seu principal interlocutor para as conquistas previdenciárias, os vários eventos promovidos pelo movimento foram responsáveis por grande parte das conquistas na Constituição de 1988, demonstrando um surpreendente poder de organização se constituiu como o segundo maior lobby na Constituinte, sendo superado apenas pelo grupo ruralista. (TEIXEIRA, 2008, p. 173)

Destarte, a Constituição Federal (CF) de 1988, significou um divisor de águas no que se refere às políticas sociais voltadas ao(a) velho(a) trabalhador(a), ao introduzir a seguridade social, sob o tripé saúde, assistência e previdência, fez com que a proteção social passasse a ter uma conotação de direito de cidadania, uma vez que:

O texto legal estabeleceu, como princípios básicos, a universalização, a equivalência de benefícios urbanos e rurais, a seletividade na concessão, a irredutibilidade do valor das prestações previdenciárias, a fixação do benefício mínimo em um salário mínimo, a equanimidade no custeio e a diversificação da base de financiamento, a descentralização e a participação da comunidade de trabalhadores, empregadores e aposentados na gestão [...] Assim sendo, a seguridade social passou a ser conceituada como 'um contrato coletivo, integrante do próprio direito de cidadania, onde os benefícios seriam concedidos conforme a necessidade e o custeio seria feito segundo a capacidade de cada um'. (CAMARANO, 2004, p. 266-267)

A Constituinte também assegurou o direito ao ensino fundamental público independentemente da idade; nas questões de família, no seu artigo 230, ressalta que cabe à família, a sociedade e ao Estado o apoio aos idosos, assegurando-lhes sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo o

seu direito à vida. Também menciona que os cuidados com os idosos devem ser preferencialmente em seus lares e estabelece a gratuidade dos transportes coletivos urbanos para maiores de 65 anos. No entanto, apesar de avançar no papel do Estado junto à pessoa idosa, a família ainda permaneceu como a principal responsável pelo seu cuidado. Dentro dos parâmetros vivenciados pelo Brasil em relação às políticas públicas e direitos a CF se mostrou abrangente e inovadora ao universalizar direitos.

Tais direitos têm como marco inicial no Brasil a Lei Eloy Chaves (1923), que instituía a obrigatoriedade de criação das Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) para algumas categorias de trabalhadores, como os ferroviários e marítimos, por se tratar de categorias com maior poder de pressão e diretamente inseridas no processo de produção e circulação de mercadorias. “As CAPs foram as formas originárias da previdência social brasileira, junto com os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), sendo o dos funcionários públicos o primeiro a ser fundado em 1926.” (BEHRING, 2008, p. 80).

Entre os anos de 1930 e 1943, caracteriza-se o período de introdução da política social no Brasil (BEHRING, 2008, p106), em 1930 foi criado o Ministério do Trabalho e em 1932 a Carteira de Trabalho<sup>27</sup>, seguida pelas disposições legais sobre a disposição de jornadas de trabalho de 8 horas para comerciários e industriários; regulamentação do trabalho dos menores na indústria; a institucionalizações das comissões mistas de Conciliação e Julgamento; a regulamentação do trabalho feminino; posterior alteração das Comissões Mistas de Conciliação, concedendo o direito de demanda apenas aos sindicalizados e a concessão de férias aos bancários e industriários, e finalmente em 1943 tem-se a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) (HADDAD, 2016, p. 106).

Do período entre 1946 e 1964, a política social, apresentou uma expansão lenta e seletiva, marcada por alguns aperfeiçoamentos institucionais, como por exemplo a separação dos Ministérios da Saúde e Educação em 1953, em 1960 houve aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social. Este período foi marcado pela morosidade da expansão dos direitos, que se mantiveram no formato corporativista e fragmentado da era Vargas. No período ditatorial pode-se pontuar, que em 1966 tem-se a unificação da Previdência Social, em 1967 os acidentes de trabalho passam a ser atendidos pelo Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), o Funrural, previdência para os

---

<sup>27</sup> Sendo considerado o documento de cidadania no Brasil, pois só tinham alguns direitos aqueles que possuíam o emprego registrado em carteira. (BEHRING, 2008, p. 106)

trabalhadores rurais é estabelecido em 1971, em 1974 é criado o Ministério da Assistência Social, incorporando a Legião Brasileira de Assistência (LBA), a Fundação Nacional para o Bem-estar do Menor (Funabem), a Central de Medicamentos (CEME) e a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (Dataprev); neste mesmo ano tem-se a criação da Renda Mensal Vitalícia<sup>28</sup> (MRV) para os(as) velhos(as) trabalhadores(as) pobres, sendo extinta em 1996 quando entrou em vigor a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) (BEHRING, 2008, p. 136).

Ressalta-se que durante a ditadura, a política social se expande no Brasil, no entanto esta, se dá a partir de uma forma tecnocrática e conservadora, dentro de uma dinâmica de expansão dos direitos sociais e restrição dos direitos civis e políticos, ou seja, apresenta a mistura de repressão e assistência com objetivo de controle sobre a classe trabalhadora, dentro de um contexto marcado pela opressão, prisões e torturas, o governo ditatorial buscou modernizar as políticas sociais. (BEHRING, 2008, p. 136-137)

Após retomar as principais legislações favoráveis à classe trabalhadora e por extensão aos(as) velhos(as) trabalhadores(as), pretende-se dar seguimento a esta análise, agora, no período pós-constituição, enfocando em especial as conquistas obtidas pela população idosa e seus principais desafios na contemporaneidade.

Segundo Camarano (2004, p. 268) no período posterior à Constituição Federal vários dispositivos referentes às políticas direcionadas ao segmento idoso foram aprovados, em 1991 aprovou-se os Planos de Custeio e de Benefícios da Previdência Social, trazendo o estabelecimento das regras para a manutenção do valor real dos benefícios, a uniformidade dos riscos cobertos pela previdência, o estabelecimento de valores mínimos e máximos concedidos aos trabalhadores urbanos e rurais, a concessão da pensão ao homem em caso de viuvez, a introdução do tempo de serviço proporcional a aposentadoria da mulher, redução para 60 anos de idade para homem e 55 para mulher nos casos de aposentadoria do trabalhador rural. Em 1993, foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que estabeleceu programas e projetos de atenção aos idosos em co-responsabilidade nas três esferas de governo,

---

<sup>28</sup> A RMV foi criada em 1974, por meio da Lei nº 6.179/74, como benefício previdenciário destinado às pessoas “maiores de 70 (setenta) anos de idade e os inválidos, *definitivamente incapacitados para o trabalho, que, num ou noutro caso, não exerçam atividade remunerada*” e não recebiam rendimento superior a 60% do valor do salário mínimo. Além disso, não poderiam ser mantidos pela família bem como não poderiam ter outro meio de se sustentar. (MDS, 2015)

também regulamenta o BPC para idosos acima de 70 anos com renda mensal inferior a ¼ do salário mínimo, sendo que em 1998 esta idade foi reduzida para 67 anos e em 2004 para 65 anos.

Seguindo as tendências impostas pelos organismos internacionais e ao mesmo tempo, enquanto reflexo das lutas dos movimentos sociais dos(as) velhos(as) trabalhadores(as) (inclusive com a promulgação da CF), tem-se em 1994 a regulamentação de uma política direcionada ao segmento idoso, a criação da Lei n. 8842/94 denominada Política Nacional do Idoso (PNI), que dispõe sobre os direitos sociais desta população, garantindo autonomia, integração e participação efetiva como instrumento de cidadania, uma conquista em termos legais. Consistindo em assegurar os direitos sociais da população idosa, partindo do princípio fundamental de que “o idoso é um sujeito de direitos e deve ser atendido de maneira diferenciada em cada uma das suas necessidades: físicas, sociais, econômicas e políticas”. (CAMARANO, 2004, p. 269), tendo como premissa a promoção da qualidade de vida. Também foi criado o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) que fora implementado somente oito anos depois, em 2002.

No entanto, ressalta-se que segundo Teixeira (2008, p. 265), a setorialização das políticas sociais e a focalização das demandas fazem parte do “novo” padrão de respostas as expressões da questão social, desta forma “as políticas de renda mínima e a política para idosos, cujo critério de ‘inserção’ não é mais o trabalho, mas as chamadas populações ‘excluídas’”. Assim, tem-se um contraponto à política que apesar de se mostrar enquanto avanço legal, limita sua ação pulverizando a questão social em situações específicas, individualizando o seu enfrentamento e ao mesmo tempo mascarando a relação capital/trabalho.

Nessa perspectiva, a setorialização da política e a delimitação dos grupos de destino da proteção social por critérios etários, gênero, raça, renda, dentre outros, são, ao mesmo tempo, ampliação dos grupos cobertos, como também de critérios que mascaram a origem de classe, as desigualdades na construção dos problemas sociais. (TEIXEIRA, 2008, p. 267)

A PNI apresenta como diretrizes norteadoras o incentivo e a viabilização de formas alternativas de cooperação intergeracional; a necessária participação dos idosos através de suas representações na formulação, implementação e avaliação de políticas, planos e programas; a prioridade de seu atendimento em condição de vulnerabilidade por suas famílias em detrimento do atendimento asilar; a

descentralização político-administrativa; a capacitação de recursos humanos nas áreas da geriatria e gerontologia; a prioridade do atendimento em órgãos públicos e privados prestadores de serviços; e o fomento das discussões e desenvolvimento de estudos referentes à questão do envelhecimento.

Estabelecendo como competência da Assistência Social, a prestação de serviços e ações voltadas para as necessidades básicas dos idosos, contando para isto, com a participação da família, da sociedade e das organizações governamentais e não governamentais. Assim, como já citado na CF, a responsabilidade pelo bem-estar do idoso é da família, do Estado e da sociedade. É também de responsabilidade da assistência o estímulo à criação e incentivo a alternativas de atendimento à população idosa, como os centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casas lares, entre outros; bem como a promoção de estudos e debates acerca da questão do envelhecimento, através de simpósios, seminários, estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso e finalmente a promoção da capacitação de recursos para o atendimento ao idoso.

Importa apontar que em sua crítica Teixeira (2008, p. 266), destaca que a PNI considera o idoso como um grupo etário homogêneo, mascarando além das desigualdades sociais a tragédia do envelhecimento.

Embora a política deva ser universal, a centralidade das atenções deve ser para os trabalhadores, dada a vulnerabilidade social dessa classe, principalmente quando envelhece, devendo a partir daí, universalizar-se para atingir os diversos grupos e frações dessa classe e outros grupos intermediários, já que não é para todos que o envelhecimento significa um problema social. (TEIXEIRA, 2008, p. 266)

Ressalta-se que a partir das competências relativas à Assistência Social, a criação dos Centros de Convivência do Idoso (CCI), passou a ser uma realidade concreta no cenário nacional, se tornando um instrumento para o enfrentamento das situações de risco e vulnerabilidade social vivenciada pelo segmento idoso, entre elas o isolamento social, muito comum na contemporaneidade. No entanto, os CCIs se mostram como equipamentos de prestação de serviços sociais vinculados às instituições privadas, legitimando um modelo que surge com a participação da sociedade civil, e que apresenta

[...] formas alternativas de participação social, convívio, ocupação dos idosos, em especial, aquelas alternativas dirigidas aos idosos não institucionalizados, chamados de “terceira idade”, para os quais se atribuem as novas necessidades sociais de lazer, educação, cultura, além das tradicionais de assistência, previdência e saúde. (TEIXEIRA, 2008, p. 266)

Dentro das ações governamentais estabelecidas pela PNI compete à área da saúde, a garantia de assistência à saúde nos diversos níveis de atendimento dentro do SUS; a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde do idoso mediante programas e medidas profiláticas; adoção e aplicação de normas de funcionamento às instituições geriátricas e sua fiscalização; elaboração de normas de serviços da geriatria; inclusão da geriatria na rede pública de saúde através dos concursos; e criação de serviços alternativos de saúde aos idosos.

A PNI reafirma as ações sobre a saúde da população idosa e dispõe da criação de “serviços alternativos de saúde para o idoso como hospitais-dia, serviços domiciliares e outras alternativas de atenção [...] vê-se assim, a introdução na área da saúde, da questão do cuidador informal [...]” diferenciando do cuidador formal, que recebe remuneração para a tarefa de cuidado da saúde do idoso, no entanto os(as) velhos(as) pobres(as) recebem os cuidados de cuidadores informais, sendo estes elementos da própria família, reafirmando a “ [...] família como espaço de cuidados informais, suporte da proteção social, espaço que demanda serviços informais, trabalhos temporários não regulamentados. (TEIXEIRA, 2008, p. 273). Incidindo assim, sobre a família a responsabilidade pelo cuidado ao idoso, mesmo que não haja preparação técnica para tal e até sujeitos disponíveis para a realização da tarefa, uma vez que na contemporaneidade, de maneira geral, todo o núcleo familiar adulto exerce atividades laborativas fora de casa.

À área da educação compete adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso; inclusão nos currículos mínimos da temática do envelhecimento a fim de eliminar preconceitos e estimular a intergeracionalidade; inclusão da Geriatria e a Gerontologia como disciplinas curriculares nos cursos superiores; desenvolvimento de programas educativos a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento através dos meios de comunicação; apoiar a criação de universidade aberta a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber.

A Universidade Aberta à Terceira Idade é preconizada na PNI como um instrumento educacional a ser utilizado a favor do idoso, com enfoque na aquisição

de novos conhecimentos e convivência social traz particularidades que serão melhor analisadas mais adiante. Cabe inferir que as Universidades Abertas à Terceira Idade, são criadas a partir de iniciativas das próprias instituições, uma vez que o governo apoia, porém não cria tais espaços, ficando a cargo dos professores que executam trabalhos voluntários, para além de sua carga horária formal de trabalho para a realização das atividades.

Ao trabalho e previdência, compete a garantia de mecanismos que impeçam a discriminação do idoso no mercado de trabalho; a prioridade ao idoso nos benefícios previdenciários e a criação e estímulo à programas de preparação para a aposentadoria. Em relação à discriminação enfrentada pelo idoso no mercado de trabalho, há de se inferir que o mundo do trabalho a partir do processo de reestruturação produtiva e mundialização financeira, tem sofrido profundos impactos na sua organização e gestão, como visto anteriormente, o desemprego estrutural acirra a competição entre os trabalhadores, ficando o velho trabalhador em posição de desvantagem na busca por sua reintegração ao mercado de trabalho. Desta forma a lei não tem efeitos reais neste sentido.

Quanto à área da habitação e urbanismo compete através dos programas habitacionais destinar unidades na modalidade de casas-lares para os idosos; incluir nos programas de assistência ao idoso, melhorias voltadas a habitabilidade e adaptação de moradia de acordo com o estado físico e independência de locomoção, bem como, diminuir barreiras arquitetônicas e urbanas. Em relação as competências relacionadas à justiça, cabe a mesma, promover e defender os direitos da pessoa idosa e zelar pela aplicação das normas sobre o idoso determinando ações para evitar abusos e lesões a seus direitos.

A PNI finaliza atribuindo a área de cultura, esporte e lazer a garantia de participação do idoso no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais; o acesso aos locais e eventos culturais com preços reduzidos; o incentivo de desenvolvimento de atividades culturais através de seus movimentos; a valorização da memória e transmissão de informações e habilidades aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade da identidade cultural e o incentivo à criação de programas de lazer, esporte e atividades físicas que proporcionem a melhoria na qualidade de vida e estimulem sua participação na comunidade. Teixeira (2008, p. 273), destaca que a partir desses programas que vendem a ideia de uma vida mais “saudável”, há na verdade um controle do tempo de vida dos(as) velhos(as)

trabalhadores(as), ocupando seu tempo livre para atividades direcionadas à massificação e homogeneização da velhice.

Desta forma a PNI estimulou a articulação e integração dos ministérios envolvidos na elaboração de um plano de ação governamental, com sua operacionalização ocorrendo de forma descentralizada, contudo, “a falta de um orçamento único para a execução da PNI constitui um dos obstáculos a efetivação” (TEIXEIRA, 2008, p.280). Apesar de possuir limitações (em especial orçamentárias), a Política Nacional do Idoso mostra-se como um avanço legal importante para a população idosa, pois ao se criar uma política, a tendência é que seu impacto não se restrinja a geração atual de velhos(as) trabalhadores(as), mas que tenha impactos inclusive nas futuras gerações que irão envelhecer.

Em tese um avanço que gera espaços de participação e “controle social” da gestão pública das políticas e que cria mecanismos para que as demandas cheguem aos formuladores da política, o que não é, por si só, garantia de atendimento dessas necessidades, considerando-se a demanda reprimida, os poucos recursos federais e a inviabilidade de muitos municípios co-financiar os programas. (TEIXEIRA, 2008, p. 277)

A PNI se mostra enquanto uma legislação moderna e complexa, rica em proteção social, porém com um claro caráter formal e legalista, para Teixeira (2008, p. 266) o Estado se apresenta não como garantidor de direitos, mas como regulador, normatizador e co-financiador, ao dividir suas responsabilidades de proteção social com a sociedade civil, “através de ações desenvolvidas por ONG’s, comunidade, família ou entes municipais”. Tendo assim, “[...] programas pontuais e com metas restritas comparando-se ao crescimento do número de idosos.” (TEIXEIRA, 2008, p. 267).

Assim, o Estado apesar de garantir formalmente os direitos sociais dos(as) velhos(as) trabalhadores(as), os elementos estruturantes da lei terceirizam as responsabilidades na garantia desses direitos.

Todavia, cabe ao Estado, por gerir fundos públicos, colocando-se como esfera pública por excelência, garantir tais direitos prioritariamente, pois repassar responsabilidades para a sociedade civil é uma negação do direito e tem significado o retorno do mercado na provisão do bem-estar ou da filantropia moderna para os pobres e um reforço ao âmbito da ajuda voluntária, da solidariedade, nas ações sociais, que em si, não podem garantir direitos, pois não se movem por princípios de universalidade, considerando-se seu âmbito restrito de ação (e de financiamento), sendo geralmente respostas pontuais, locais e precárias. (TEIXEIRA, 2008, p. 267)

Na esteira das conquistas do segmento idoso, em 2003, é promulgado o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), visando reforçar as diretrizes contidas na PNI e formando as bases das políticas públicas voltadas ao segmento, apresentando como direitos fundamentais da pessoa idosa o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, lazer e cultura, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e a convivência familiar e comunitária, abarcando todos os aspectos da vida social do velho trabalhador. Desta forma, o Estatuto dispõe de princípios e intenções em relação a população idosa e traz para a sociedade um conjunto de diretrizes e regulações a serem observadas tanto pelas instituições/órgãos sociais quanto pela população em geral.

Segundo Alcântara (2016, p. 366), o Estatuto do Idoso criou um sistema de garantia de direitos, que apesar dos problemas, tem buscado a efetivação dos direitos sociais dos idosos brasileiros.

O sistema de garantias previsto no Estatuto é composto pelas seguintes instituições/órgãos: Conselhos do Idoso; Sistema Único de Saúde (SUS); Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Vigilância em Saúde; Poder Judiciário; Defensoria Pública; Ministério Público; e Polícia Civil. Acredito que a eficiência desse sistema de garantias é uma das possibilidades para a efetividade dos direitos da pessoa idosa. (ALCÂNTARA, 2016, p. 366)

O Estatuto propõe mecanismos necessários à regulamentação dos direitos da população idosa, é um dispositivo formal que garante os direitos elementares da existência, os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, independente de sua condição econômica, de produção ou consumo, ou seja, do “valor de uso” que apresente para o mercado, desta forma tem-se a perspectiva do idoso enquanto sujeito de direitos, mesmo quando se configurando enquanto “não-rentável” para o capital. (TEIXEIRA, 2008, p. 289).

No Título I, Disposições Preliminares, define-se o idoso enquanto pessoa com 60 anos e mais, de acordo com a determinação da ONU de classificação para países em desenvolvimento, afirma também que o idoso goza de todos os direitos fundamentais à pessoa humana assegurando-lhe por lei ou por outros mecanismos legais todas as oportunidades e facilidades para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento, moral, intelectual, espiritual e social, sempre em condições de liberdade e dignidade. Coloca enquanto obrigação da família, da

comunidade, da sociedade e do poder público, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos dos idosos. Avança na questão do respeito aos direitos fundamentais do idoso, criminalizando a negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão.

Em relação ao Título II, dos Direitos Fundamentais, no direito à vida, o envelhecimento aparece como direito personalíssimo, sendo obrigação do Estado a garantia à vida e à saúde mediante a efetivação das políticas sociais. Do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, é obrigação do Estado e da Sociedade efetivá-los uma vez que o idoso é um sujeito de direitos civis, políticos e sociais, garantidos na Constituição e nas leis. Dos alimentos, serão prestados ao idoso na forma da lei civil, caso o idoso ou seus familiares não possuam condição de prover o seu sustento, impondo-se ao poder público esse provimento, se efetivando no âmbito da assistência social.

Quanto ao direito à saúde, há um expressivo aperfeiçoamento, aumentando a abrangência preconizada pela PNI, assim, o Estatuto reitera a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do SUS, garantindo o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde. Preconiza o atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatorios; e inclui o atendimento domiciliar, o fornecimento de medicação, inclusive órtese e prótese, proíbe a discriminação na cobrança dos planos de saúde e assegura o direito a acompanhante. Em relação ao direito à saúde o Estatuto amplia o atendimento ao idoso oferecido pelo SUS, inserindo novas possibilidades de atendimento às demandas desta população, no entanto, a questão orçamentária deve ter uma maior atenção, uma vez que o orçamento destinado a saúde que já se mostrava limitado agora está “congelado” devido a aprovação da Emenda Constitucional 95, se tal situação não for revertida o direito à saúde, será (mais do que já é) sumariamente violado.

Da educação, cultura, esporte e lazer, afirma-se as condições já manifestadas na PNI e inclui-se o desconto de pelo menos 50% nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial a esses lugares, estimulando assim, à vida cultural deste segmento populacional. Em relação ao Capítulo referente a profissionalização e ao trabalho, reitera-se aspectos citados na PNI como o direito ao trabalho, a proibição da discriminação ao idoso no mercado de trabalho e acrescenta como critério de desempate em concurso público a idade mais elevada, e a necessidade de criação de programas voltados, não só para a

preparação para a aposentadoria, mas também, programas de profissionalização especializada para idosos, bem como, de estímulo à empresas privadas a fim de que as mesmas contratem idosos. Esta questão, apesar de se mostrar positiva ao emprego formal dos idosos, sabe-se, como visto anteriormente, que o próprio sistema produtivo tem sofrido inúmeras transformações que incidem diretamente na redução do uso da mão de obra e aumento significativo do desemprego, além do fato de ainda, apesar da legislação, existir a discriminação contra o trabalhador idoso, pressupondo-se que o mesmo não possui as condições físicas e mentais necessárias à reprodução do capital. Empurrando essa população (mas não só ela) para o mercado informal de trabalho.

O capítulo da previdência social afirma que os benefícios de aposentadoria e pensão terão como critério de cálculo o valor real dos salários sobre os quais incidiram contribuição, tais benefícios serão ajustados na mesma data do salário mínimo e estabelece o dia 1º de maio, dia mundial do trabalho como a data base dos aposentados e pensionistas. A assistência social será prestada de forma articulada, conforme os princípios e diretrizes previstos na LOAS, PNI, SUS e demais normas pertinentes, no caso de idosos acima de 65 anos que não possuam meios de se sustentar nem tê-lo provido por sua família lhe é assegurado o BPC. Obriga-se a todas as entidades de longa permanência, ou casa-lar a firmarem contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada, cabendo ao Conselho Municipal do Idoso ou da Assistência estabelecer a forma de participação que não poderá exceder a setenta por cento de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso.

Em relação à habitação amplia-se sua a atenção ao direito à moradia do idoso, enquanto direito à moradia digna, no caso da necessidade de se utilizar instituições, sejam elas públicas ou privadas, as mesmas são obrigadas a manter padrões de habitação compatíveis com as necessidades dos idosos, bem como provê-los com alimentação regular e higiene indispensáveis às normas sanitárias, além da obrigatoriedade de manter a identificação externa visível sob pena de interdição. Inclui-se também ao já estabelecido na PNI, no caso de programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, a prioridade do idoso na aquisição de imóvel para moradia própria com as seguintes observações: reserva de pelo menos 3% (três por cento) aos idosos, critérios de financiamento compatíveis com os rendimentos de aposentadoria e pensão, sendo as unidades residenciais situadas

preferencialmente no pavimento térreo. Reitera-se a necessidade de equipamentos urbanos comunitários voltados ao idoso e a eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas para garantia sua acessibilidade.

No que tange ao transporte, o Estatuto amplia consideravelmente os direitos de mobilidade e acessibilidade da pessoa idosa acima dos 65 anos<sup>29</sup>, assegurando a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos. No caso do transporte coletivo interestadual há a reserva de duas vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos e desconto de 50% (cinquenta por cento) no mínimo no valor das passagens para os idosos que excederem as vagas gratuitas, contudo, cabe aos órgãos competentes definir os critérios referentes ao transporte coletivo interestadual, o que possibilita em muitos momentos o não atendimento do que é estipulado no Estatuto. Em relação as vagas de estacionamento, é reservado aos idosos, de acordo com a lei local, 5% (cinco por cento) das vagas as quais deverão se posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso. Ressalta-se que é assegurada a prioridade do idoso no embarque e desembarque no sistema de transporte coletivo. Apesar de se mostrar como uma conquista significativa, o direito ao transporte precisa ser melhor aprimorado, em especial em relação a idade (60 ou 65 anos) e no transporte intermunicipal contendo regras mais claras para a população idosa, além da questão de prioridade no embarque e desembarque que deve contar em especial com fatores como educação e informação do restante da população para que de fato seja respeitado.

Em seu Título III, o Estatuto demonstra preocupação com a violação de direitos dos idosos, dispondo de medidas de proteção, que devem ser aplicadas sempre que os direitos reconhecidos nesta lei forem ameaçados ou violados, por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento; e em razão de sua condição pessoal. Tais medidas de proteção poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, levando em conta os fins sociais a que se destinam e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Comprovando-se a ameaça ou violação dos direitos o Ministério Público ou o Poder Judiciário poderão determinar as seguintes medidas: encaminhamento à família ou

---

<sup>29</sup> No caso das pessoas compreendidas na faixa etária entre sessenta e sessenta e cinco anos, ficará a critério da legislação local dispor sobre as condições para exercício da gratuidade nos meios de transporte previstos no *caput* deste artigo.

curador, mediante termos de responsabilidade; orientação, apoio e acompanhamento temporários; requisição para tratamento de saúde, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar; inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, ao próprio idoso ou à pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação; abrigo em entidade e abrigo temporário.

Ressalta-se que todas situações de ameaça ou violação de direitos do idoso, devem ser cuidadosamente analisadas a fim de se evitar que o ônus da culpabilização recaia em especial sobre a família, uma vez que o Brasil apresenta altíssimos níveis de desigualdade que se materializam em pobreza, violência, falta de oportunidades e mínimas condições de sobrevivência. A situação deve ser analisada a partir de uma perspectiva crítica de totalidade, entendendo que o sistema de produção e reprodução social o qual estamos inseridos impõem mecanismos brutais de exclusão dos quais grande parte da sociedade é vítima. Lembrando que o Estado na maioria das vezes é o que mais se omite, ameaça e viola, pois, apesar de se ter os direitos garantidos no papel, nem sempre eles se efetivam na realidade.

Assim, as ocorrências de maus-tratos a idosos não devem ser generalizadas de modo indiscriminado, pensando-se, por exemplo, que todos os idosos brasileiros pobres estão sob o risco de maus tratos ou sofrem efetivamente maus tratos dentro da família ou dos asilos. E nem a velhice empobrecida deve ser vista como um simples caso de polícia, como o Estatuto do Idoso deixa entrever nestes capítulos e nos que a eles se seguem, que tratam das sanções a indivíduos e instituições que descumprirem as leis de proteção aos idosos. (NERI, 2005, p. 21)

O Título IV, trata da política de atendimento ao idoso, sendo efetivada por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, tendo como linhas de ação as políticas sociais básicas; políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que necessitarem; serviços especiais de prevenção e atendimento às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; serviço de identificação e localização de parentes ou responsáveis por idosos abandonados em hospitais e instituições de longa permanência; proteção jurídico-social por entidade de defesa dos direitos dos idosos e mobilização da opinião pública no sentido da participação dos diversos segmentos da sociedade no atendimento ao idoso.

As entidades de atendimento aos idosos, recebem atenção especial do Estatuto, sendo explícita a preocupação com a necessidade de acompanhamento e fiscalização sob as mesmas, estando sujeitas à inscrição de seus programas junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária e Conselho Municipal da Pessoa Idosa, sendo estes mesmos órgãos juntamente com o Ministério Público os principais responsáveis pela fiscalização. Para as entidades de longa permanência estabelece-se os seguintes princípios: preservação dos vínculos familiares; atendimento personalizado em pequenos grupos; manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em caso de força maior; participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo; observância dos direitos e garantias dos idosos e preservação da identidade do idoso e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade. Ressalta-se que o dirigente da instituição responderá civil e criminalmente pelos atos que praticar em detrimento do idoso. O descumprimento desta lei acarretará sanções que podem se constituir desde multas financeiras até o afastamento (provisório ou definitivo) do dirigente.

No título V, do acesso à justiça, indica-se a possibilidade de criação de varas especializadas exclusivas aos idosos e assegura prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que o idoso figure como parte ou interveniente em qualquer instância. Atribui ao Ministério Público o responsável pela proteção dos direitos e interesses difusos ou coletivos do segmento idoso.

O Título VI, trata dos crimes previstos nesta lei, apresentando como pena máxima privativa de liberdade aquela que não ultrapassa quatro anos, configurando enquanto crime: discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania por motivo de idade; deixar de prestar assistência ao idoso, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, em situação eminente de perigo, ou recusar, retardar ou dificultar sua assistência à saúde; abandonar idoso em hospitais, casa de saúde, entidades de longa permanência ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas; expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes ou privando-o de alimentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-o a trabalho excessivo ou inadequado; reter cartão magnético

de sua conta bancária; apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso, dentre outros crimes, em especial financeiros.

A legislação voltada à pessoa idosa conquista legitimidade em todo o Brasil, o Estatuto do Idoso é referenciado constantemente não só dentro das Políticas Sociais, mas também no cotidiano da sociedade. Os debates sobre a questão do envelhecimento se ampliam e em busca de uma maior efetivação são criadas leis também a nível estadual. O estado de São Paulo, através da Lei Estadual nº 12.548, de 27 de fevereiro de 2007, consolida a legislação relativa ao idoso no estado, assegurando a este todos os direitos à cidadania, sendo o direito à vida, à dignidade, ao bem-estar e à participação na sociedade, a lei tem caráter universal e é regida pelo princípio de igualdade, afirmando que o processo do envelhecimento deve ser objeto de conhecimento, estudo e informação da sociedade em geral.

Em relação aos seus objetivos e metas a lei estabelece que a Política Estadual do Idoso tem por objetivo garantir ao cidadão com mais de 60 (sessenta) anos as condições necessárias para continuar no pleno exercício da cidadania, reitera-se a responsabilidade do Estado, da sociedade e da família (assim como na PNI e no Estatuto do Idoso) em: resgatar a identidade, o espaço e a ação do idoso, integrando-o na sociedade por meio de formas alternativas de participação, ocupação e convívio; estimular a participação política do idoso, priorizar a permanência do idoso com a família em detrimento do atendimento asilar; criar políticas municipais por meio dos Conselhos; capacitar recursos humanos em todas as áreas ligadas ao idoso; divulgar informações acerca do processo de envelhecimento como fenômeno natural da vida; estabelecer formas de diálogo entre o idoso, a sociedade e os poderes públicos; priorizar o atendimento ao idoso desabrigado e sem família; apoiar o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre questões relativas ao envelhecimento, atender com dignidade o idoso de acordo com suas necessidades.

A implantação da Política Estadual do Idoso se dá por ações integradas e parcerias entre poder público e sociedade civil, com a execução de ações específicas de cada área, sendo a área da Promoção e Assistência Social, Saúde, Educação, Trabalho e Previdência Social, Habitação e Urbanismo, Justiça e Cultura, Esporte e Lazer.

A Política Estadual do Idoso também estabelece:

- Política de Incentivo ao Turismo para o Idoso - objetivando estimular as empresas dos ramos de turismo a trabalhar com produtos voltados para os idosos a fim de gerar emprego e renda ao setor; (afirmando o estereótipo da velhice feliz e saudável, como se a mesma fosse acessível a todos).

- O Programa de Assistência do Idoso - a ser desenvolvido por meio de ações integradas entre estado e municípios, implantando a Política Estadual do Idoso em todos os municípios em consonância ao Programa Estadual de Direitos Humanos, incentivando projetos de integração social e familiar do idoso, desenvolver ações integradas por meio de parcerias e convênios a fim de estimular o respeito à individualidade, autonomia e independência, estimulando o convívio social e prevenindo o asilamento;

- Programa de Vacinação da Terceira Idade - com a aplicação de vacinas antigripal, antipneumocócica, antitetânica e antidiftérica;

- Programa de Atendimento Geriátrico - nos hospitais da rede pública do Estado, destinado à prestação de serviços de assistência médica ambulatorial na área geriátrica, à promoção da saúde, ao tratamento e à reabilitação da população idosa;

- Programa Educacional Direcionado à Terceira Idade - com vistas a atender a promover a alfabetização dos idosos que não tiveram oportunidades de estudo; o Programa apresenta os seguintes objetivos: a construção da personalidade das pessoas idosas analfabetas no que se refere à vida participativa na escola; a educação para as pessoas da terceira idade deverá se constituir em base para qualquer política de envelhecimento; a criação de espaços para as pessoas da terceira idade dentro dos sistemas de educação em nível nacional e o desenvolvimento social e valorização pessoal, restabelecendo a autoestima e facultando a elaboração de novos projetos de vida.

- Programas habitacionais - dando preferência ao candidato idoso em programas habitacionais;

- Conselho Estadual do Idoso - determina as atribuições do Conselho em âmbito estadual;

- Fundação de Amparo ao Idoso - tem por finalidade promover atividades que visem à defesa do direito do idoso, à eliminação das discriminações que o atingem e a sua plena integração na vida do país;

- Cinema, teatro, parques e outros - devem conceder em caráter permanente o desconto mínimo de 50%, a pessoa que comprovar idade de 65 anos ou mais. Assim como acontece com a questão dos transportes esse benefício só é válido para os maiores de 65 anos e não 60 anos caracterizado como idoso segundo a OMS.

- Cédula de Identidade - Isenção na taxa de emissão de segunda via para idosos (homem) acima dos 65 anos e 60 anos (mulher). Mais uma contradição em relação aos direitos dos idosos, se a OMS estabelece 60 anos para os países em desenvolvimento, esta diferença de idades para se ter direitos se mostra ambígua.

- Da Proteção ao Idoso - É vedada qualquer forma de discriminação ao idoso no estado de São Paulo, caso a lei seja descumprida o agressor poderá pagar multas; reitera-se os descontos em transportes públicos; as vagas obrigatórias nos estacionamentos; o atendimento prioritário; a obrigatoriedade de cadeiras de rodas nos shoppings; e estabelecimentos similares; também se implanta a partir desta lei o selo “Amigo do Idoso”, destinado a avaliar a qualidade dos serviços prestados pelas entidades que atendem ao idoso nas modalidades asilar e não asilar; os outros pontos estabelecidos na lei em questão veem a reiterar o proposto nas legislações nacionais PNI e Estatuto do Idoso.

Sem dúvida, houve um significativo avanço na questão do envelhecimento no Brasil, as legislações se mostram enquanto conquistas relevantes da população idosa, o Estatuto do Idoso em especial, apresenta-se enquanto um dispositivo legal que abarca grande parte da realidade social do velho trabalhador, trazendo pontos que contemplam suas várias necessidades. O estabelecimento dos direitos específicos dos idosos, causou um importante impacto em toda a sociedade, pois tomou vulto e passou a ter visibilidade social, no entanto, como dito anteriormente, nem sempre tais direitos são efetivados e em muitos casos, o próprio Estado se mostra incapaz no cumprimento daquilo que é preconizado em lei.

Desta forma, apreende-se a causa do idoso, como uma luta constante no cotidiano de homens e mulheres envelhecidos, uma vez que seus direitos nem sempre são efetivados e respeitados, tanto pela sociedade que ainda precisa entender que o respeito aos velhos(as) deve ser levado a sério, sendo a intergeracionalidade fundamental nesse processo, quanto pelo Estado, que apesar de legalmente estabelecer os direitos desta população, não os efetiva de fato, se omitindo na maioria das vezes. Ao se afirmar que a velhice é produto da trajetória de vida supõe-se que para uma velhice digna, de fato o transcorrer da vida dos sujeitos também deve ser

digno, o humano não pode se coisificar em virtude de um sistema excludente, ao contrário, o humano tem que buscar a sua essência, encontrar o seu lugar no mundo e recuperar o seu tempo, o tempo do sujeito tem que ser mais, tem que ir além do cronômetro do capital.

**CAPÍTULO III**  
**O TRABALHO, A TRAJETÓRIA DE VIDA, O ENVELHECIMENTO E A VELHICE**  
**DOS(AS) VELHOS(AS) TRABALHADORES(AS)**

Neste capítulo, a fim de problematizar o objeto pesquisado “O trabalho, a trajetória de vida, o envelhecimento e a velhice de velhos(as) trabalhadores(as)”, buscou-se fazer o percurso da pesquisa, demonstrando a relevância e atualidade da temática, o interesse pelo tema, originalidade do estudo, bem como o desafio enfrentado pela pesquisadora. Em relação à pesquisa, optou pelas referências teórico-metodológicas marxistas, devido à amplitude e a complexidade do objeto estudado. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa. O caminho metodológico se deu pela pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Utilizou-se o método da história oral na aproximação da realidade. A interpretação dos dados deu-se pelo método eleito, o materialismo histórico dialético. Da análise das falas dos participantes inferimos aspectos importantes, sendo estes destacados no decorrer do capítulo.

### **3.1 O percurso da pesquisa**

O envelhecimento populacional vem ganhando notoriedade no contexto mundial, na contemporaneidade o expressivo aumento da população idosa tem demandado vários debates sobre as possíveis formas de enfrentamento desta nova realidade. Segundo as Nações Unidas (2017) o mundo está vivenciando um processo de transição demográfica único e irreversível, com estimativas de que em 2050 a população idosa alcance o número de 2 bilhões, tal aumento deste segmento populacional pode ser associado há diversos fatores como a queda das taxas de natalidade e de mortalidade infantis, os avanços tecnológicos e médicos e uma melhor qualidade de vida das populações em geral.

A questão do envelhecimento deve ser entendida enquanto um fenômeno multifacetado e complexo, permeado por determinantes sociais postos por cada sociedade e em cada momento histórico, além de fatores como classe social, vida laboral, etnia, gênero, religião entre outros que atribuem especificidades à velhice. Desta forma, o tema proposto neste estudo se mostra relevante considerando sua atualidade e a necessidade de se entender tal fenômeno a partir da perspectiva crítica de totalidade tendo como foco privilegiado a relação tempo de trabalho e tempo de vida dos(as) velhos(as) trabalhadores(as).

Esta investigação foi suscitada por várias inquietações decorrentes de discussões sobre processo de envelhecimento e velhice na sociedade do capital, realizadas no grupo de estudos *Envelhecimento, Políticas Públicas e Sociedade*, da UNESP - Campus de Franca, as quais possibilitaram publicações científicas sobre a temática, também pelo fato da pesquisadora ter feito parte da equipe da UNATI, além de seus estudos anteriores que vislumbravam os contornos e reflexos da relação capital/trabalho na vida dos trabalhadores.

Outro fator importante que contribuiu para esta investigação foi a experiência profissional da pesquisadora, enquanto assistente social em um grupo empresarial, onde em suas atividades cotidianas atuava diretamente com trabalhadores durante o período efetivo de trabalho, pré-aposentadoria e pós aposentadoria, este último com um grupo de velhos(as) trabalhadores(as) aposentados(as), a partir de tal experiência criou-se vários questionamentos sobre a trajetória de vida, envelhecimento e velhice e sua relação intrínseca com o trabalho.

Foi importante debruçar sobre o objeto pesquisado “O trabalho, a trajetória de vida, o envelhecimento e velhice de velhos(as) trabalhadores(as)” pois é uma temática pouco estudada, principalmente a questão do tempo de vida subjugado ao tempo da produção, ressaltando-se assim a originalidade da pesquisa bem como o desafio a ser enfrentado pela pesquisadora. Reitera-se a preocupação da academia com a temática que se torna cada vez mais relevante, neste sentido a universidade mostra seu comprometimento para com os problemas sociais e se dispõe a interagir com a sociedade visando uma vida melhor e mais digna à população idosa. Como afirma Cortelleti (2006, p. 21) “a universidade é uma instituição social inserida em uma determinada sociedade, que se preocupa com o homem e o meio em que vive, numa perspectiva de emancipação humana”.

Nesta investigação, a opção teórico-metodológica de abordagem da realidade, teve como base o método materialista histórico dialético visando nortear as reflexões e categorias, considerando que estas são dotadas de historicidade, contradição e movimento. Este método não separa teoria e história, não se constitui em um pensamento linear, considera os determinantes econômicos, políticos, culturais e sociais. Tal abordagem reforça a questão da historicidade e do movimento, afirmando que no “domínio científico, toda conclusão é sempre provisória, sujeita a comprovação, retificação, abandono, etc.” (NETTO, 2011, p. 26)

Segundo Teixeira (2008), esta abordagem permite a compreensão da estrutura da realidade

[...] como uma totalidade concreta, uma unidade na diversidade, um complexo constituído de complexos subordinados que a razão deve reconstruir mediante as mediações, desvendando os processos, nos quais o objeto está inserido, reconstruindo seu movimento, suas relações reais e histórias, em suma, a lógica imanente ao objeto. (TEIXEIRA, 2008, p. 28)

Logo, isso significa compreender o trabalho, a trajetória de vida, o envelhecimento e a velhice do trabalhador como fenômenos sociais inseridos em processos mais amplos que os determinam enquanto realidade vivida, ao mesmo tempo em que permitem sua explicação. Desta forma, se pesquisa os processos objetivando superar a “imediaticidade do empírico”. (TEIXEIRA, 2008, p. 28-29)

Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. (NETTO, 2011, p. 22) - grifos do autor.

Trata-se de uma de uma perspectiva comprometida com a realidade, a partir de pressupostos reais, de “homens de carne e osso”, tais pressupostos são constituídos de “indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação” (MARX, 2007, p. 86-87). Lukács (1978) afirma tratar de um conjunto de processos repleto de múltiplas determinações e complexos sociais particulares, assim o é a sociedade burguesa.

A ciência autêntica extrai da própria realidade as condições estruturais e suas transformações históricas e, se formula leis, estas abraçam a universalidade do processo, mas de modo tal que deste conjunto de leis pode-se retornar – ainda que frequentemente através de muitas mediações – aos fatos singulares da vida. É precisamente esta dialética concretamente realizada de universal, particular e singular (LUKÁCS, 1978, p. 88).

Para Marx (2013), há uma distinção entre método de investigação e método de exposição, o primeiro implica em se apoderar da matéria, em seus pormenores analisando diferentes formas de desenvolvimento, investigando minuciosamente a conexão íntima que há entre elas, já o segundo é a tentativa de descrever

adequadamente o movimento do real. Assim, a partir de uma perspectiva metodológica comprometida com a realidade dos(as) velhos(as) trabalhadores(as), o método nos permitirá a apreensão da realidade vivida em seus pormenores, analisando suas contradições e movimento, buscando a existência de conexões, a fim de se descrever adequadamente o movimento do real.

Desta forma, o método eleito nos permitiu compreender quais as implicações do trabalho assalariado e do tempo de vida subjugado ao tempo da produção durante a trajetória de vida e velhice dos(as) velhos(as) trabalhadores(as) que frequentam os programas para a terceira idade, bem como compreender se na velhice é possível viver livre das amarras colocadas pelo sistema capitalista, uma vez que estes sujeitos estão fora do sistema produtivo e ao mesmo tempo verificar em que medida a velhice é realmente um tempo de desenvolvimento humano. No processo de pesquisa, de construção do conhecimento, pode-se utilizar uma série de técnicas e instrumentos de pesquisa, sendo estes, meios de que se vale o pesquisador para “apoderar-se da matéria”.

Cabe observar que, no mais de um século decorrido após a morte de Marx, as ciências sociais desenvolveram um enorme acervo de instrumentos/técnicas de pesquisa, com alcances diferenciados – e todo pesquisador deve esforçar-se para conhecer este acervo, apropriar-se dele e dominar sua utilização. (NETTO, 2011, p. 26)

A abordagem de escolha para esta pesquisa foi a qualitativa, pois buscou-se um conteúdo aprofundado sobre a temática, respondendo a questões muito particulares da realidade social “A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda riqueza de significados dela transbordante. Essa realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos fazer dela.” (MINAYO, 2013, p. 15).

A partir da necessidade de se entender o real que se apresenta com tamanha amplitude, optou-se pela pesquisa analítica/explicativa, registrando fatos, interpretando-os e analisando-os, identificando suas causas, visando ampliar generalizações a partir do objeto de estudo, com a pretensão de identificar os fatores que contribuíram para a concorrência do fenômeno a partir de sua complexidade e movimento (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Para tanto, o estudo desenvolveu-se em três frentes de trabalho e investigação, sendo elas a bibliográfica, a documental e a de campo, objetivando assim o máximo

de dados e informações. A pesquisa bibliográfica se fez presente em todo o processo de construção da pesquisa, autores como Marx, Antunes, Alves e Lukács, proporcionaram a fundamentação teórica sobre a categoria trabalho, ressalta-se que dentro desta categoria a Questão Social e a Mundialização Financeira se concretizaram enquanto subcategorias tendo como autores de referência Iamamoto e Netto, a categoria envelhecimento teve como base as autoras Beauvoir, Haddad, Teixeira e Campelo e Paiva que se mostram dentro da perspectiva crítica do envelhecimento e Camarano que traz contribuições em especial estatísticas sobre essa questão, e finalmente a categoria tempo com a contribuição essencial de Mészáros e Kurz, abre-se um parêntese a fim de se registrar a existência de uma acanhada bibliografia sobre essa categoria, em especial se tratando de uma perspectiva crítica; esclarece-se que o acesso à fundamentação teórica como um todo se deu por meio de livros (impressos e em PDF) e artigos científicos.

A pesquisa documental se deu a partir da análise das legislações e orientações nacionais e internacionais sobre a questão do envelhecimento e suas formas de enfrentamento, no âmbito nacional a Política Nacional do Idoso (PNI) e o Estatuto do Idoso foram essenciais, bem como documentos do IBGE e do IPEA que proporcionaram dados atualizados sobre a temática, no âmbito internacional os Relatórios das Assembleias Mundiais sobre o Envelhecimento (primeira e segunda) produzidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e relatórios temáticos produzidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) propiciaram informações basilares para a compreensão do envelhecimento no mundo, todos os documentos analisados foram acessados via sites oficiais.

Por sua vez, a pesquisa de campo procurou a partir da fala dos participantes, apreender o papel do trabalho na trajetória de vida, no envelhecimento e na velhice dos(as) velhos(as) trabalhadores(as) participantes de programas da terceira idade de Franca- SP, bem como as implicações do tempo de vida subjugado ao tempo da produção e se a velhice se torna um tempo livre das amarras capitalistas, tendo como programas escolhidos o Centro de Integração do Idoso (CITI) – Lions Sobral e a Universidade Aberta à Terceira Idade – UNATI-UNESP. A escolha por este universo de pesquisa se deu primeiramente pela proximidade da pesquisadora com a UNATI, uma vez que o grupo de pesquisa do qual faz parte desenvolve atividades neste programa, já a escolha do CITI – Lions Sobral ocorreu pelo fato do programa ter

grande notoriedade e visibilidade na comunidade, devido a avaliações positivas quanto ao atendimento prestado à população idosa, sendo uma referência no município. A partir da pesquisa de campo foi possível traçar o perfil dos programas selecionados bem como de seus usuários, apreendendo as marcas do trabalho assalariado e do tempo produtivo na vida dos participantes, os significados do processo de envelhecimento e velhice e as implicações de sua inserção dentro desses programas.

Desta forma na pesquisa de campo pode-se, a partir da fala dos participantes analisar e interpretar a realidade por eles vivenciada, havendo a interlocução da teoria com a realidade vivida, obtendo a partir daí, a práxis, tal diálogo foi uma busca constante no processo de elaboração da pesquisa, sendo este, um diálogo crítico e criativo com o real.

Analisar, interpretar em conjunto com os sujeitos usuários a realidade da qual somos parte já constitui processo interventivo. Somente a partir de uma análise conjunta podemos ressignificar espaços, pensar coletivamente alternativas de enfrentamento, redescobrir potencialidades, associar experiências, buscar identificações, dar visibilidade às fragilidades para tentar superá-las, desvendar bloqueios processos de alienação, revigorar energias, vínculos, potencial organizativo, reconhecer espaços de pertencimento. (PRATES, 2003, p. 2)

Neste sentido, utilizou-se o método da história oral sob a perspectiva da história oral temática, a fim de registrar com maior aproximação a realidade vivenciada pelos(as) velhos(as) trabalhadores(as) aposentados(as), tal técnica se mostra democrática, pois possibilita a vocalização dos sujeitos.

De acordo com Thompson (1992, p. 104) a história oral é utilizada por pesquisadores e estudiosos de diversas áreas, como a antropologia, a sociologia, o jornalismo entre outros, não se restringindo aos historiadores. Neste contexto, o Serviço Social também tem se apropriado desta técnica, por fatores como a complexidade das informações, a aproximação com os sujeitos colaboradores e a apreensão que muitas vezes vai além da oralidade, sendo possível captar os silêncios, as lágrimas, os sonhos...

O autor também afirma que a história oral vem sendo utilizada há muito tempo pelos pesquisadores da vida operária, fato que reafirma a coerência da técnica escolhida com o tema.

Finalmente, a evidência oral é de particular valor para o historiador da vida operária preocupado com o processo de trabalho propriamente dito – não

simplesmente sua tecnologia [...] mas a experiência de trabalho e as relações sociais que desta resultam. (THOMPSON, 1992, p. 114)

Assim, a partir da história oral foi possível apreender, analisar e explicar as experiências vivenciadas pelos(as) velhos(as) trabalhadores(as), em especial às vinculadas ao trabalho, pois como afirma Bosi (1979, p. 399) “A memória do trabalho é o sentido, é a justificação de toda uma biografia”, desta forma é possível encontrar o estímulo necessário para se discorrer sobre a conexão entre o trabalho, a trajetória de vida, o envelhecimento e a velhice de velhos e velhas trabalhadoras que se fizeram a partir do labor, labor este nem sempre fácil, nem sempre com sentido, calcado em sua maioria na necessidade de sobrevivência.

Segundo Meihy (2002) a história oral pode ser definida como um recurso importante para se apreender e analisar a vida social, bem como para prover explicações de fatos sociais por meio da experiência pessoal. “A necessidade da história oral se fundamenta no direito de participação social, e nesse sentido está ligada ao direito de cidadania”. (MEIHY, 2002, p. 20)

Com uma vocação para tudo e para todos, a história oral respeita as diferenças e facilita a compreensão das identidades e dos processos de suas construções narrativas. Todos são personagens históricos, e o cotidiano e os grandes fatos ganham equiparação na medida em que se traçam para garantir a lógica da vida coletiva. (MEIHY, 2002, p. 21)

Dentro da história oral optou-se pela história oral temática, que se mostra como uma solução mais objetiva para os estudos da oralidade “por partir de um assunto específico e previamente estabelecido, a história oral temática se compromete com o esclarecimento ou opinião do entrevistador sobre algum evento definido” (MEIHY, 2002, p. 145), neste estudo o evento definido foi a vida laboral e o envelhecimento, a fim de se compreender qual o sentido do trabalho na vida de velhos e velhas trabalhadoras no contexto específico do capitalismo contemporâneo, apreendendo as impressões e vivências acerca do trabalho assalariado e do tempo de vida subjugado ao tempo da produção e como o tempo da velhice é vivenciado dentro de programas destinados a terceira idade.

O método da história oral se baseia na fala dos participantes, e foi a partir destas falas, carregadas de sentimentos, de emoções, de histórias que foi possível entender e apreender sobre as vivências de velhos e velhas trabalhadoras que sentiram em sua maioria, o peso da desigualdade em toda sua trajetória de vida

acentuado sobremaneira na velhice. Esclarece-se que o gravador foi utilizado em todas as entrevistas após a autorização dos participantes, sendo as mesmas transcritas e analisadas sob uma perspectiva crítica.

Após a escolha do universo a ser pesquisado, entrou-se em contato com os responsáveis pelos programas e mediante a apresentação do projeto de pesquisa obteve-se a autorização para a realização da mesma. Inicialmente foi realizada uma visita ao CITI – Lions Sobral, para uma aproximação com o programa e com os idosos participantes. Momento extremamente rico no qual a coordenadora do programa se mostrou muito acessível disponibilizando o que fosse necessário para a realização da coleta de dados, inclusive a estrutura da instituição. Em relação a segunda instituição escolhida UNATI/UNESP, a pesquisadora já possuía uma aproximação tendo feito parte da equipe por um período, o que facilitou o contato imediato com os participantes .

O tipo de amostragem adotado foi a não probabilística do tipo intencional, tal abordagem é voltada para o enfoque qualitativo, se mostrando coerente com o objetivo e com a metodologia de pesquisa. Neste tipo de amostragem o pesquisador tem a possibilidade de eleger os participantes que contemplem os critérios de seleção pré-determinados.

[...] as amostras não probabilísticas são de grande valor, pois conseguem obter os casos (pessoas, contextos, situações) que interessam ao pesquisador, que são capazes de oferecer uma grande quantidade de dados para a coleta e análise. (HERNANDEZ, 2013, p. 208)

A amostragem definida foi composta por 10 participantes , sendo 5 homens e 5 mulheres, todos trabalhadores aposentados e fora do mercado formal de trabalho, com idade superior ou igual a 60 anos de idade, e participantes de programas de terceira idade, essa amostra é adequada aos objetivos da pesquisa, pois o método da história oral temática permite um aprofundamento do tema junto aos participantes o que implica a necessidade de um dispêndio maior de tempo.

Com o objetivo de abarcar a heterogeneidade das atividades laborais, ou seja, contemplar os trabalhadores de vários segmentos e níveis funcionais criou-se subcategorias a fim de dividir os trabalhadores em: 1) trabalhadores rurais; 2) braçais ou domésticos; 3) trabalhadores da indústria (área produtiva e administrativa); 4) trabalhadores técnicos/especializados ou vendas e finalmente 5) trabalhadores

intelectuais ou com nível superior, sendo a princípio dois por subcategoria. Ressalta-se que foi inserida uma sexta subcategoria - Servidor Público com baixa escolaridade - ao se constatar que dois participantes a possuíam em sua trajetória laboral, e esta subcategoria não se enquadrava nas já estabelecidas.

[...] A delimitação do universo consiste em explicitar que pessoas ou coisas, fenômenos etc. serão pesquisados, enumerando suas características comuns, como, por exemplo, sexo, faixa etária, organização a que pertencem, comunidade onde vivem etc. (LAKATOS, 2010, p. 207).

A partir deste critério de seleção, os participantes foram contatados e aceitaram participar da pesquisa, um dado interessante é que todos que receberam o convite aceitaram de imediato, o que facilitou o desenvolvimento da coleta dos dados empíricos. Ao serem questionados sobre sua vida laboral na aproximação inicial, se enquadravam nas subcategorias propostas inicialmente, no entanto, no desenvolvimento da apreensão dos dados se verificou que na verdade a grande maioria não se limitava a uma única subcategoria, em alguns casos chegavam a contemplar quatro das seis preestabelecidas. Assim, como a pesquisa se propôs a falar da trajetória de vida laboral e não só do trabalho no momento da aposentadoria houve uma ampliação significativa do conteúdo apreendido, não se limitando à proposta inicial de dois participantes por subcategoria e sim aceitando a complexidade dos dados empíricos e trabalhando a partir destes.

A coleta dos dados empíricos se deu individualmente em salas reservadas para este fim em abas instituições, ocorrendo no período entre 17 e 23 de abril de 2018 no CITI- Lions Sobral e entre 27 de abril a 15 de maio de 2018 na UNATI/UNESP. As entrevistas aconteceram a partir de agendamentos prévios de acordo com a disponibilidade das partes envolvidas, sendo realizadas somente após os esclarecimentos sobre a pesquisa e mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos participantes, tendo a garantia de anonimato como prerrogativa ética da pesquisa. Como forma de identificação dos mesmos, optou-se por tratá-los a partir de características predominantes em suas falas, assim serão nominados como: Oratória; Paciência; Erudição; Racionalidade; Superação; Solidariedade; Resignação; Alegria; Afeto e Liberdade.

A entrevista foi estruturada a partir de um roteiro com questões amplas, divididas pelas categorias centrais da pesquisa, sendo: o trabalho; o envelhecimento

e o tempo (Apêndice A). As respostas em sua maioria se caracterizaram como abrangentes tendo os participantes discorrido sobre as categorias em toda sua trajetória de vida, tal fato possibilitou uma grande riqueza de dados empíricos, que trazem à tona vivências pessoais e laborais. Nesses momentos a apreensão dos dados vai além do que está sendo dito, é enriquecida pelas lágrimas, pelos sorrisos e pelos silêncios.

A análise dos dados foi realizada em três fases: a organização e estruturação dos dados, realizada a partir da transcrição e análise das entrevistas; classificação dos dados feita a partir de várias leituras com o objetivo de encontrar coerência e as ideias centrais das falas e por último a interpretação crítica dos dados. Reitera-se que a opção teórico-metodológica de abordagem da realidade se baseia no método materialista histórico dialético que permite nortear as reflexões e categorias sendo estas dotadas de historicidade, contradição e movimento.

A pesquisa obedeceu a todos os procedimentos éticos, sendo mantido o anonimato dos participantes, a confidencialidade das informações e a assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) pelos participantes, tendo a pesquisa sido aprovada pelo Comitê de Ética de acordo com as normas previstas nas Resoluções 466/12 e 510/16 das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo seres humanos do Conselho Nacional de Saúde.

Após a defesa da tese será realizada uma devolutiva aos participantes em forma de oficinas, como forma de socializar o conhecimento construído e a partir daí possibilitar novas nuances para a realidade vivenciada.

[...] refere-se a uma intenção de fazer o caminho de volta, isto é, retornar à realidade que sustentou a produção de conhecimentos e mobilizar ações que transformem essa realidade, seus sujeitos e a própria profissão, alargando seus horizontes e potencializando seus objetivos, suas competências e habilidades profissionais. (BOURGUIGNON, 2008, p. 175)

Desta maneira, o conhecimento construído será compartilhado com os participantes da pesquisa, a fim de se estimular a reflexão crítica sobre a realidade vivenciada pelos mesmos.

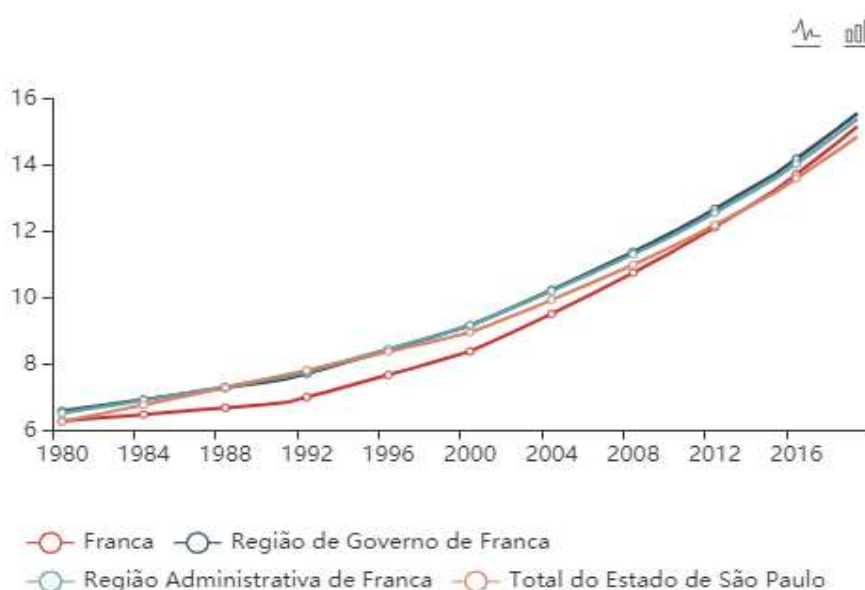
### **3.2 O universo e os participantes da pesquisa**

#### **3.2.1 Caracterização do Cenário - a cidade**

A cidade de Franca situa-se na região nordeste do Estado de São Paulo, sendo sede administrativa da 14ª região paulista, com um quadro populacional de 350.400 habitantes<sup>30</sup>. É o maior polo produtor de calçados masculinos do país, apresentando também uma relevante e ascendente indústria de roupas íntimas, além de um setor terciário em expansão. A população idosa conta com 53.155 habitantes<sup>31</sup>, representando 15,17% da população total do município, evidenciando uma taxa percentual maior que a do estado de São Paulo que é de 14,86% da população total.

#### Gráfico 14 - População com 60 anos e mais - Franca/SP

##### População com 60 Anos e Mais (Em %) - 1980-2019



Fonte: SEADE - 2019.

Na questão do envelhecimento a cidade obteve a concessão do “Selo Cidade Amiga do Idoso”, programa estadual que se baseia no conceito de envelhecimento ativo da OMS e envolve ações intersecretariais voltadas à proteção, educação continuada, saúde e participação, tendo como público alvo a população idosa de 60 anos e mais. Trata-se de um programa do estado de São Paulo que atende à população idosa, com vistas ao envelhecimento ativo, calcado nas diretrizes internacionais discutidas em Madri, como visto anteriormente.

<sup>30</sup> Dados IBGE - 2018.

<sup>31</sup> Dados SEADE - 2019.

### Quadro 3 - Os quatro pilares de atuação do Programa “Cidade Amiga do Idoso”

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p><b>Proteção</b> - Investimentos em equipamentos municipais em: Centro dia do Idoso e Centro de Convivência do Idoso.</p> <p><b>Educação</b> – Centros de ensino e pesquisa para formação de Recursos Humanos especializados: Cursos de graduação e pós-graduação em Gerontologia; Universidade aberta à terceira idade e Inclusão Digital.</p> <p><b>Saúde</b> – Centros de referência do idoso (CRI); Laboratório Centro Dia do Idoso (LCDI) e Hospitais de Cuidados Continuados (HCC).</p> <p><b>Participação</b> – Melhor Viagem SP; Carteirinha Melhor Idade Ativa e Conselho Estadual do Idoso.</p> |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: SEADE (2019).

A concessão do “Selo Cidade Amiga do Idoso” é um reconhecimento pela qualidade dos serviços, programas e projetos oferecidos à população idosa no município, que conta com Centros de Convivência, Centros Dia, transporte coletivo gratuito, veículos adaptados, locais reservados para estacionamento e acessos aos eventos públicos, equipamentos de acolhimento, Conselho Municipal do Idoso, Ambulatório de Geriatria e uma Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI), além de grupos em Unidades Básicas com atividades físicas orientadas e torneios esportivos, desta forma, existe uma rede pública de apoio e atendimento aos velhos e velhas trabalhadores da cidade, conforme preconiza a legislação pertinente.

Destarte, o universo da pesquisa integra uma rede estruturada de políticas, programas e projetos voltados ao segmento idoso, sendo escolhido o programa Universidade Aberta à Terceira Idade- UNATI e o Centro de Integração do Idoso – CITI- Lions Sobral. A seleção se deu, no caso da UNATI, pela proximidade da pesquisadora, inclusive com participação em algumas atividades, já no caso do CITI- Lions Sobral, a visibilidade e respeitabilidade do programa junto à população atendida e aos demais programas da rede foi decisiva na escolha.

Ressalta-se que os dados obtidos para a caracterização do universo – UNATI e CITI – Lions Sobral, não foram os mesmos, pois foram elaborados a partir dos prontuários dos programas, prontuários esses, que não contemplavam as mesmas informações.

#### 3.2.2 Universidade Aberta à Terceira Idade - UNATI

A Universidade Aberta à Terceira Idade - UNATI, é vinculada à Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus de Franca, como um programa de extensão universitária, prestando serviço à comunidade idosa de Franca e região, tendo o objetivo de interação com o idoso, possibilitando ao mesmo um espaço educacional e cultural da universidade, com vistas à ampliação dos conhecimentos, convivência social e troca de experiências na perspectiva de educação continuada.

A UNATI se mostra como um espaço de discussão e ampliação de conhecimentos aberto à comunidade, tendo sua implantação em 1996 a partir de uma proposta do Serviço Social da Universidade (ressalta-se que este, já se mostrava atento às questões do envelhecimento e via a necessidade de se trabalhar com esse nicho populacional) possibilitando assim à comunidade a ampliação de atividades na velhice ao mesmo tempo em que se materializava uma das funções da universidade pública, que é retornar à sociedade o conhecimento produzido, voltado para a transformação qualitativa da realidade social.

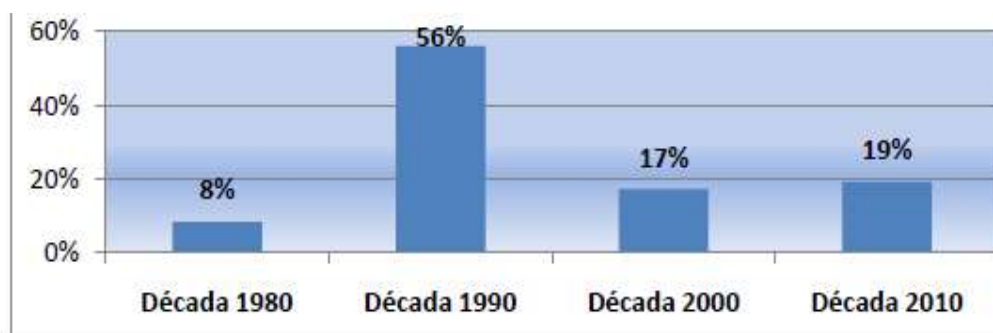
Ressalta-se que o “embrião” da primeira Universidade para a Terceira Idade, foi desenvolvido na França, na década de 1960, período este, como visto anteriormente, marcado por lutas do segmento idoso (em especial da classe média) que buscava uma nova realidade aos(as) velhos(as) trabalhadores(as), neste momento “jovens aposentados”, este “embrião” foi denominado de “Universidade do Tempo Livre” que objetivava ocupar a vida dos aposentados e favorecer suas relações sociais, servindo de modelo para a primeira Universidade da Terceira Idade, fundada em 1973 na Universidade de Toulouse - França, tendo como idealizador o Professor Pierre Vellas, visando satisfazer as condições, necessidades e aspirações dos idosos.(Arruda, 2007).

A questão do envelhecimento já se mostrava tão impactante na França, que em 1975 foi criada a *Association Internationale des Universités du Troisième Age* (AIUTA), a Federação Internacional de Universidades da Terceira Idade e de outras instituições assemelhadas. Estas instituições objetivavam o crescimento pessoal do idoso e seu desenvolvimento *livre e autônomo* na sociedade, tal Federação tem reconhecimento da ONU e OMS dentre outras organizações internacionais. (AIUTA, 2019). Esta informação foi veiculada com a intenção de se refletir sobre como a velhice é estereotipada como um tempo livre e de autonomia, seguindo as diretrizes das

Assembleias Mundiais sobre o Envelhecimento, desconsiderando sua heterogeneidade, formatada em especial pelos determinantes econômicos e sociais do capital, vivenciados em níveis e graus diferentes, de acordo com a posição de classe ocupada. Assim essa boa velhice nem sempre é acessível a todos.

As Universidades da Terceira Idade se espalharam pelo mundo, no Brasil uma das primeiras do seguimento foi oferecida pelo Serviço Social do Comércio (SESC), criando na década de 1970 a Escola Aberta da Terceira Idade, com o objetivo de oferecer aos idosos informações sobre aspectos biopsicossociais do envelhecimento, atualização cultural e programas de aposentadoria. A partir da década de 1980, várias universidades cederam espaços ao programa, atendendo tanto a população idosa quanto os profissionais interessados no envelhecimento, criando grupos e núcleos de estudos sobre a temática, na década de 1990 tem-se um *boom* na criação de programas neste formato.

**Gráfico 15 - Percentual de criações de Universidades da Terceira Idade**



**Fonte:** Silva, Silva e Rocha (2017).

A legislação brasileira tem se mostrado bastante profícua à questão do envelhecimento, ao menos legalmente, a PNI dispõe sobre normas para os direitos sociais da população idosa garantindo autonomia, integração e participação efetiva como instrumento de cidadania sendo este o foco da UNATI, a busca pela cidadania através da efetivação dos direitos sociais. A PNI também preconiza o apoio à criação de Universidades Abertas para a Terceira Idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas de saber.

Desta forma, a UNATI se apresenta enquanto uma conquista legítima dos velhos(as) trabalhadores(as), uma vez que

[...] a finalidade da UNATI é proporcionar conhecimentos que possam favorecer a construção de uma longevidade digna e respeitosa e, ainda propõe reflexões que conduzem à construção de novos paradigmas sociais sobre o envelhecimento. Entre os objetivos específicos, além das atividades educacionais regulares para idosos, propõe trazer à tona a discussão dos processos de envelhecimento como tema sociopolítico e de responsabilidade de todos os cidadãos, com atenção integral aos idosos da comunidade através dos recursos existentes na universidade; capacitar profissionais ao trabalho com idosos, com a ampliação dos paradigmas acadêmicos e sociais sobre o envelhecimento e ainda, formar multiplicadores entre os próprios idosos, para a ampliação do programa em bairros mais distantes da universidade. (SOARES; DI GIANNI, 2008, p. 5)

A UNATI, na ocasião de sua criação, buscou a apreensão da realidade socioeconômica do município, a qual apontava para um número significativo de idosos com nível médio e superior que não possuíam espaços de interesse para a convivência social, assim, por se desenvolver em uma Universidade, a ação social educacional com vistas à cidadania se mostrou atrativa (SOARES; DI GIANNI, 2008). Destaca-se que o programa atende pessoas acima dos 45 anos de idade, por considerar que o processo de envelhecimento se inicia aos 30 anos quando enceta uma série de danos moleculares e celulares com a perda constante e gradativa de reservas fisiológicas. (OMS, 2015)

O programa é estruturado em cursos e oficinas que venham ao encontro do interesse dos participantes, buscando a ampliação de conhecimentos e a convivência social numa perspectiva de educação continuada.

#### Quadro 4 - Cursos e oficinas UNATI

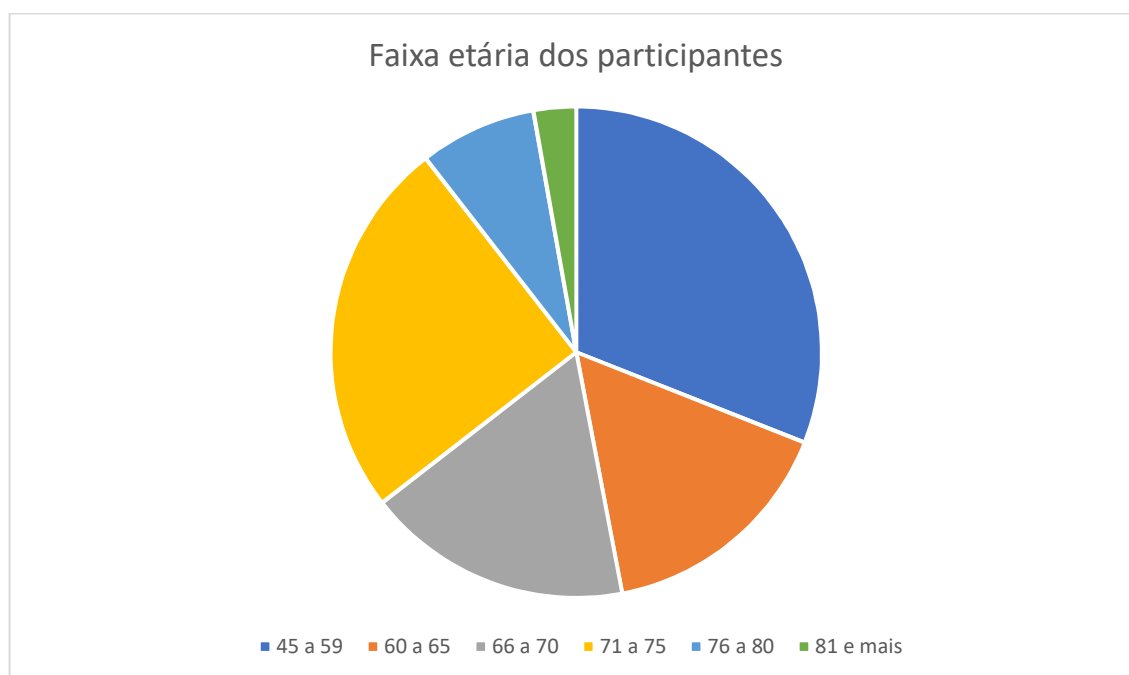
| Curso/Oficina                   | Objetivo                                                                                                                                |
|---------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| O mundo em diálogo              | Questões sociais, culturais e históricas.                                                                                               |
| Música e a valorização da vida. | Buscar o conhecimento do indivíduo sobre si mesmo, sobre seu mundo e conseqüentemente sobre sua vida, usando a música como instrumento. |
| Coral                           | Estimular o cultivo da arte vocal.                                                                                                      |
| Autoconhecimento                | O processo de buscar no interior o autoconhecimento é um dos desafios para envelhecer com qualidade de vida.                            |
| Filosofia                       | Entender a filosofia como um saber racional, que leva o ser humano a refletir si mesmo e tudo que o cerca.                              |
| Informática                     | Aprendizado em informática: world                                                                                                       |

|                              |                                                                                     |
|------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|
| Inglês                       | Estudo da língua inglesa                                                            |
| Biodança                     | Estimular o aluno a identificar-se como pessoa em processo de crescimento interior. |
| Envelhecimento e atualidades | Propiciar aos alunos reflexões sobre envelhecimento e velhice na atualidade.        |

**Fonte:** UNATI (2018).

A partir dos dados obtidos junto ao programa foi possível traçar o perfil geral dos participantes da UNATI, esclarece-se que tais informações foram obtidas pelo fácil acesso as mesmas, proporcionado pela instituição.

**Gráfico 16 - Faixa etária participantes da UNATI**



**Fonte:** UNATI - Elaborado pela pesquisadora – 2019.

Em relação à faixa etária apresentada tem-se um percentual elevado, 31% na faixa etária entre os 45 e 59 anos, não se caracterizando ainda enquanto idosa, no entanto, já demonstra uma procura importante pelo programa e indica uma atenção sobre o processo no qual estão submetidos.

A segunda faixa etária que apresenta maior participação é a de 71 a 75 anos, correspondendo a 25% dos participantes, sendo seguida pela faixa entre 66 e 70 anos,

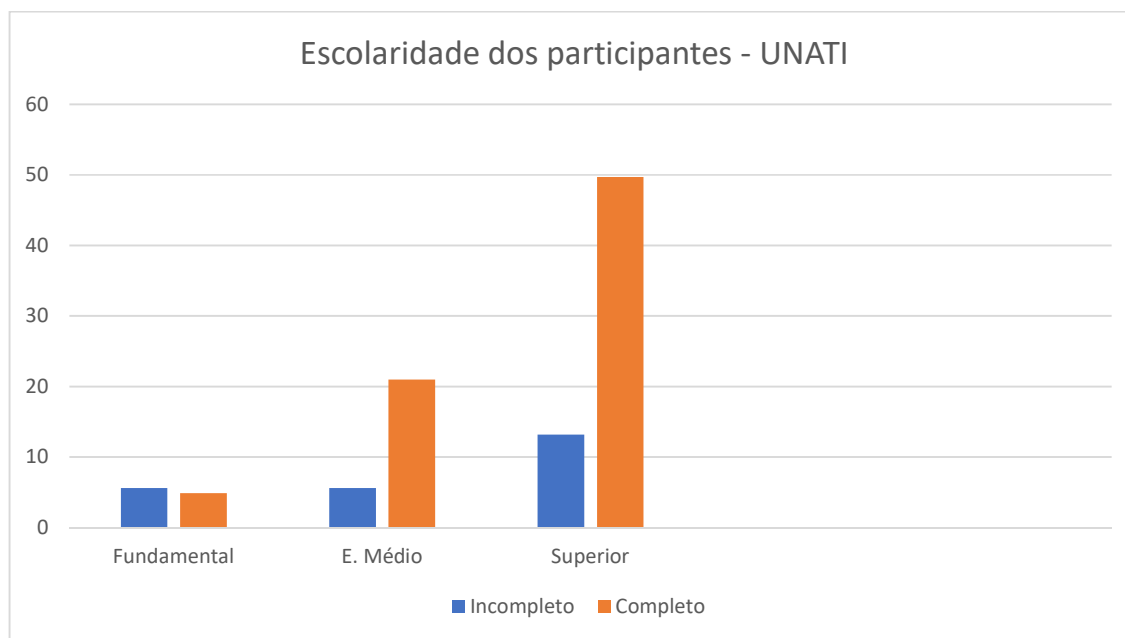
com 18%, de 60 a 65 anos com 16%, a faixa etária de 76 a 80 anos apresenta 8% dos participantes e finalmente a faixa acima de 81 anos com 3%. Estes dados apresentam a diversidade etária dos participantes da UNATI.

**Gráfico 17 - Sexo dos participantes da UNATI**



**Fonte:** UNATI - Elaborado pela pesquisadora – 2019.

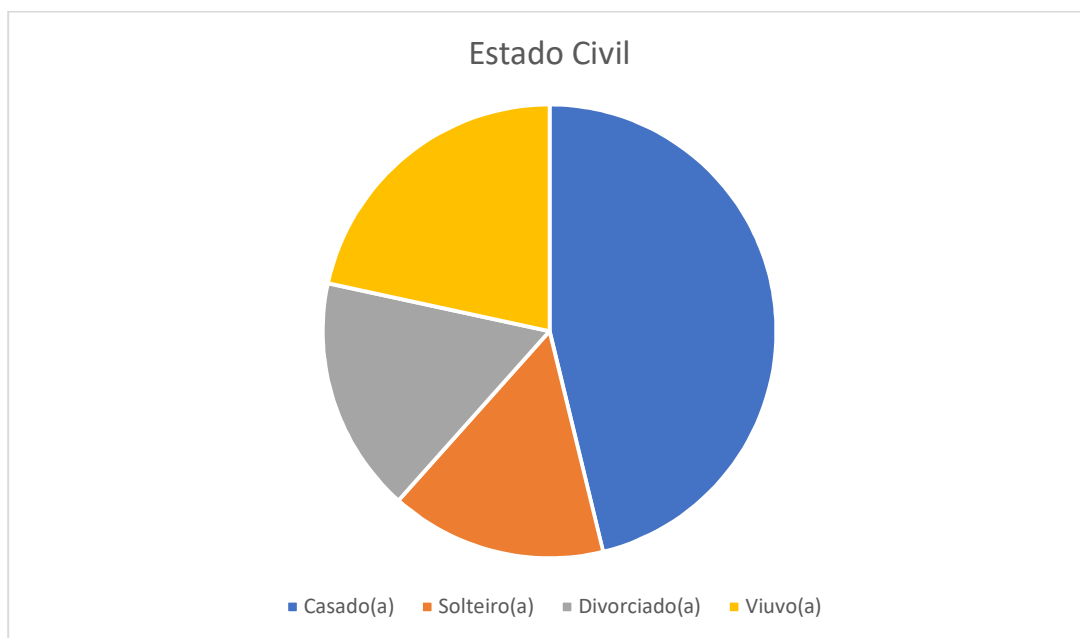
Em relação ao sexo dos participantes da UNATI, os dados obtidos apresentam que 88% das participantes são mulheres, tais dados corroboram a feminização da velhice, apontando que as mulheres após terem cumprido papéis sociais de mães, não estando mais ocupadas na criação dos filhos, no cuidado com a casa e aposentadas, participam mais das atividades sociais voltadas a terceira idade, e em muitos momentos tal participação se dá como busca de autovalorização e autoafirmação. (NERI, 2007)

**Gráfico 18 - Escolaridade dos participantes da UNATI**

**Fonte:** UNATI - Elaborado pela pesquisadora – 2019.

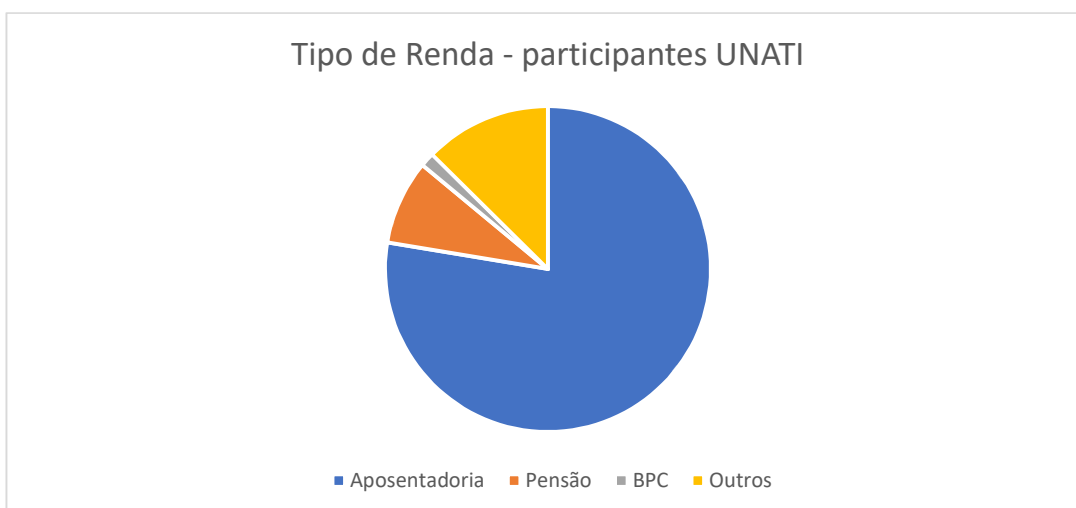
Sobre a escolaridade, os dados indicam que o público alvo no ato da criação do programa foi atingido, idosos com nível médio e superior de escolaridade têm na UNATI, um espaço profícuo ao debate de ideias e novas perspectivas de conhecimento, tendo a busca pela efetivação da cidadania e dos direitos sociais como premissas básicas.

Os dados apresentam que quase 50% (49,7%) dos participantes têm ensino superior completo, seguidos pelos que tiveram a oportunidade de finalizar o ensino médio com 21%, aqueles que chegaram a ingressar na universidade, mas não conseguiram completar o curso representam 13,2%, participantes com o ensino médio incompleto 5,6%, mesma porcentagem apresentada por aqueles com o ensino fundamental incompleto 5,6% e completo 4,9%, sendo estes uma minoria. É possível afirmar que o programa apresenta um público com maior acesso à educação e cultura e com maior nível de oportunidades, pois considerando a desigualdade existente no país, com o acesso a oportunidades cada vez mais seletivas, aqueles que conseguiram se formar, possivelmente apresentam um maior padrão de vida e uma melhor qualidade no envelhecer, tal análise se dá sob a perspectiva de classes sociais proposta neste estudo.

**Gráfico 19 - Estado civil - participantes UNATI**

**Fonte:** UNATI - Elaborado pela pesquisadora – 2019.

Em uma outra forma de se caracterizar o universo estudado, buscou-se dados sobre o estado civil dos unatianos<sup>32</sup>, foi constatado que 46% são casados, seguidos de 22% de viúvos, 17% divorciados e finalmente 15% optaram por permanecerem solteiros.

**Gráfico 20 - Tipo de renda - participantes UNATI**

**Fonte:** UNATI - Elaborado pela pesquisadora – 2019.

No que tange ao tipo de renda dos participantes do programa, a maioria é formada por trabalhadores aposentados 78%, participantes que vivem com outras

<sup>32</sup> Identificação dos participantes da UNATI.

fontes de renda representa 13%, pensionistas somam 8% e beneficiários do BPC representam apenas 1% do total.

Após o levantamento do perfil do programa é importante destacar que a UNATI oferece cursos e oficinas nas áreas temáticas sobre saúde e lazer, novos conhecimentos e arte e cultura, sendo comum a participação em mais de uma atividade, os unatianos também podem frequentar as aulas dos cursos regulares de História, Direito, Serviço Social e Relações Internacionais, não se caracterizando enquanto ensino formal, mas sim como ampliação de conhecimentos. A equipe da UNATI é composta por uma coordenadora e uma vice coordenadora, uma secretária, cinco estagiárias e sete professores/oficineiros voluntários, contando com 143 participantes, no ano de 2018.

O propósito de trabalho da UNATI é demonstrar que apesar dos avanços legais, com a conquista dos direitos sociais da população idosa, muitos ainda não são de fato efetivados e neste sentido, o exercício da cidadania proposto é fazer valer os direitos garantidos. “Cidadania é a participação de todos em busca de benefícios sociais e igualdades. Na participação grupal este estímulo à luta é fortalecido.” (SOARES; DI GIANNI, 2008, p. 11).

### *3.2.3 O Centro de Integração do Idoso (CITI) - Lions Sobral*

O Centro de Integração do Idoso Lions Sobral, foi inaugurado no dia 04 de agosto de 1998, atendendo a região norte de Franca, sendo o primeiro Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Serviço de Proteção Básica<sup>33</sup> voltado à população idosa no município. Atualmente é referência no atendimento do segmento idoso, oferecendo serviços de qualidade que impactam numa velhice melhor.

A legislação sobre os direitos do idoso no Brasil tem proporcionado avanços significativos, a inclusão da questão dos(as) velhos(as) trabalhadores(as) na agenda

---

<sup>33</sup> A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Além da Proteção Social Básica, existe a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. (BRASIL, 2005, p. 33)

governamental trouxe visibilidade a esse segmento populacional que se encontra em franca expansão. No fluxo das recomendações internacionais e ao mesmo tempo com a luta dos(as) velhos(as) trabalhadores(as) por direitos tem-se a regulamentação da Lei 8.842 de 04 de julho de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso (PNI), estabelece em seu Art. 10, inciso I, a necessidade de [...] estimular a criação de incentivos e de alternativas de atendimento ao idoso, *como centros de convivência*, centros de cuidados diurnos, casas-lares, oficinas abrigadas de trabalho, atendimentos domiciliares e outros”. (grifo nosso)

Em regulamentação a PNI, tem-se o Decreto n. 1948, de 3 de julho de 1996, que no Art. 4º, Inciso I, caracteriza a modalidade não asilar de atendimento como sendo: “Centro de Convivência: local destinado à permanência diurna do idoso, onde são desenvolvidas atividades físicas, laborativas, recreativas, culturais, associativas e de educação para a cidadania”. Neste sentido, se reitera a prioridade do atendimento ao idoso em modalidades não asilares, estimulando o convívio social ao mesmo tempo em que propicia a convivência familiar e uma vida autônoma.

Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) são de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais<sup>34</sup>:

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. (MDS, 2014, p. 16)

Desta forma, o SCFV propõe atividades em grupos, visando garantir aquisições progressivas aos seus usuários de acordo com o seu ciclo de vida, prevenindo situações de risco social, busca o desenvolvimento do sentimento de pertença e de identidade e o fortalecimento dos vínculos familiares a partir da ampliação de trocas culturais e de vivências.

---

<sup>34</sup> Aprovação pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para as pessoas idosas está organizado no nível de Proteção Social Básica assim:

Tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Devem incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencialize a condição de escolher e decidir. (MDS, 2014, p. 18)

A partir da matriz do envelhecimento ativo e considerando as especificidades da realidade territorial o SCFV busca através de suas atividades o desenvolvimento da autonomia e da sociabilidade, em especial dos vínculos familiares e do convívio comunitário. Apresenta um olhar mais atento quanto às vivências dos idosos valorizando-as ao se considerar que as mesmas são formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Tendo os seguintes objetivos:

- \* Contribuir para um processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo;
- \* Assegurar espaço de encontro para os idosos e encontros intergeracionais de modo a promover a sua convivência familiar e comunitária;
- \* Detectar necessidades e motivações e desenvolver potencialidades e capacidades para novos projetos de vida;
- \* Propiciar vivências que valorizam as experiências e que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo social dos usuários. (MDS, 2014, p. 21)

Para que as atividades sejam desenvolvidas é necessário o atendimento à uma série de provisões como ambiente físico adequado, recursos materiais, materiais socioeducativos e recursos humanos. Bem como, deve-se ser capaz de afiançar a segurança de acolhida; segurança de convívio familiar e comunitário e segurança de desenvolvimento da autonomia.

Segurança de Acolhida: todos os usuários têm o direito a ter acolhida suas demandas de interesses, necessidades e possibilidades; de receber orientações e encaminhamentos com o objetivo de garantir seus direitos sociais, civis e políticos e de ter acesso a um ambiente acolhedor. (MDS, 2014, p. 22)

Segurança de Convívio Familiar e Comunitário: ter a possibilidade de vivenciar experiências que contribuam para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; vivenciar experiências que possibilitem meios e oportunidades de conhecer o território e (re) significá-lo, de acordo com seus recursos e potencialidades e ter acesso a serviços, conforme demandas e necessidades. (MDS, 2014, p. 22)

Segurança de desenvolvimento de autonomia: vivenciar experiências pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania; vivenciar experiências que possibilitem o desenvolvimento de potencialidades e ampliação do universo informacional e cultural; vivenciar experiências potencializadoras da participação social, tais como espaços de livre expressão de opiniões, de reivindicação e avaliação das ações ofertadas, bem como de espaços de estímulo para a participação em fóruns, conselhos, movimentos sociais, organizações comunitárias e outros espaços de organização social; vivenciar experiências que contribuam para a construção de projetos individuais e coletivos, desenvolvimento da autoestima, autonomia e sustentabilidade; Vivenciar experiências de fortalecimento e extensão da cidadania, dentre tantas outras vivências que possibilitem a segurança de desenvolvimento de autonomia.

#### Quadro 5 - SCFV - Município de Franca

| C) SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA IDOSOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |      |      |      |      |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|------|------|------|
| UNIDADE EXECUTORA: REDE PRIVADA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |      |      |      |      |
| <b>Objetivo:</b><br>Completar o trabalho social com família, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária;<br>Contribuir para promoção do acesso a serviços setoriais, em especial políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos;<br>Favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários. |      |      |      |      |
| Público:                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | META |      |      |      |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| Idosos com vivências de isolamento por ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário e cujas necessidades, interesses e disponibilidade indiquem a inclusão no serviço.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 200  | 200  | 250  | 300  |
| <b>Impacto Social Esperado:</b><br>Melhoria da condição de sociabilidade de idosos;<br>Redução e prevenção de situações de isolamento social e de institucionalização.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |      |      |      |      |

Fonte: Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2009 – Resolução CNAS nº 109 de 11/11/2009.

**Fonte:** Plano Municipal de Assistência Social - Franca 2018.

O CITI - Lions Sobral presta serviços à comunidade idosa da região norte da cidade, contando com uma ampla estrutura de atendimento, sendo uma sala de

atendimento individual, quatro salas para atividades coletivas, um espaço coberto para atividades coletivas, uma cozinha e um refeitório e um orquidário. A instituição tem capacidade para atender até 350 pessoas/dia.

A equipe de trabalho é composta por uma coordenadora, dois auxiliares administrativos, uma ajudante geral, um educador social, quatro professores de educação física, um fisioterapeuta, um monitor de yoga, um monitor de música, um monitor de artes e uma monitora de dança circular. Sendo sete profissionais cedidos (três pela Prefeitura Municipal e quatro pelo Instituto Samaritano), a instituição conta também com dez voluntários para o desenvolvimento de suas atividades. Ressalta-se que no ano de 2018 devido a uma parceria com a Fundação de Esporte, Arte e Cultura da cidade de Franca (FEAC) com vistas ao desenvolvimento do Projeto Cultural para Pessoas Idosas o público atendido chegou a 840 pessoas.

Segue a evolução quantitativa de atendimentos realizados pela instituição nos últimos anos:

**Quadro 6 - Evolução dos atendimentos - CITI Lions Sobral**

| <b>Centro de Interação da Terceira Idade Lions Sobral</b> |             |                            |
|-----------------------------------------------------------|-------------|----------------------------|
| <b>Ano</b>                                                | <b>Meta</b> | <b>Número de atendidos</b> |
| 2009                                                      | 50          | 380                        |
| 2010                                                      | 100         | 423                        |
| 2011                                                      | 150         | 342                        |
| 2012                                                      | 200         | 287                        |
| 2013                                                      | 200         | 291                        |
| 2014                                                      | 200         | 265                        |
| 2015                                                      | 200         | 246                        |
| 2016                                                      | 200         | 340                        |
| 2017                                                      | 250         | 400                        |
| 2018                                                      | 250         | 840                        |

**Fonte:** CITI Lions Sobral.

Ressalta-se que o número de pessoas atendidas mais que dobrou de 2017 para 2018, este aumento se deu pelo fato da instituição ter fechado uma parceria com a FEAC e Secretaria de Ação Social para a execução do Projeto Saúde em Ação que oferece aulas de atividades físicas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), somente

uma turma realizava suas atividades na própria instituição. O CITI ficou responsável pela contratação dos professores de educação física, uniformes, logística e parte administrativa do projeto.

Os atendimentos oferecidos pela instituição são:

- Centro de Convivência do Idoso Lions Sobral - Região Norte: é uma parceria com o Fundo Social de Solidariedade (FUSSOL), serviço destinado à pessoa idosa onde são desenvolvidas atividades físicas, recreativas, culturais, associativas e de educação para a cidadania. O atendimento é gratuito e para moradores da região norte (divisão das regiões Secretaria de Ação Social). Atende pessoas idosas que apresentem autonomia e independência na tomada de decisões.

- Alfabetização para pessoas idosas - Região Norte: Serviço da Rede Municipal de Educação, o atendimento é gratuito e para os moradores do município.

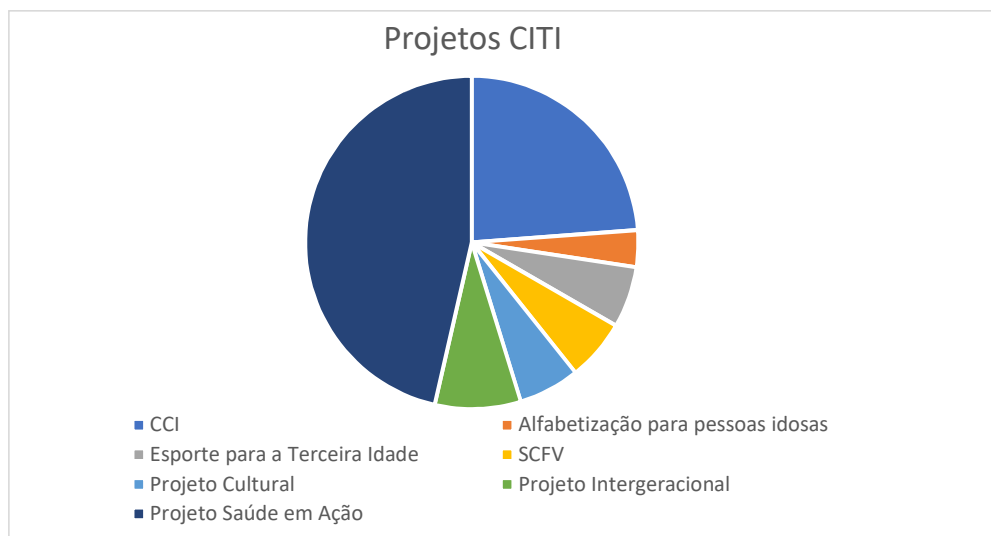
- Esporte para a Terceira Idade - atividades esportivas realizadas pela FEAC/Divisão de Esportes, atendimento gratuito e para moradores do município. Atividades: Vôlei adaptado, Buraco, Dama, Truco, Dominó e Xadrez.

- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para adultos e pessoas idosas: Serviço Tipificado do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) atendimento para moradores da região norte que apresentem algum tipo de isolamento. São realizadas atividades que promovam o convívio e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitário, além de estimular o desenvolvimento de autonomia, potencialidades e habilidades dos usuários. A inclusão neste serviço é feita pelo CRAS.

- Projeto Cultural para Pessoas Idosas: roda de samba, grupos de folia de reis, dança folclórica e teatro para pessoas idosas, em parceria com a FEAC.

- Projeto Intergeracional: parceria com o Instituto Samaritano de Ensino, com atividades de hidroginástica, dança de salão, inclusão digital e encontros intergeracionais.

- Projeto Saúde em Ação: parceria com a FEAC e Secretaria da Ação Social/Secretaria de Saúde oferta aulas de atividades físicas a Unidades Básicas de Saúde.

**Gráfico 21 - Porcentagem de participantes dos Projetos desenvolvidos pelo CITI**

**Fonte:** CITI - Lions Sobral 2018.

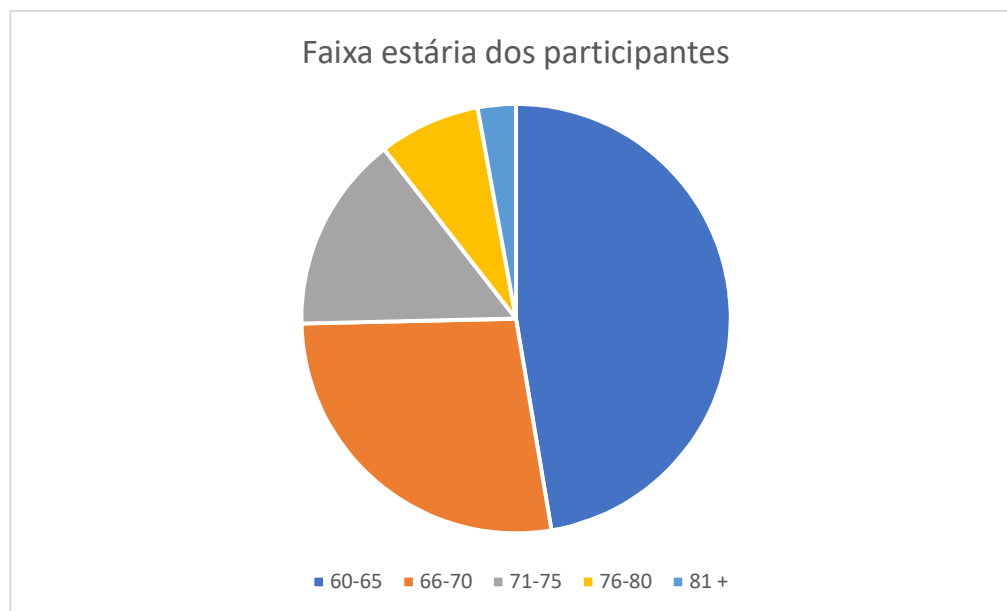
O projeto Saúde em Ação em parceria com a Secretaria de Ação Social e Secretaria de Saúde, atende cerca de 390 pessoas, representando 46% do público atendido, reitera-se que as atividades são realizadas diretamente nas UBS do município com a administração do CITI; o Centro de Convivência do Idoso (CCI) atende cerca de 200 usuários, ou seja, 24% do público atendido, as atividades são realizadas na própria instituição; o Projeto Intergeracional tem cerca de 70 participantes, equivale a 8% da população atendida e é desenvolvido em parceria com o Instituto Samaritano de ensino; os projetos Esporte para a terceira idade e o Projeto Cultural atendem cerca de 50 pessoas cada, sendo o equivalente a 6%, mesmo número de atendimentos apresenta o SCFV desenvolvido na instituição em parceria com o CRAS e finalmente tem-se o Projeto de Alfabetização que é um serviço prestado em parceria com a Secretaria da Educação e oferece atendimento a 30 idosos, cerca de 4% do total de atendimentos da instituição.

Pela possibilidade de se participar de diversas atividades ao mesmo tempo, os participantes da pesquisa fazem parte de um ou mais projetos desenvolvidos na instituição inclusive do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Ressalta-se que a caracterização da instituição se deu a partir dos dados disponibilizados pelo CITI - Lions Sobral.

**Gráfico 22 - Sexo dos participantes CITI Lions Sobral**

**Fonte:** CITI - Lions Sobral 2018.

Em relação ao sexo dos participantes o CITI - Lions Sobral tem 88% de seus usuários do sexo feminino e 12% do sexo masculino, exatamente a mesma proporção apresentada pelos participantes da UNATI, corroborando com a afirmação de um público predominantemente feminino.

**Gráfico 23 - Faixa etária dos participantes CITI - Lions Sobral**

**Fonte:** CITI - Lions Sobral 2018.

Os participantes do CITI - Lions Sobral apresentam a seguinte composição etária: 47% na faixa entre 60 e 65 anos; 27% estão entre 66 e 70 anos; 15% na faixa entre 71 e 75 anos; 8% é o equivalente na faixa etária entre 76 e 80 anos e finalmente acima de 80 anos.

Ao desvendar estas instituições, observa-se que constituem uma política social de resposta à “problemática social” do envelhecimento, como forma de enfrentamento da questão social, destacando os fundamentos que as regem. Os investimentos privados na questão social têm aumento significativamente, através das instituições (organizações não governamentais do chamado “terceiro setor”).

Teixeira (2008), com o objetivo de executar as políticas sociais, sendo vinculados a um modelo econômico e político de organização de forças produtivas e das relações sociais

(...) o qual enfatiza o livre mercado como elemento regulador da vida social e busca o consentimento dos trabalhadores á formas de dominação, à captura de sua subjetividade, através da cooperação nos processos de trabalho e na organização geral do bem-estar-social, como responsabilidade de todos e de cada um, que legitima um novo formato de enfrentamento das refrações questão social. (TEXEIRA, 2008, p. 209)

Diante do exposto, observamos também a heterogeneidade da velhice, existem velhice e velhices, “os participantes não envelhecem de maneira igual, construindo suas próprias histórias de vida, com características e dificuldades diferentes. Não é admissível, portanto que se trate a velhice de uma forma homogeneizada e que não se leve em conta as diferenças”. (BULLA; KAEFER, 2003, p. 1)

Os dados mostraram também a feminização da velhice, nos dois programas o número de mulheres é maior do que dos homens, segundo Campelo e Paiva (2014, p. 199), esta realidade, “causara impacto considerável na demanda por políticas públicas, visto que, embora as mulheres vivam mais que os homens, elas estão mais sujeitas às deficiências físicas e mentais”.

Após estas considerações sobre os dados relativos à caracterização do perfil dos programas de atendimento aos(as) velhos(as) trabalhadores(as), universo desta investigação, tem-se as considerações específicas dos participantes da pesquisa.

### 3.2.4 Os participantes *da pesquisa*

A amostragem definida neste estudo é caracterizada como não probabilística do tipo intencional com enfoque qualitativo, se mostrando coerente ao objetivo da pesquisa. A partir desta definição a pesquisadora teve a possibilidade de eleger os seus participantes de acordo com os critérios de seleção por ela elencados, assim, o objeto de pesquisa “o trabalho, a trajetória de vida, o envelhecimento e velhice de velhos(as) trabalhadores(as)” trazia consigo a convicção de que para se entender estes participantes na velhice, seria necessário conhecê-los em sua trajetória de vida, trajetória esta, marcada invariavelmente pela relação com o trabalho.

Ao se falar dos(as) velhos(as) trabalhadores(as) é necessário esclarecer que trata-se de pessoas que viveram do trabalho assalariado, que venderam sua força de trabalho e cederam seu tempo de vida ao capital, sendo despossuídos dos meios de produção, desta forma são caracterizados enquanto classe-que-vive-do-trabalho. (ALVES; ANTUNES, 2004). Na tentativa de melhor analisar a classe trabalhadora e sua relação com o trabalho na sua trajetória de vida, optou-se por participantes que tivessem vivenciado tal relação de formas diversas, por isso a necessidade de abarcar homens e mulheres com experiências laborais distintas.

O quadro dos participantes da pesquisa é composto por cinco homens e cinco mulheres, com graus de escolaridade e vivências laborais diferentes, abarcando o trabalho rural, doméstico, serviço público de baixa escolaridade, construção civil, indústria (produção e administração), salas de aulas, trabalhos técnicos, vendas e escritórios. Intencionalmente diferentes, no entanto, em muitos aspectos semelhantes, ao terem tido sua mão de obra explorada em trabalhos estranhados e o tempo de vida sugado impiedosamente pelo capital.

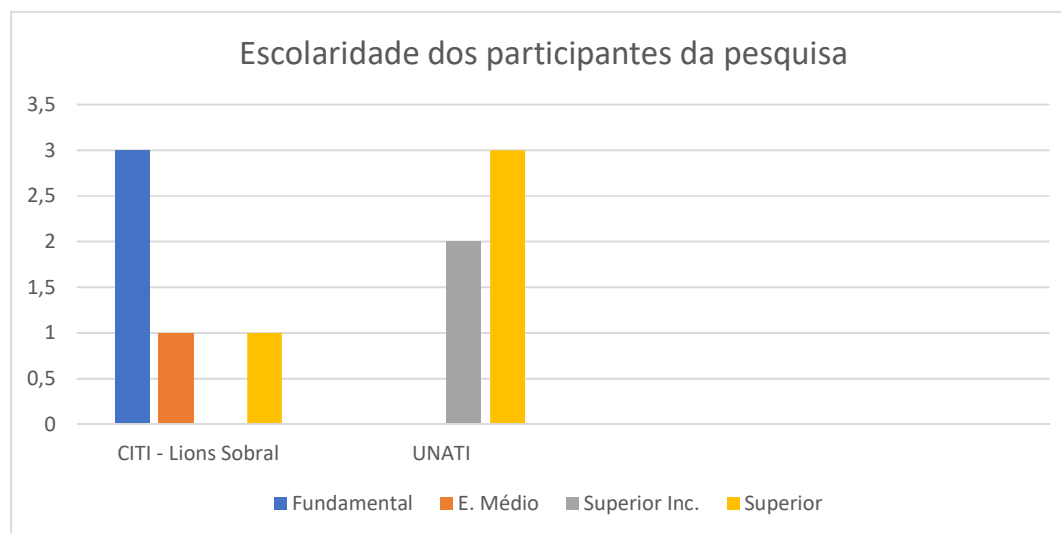
Destaca-se que na busca por uma maneira de identificar os participantes, visto seu anonimato por questões éticas, optou-se por relacioná-los a características recorrentes percebidas em suas falas, comportamentos e mesmo em suas autoanálises, desta forma temos o Sr. Oratória, o Sr. Paciência, o Sr. Erudição, a Sra. Racionalidade, a Sra. Superação, a Sra. Alegria, a Sra. Solidariedade, a Sra. Resignação, o Sr. Afeto e o Sr. Liberdade. (não foi considerada a classe gramatical das palavras, mas sim o sexo dos participantes)

**Quadro 7 - Perfil dos participantes da pesquisa**

| Identificação      | Sexo      | Idade | Escolaridade     | Programa |
|--------------------|-----------|-------|------------------|----------|
| Sr. Oratória       | Masculino | 69    | Superior Incomp. | Unati    |
| Sr. Paciência      | Masculino | 69    | Superior Incomp. | Unati    |
| Sr. Erudição       | Masculino | 74    | Superior         | Unati    |
| Sra. Racionalidade | Feminino  | 66    | Superior         | Unati    |
| Sra. Superação     | Feminino  | 72    | Superior         | Unati    |
| Sra. Alegria       | Feminino  | 71    | Fundamental      | CITI     |
| Sra. Solidariedade | Feminino  | 73    | Fundamental      | CITI     |
| Sra. Resignação    | Feminino  | 68    | Ensino Médio     | CITI     |
| Sr. Afeto          | Masculino | 72    | Fundamental      | CITI     |
| Sr. Liberdade      | Masculino | 68    | Superior         | CITI     |

**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora – 2019.

Em busca da diversidade que é expressão da realidade social, os participantes apresentam perfis heterogêneos em relação ao grau de escolaridade.

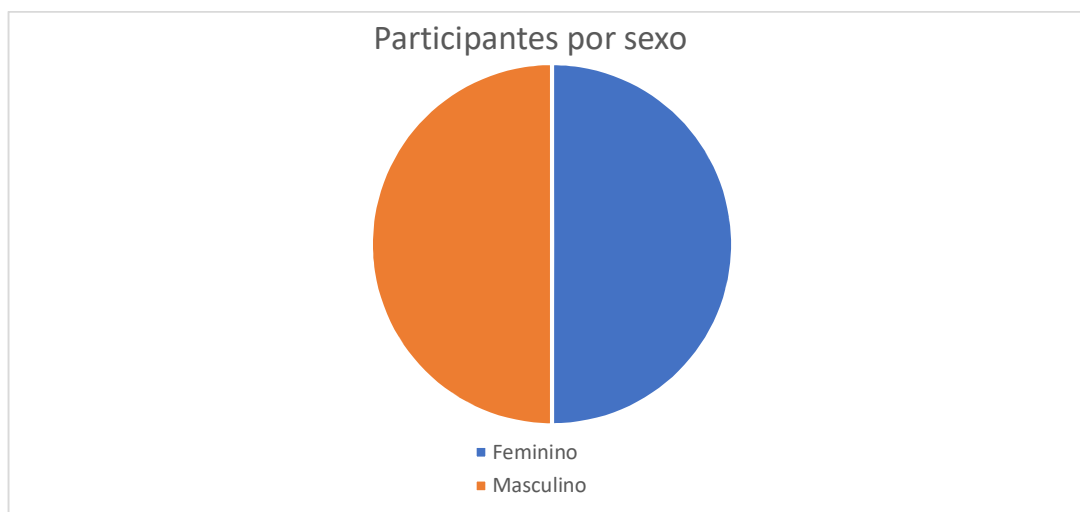
**Gráfico 24 - Escolaridade dos participantes da pesquisa**

**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora – 2019.

A UNATI por se tratar de uma Universidade Aberta à Terceira Idade torna-se um atrativo aos(as) velhos(as) trabalhadores(as) com níveis médios e superiores de formação. Da mesma forma, o CITI Lions Sobral oferece uma série de atividades que por integrar a rede socioassistencial abarca populações com maiores possibilidades

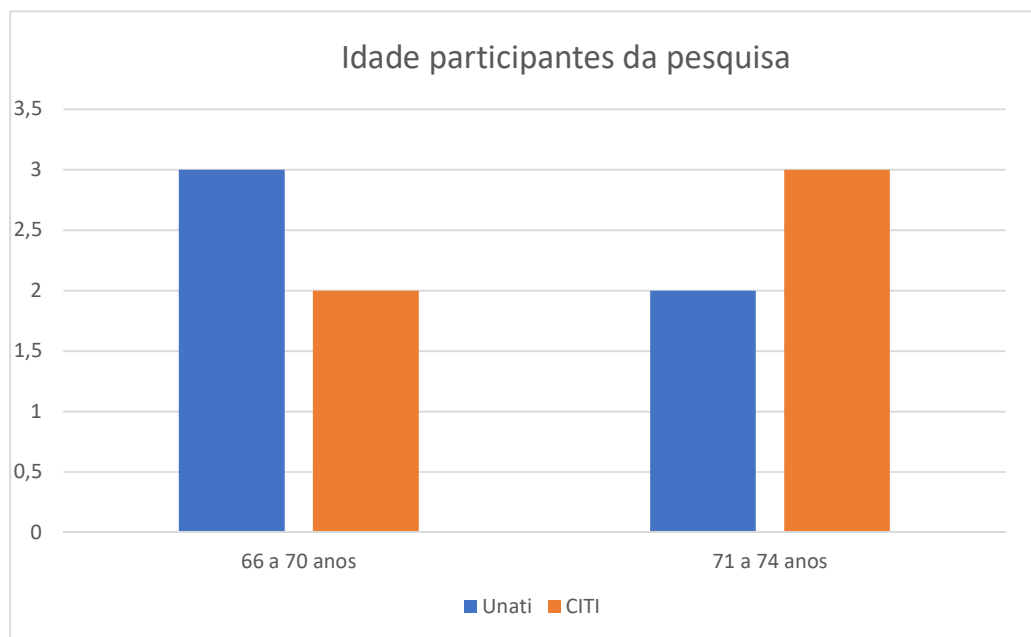
de vulnerabilidades sociais, e que de forma geral tiveram menos acesso a oportunidades de estudo.

**Gráfico 25 - Participantes da pesquisa por sexo**



**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora – 2019.

Uma das opções adotadas no estudo foi que, a partir de um número par de participantes podia-se ter um número igual de ambos os sexos, sendo cinco homens e cinco mulheres, na intenção de se verificar inclusive, (mesmo que superficialmente), as diferenças de gênero sobre a percepção do tempo de vida e do tempo de trabalho na vida dos mesmos, uma vez que a mulheres ainda enfrentam dupla ou tripla jornada de trabalho (o que impacta negativamente no uso do tempo em atividades realmente prazerosas), recebendo salários bem menores e tendo seu trabalho menos reconhecido pela sociedade.

**Gráfico 26 - Idade dos participantes da pesquisa**

**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora – 2019.

De forma simétrica, mas não intencional, tem-se exatamente cinco participantes na faixa etária entre 66 e 70 anos, e cinco participantes na faixa etária entre 71 e 74 anos, tendo a UNATI três participantes de 66 a 70 anos e dois participantes entre 71 e 74 anos, a mesma proporção apresentada pelo CITI - Lions Sobral, três participantes de 66 a 70 anos e dois participantes entre 71 e 74 anos; todos são aposentados por tempo de serviço e apresentam boas condições de saúde, também exercem sua autonomia e independência.

No mundo do trabalho e no tempo do capital a trajetória de vida dos participantes é marcada pelo percurso laboral vivenciado, assim, a fim de se abarcar a categoria trabalho em sua contraditoriedade e movimento, buscou-se, a partir da criação de subcategorias<sup>35</sup>, a apreensão da vivência dos homens e das mulheres envelhecidas na condição de trabalhadores assalariados, vendedores de sua força de trabalho. É certo, e será visto de forma mais detalhada adiante, que a relação com o trabalho e a forma desse trabalho (morto/alienado ou com sentido) impacta diretamente nas condições de vida e no acesso a oportunidades de desenvolvimento

<sup>35</sup> Sendo o trabalho rural, doméstico ou braçal, serviço público de baixa qualificação, produção fabril, área administrativa, técnicos e autônomos, e em profissões que exijam qualificação de nível superior.

material e cultural dos participantes. Também pode-se inferir que a velhice é o resultado da posição ocupada pelos indivíduos na sua vida produtiva.

A trajetória de vida e labor apreendida nesta pesquisa possibilitou o entendimento de que apesar dos participantes se identificarem dentro de certas profissões, o seu percurso laboral se mostrava muito mais amplo. Havendo casos de se exercer várias atividades laborais até se chegar àquela em que se aposentou, com direito a idas e vindas, um processo dinâmico na luta pela sobrevivência. Assim, destacam-se algumas situações:

- \* Percursos já iniciados com trabalhos administrativos que evoluíram para atividades técnicas especializadas e atividades externas/vendas;

- \* Vida laboral iniciada na produção fabril, passando por atividades administrativas na indústria e finalmente chegando a atividades que exigiam escolaridade em nível superior;

- \* Trajetória laboral iniciada na atividade doméstica, passando pelo serviço público com baixa escolaridade, trabalho em área administrativa e finalizando a vida de trabalho em atividade com exigência de grau superior.

- \* Vida laboral iniciada no trabalho rural, passando por trabalho braçal, produção fabril e alcançado uma atividade técnica, com direito a retornos em atividades anteriores.

- \* Percursos iniciados no trabalho rural e finalizados no trabalho doméstico ou na produção fabril;

- \* Atividades iniciadas na produção fabril e finalizadas no serviço público com baixa exigência de escolaridade.

- \* Exercício de uma única atividade laboral (já em nível superior) no seu percurso de vida;

O quadro a seguir objetiva mostrar o movimento dos participantes em sua vida de trabalho, indicando as atividades exercidas, bem como a ordem cronológica destas atividades, assim o número um (1) identifica o primeiro trabalho desenvolvido, e os demais números obedecem a sequência temporal das atividades.

**Quadro 8 - Atividades laborais exercidas na trajetória de vida**

| Identificação      | Rural          | Braçal ou doméstico | S. P.* baixa escolaridade | Indústria |      | Técnico/ Vendas | Nível Superior |
|--------------------|----------------|---------------------|---------------------------|-----------|------|-----------------|----------------|
|                    |                |                     |                           | Prod.     | Adm. |                 |                |
| Sr. Oratória       |                |                     |                           |           | (1º) | (2º)            |                |
| Sr. Paciência      |                |                     |                           | (1º)      | (2º) | (3º)            |                |
| Sr. Erudição       |                |                     |                           |           |      |                 | (1º)           |
| Sra. Racionalidade |                | (1º)                |                           | (2º)      | (3º) |                 | (4º)           |
| Sra. Superação     |                | (1º)                | (2º)                      |           | (3º) |                 | (4º)           |
| Sra. Alegria       | (1º)           | (2º)                |                           |           |      |                 |                |
| Sra. Solidariedade | (1º) (4º)      | (2º) (5º)           |                           | (3º)      |      |                 |                |
| Sra. Resignação    |                |                     | (2º)                      | (1º)      |      |                 |                |
| Sr. Afeto          | (1º)           | (2º)                |                           | (3º)      |      |                 |                |
| Sr. Liberdade      | (1º) (3º) (5º) | (2º) (6º)           |                           | (4º)      |      | (7º)            |                |

**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora.

\* Serviço público com baixa escolaridade.

A sobrevivência na contemporaneidade se mostra complexa e permeada por contradições, sendo na labuta diária que se tem a busca constante pela sobrevivência, por uma vida melhor, a vida se mostra constantemente redimensionada de acordo com os graus de acesso a oportunidades. Em um país desigual como o Brasil, as oportunidades se mostram cada vez mais raras e destinadas a apenas uma parcela da população, ficando a grande maioria desassistida, cabendo somente aos próprios participantes a sorte de uma vida digna.

Após a apresentação dos dados relativos à caracterização do perfil dos participantes, serão realizadas as análises das falas dos trabalhadores e trabalhadoras envelhecidos, a análise se dará a partir das categorias centrais: trabalho, tempo e velhice.

### **3.3 Com a palavra: os(as) velhos(as) trabalhadores(as)**

A análise das falas foi estruturada a partir das categorias trabalho, tempo e velhice, a categoria trabalho foi a primeira a ser analisada, pois é a partir desta categoria que se tem os subsídios necessários para a apreensão da realidade social.

Assim, as categorias tempo e velhice são analisadas a partir do entendimento das condições materiais de produção e reprodução social.

### *3.3.1 O trabalho e seu papel na trajetória de vida dos(as) velhos(as) trabalhadores(as)*

Dentro da categoria trabalho, discutiu-se a questão da alienação, do estranhamento, das classes sociais e da questão social. Em seus relatos, os(as) velhos(as) trabalhadores(as) apresentaram diversas formas de percepção em torno da vivência do trabalho, alguns entendem e o veem como algo positivo e natural, sendo necessário à sobrevivência.

Ah, o trabalho é o que dignifica a gente, sem trabalho a gente não consegue nada e se não tiver trabalho não tem como sobreviver, trabalho para mim é isso. (Sr. Afeto)

Faz parte da vida né, porque com a mente desocupada a pessoa só pensa em besteira, e sem trabalho não tem jeito de sobreviver. (Sra. Resignação)

Olha, para mim, o trabalho é muito bom, sempre trabalhei muito agora eu parei porque aposentei [...] antes trabalhei na roça, depois vim pra Franca e trabalhei como doméstica, o que você pensar de serviço eu fiz. (Sra. Alegria)

Na vida tem que trabalhar, tem que arrumar uma coisa pra ocupar nossa vida, pra ocupar nossa mente, e o corpo também, o trabalho é muito importante, a vida sem trabalho não vale nada não. Mesmo se for gente rico, tem que trabalhar também, eu aposentei bem, mas não consigo ficar em casa, eu gosto de trabalhar, não paro um minuto a vida ativa assim eu acho muito boa. (Sr. Paciência)

O trabalho também se apresenta como um motor para o desenvolvimento do homem, através dele, várias capacidades são colocadas em movimento, sendo o responsável por sua evolução (MARX, 2013). Algumas falas trazem a centralidade do trabalho em suas vidas, tendo-o enquanto elemento emancipador, trabalho com sentido, trabalho vivo, apesar de estarem inseridos em um sistema em que a força de trabalho é tida apenas como mercadoria (ALVES, 2011).

O trabalho para mim é uma evolução da vida né, desde que comecei a trabalhar tive aquela evolução na vida, eu comecei trabalhar seriamente com 7 anos na roça (Sra. Solidariedade)

Bem acho que é fundamental no ser humano, fora nos manter ocupados nos obriga a estudar permanentemente, porque eu imagino sem o trabalho a dedicação a isso, as curiosidades que se manifestam através do trabalho, mantém o organismo em permanente atenção e agilidade, porque eu acho que seria terrível viver sem o trabalho, seria um ostracismo enorme, e que embruteceria qualquer um, penso que sem o trabalho nada se consegue. (Sr. Erudição)

Primeiro eu acho assim, que é um complemento da vida, é uma realização pessoal, primeiramente uma realização pessoal, certo, e para o nosso sustento da vida, nossas descobertas, conquistas, nossas lutas, prazer, bem-estar, porque o trabalho me traz e me trouxe tudo isso. (Sra. Racionalidade)

A perspectiva do trabalho enquanto formador de caráter, vinculado à moralidade também foi apresentada, assim a dignidade do homem estaria ligada a existência de uma vida laboral, que seria responsável por criar bons cidadãos.

Eu sou um privilegiado porque eu gosto de trabalhar, desde criança eu gosto muito de trabalhar, então pra mim é uma diversão, eu levo muito a sério aquilo que eu faço, o trabalho é uma dádiva de Deus para cada ser humano, quando um ser humano não aprende a trabalhar ele está começando sua vida erroneamente. Ele pode estudar o tanto que ele quiser se ele não tiver coragem de trabalhar, vontade de trabalhar está tudo errado [...] (Sr. Liberdade)

O trabalho dignifica o ser humano, com o trabalho você consegue ter sabedoria de vida, com o trabalho você só não busca o sustento alimentar, mas busca o sustento psíquico, mental e corporal, na nossa época os pais tinham a vontade, aquele grande empreendimento de colocar para os filhos a grande utilidade e responsabilidade do trabalho, ne, que com o trabalho a gente conseguiria tudo praticamente, não tudo porque tudo é com Deus, mas a gente conseguiria o melhor na vivência, por isso que com muita dignidade, responsabilidade, honestidade, ne, e ser trabalhador né não é colocado como vantagens e sim como importante, o trabalho é muito importante na nossa vida, na nossa formação moral [...] (Sr. Oratória)

Em complemento a visão de que o trabalho é necessário para que o homem seja um sujeito de bem<sup>36</sup>, a questão do trabalho infantil e adolescente foi bastante comentada, mesmo sem ter sido citada enquanto parte dos questionamentos.

Para os(as) velhos(as) trabalhadores(as) um dos fatores que fazem com que o mundo esteja assim, repleto de violência e de falta de respeito é proveniente da proibição do trabalho para esta faixa etária, pois a grande maioria deles iniciou a sua vida laboral ainda criança e veem isto como algo positivo.

---

<sup>36</sup> A conotação dada às falas é que tem que trabalhar para virar “gente”, no entanto se desconsidera toda a questão do desemprego estrutural e que o trabalho não é acessível a todos.

[...] E eu acho que a gente não deve inibir o ser humano do trabalho, muito pelo contrário, se você me permite, eu vou te falar uma coisa, eu sou contra esse negócio da lei que permite que o trabalho só pode ser depois dos 16 anos, porque grandes homens não só no nosso país mais em outros, começaram a trabalhar desde muito cedo, e não aprendia a fazer as coisas más que estão acontecendo em nosso país hoje. (Sr. Oratória)

[...] aliás, hoje eu falo que é uma pena de menor não poder trabalhar, quando fizer 18 anos eles aprenderam a fazer tudo, menos trabalhar, se não mudar o conceito essa geração que tá vindo aí cada vez mais nós vamos viver aprisionado e as crianças que estão vindo vai aprender aquilo que não deve, essa é a realidade desse país, se a gente não ensinar o que deve ser eles aprende errado, os pais tem que ensinar o que é correto, [...] eu trabalho desde os 8 anos de idade, eu tenho minha casa, meu carro pra andar, aposentei, não fui pesado para o país, pelo contrário fui útil para a sociedade, então a pessoa que inventou que o trabalho faz mal é uma mentira. (Sr. Liberdade)

[...] e eu tinha os menino pequeno e a gente começava o sapato e eles terminava, as criança podia ajudar e eles gostava de me ajudar tudo, então foi uma época muito boa, e depois começou esse negócio que menino não podia trabalhar porque é de menor, e não sei o que[...] (Sra. Solidariedade)

[...] meus filhos nunca brincou em rua, eles nunca brincou em quintal de vizinho, desde lá na roça, era eles me ajudando a fazer farinha, fazer doce, a cuidar da roça, não teve tempo, desde criança eles são crianças trabalhadoras. [...] meus filhos sempre nas obrigação. Eu acho que ensina eles trabalhar foi muito bom, acho que esse negócio hoje de criança não pode trabalhá tá muito errado, para os meus filhos trabalhar foi uma bença, hoje todo mundo trabalha, ninguém tem nenhum vício nem nada, e hoje eu sou muito feliz [...] (Sra. Alegria)

Em relação ao papel do trabalho em suas trajetórias de vida, a grande maioria o considera determinante, iniciaram sua vida laboral ainda crianças e não pararam de trabalhar até a aposentadoria. Durante esse percurso o trabalho foi o principal motivador de mudanças, muitos saíram da zona rural para a cidade, bem como mudaram de cidade ou mesmo de país a fim de se conseguir um trabalho que proporcionasse uma vida um pouco mais digna.

[...] eu comecei com 7 anos plantando gergelim, a gente ia capinando de mão os pezinhos de mato nas linhas e foi assim a minha vida até uns ... 26 anos, Eu trabalhava primeiro na roça com meu pai, era fazenda de outras pessoas, depois meu pai faleceu eu fiquei com 12 anos de idade e aí a gente foi morar com o avô e com o meu avô a gente continuou na roça do mesmo jeito, ele arrendava as terras e a gente tocava né. Na roça eu fazia de tudo, tudo que tinha na roça eu fazia, tudo...desde plantação, plantar, colher e tudo né, e assim foi minha vida. Depois eu casei com 17 anos e depois de casada a

gente mudou para Ribeirão Preto, aí moramos lá em Ribeirão Preto, lá eu trabalhei de doméstica, trabalhei no Matarazzo, aí depois a gente veio pra Franca, aqui em Franca eu costurava sapato manual, sempre trabalhei manual aí depois de uns anos a gente voltou pra roça lá onde a gente fomos criado, meu marido também era de lá né, aí a gente voltou pra lá, aí lá nós ficamos mais uns 5 anos aí voltamos pra cá, pra Franca eu fui trabalhar de doméstica em casa de família mesmo, aí trabalhei só numa casa até aposentar...aposentei como doméstica. (Sra. Solidariedade)

Comecei a trabalhar na roça com 8 anos, na fazenda porque meus pai morava nas fazendas, e era de uma família pobre né, então eu comecei a trabalhar com 8 anos e só parei agora quando aposentei.[...] Quando vim pra Franca era vendedora autônoma, lavava e passava roupa pra fora, e ainda era doméstica, eu chegava da casa que eu trabalhava, cuidava da minha casa e depois ia lavar e passar roupa para outra família, ficava até meia noite, uma hora trabalhando. (Sra. Alegria)

Eu nasci e me criei na roça, eu nasci na labuta e a gente amadurece muito cedo com isso, a gente ganha uma independência muito cedo sabe, então desde 7, 8 anos eu já tenho minha independência, juntou que aí eu perdi minha mãe depois eu perdi meu pai, fui pra casa de avó, fui assim ficar na casa dos outros e assim a necessidade aumentou.[...] Eu ajudei na lavoura, meu pai fazia a gente apanhar café, catar café no chão sabe, as vezes esparramava o café para secar tinha a incumbência de lá mexer o café, mudar as lera, e quando não estava ali estava em casa, se matava porco a gente tinha que ajudar a destrinchar o porco, fritar o porco, cozinhar o porco, fazer linguiça, lavar, passar, a gente tinha tarefa o dia todo, eu não tive aquela infância de brincar.[...] eu tinha 10 anos, era doméstica, pagava menino, limpava casa, lavava banheiro, era menina muito magrinha. [...] depois mudei pra Franca aí eu trabalhei 4 anos e 7 meses aqui no João Marciano, como servente, aí veio a "empresa" para a Franca, fui lá, prestei e passei, no dia 01/03/1977 eu entrei na lá e de lá eu sai aposentada. (Sra. Superação)

Eu fui babá, empregada doméstica, também trabalhei em fábrica de calçado na produção e depois eu fui para o escritório dentro da fábrica, aí eu fiquei 8 anos sem estudar, fiquei dos 12 até os 20 [...] então aos 20 anos eu sai da produção da fábrica de calçados porque eu já estava começando datilografia, que na época era datilografia, e fui para o escritório. Aos 20 anos eu voltei para a 5 série, comecei a estudar naquela época depois eu não parei, fui continuei, fiz a faculdade e antes de terminar a faculdade eu já comecei a dar aula, e logo depois eu ingressei como professora. (Sra. Racionalidade)

[...] eu fui trabalhar na indústria de calçados no escritório, departamento de vendas, lá eu trabalhei 4 anos, depois eu fui pra São Paulo, lá entrei numa indústria gráfica, lá eu entrei como assessor da diretoria de vendas [...] , depois aí eu já era casado e quis voltar para o interior e voltei pra Campinas, não foi fácil, deixei meu último ano de faculdade em Administração de empresas [...]. Numa época eu estava trabalhando no ramo de fechaduras de alto nível mas não estava dando e com a ajuda de um amigo meu, eu consegui entrar no ramo de laboratório farmacêutico, e lá eu consegui, trabalhei por uma ano em Campinas e depois eu consegui vir pra Franca, porque era o que minha mulher mais queria a família dela toda e a minha são de Franca, então nós viemos, e aí eu trabalhei num laboratório americano, depois fui para um laboratório inglês, fiquei lá por 10 anos, depois fui para outro e fiquei mais 11 anos, e depois para outro laboratório por mais 5 anos,

depois disso fui vender anestésicos em hospitais numa firma brasileira, foi uma vida de mais ou menos 26 anos visitando hospitais, consultórios, radiologias e depois eu fiz algum trabalho com distribuidora de medicamentos.[...] (Sr. Oratória)

Eu quis vir para o Brasil por causa da guerra lá, eu assisti duas guerra em 1967 e 1973, guerra feia lá, morreu muita gente, destruiu muita coisa, e lá jovem tudo tem que ir na guerra viu [...] desde pequeno estudava de dia e a tarde meu avô tinha um armazém, a gente sempre foi comerciante toda vida é, então eu chegava e ajudava no armazém, lá comecei a ajudar com 10, 12 anos, minha família é trabalhadora demais, toda a vida né, trabalhamos desde criança pequena eu e meus irmãos, ajudava meu avô e meu pai na loja, fazia compra na loja ajudava com mercadoria você sabe em loja de turco tem tudo né (risos). Quando eu cheguei no Brasil já no primeiro dia fui trabalhar na fábrica do meu primo, eu olhava, era chefia, eu não sabia falar nada de português, então até eu aprender eu ficava na chefia, olhava uma seção e outra, ia andar, aprender a matéria prima, uma coisa ou outra, couro, sapato essas coisas, mas eu gosto muito de manutenção, eletricidade essas coisas, fui chefe de manutenção, chefe de montagem, trabalhei no almoxarifado, a cada dois ou três meses me colocava num lugar pra eu aprender sabe, então em fábrica de calçados eu conheço tudo, o sistema tudo, depois cansei de ser chefe, é coisa muito estressante e eu comecei a ficar doente, aí comecei com a manutenção, fiz curso das máquinas, aprendi a consertar e qualquer máquina da fábrica eu conserto hoje, depois eu resolvi ter uma loja pra arrumar as máquinas. (Sr. Paciência)

O trabalho estranhando avilta a condição do homem enquanto humano genérico, (Marx, 2013) onde o trabalhador não se identifica com o seu trabalho, não faz o que gosta, e isto se torna um sofrimento, assim, o trabalho tem apenas a função de sobrevivência, onde a força de trabalho é mera mercadoria.

Bem na realidade eu tinha um sonho mas eu não pude realizar esse sonho porque eu tive a necessidade de trabalhar, trabalhar para manter, trabalhar depois para sustentar meus filhos, então eu tive que trabalhar, meu negócio era render para no final do mês eu ter o meu salário, estando satisfeita ou não com meu trabalho, entendeu, então na realidade, a vida inteira, desde que eu me conheço por gente, que eu comecei a trabalhar eu não trabalhei em nada do que eu gostava, eu trabalhei porque eu necessitava e no final dos meus dias na empresa que eu trabalhava é que eu comecei a fazer realmente o que eu gostava, eu me realizava, eu me completava ali, eu trabalhava com prazer, sem pensar, no final do dia, eu tinha ali o meu cansaço mas era um cansaço aceitável, realizado, não era aquela coisa de trabalhar insatisfeita. (Sra. Superação)

Ao final, relata que somente no fim de sua vida laboral se encontrou no trabalho, vivendo um trabalho com sentido, o trabalho vivo.

Minha primeira função foi na área comercial atendente [...] fiquei um ano e um mês na área comercial, é uma área muito estressante, lidar com o público

não é fácil [...] Depois eu fui para o financeiro e depois para a licitação [...] quando foi 1990 veio a área de informática para Franca e não tinha funcionário, então eu fui e me identifiquei demais, até hoje eu pego um computador e eu fuço nele sabe, [...] e foi assim até aposentar. (Sra. Superação)

O trabalho estranhado aprisiona o homem, nele o trabalhador não se encontra, não se identifica. A maioria dos(as) trabalhadores(as) está envolta ao trabalho cotidiano, necessário à sobrevivência não percebendo o quanto o trabalho alienado é limitante. (MARX, 2013; ANTUNES, 2009). Os que sentem esta limitação buscam formas de um trabalho com sentido.

Fiquei trabalhando na roça do patrão até os 15 anos, depois vim pra Franca e fui trabalhar de servente, aí voltei a trabalhar no pau de arara na roça, morava aqui mas trabalhava lá, ia de caminhão todos os dias, por dois anos, depois eu trabalhava na fábrica e ficava triste, e tinha um emprego até bom, tava aprendendo a ser modelista, mas eu quis sair, aí fui trabalhar no pau de arara e fiquei feliz, cantava o dia inteiro, foi a mesma coisa que tirar um passarinho da gaiola, a felicidade está em trabalhar no que você gosta, aos 21 anos mais ou menos resolvi estudar, entrei na Industrial, aí voltei a trabalhar de servente para estudar de noite, lá na industrial eu fiz desenho arquiteto, aí trabalhando já meio de pedreiro, e como eu estava estudando desenho o meu patrão botou eu pra ser mestre de obras, então eu já comecei a tomar conta de obras [...] (Sr. Liberdade)

A oportunidade de acesso ao estudo, atrelada à prática de um trabalho em que se identifique, faz da vida laboral um campo significativo de experiências e desenvolvimento de potencialidades.

Minha atividade por formação foi dentro de indústria, numa indústria de bombas, na época a maior indústria de bombas hidráulicas do Brasil, aliando a parte técnica a parte comercial, [...] me levou a participação de concorrências internacionais dentro da área, [...] o Brasil concorrendo com Alemanha, França e por aí a fora, e isso me deu inclusive pessoalmente uma grande vivência, fiz muitas viagens ao exterior, e isso me fez perceber que existe um mundo lá fora, com maneiras usos e costumes diferentes dos daqui do Brasil, em determinado momento tive uma loja da minha área em São Paulo, depois encerrei minhas atividades e depois voltei para a indústria, e depois viemos para Franca, aqui estou desde 1988, operando dentro da mesma, mas devido a idade, não é que não tenha motivos, mas não trabalhando assim com escritório aberto mas sempre que é necessário me solicitam e eu opero [...]. (Sr. Erudição)

O trabalhador maduro e velho encontra inúmeras dificuldades para conseguir um emprego, além da questão do desemprego estrutural os(as) velhos(as) trabalhadores(as) enfrentam o preconceito proveniente da relação entre velhice e

inutilidade, ao ser retirado da vida laboral “o indivíduo é levado a reconhecer que nada mais é, a despeito do que já tenha feito” (HADDAD, 2016, p. 101). Outro desafio a ser enfrentando é a sobrevivência somente com o salário da aposentadoria, ficando praticamente inviável, no caso da classe média, manter seu padrão de vida.

[...] quando eu senti que os laboratórios não tinham mais emprego pra mim, eu já estava com 56 anos, aí eu comecei a trabalhar com distribuidoras, participando de pregões, a vender em prefeituras aí você vê, você sai da sua casa passa no posto enche o tanque e de repente muda [...] quer dizer você gastou mais que ganhou, porque hoje pra qualquer lugar que você vai, tem que pagar pedágio, abastecer, manutenção do carro, e isso gasta, e assim foi, e quando eu me dei pela coisa, não conseguindo pelo salário, me dei conta e estava devendo um bom dinheiro no cheque especial e tive que parar, pra mim não foi fácil parar, mas aí eu comecei a não ficar bem de saúde aí eu pensei vai ser pior né e consegui dar a volta por cima e tentar viver com um pouco mais de um salário e meio. (Sr. Oratória)

Eu mesmo fui numa fábrica pra ver um serviço e tinha 40 anos e me disseram que não iam me pegar porque queria alguém de 20 a 35 então você pensa, então eu vou ficando velho e os outros não me querem mais pra trabalhar, e isso, hoje o velho sofre demais, mas eu sai de cabeça erguida. (Sr. Afeto)

Em relação ao trabalho feminino, foi perceptível que a jornada de trabalho das mulheres é exponencialmente maior, além de trabalhar fora, tinham que cuidar dos filhos e da casa. Em muitos momentos dão preferência ao trabalho autônomo em casa, ou com vendas, assim fica mais fácil conciliar as responsabilidades da casa com a remuneração.

Depois que casei tive que sair da fábrica porque era costume, quando a mulher casava não trabalhava mais na fábrica, aí eu comecei a costurar sapato e vender produtos, e meu marido ficou doente, e eu passei a sustentar a casa. Depois consegui o serviço de merendeira, na época não tinha esses concurso, [...] eu só tinha a 4ª série, e as minhas concorrentes eram mais estudadas e solteiras, quando fui fazer minha ficha lá nem falei que tinha filho pra conseguir a vaga[...] (Sra. Resignação)

[...] antes trabalhei na roça, depois vim pra Franca e trabalhei como doméstica, o que você pensar de serviço eu fiz, faxina, lavava vidro, fazia de tudo, vendia joias, vendia tupperware, e tudo junto sabe, porque quando eu vim pra Franca meu marido ficou na roça então eu tive que trabalhar, mas trabalhar mesmo, meu filho mais velho tinha 17 anos e eu tinha cinco filhos, pagando aluguel [...] (Sra. Alegria)

[...] Em Ribeirão meu primeiro emprego foi de doméstica depois eu fui pra indústria, naquela época era muito bom, era a indústria Matarazzo uma fábrica muito boa, grande, tudo, e aí lá eu trabalhei só três anos aí num deu certo porque eu tinha uma menino que era muito doente e eu comecei a

perder muitos dias sabe, [...] aí eu preferi pedi as conta e sair, mas fui muito bom, eu trabalhava na tecelagem e gostava muito. (Sra. Solidariedade)

O impacto da tecnologia na vida laboral dos indivíduos pode significar uma mudança significativa na luta pela sobrevivência, fazendo com que os(as) trabalhadores(as) tenham que sair dos lugares onde vivem em busca de trabalho, a tecnologia utilizada no campo retira do trabalhador seu trabalho, sua sobrevivência obrigando-o a buscá-la em outros lugares.

[...] eu comecei a trabalhar eu tinha uns 09,10 anos, saia da escola e já ia pra lavoura pra ajudar o pai e a mãe da gente[...] Comecei na roça e até os 26 anos na lavoura, lá eu mexia com tudo, vários plantios, algodão, soja, milho arroz, e depois eu vim pra cidade, na época houve muita mudança nessa tecnologia né então eu vim pra cidade[...]Aí eu vim pra cidade, casei na roça [...] na época o fazendeiro demitiu todo mundo, que o fazendeiro vendeu a fazenda pra uma empresa japonesa lá e aí demitiu todo mundo, a gente veio sem era nem beira pra cidade, eu vim por causa do trabalho. (Sr. Afeto)

As mudanças da “roça” para a cidade, em geral são tentativas de sobrevivência, quando não se tem mais trabalho lá, ou se esse trabalho se torna pouco, sendo a saída ir para a cidade. No entanto, essa transição nem sempre se mostra fácil, além dos costumes e ritmos diferentes, a cidade pode se mostrar hostil àqueles que buscam por trabalho, fazendo com que a classe trabalhadora não tenha acesso a condições dignas de vida, sobrevivendo em condições precárias e insalubres, aprofundando a questão social e suas expressões. (IAMAMOTO, 2008)

[...] vim com uma mala de peão e mais nada, só com a mulher, e enfrentei uma vida que... chegamo aqui aluguei uma casa[...], não tinha luz, não tinha nada, a agua chegava muito rala, aí eu fui trabalhar de servente né, até que um dia um amigo meu passou lá e me falou – olha amanhã vai fazer ficha lá [...] eles gostavam de pegar o povo da roça mesmo, porque lá o serviço era bem pesado mesmo, hoje, mudou muito né, aí eu fui trabalhar lá, fiquei lá 6 anos, mas os 3 anos primeiro aqui na cidade foi muito difícil, a gente comprava nos armazém, era muito difícil mesmo igual lá na roça, ou até pior né, só que eu não desisti né [...] (Sr. Afeto)

As expressões da questão social se aprofundam a partir do trabalho precarizado, superexplorado e mal remunerado, (ANTUNES, 2006; IAMAMOTO, 2008) incidindo diretamente na vida dos trabalhadores e das trabalhadoras, refletindo em péssimas condições de moradia e de alimentação, bem como ao acesso a serviços necessários. Desta forma, segundo Alves (2011), com a precarização do trabalho,

precariza-se não só a força de trabalho enquanto mercadoria, mas precariza-se também o homem que trabalha.

[...] trabalhava, trabalhava e não consegui comprar uma bicicleta, saia as 6 da manhã e voltava só as 9 da noite, levava lá meu caldeirãozinho nem marmitta num era, aí eu almoçava, depois à tarde fazia serão e comia um pão com manteiga que eu não podia comprar outro lanche e eles também nun dava né, e era assim, aí eu consegui comprar uma bicicleta, e as coisa foi melhorando um pouco. [...] e eu fui fazer um curso de cortador e parti pro calçado né, aí eu saí de lá porque eu não aguentava, nesses quase seis anos eu não tive um dia de férias e eu faltei só duas vezes, aí eu não aguentava mais e fui pra fábrica de calçados, quando eu acertei acabei não fazendo quase nada né, o dinheiro não deu pra nada, mas depois eu consegui um emprego no calçados Terra [...] depois eu fui pro Martiniano, fiquei 6 anos lá, e depois fui pro Calçados C e aposentei lá. Mas aguentei muita coisa né, no trabalho a gente aguenta tudo e eu sempre sube controlar isso, né fiquei assim até aposentar [...] Mas o trabalho foi muito importante né, agora eu não tô trabalhando, mas o trabalho sempre foi muito importante, porque eu tenho minha aposentadoria e dá pra mim sobreviver, eu não voltei a trabalhar agora porque não tem como mesmo. (Sr. Afeto)

As condições se precarizam a partir da superexploração do trabalho, onde o trabalhador se sujeita a extensas horas de trabalho, ao acúmulo de funções desenvolvidas, mesmo sem possuir capacitação para tal, além da precariedade da estrutura física onde este, é desenvolvido. (ANTUNES, ALVES, 2004)

[...] Mas eu consegui o serviço [...], depois fui transferida de escola, porque eu já tinha mudado aqui para o Leporace, você vai trabalhar num lugar que não tem nem cozinha, aqui não tinha nem luz, nem asfalto, com o tempo eu aprendi a fazer todo serviço, era merendeira, assistente, secretária, fazia o café em casa e levava pra lá, e se faltasse professor não podia dispensar e eu somente com a 4ª série tinha que enfrentar entrar em sala e dar aula, isso foi por dois anos, depois construiu a escola e eu fui pra escola, trabalhava sozinha em três períodos com filhos pequenos e meu marido doente, [...] depois no final eu aposentei lá com 46 anos.

Os(as) velhos(as) trabalhadores(as) relatam as dificuldades vivenciadas como meeiros onde arrendavam a terra dando parte do que produziam aos donos da propriedade, sendo estes os detentores do capital. O termo meeiro pode trazer a conotação de trabalho livre e associado, no entanto se mostra como uma precarização do trabalho, onde os meeiros são de fato empregados sem direitos trabalhistas. Desta forma, a separação entre classes sociais se mostra explícita, uma vez que a princípio o meeiro acredita estar em uma ascensão social, no entanto, está apenas sendo um trabalhador precarizado.

[...] ficamo uns 6 anos lá, mas para tocar a roça à meia ficou muito difícil porque o preço da semente subiu muito, então pra gente não compensava, cê tinha que plantá, coê tudo né e dar metade pro patrão então pra gente não compensava, então a gente pensou assim se nós ficar aqui vai piorar né, aí nós resolvemo vir pra cá. (Sra. Solidariedade)

[...] a roça era do patrão eu trabalhava lá né, como meeiro, mas era só o nome de meeiro mesmo, porque o que a gente recebia era aquela quantia mínima sabe, o povo hoje fala que antigamente que era bom, mas eu não acho isso não, hoje é bem confortável à aquele tempo sabe, a gente era mais solto sabe, tinha mais amizade, era mais sossegado naquela época nesses termos, mas a vida da gente era muito custosa, muito difícil. (Sr. Afeto)

A partir do processo de criação de valor e mais-valia, recria-se potencialmente as desigualdades sociais, fundadas na reprodução ampliada do capital e da pauperização, tendo-se assim as classes sociais (IAMAMOTO, 2008). O antagonismo das classes sociais alimenta a desigualdade (e vice-versa), que provoca uma quase impossível mobilidade social, no Brasil quando possível, esta mobilidade está sujeita em muitos momentos a oportunidades “apadrinhadas”, segundo os relatos.

Olha tem muitas pessoas que as vezes consegue ficar rica por que tem quem ajuda, agora família mais humilde, não tem jeito, tem que ajudar em casa, pagar aluguel, pagar remédio, [...] no caso do meu marido antigamente a gente não recebia um melhora né, hoje ganha, mas mesmo assim falta muito, né. Mesmo estudando muito tem que trabalhar e ajudar em casa e isso fica difícil, não consegue melhorar, não tem chances [...] e pessoas que as vezes não tem experiência e as vezes nem estudo e conseguem cargo bom porque tem gente que ajuda. [...] Pessoa em situação mais pobre, família mais humilde, não teve muito tempo pra estudar, e tem também a aparência isso tudo faz com que dê certo ou não, vou falar uma coisa é até feio mais sempre pode ver que quem consegue tem um dedinho de alguém que está no poder, tem advogado formado que está trabalhando como braçal porque não teve o privilégio de ser escolhido pelos grande, né, os grande estão sempre puxando os parente deles pra cima, é um cabide de emprego, quem está lá em cima está sempre puxando. (Sra. Resignação)

Às vezes também pode ser por oportunidade também né, a oportunidade pra quem tem mais habilidade e inteligência é maior, mas tem também aquilo, depende dos gerente, dos chefe, que de repente se eles não vão com a cara da gente, cê sabe tem aquela coisa de preconceito né, hoje em dia a gente consegue uma melhora mas com a ajuda de outro, as vezes tem estudo e competência mas ainda precisa da ajuda de alguém né senão não consegue. (Sr. Afeto)

Uma outra possibilidade de mobilidade social apresentada nos relatos, é a educação, vista enquanto caminho para a superação das dificuldades e oportunidade de melhoria das condições de vida que, em determinado grau pode oferecer a mudança no estrato social.

O caminho é trabalhando e estudando, pra mim tem que trabalhar e estudar, antigamente não tinha esses concurso, hoje tem que estudar, uma pessoa tem formatura, tem diploma, se ele estudou tem condição de assumir aquilo né, já a gente que não estudou vão ficar trabalhando assalariado na fábrica o resto da vida em fábrica. O estudo e o trabalho é muito importante senão não vai chegar lá, ainda mais agora com essas mudança na lei que os governante tão fazendo né, fica mais difícil ainda pra classe mais baixa, e pra melhorar tem que trabalhar e estudar pra conseguir melhorar. (Sr. Afeto)

Eu venci porque eu lutei, veja bem eu tive que sair da escola, e depois eu voltei mais era muito complicado porque eu trabalhava e estudava a noite, eu era arrimo de família, então meu pai não podia me oferecer também, porque a gente é de uma família simples, de uma família lutadora, então na época era filho que tinha que ajudar o pai. (Sra. Racionalidade)

Tem-se algumas considerações relevantes sobre a desigualdade social brasileira, a qual fomenta a luta de classes. Em uma análise macro, traz-se a responsabilidade do Estado sobre a vida dos cidadãos que são atingidos frontalmente por políticas que beneficiam os detentores do capital e prejudicam a grande maioria da população aumentando a desigualdade social.

[...] individualmente eu não posso reclamar de nada, eu tive uma excelente infância, uma excelente adolescência soube me localizar ao longo da vida [...] agora perante uma sociedade tem muitas injustiças [...] a situação econômica financeira do Brasil, pra grande parte da população foi desastrosa, porque culpa dos governos basicamente, com uma inflação altíssima ... e isso obviamente é um descalabro você não pode ser organizar ao longo de sua vida, você parte vou me organizar para daqui a 5 anos, no meio do caminho o governo ia lá e mudava a vírgula do lugar, isso quer dizer afetou toda a população, até hoje, o governo vem me dizer que a inflação está a dois por cento, mas os juros estão lá em cima e os preços estão subindo, quer dizer o governo apresenta números falsos, pura tapeação e nós sabemos que a economia não está sob controle[.] (Sr. Erudição)

Minha origem não tem pobreza igual aqui não, lá é socialista, faixa tudo igual, quem estuda lá vence na vida, todo mundo estuda lá, médico, engenheiro, professor, cultura lá é dez, e é assim, pobre e rico estuda tudo a mesma coisa, na mesma escola, entendeu, primário tudo livro de graça, só tem que devolver para escola para outro aluno usar no outro ano, lá não tem pobreza igual aqui, e também não tem rico, rico lá é pouco sabe, um professor, um engenheiro lá vive bem, não tem luxo, carro zero essas coisas assim, hoje ainda tem muito carro, na minha época quase não tinha carro lá, lá todo mundo tem o que comer, beber, dá até pra você fazer sua casa também entendeu, com o seu ordenado. Aqui diferença muito grande eu acho, tem rico demais e pobre demais também entendeu. (Sr. Paciência)

A discussão sobre as classes sociais na fala dos participantes se mostra encoberta, e às vezes invertida, quando se fala sobre a riqueza, por exemplo, ela vem enquanto sentido de riqueza imaterial, de afeto e de tranquilidade, ela não é

enfrentada enquanto uma condição social material dada pela realidade, que é regulada por um sistema desigual que explora e aliena (ALVES, 2011). Estas apreensões se mostram superficiais e favorecem a naturalização da desigualdade social, diante da não reflexão sobre o processo de exploração do trabalho e da expropriação do tempo de vida, a identidade enquanto classe perde força, assim tem-se uma classe-em-si e uma distante classe-para-si.

O rico tem muito mais regalia, mais eu tenho orgulho da minha vida não tenho inveja de rico não, considero que minha vida é razoável, as vezes o rico não tem prazer na vida, porque a gente tem tanta amizade, gente que a gente conhece, então não precisa de tanto dinheiro pra ser feliz e a felicidade está dentro de nós, tem os problemas mas Deus ajuda, então assim as vezes a gente é mais feliz que os rico né que tem regalia. [...] A gente sempre ajudou muito os outro né, então tem gente que fala assim, vocês podia tá rico né, mas eu prefiro tá assim sabe, sou rica de amizade, e isso é ser rico. [...] O rico o dinheiro manda nele né. (Sra. Solidariedade)

[...] riqueza pra mim é isso aqui, as amizades, pra mim mesmo quem tem muito dinheiro é um pobre, que nem os políticos, pra mim eu sou rico tenho a consciência tranquila e amizades. (Sr. Liberdade)

A culpabilização do sujeito também aparece como forma de reflexão sobre as classes sociais, se o indivíduo não consegue sair da situação de precariedade em que se encontra, o responsável é ele próprio, que não soube trabalhar direito para melhorar de vida. Mais uma vez, tem-se análises que apresentam limitações provenientes da manipulação ideológica do próprio sistema.

Isso aí tem dois fatores mesmo, assim as pessoa as vezes a pessoa trabalha muito assim braçal e não consegue aquele objetivo de melhorar de vida e fica naquilo ali, mas a gente tem que trabalhar os dois lados braçal e com a cabeça né, senão não vence, tem gente que é bom trabalhador mas não consegue nada nessa vida. (Sra. Solidariedade)

A gente mesmo quando nasce pobre consegue ficar rico, aí eu acho que vai da inteligência da pessoa, da sorte e eu acho que consegue sim, eu mesmo já tive muita oportunidade mesmo com pouco estudo eu tive oportunidade, mas eu não tive ajuda [...] (Sr. Afeto)

Na vida você tem várias opções, [...] isso é escolhas... fazer as coisas certas hoje e agora, não tem erro, no futuro você vai colher. (Sr. Liberdade)

Acho que é culpa da pessoa, que não tem força de vontade pra crescer na vida, pra trabalhar, tem gente acomodado que não quer trabalhar [...] (Sr. Paciência)

[...] na vida até por experiência nos obriga a determinado momento em sermos piegas em chamar um amigo, conversarmos, trocarmos ideias, isso em qualquer camada social, e isso não necessariamente eu tenho que descer até ele não, para orientar um mendigo eu não tenho que descer, eu tenho que puxá-lo ao meu nível, fazendo-o ver que ele está perdendo tempo para que ele aproveite melhor seu tempo. (Sr. Erudição)

A discussão sobre a existência de classes sociais e suas determinações, não foram respondidas pela maioria dos participantes, as respostas consistiam em outros assuntos vinculados à velhice ou novamente a sua trajetória de vida, não havendo um maior conteúdo específico para se analisar. Buscando o entendimento sobre esse dado, em que a discussão sobre as classes sociais não encontra eco para o debate, tem-se posturas que desconsideram a existência de classes sociais antagônicas, e mais, como se essa realidade não fosse por eles vivenciada.

O desinteresse em se refletir sobre as classes sociais é dado relevante que merece ser analisado, tal postura é impulsionada pelo “trabalho ideológico” que assume um caráter cada vez mais manipulatório, onde a ideologia capitalista é usada para controle e manipulação social que não permite a apreensão da dinâmica da desigualdade social. “Sob o ‘capitalismo manipulatório’, a vida cotidiana e a reprodução social, tanto quanto o trabalho e a produção social, são marcados pela intensificação da *manipulação sistêmica do capital*” (ALVES, 2010, p. 41).

Desta forma, o controle sociometabólico do capital, efetivado a partir de um “trabalho ideológico” de manipulação, é capaz de retirar do trabalhador a capacidade de questionamentos críticos e de entendimento sobre a divisão da sociedade em classes sociais e a necessidade de um papel ativo do trabalhador. Mesmo após ter sua vida subjugada constantemente à produção, o velho trabalhador ainda não conseguiu formar sua consciência de classe.

O afastamento da vida laboral poderia se caracterizar como um tempo livre das amarras capitalistas, onde o velho trabalhador, distante do processo produtivo pudesse apreendê-lo de forma mais clara, verificando assim os efeitos da exploração do seu trabalho e de seu tempo de vida. No entanto, o que se verifica, é que o capital mantém seu controle ideológico e manipulatório, efetivado agora por meio da boa velhice, a velhice feliz, ativa e participativa, com um discurso de empoderamento dos velhos, faz com que os mesmos acreditem que a partir de algumas possibilidades de consumo e o ato de se participar de determinados programas os tornam pessoas empoderadas e livres.

Assim vive-se sob o “*eterno presente*” (MÉSZÁROS, 2007) (grifo do autor) onde se supõe que não há alternativas, o tempo do capitalismo é “eterno” e as coisas serão sempre assim, a sociedade é fadada a não ver possibilidades de superação, desta forma, há uma inércia social quanto à necessidade de entendimento do sistema do capital e de sua possível superação.

### 3.3.2 O tempo e os(as) velhos(as) trabalhadores(as)

A categoria tempo, é uma categoria que em muitos momentos se mostra abstrata, com percepções individuais diversas, apresentando por um lado o seu domínio pelos participantes ou sua imposição aos mesmos.

O tempo envolto a uma complexidade aparece como um mistério que pertence a Deus, mas, que em alguma medida pode ser direcionado pelo homem a fim de se concretizar o que se acha mais relevante.

O tempo pertence a Deus, eu sou católica sabe, então o tempo pertence a Deus, porque quando chega a hora da morte não tem dinheiro que adia, né [...] quando meus filho era pequeno eu tinha meu tempo, e quando chegava fim do ano a gente passeava, passeava com os menino, meus filho tudo conheceram o circo, minha sogra morava em Sorocaba, mas todo ano a gente ia pra lá, guardava o dinheiro, e durante o ano ia pra minha família em Ituverava para passear, vê a família. [...] Mas hoje o tempo tá pior, tem umas mãe que não tem tempo para os filho, eu nunca pus um filho na creche, eu criei os filho comigo em casa, eles nunca foram em creche, [...] a gente tem que ter tempo pra explicar as coisas pros meninos, responder as pergunta, matar a curiosidade, brincar com eles. (Sra. Solidariedade)

O tempo pra mim, acho que 24 horas deveria passar para 48 horas, [...], a gente precisa procurar separar o passado, o presente e o futuro, viver mais o presente, porque muitas vezes a gente vive mais o passado que o presente, o passado já foi, o presente é o que nós vivemos e o futuro pertence a Deus, eu tenho aquela palavra prioritária, se eu tenho 1 hora para fazer 5 coisas eu vou pela prioritária [...] é preciso usar melhor o tempo, senão você fica dançando e não sai do lugar, o tempo deve ser muito valorizado, deve se usar a cada minuto do tempo, [...] e o tempo, não volta, então a gente tem que procurar ser o mais prático possível, não é brigar contra o tempo mas colocar uma escala de prioridade, porque se você brincar com o tempo ele te passa uma rasteira e você cai [...] é melhor você perder um minuto na vida do que a vida num minuto. Tudo que a gente escuta na vida não se deve questionar porque o tempo traz a verdade. [...] Sempre agradecer a Deus a cada dia de vida que ele lhe dá.

Na velhice, alguns idosos conseguem se apropriar minimamente do seu tempo, podendo vivenciá-lo como um tempo de “escolhas” (ainda que limitadas pelo sistema), utilizando seu tempo da maneira que achar melhor. Embora, ainda aparece sob o manto de obrigações, e em alguma medida possa ser negociável.

A gente tá acostumada com aquela vida de trabalhar desde pequena, e por exemplo, eu quero limpar minha casa hoje, mas eu não dou conta de limpar num dia só, eu acho a diferença no tempo nisso aí, porque antigamente eu dava conta, agora a gente já não dá. De primeiro se eu tivesse um copo sujo eu não saía sem lavar, agora não deu tempo de lavar a louça da janta eu lavo, se não deu, deu 7 horas da noite eu vou descansar, não faço mais nada, antigamente eu fazia, agora não, eu faço depois, então eu sou mais dona do tempo hoje, eu não vivo mais abitolada não, e os meus menino ainda reclama, fala que eu trabalho muito, mas hoje eu não consigo muito mais não, deu vontade de descansar eu descanso. (Sra. Alegria)

No entanto, para muitos o tempo do capital continua a determinar o tempo de vida, onde ainda na velhice, há uma série de obrigações que se tem que atender, desta forma a velhice não representa um tempo de descanso e permanece sob os comandos do tempo do capital.

Eu acho assim o tempo pra mim é muito importante, o dia tem 24 horas, as vezes eu tiro três ou quatro horas para dormir, eu faço tanto coisa com o tempo, acordo as 5 horas, tem que fazer 3 marmitas e mais café, e tenho que tomar banho e sair correndo pra fazer minhas atividades (CCI). O tempo é muito importante dá pra fazer muita coisa, ele tem que ser usado direito. [...] O tempo pertence mais a Deus do que a nós, a gente usa o tempo que ele deu pra nós. (Sra. Resiliência)

O tempo de vida se entrelaça ao tempo de trabalho, configurando-se em uma única coisa, invariavelmente ao se relatar sobre o tempo de vida fala-se sobre o trabalho. O “*espaço tempo de vida e espaço tempo de trabalho*”, onde o tempo é todo destinado às atividades laborais acaba por corroer a formação humano genérica aprofundando a auto-alienação (ALVES, 2011) (grifo do autor). Tal processo resulta em uma análise em que o sujeito não é capaz de falar de si, sem falar sobre seu trabalho.

Não consigo pensar na minha vida, no meu tempo sem o trabalho, o trabalho é a luz da minha vida, nossa tudo que eu tenho eu devo ao meu trabalho, eu não tive ajuda de ninguém e tenho minha casa boa, tenho meu carro, minha independência, eu ponho minha cabeça no travesseiro e durmo em paz, não dependo de ninguém não preciso de filho nem de neto pra nada, porque eu tenho tudo, tenho e ainda ajudo você entendeu. (Sra. Superação)

Eu penso em trabalho e na minha vida ao mesmo tempo entendeu, mas eu visei mais o meu trabalho assim, a gente gosta muito de trabalhar, lazer

também é importante mas é no final de semana, e sem trabalho não tem lazer você sabe né, se não trabalha que jeito que vai ter lazer no fim do mês, do ano, não tem jeito. (Sr. Paciência)

O tempo enquanto um devir histórico com necessidade de mudanças se apresenta na fala de um velho trabalhador, onde se reflete o papel dos indivíduos e também do corpo social, inclusive dos que detém o poder, onde os participantes são capazes de criar historicamente a humanidade, pois “o tempo histórico da humanidade transcende o tempo dos indivíduos” (MÉSZÁROS, 2007, p. 35).

Ah, eu acho que ele pertence a nós, depende tudo de nós, é nós que temos que brigar, se manifestar, brigar no bom sentido né, porque os velhos eles tão lá e fazem a guerra pros novos brigar né, mas brigar no bom sentido, você diz o tempo e o mundo né? Então acho que o tempo pertence a nós, as coisas hoje tá muito boa, apesar desse recessão, acho que o que está faltando nesse tempo é o amor, o carinho, o respeito e principalmente as autoridade que não respeitam ninguém, porque eles é que tão lá e que mandam, eles falam que acreditam em Deus mas eu tenho pra mim que eles não acreditam porque senão, se eles pensassem bem as coisas seria melhor né, menos fome, tem gente que passa fome ainda né, tem gente que passa falta, passa necessidade, apertado muita gente passa, podemos dar uma volta no quarteirão da gente mesmo e ver o tanto de gente que passa dificuldade, nesse mundo de hoje ele é muito bom, muito avançado, mas tem que melhorar fazer leis não pra ficar no papel mas pra melhorar mesmo, falta saúde, a violência tá muito grande, [...] mas o mundo é muito bom, nós é que não sabemos conduzir, só reclama, mas eles lá no poder também não tenta mudar nada não, e pior que eu acho que não tem concerto, vai daqui pra pior, eles pensa mais em fazer armas, coisa destruidora do que coisa construtiva né, então eu acho que é muito dinheiro que envolve nessas coisas. (Sr. Afeto)

Sobre a percepção do tempo, alguns relatos trazem a questão abordada por Beauvoir (1990) na qual afirma que a velhice modifica a relação do sujeito com o tempo e, portanto, sua relação com o mundo e com sua própria história.

Antigamente um ano durava muito, parece que não era 365 dias, parecia um século, o tempo não passava...agora é muito rápido, quando a gente vê uma coisa, parece que o tempo voa, quando era devagar era bem melhor, hoje mudou muito, naquele tempo nesses termos era melhor, vivia aquela vidinha mais simples, não tinha esse consumo, não tinha ilusão, nesses termo assim antes era bom, agora a gente não vê passar o tempo. (Sr. Afeto)

Mesmo com meu passado correndo eu acho que o tempo de antes era mais saudável que agora, antes ele rendia mais. (Sra. Resiliência)

O tempo também se mostra de forma relativa, onde os participantes o criam e o direcionam, de acordo com seus objetivos e necessidades, ressalta-se que o tempo dos(as) velhos(as) trabalhadores(as) continua sendo determinado pelo controle do

sistema capitalista, com fases fragmentadas e uma sequência racional de como usá-lo.

O tempo pelo que eu percebo, o tempo não existe, ele foi uma coisa criada pelo homem, agora o tempo da gente é uma sequência, e o tempo nos traz muitas respostas, só que o tempo é as vezes psicológico, as vezes você quer que chegue um dia, mas o tempo não está passando, então se você deixar o tempo passar você vai perder muitas oportunidades na sua vida, então eu acho que quando chega o tempo que a gente percebe a natureza, que tudo vai acontecer naquele tempo exato, mas esse tempo exato para mim pode ser um e para você outro, vai chegar em determinado momento da sua vida que você vai falar, deu tempo para eu fazer isso, eu perdi tempo com isso, é uma coisa muito relativa o tempo, porque o tempo é feito por você e você faz o tempo que você acha melhor, certo. (Sra. Racionalidade)

[...] eu acho que pra lá do tempo clima, quem faz o nosso tempo somos nós mesmos, ao tempo de semear, plantar e colher, então se nós ao longo do tempo que cronologicamente, eu acho nós somos um grão de areia no deserto, temos por obrigação pessoal nos dedicarmos e aproveitarmos da melhor maneira possível deste tempo, eu vejo com tristeza essa meninada de hoje não aproveita bem o tempo, mas temos que aproveitar e nos dedicar a esse tempo [...] (Sr. Erudição)

Embora se busque uma melhor maneira de se vivenciar o tempo, o tempo dos participantes é constantemente constrangido pelo tempo do capital, onde os instrumentos de controle espacial e temporal se fazem presentes no cotidiano de populações inteiras, por meio de cronômetros, relógios, calendários e tantos outros. Tais constrangimentos se efetivam também nos modos de vida, nas formas de reprodução social, onde a partir da imposição de hábitos, costumes e modismos o tempo de vida é direcionado não só para a produção de mercadorias, mas para consumo e formas de comportamento que ainda privilegiem o tempo do capital em detrimento ao tempo do homem enquanto humano genérico.

Desta forma, recorre-se novamente ao caráter manipulatório do capital que impregna a velhice com direcionamentos constantes à vivência do discurso do envelhecimento ativo e saudável notadamente a partir da necessidade de convivência grupal, com enfoque à participação. Assim, o trabalho ideológico sob o prisma do capital constitui a esfera do trabalho (a qual os(as) velhos(as) trabalhadores(as) em certa medida estão “afastados”) e a esfera da reprodução social e vida cotidiana, (inclusive nos programas da terceira idade) sendo ele próprio em si e para si o terreno do imaginário social. (ALVES, 2010)

Destarte, a ideologia dominante assume cada vez mais seu caráter manipulatório ocultando a natureza da manipulação sistêmica (ALVES, 2010), o que ocorre com os programas para terceira idade, a partir de um discurso de uma velhice ativa, protegida e saudável os programas dão continuidade ao controle e a manipulação exercidos sobre os velhos, anteriormente através do trabalho em uma posição teleológica primária, e agora através da participação nos programas, se dando como uma posição teleológica secundária. Ou seja, o controle e manipulação sobre os(as) velhos(as) trabalhadores(as) se efetiva em toda sua trajetória de vida, através do trabalho e permanece na velhice através da participação nos programas voltados à terceira idade, determinando uma manipulação ideológica que se coloca inclusive no tempo de vida destes participantes, agora não mais sob a forma de trabalho mas sim sob a forma de participação social e lazer.

### 3.3.3 A velhice sob a ótica dos(as) velhos(as) trabalhadores(as)

O processo de envelhecimento e velhice são entendidos como uma construção social gerada a partir de um sistema de produção e reprodução social, no qual se apresenta enquanto um fenômeno heterogêneo e multifacetado, assim, a velhice assume contornos diversos, não sendo a mesma e nem sendo vivida de forma igual pelos participantes, destarte, pode-se afirmar que a velhice é o resultado de um conjunto de determinantes vivenciados durante a trajetória de vida. “Nessa perspectiva, o homem envelhece sob determinadas condições de vida, fruto do lugar que ocupa nas relações de produção e reprodução social”. (TEIXEIRA, 2008, p. 81)

Desta forma, a velhice tem para cada sujeito, de acordo com suas vivências e construção social, diferentes sentidos, podendo ser encarada de forma natural, como parte de um processo demarcado em ciclos.

A velhice é um ciclo da vida da gente, começa novo e vai idade, vai idade e começa a chegar a velhice, é um ciclo da vida. (Sr. Paciência)

É uma fase que a gente tem que encarar, porque tudo que é novo fica velho, então a nossa velhice é mais importante que qualquer coisa, que carro, que tudo, a gente tem que se cuidar porque é muito importante, a pessoa as vezes dá mais valor a um carro, uma bicicleta ou uma moto do que na velhice de um familiar, então tem que cuidar, e se não tem quem cuida deixa que eu mesmo cuido de mim. (Sra. Resiliência)

Ah, a velhice é um aprendizado do passado, se eu estou aqui hoje é porque Deus permitiu que eu tivesse, então foi uma contribuição minha do passado, tentei fazer o melhor e me cuidei e permitiu que eu tenha chegado na velhice [...] (Sr. Afeto)

A percepção da velhice enquanto um tempo de colheita também aparece, tudo o que foi semeado durante a trajetória de vida deve ser colhido na velhice, e ao mesmo tempo se traz a questão da necessidade constante de uma vida intelectualmente ativa. No entanto, há de se inferir que “[...] numa sociedade de classes, alicerçada na divisão social do trabalho, a poucos é reservado o privilégio do exercício de atividades intelectuais que lhe garanta, por extensão esse privilégio na velhice”. (HADDAD, 2016, p. 77). Desta forma, tal condição se limita a uma minoria de velhos(as) e não deve ser generalizada para toda a velhice.

A velhice é época de colher ou então acompanhar a evolução da semente que lá traz nós plantamos, e se estiver na hora de colher que colha, aproveite e entregue bons frutos para os seus sucessores, se ainda tiver muito mais tempo, plante mais e colha mais ... temos que nos manter ativos, então mente sã em corpo sã, temos que nos mantermos ativos, a velhice? Não existe velhice existe um desgaste da máquina, nós somos uma máquina, que diariamente está se desgastando como máquina que fisicamente está se desgastando como máquina, agora dentro dessa máquina temos uma cabeça, um cérebro, uma maneira de pensar temos que fazer esse nosso arquivo, nós arquivamos tudo, e tudo de bom que arquivarmos ao longo da vida a sequência tá aí, pessoas com 90 anos estão em uma atividade melhor que a minha, então mantenha-se ativo. (Sr. Erudição)

A velhice para alguns participantes se configura enquanto um tempo de limitações e necessidade de cuidados com a saúde, contudo o vigor mental também é relatado.

Minha cabeça oscila, mas a velhice para mim no momento são as limitações certo, porque eu não posso plantar uma bananeira igual quando eu era menina, eu não posso fazer um movimento hoje sem pensar que eu posso ter uma quebra-dura, eu preciso de ficar ligada a isso, por que, porque vem os problemas de saúde certo, então eu tenho falta de cálcio, então eu pesquiso e vejo o que devo fazer ou não, o médico me orienta faz um diagnóstico e eu sei que tenho que seguir, se eu não posso comer o que eu comia antes, então além da questão física, então tem que cuidar da minha parte emocional, espiritual, então faço yoga, dança, pilates, pintura, então eu sei que essas atividade vão me fazer bem, e eu faço, porque precisa haver um equilíbrio aí, então se eu não posso fazer determinada atividade por causa da minha condição física e então eu vou fazer outra, então eu não posso fazer isso, eu leio, eu aprendo, coisas que fazem bem, então eu quero fazer coisas que me fazem bem, mas a velhice é caracterizada pelas nossas limitações, não sei, mais o físico, porque o mental, hoje a minha mente está

numa verdadeira busca, que eu não tinha esses interesses antes, ou eu não tinha tempo antes né. (Sra. Racionalidade)

No tempo do capital os(as) velhos(as) trabalhadores(as) são discriminados por não comporem mais a força de trabalho ativo e também por, em alguns momentos serem consumidores marginais com crédito restrito, considerando que estão numa fase mais avançada da vida, assim, algumas transações financeiras ou a condição de avalistas são vedadas a esta população. “Assim, tanto as formas de desvalorização social dos trabalhadores envelhecidos, quanto à pseudovalorização de uma parcela deles, decorrem de dessa lógica expansionista do capital”. (TEIXEIRA, 2008, p. 41)

[...] na velhice a gente é discriminado, um exemplo hoje eu tenho minha casa mas se me chamar para ser avalista eu não sirvo, mas peraí por que, porque eu 72 anos tão achando que eu vou morrer amanhã, não é assim, então tô sendo discriminado né, então eu acho que a velhice é assim pra gente, hoje a gente tem muito benefício igual andar no ônibus sem pagar e isso eu não acho que é uma discriminação não eu acho que a gente merece porque já fizemos muita coisa no passado então a gente tem direito, mas a gente sofre muita discriminação sim, muita coisa a gente não pode fazer e isso é ruim [...]  
(Sr. Afeto)

Situações de risco e vulnerabilidade social são amplamente vivenciadas na velhice, sendo o medo do abandono relatado ao mesmo tempo que se discute a necessidade do cuidado pela família. A responsabilidade pelo bem estar do idoso é da família, da sociedade e do Estado (PNI), no entanto o sistema do capital tem provocado significativas transformações nas famílias, em especial a necessidade da entrada da mulher no mercado de trabalho (historicamente o gênero feminino tem sido identificado como o responsável pelo cuidado) nesta nova configuração familiar, onde todos os membros estão envolvidos na luta pela sobrevivência, os mais vulneráveis são os que mais sofrem, pois “as transformações nas famílias as inviabilizam como espaço de proteção social e cuidados”. (TEIXEIRA, 2008, p. 77)

[...] acaba deixado pela família, pelos amigos então é assim, [...] , principalmente pela família porque não quer, porque não dá bola, outros põe no asilo [...] então a velhice é isso aí você tem um monte de filho, neto, bisneto, mas no final eles pagam alguém pra ficar com você, ninguém da família aparece, [...] a velhice é isso a gente tem que incomodar as pessoas que gostam da gente, mas tem uns que não querem fazer nada mesmo, ele sai com o velho, pega no braço do velho e quer que ele acompanha os passo dele, que jeito que acompanha? Não tem jeito, só se sair arrastando e aí ele vai cair, então eu acho que a velhice é isso o desleixo das pessoas principalmente da família né, que viveu esse tempo tudo e conhece ele, então a velhice é isso aí é um abandono, é a gente abandonado. Eu acho que deveria ser mais atenciosa, mas isso aí parte da família, dos filhos e filhas,

eles tem que ter cuidado porque foi o velho que cuidou deles, mas eles não pensam nisso, e não é o governo, nem os amigos, tem que ser a família. [...] a família que tem que dar o respaldo e cuidado com ele direitinho, fazer pra ele o que ele gostava, deixar ele arrumadinho, né. Muitos eu sei que não fazem porque não tem jeito mesmo, as vezes tem que trabalhar e não tem jeito de cuidar, trocar fraldas, dar oxigênio essas coisas, aí é mais difícil, mas é a família que tem que cuidar, tem velho que fica em casa e a família nem conversa, não vem dar um abraço, um beijo, isso é a família que tem que fazer, o carinho o zelo é importante. (Sr. Afeto)

A negação da velhice se apresenta enquanto postura recorrente, a relação entre velhice e inutilidade permanece sobre as representações dos participantes, dessa forma velhos(as) trabalhadores(as) não se veem enquanto tal, pois entendem a velhice como um fim de vida miserável, degradante e dependente, desta forma é negada e relegada a outros, àqueles que não se cuidaram durante a vida, pois o velho é sempre o outro. O que se verifica na atualidade é a constante negação dessa fase da vida, mascarando-a com novas nomenclaturas que acabam por negar as contradições e mazelas daqueles que não tiveram acesso a oportunidades e a uma vida digna. (PEIXOTO, 2006, p. 78)

Não sei não, não sou velha não, não me sinto velha... acho que a velhice é assim, quando você não consegue levantar, fazer as coisa com seu corpo sabe, precisar das pessoas pra te dar banho, até colocar comida na boca sabe, senta na cadeira e não pode levantar porque se levantar cai, não tem um filho de Deus pra conversar né, ficar sozinho né. Isso é tá velho né. (Sra. Solidariedade)

Eu posso te falar eu não me sinto velha não, a velhice eu não sei, sou velho acho que não. (Sra. Alegria)

Até hoje eu ainda não me senti velho, velhice é quando a pessoa se senti inútil, que não dá conta de fazer mais nada, eu acho que a velhice está na cabeça da pessoa, ele pode ser uma pessoa idosa e ser feliz, e na medida que ele se sentir um velho vai querer acha que ele é inútil, é aquele negócio de inferioridade sabe, ele não consegue estar no mundo, se está no meio das pessoas ele se afasta. (Sr. Liberdade)

A partir da criação do termo idoso e de todas representações a ele subjacentes, o termo velho em muitos momentos é tido como pejorativo, quase ofensivo, assim, se desconsidera que a velhice e ser velho é uma fase natural da vida, repleta de especificidades próprias, porém veladas a partir de discursos que supervalorizam a juventude e suas atribuições. A velhice a partir dos discursos gerontológicos/geriátricos e midiáticos é aquela marcada pela jovialidade e

independência, “momentos propícios para novas conquistas, guiadas pela busca do prazer e da satisfação pessoal”. (DEBERT, 2012, p. 14)

O envelhecimento moderno é expresso no conceito “terceira idade” onde se supervaloriza essa etapa da vida “com comportamentos ativos, joviais, dinâmicos e termina-se por negar o envelhecimento”, desta forma a busca pela juventude é tida como algo acessível desde que se tenha estilo de vida e formas de consumo adequadas. “Portanto, não se trata da valorização da pessoa idosa, mas da afirmação do valor à juventude”. (TEIXEIRA, 2008, p. 113)

Ao serem questionados sobre a diferença entre velho e idoso a maioria dos participantes prontamente se identificaram enquanto idosos, pois velho, velho é ...

Olha o termo velho quando ele é aplicado ele pode ser até pejorativo, o termo idoso é mais simpático né, soa mais suave, velhos são os trapos, é que o termo velho dá uma interpretação de coisa velha, caduca, caindo aos pedaços, e o idoso, é uma realidade [...] (Sr. Erudição)

Tem diferença, eu me sinto um idoso, eu não me sinto um velho, acho que velho é os pensamentos, né, as ideia, essas pessoas muito rancorosa, que não esquece o ontem, [...] isso é uma coisa velha, eu me considero um idoso, com uma idade mais boa né. (Sr. Afeto)

Chamar de velho não, mas chamar de idoso, eu não gosto muito da palavra velho não, eu prefiro que me chama de amiga, minha filha. (Sra. Resiliência)

Velho eu acho que é aquele que acomoda, fica em casa, ah não vou não, acho que velho é isso, mas idoso é igual nós aqui no CCI, aqui é uma bença [...] (Sra. Alegria)

Pra começar o Aurélio não colocou nas escritas dele pra mim velho, idoso não é velho é um semi novo, o velho é aquele que tem a cabeça velha [...] enquanto eu estou pensando em trabalho eu estou querendo viver, então velho é aquele que tem a cabeça velha, ruim, que não tem esperança de viver [...] . Então eu acho assim que o velho é aquele que não tem esperança mais e o idoso tem esperança. (Sr. Oratória)

Olha eu acho que essas palavras são um referencial de idade, o idoso é um termo mais refinado e o velho está associado aquilo que não vale mais nada, um trapo, então eu acho assim, mesmo o idoso é meio complicado para determinadas pessoas, eu hoje estou classificada como idosa mas eu não me sinto idosa, se eu for dançar, eu acho que eu danço melhor que muitos jovens [...] (Sra. Racionalidade)

O entendimento da velhice enquanto uma fase natural da vida, foi aceito por uma minoria que afirma não haver diferença nos termos velho e idoso, sendo que ambos indicam o fim de vida, em suas falas se mostram felizes por terem chegado até a velhice.

Não tem diferença não, o idoso é porque ele tem idade e o velho é porque tá velho mesmo né, então pra mim tanto faz, velho e idoso é um só, eu não me sinto ofendida não, tem nada separado não, eu sou feliz do jeito que sou mesmo. (Sra. Solidariedade)

Pra mim não tem diferença, velho e idoso assim, são as mesmas palavras, se me chamar de velho eu falo graças a Deus, é que eu vive muito né, eu brinco muito rio muito, e vive bem, vive alegre o dia inteiro, brinca no serviço, na rua, em casa, minha mulher briga comigo porque eu rio o dia inteiro eu falo mas eu vou chorar? Não, vou rir mesmo, ela é mais séria que eu, mas eu rio mesmo, nada me estressa, me tira do sério, nada, esse é meu gênio, antigamente se a máquina estraga eu não ficava nervoso, ia arrumando devagarzinho, não estressa, não grita, não bate boca, isso eu nunca fiz [...] meus sobrinho fala, quem estressa tio Antônio vai ganhar prêmio (risos). Minha vida é boa graças a Deus. (Sr. Paciência)

A reflexão sobre essa etapa da vida continua a se desenvolver, alguns idosos afirmam que a velhice é tempo de ser feliz mesmo que seja fazendo coisas simples, somente aproveitando a velhice, sem a necessidade de busca da juventude e seus valores.

É tempo de aproveitar a vida, não precisa nem viajar, vai na praça dá uma volta, toma uma cerveja, joga um truco, eu acho que tem que aproveitar a velhice, até Deus levar a gente. Pra mim é muito positivo sincero para você, aproveitei muito a minha vida, ainda tudo que eu posso aproveitar eu aproveito, até Deus levar a gente né, não sabe que dia. (Sr. Paciência)

Tempo pra tudo, tempo de viver, de amar, de ajudar, parar pra pensar, refletir e nunca deixar de ajudar os outros, se eu dedicar um segundinho para dar uma palavra de carinho, esse tempo é muito importante sabe. (Sra. Resiliência)

Quando questionados sobre os principais êxitos e dificuldades enfrentados na vida, os(as) velhos(as) trabalhadores(as) relataram situações relacionadas a parte laboral, ratificando o pressuposto de que a trajetória de vida dos(as) velhos(as) trabalhadores(as) é marcada pelo trabalho. Assim, as maiores dificuldades relatadas

dizem respeito à impossibilidade do trabalho ou quando exercido, com remuneração precária, a distância da família por causa do trabalho também foi relatada.

Quando meu marido ficou doente, sofreu acidente no trabalho. (Sra. Solidariedade)

Quando perdi meu pai, ele sempre foi muito trabalhador, com a falta dele as coisa apertou demais né [...] (Sr. Afeto)

Quando eu mudei pra cidade, foi mais difícil, eu era servente e a gente não tinha nem o que comer, eu lembro que minha mãe fazia arroz e tomate entendeu[...] (Sr. Liberdade)

[...] prestei um concurso na refinaria de Paulínia e foi uma coisa que me marcou muito, foi quando eu senti muito a falta de um diploma, porque eu sempre fui muito esforçado e tinha uma vaga, (se emocionou) uma única vaga pra trabalhar na contabilidade e tinha 32 candidatos e eu consegui passar em primeiro lugar, isso foi em 1975, só que aí no dia de levar os documentos eu fui e o diretor foi pegar os documentos e em primeiro lugar ele pedia o diploma de curso superior, [...] mas aí ele disse que era um problema, infelizmente [...] (Sr. Oratória)

Antigamente eu não podia viajar, tinha vontade de ver meu país, minha família e não podia viajar, eu fiquei 25 anos sem poder ir lá por causa de serviço, por causa de dinheiro pouco né, então é isso, meu pai e minha mãe morreu e eu não pude ir [...] (Sr. Paciência)

[...] eu trabalhei para sustentar os meus estudos, então assim eu tive muitos problemas financeiros [...]. Morar longe da família também foi difícil para mim, eu tinha esse espírito aventureiro mas no fundo eu sofria muito, mas com o tempo a gente foi se acostumando a isso. (Sra. Racionalidade)

Olha foram tantas [...] tive uma vida de infelicidade, mas alguns momentos felizes. (Sra. Resiliência)

Os êxitos tidos como mais significativos envolvem diretamente a vida laboral, permeados por reconhecimentos e prazer no trabalho despendido.

[...] eu fui homenageada na empresa, eu ajudei a preparar muita coisa diferente para ser servida. E quando eu era merendeira no dia da merendeira era uma festa, e quando eu aposentei também eu recebi uma homenagem, fizeram uma festa muito boa pra mim, e até hoje eu lembro com muito amor deles. (Sra. Resiliência)  
Sempre fiz as coisas que eu gostava. Você faz o que gosta e faz bem feito, aí é bem mais fácil. (Sr. Liberdade)

[...] é isso que eu falo você tem que ter a perspicácia quando trabalha com o público e olhar nos olhos da pessoa e poder compartilhar com aquela pessoa uma atenção, e isso eu fazia muito bem [...] (Sr. Oratória)

Foram dois, quando sai da escola para a “empresa” [...] A segunda foi quando eu fui para a minha área mesmo, ali eu estava provando o meu potencial me sentindo realmente útil de verdade, porque fazia e aparecia, eu me reconheci muito naquele trabalho, nossa. (Sra. Superação)

Meu trabalho, durante o meu trabalho, eu gostava muito de trabalhar com projetos e quando dava certo para mim era ótimo, até hoje, eu faço pintura então eu adoro, então a minha realização como profissional, eu buscava, tudo me interessava, então quando eu conseguia aquilo era o meu maior êxito. (Sra. Racionalidade)

A respeito das conquistas e desafios contemporâneos da velhice, as falas se mostraram abrangentes, em relação aos avanços obtidos pela população idosa abordou-se desde a evolução da medicina até a legislação pertinente aos idosos.

Olha uma das coisas mais importantes é que de primeiro você pegava um vírus você morria, hoje não tem remédio de tudo quanto é jeito, você cura. Só pra você ter ideia, até os 50 anos eu só trabalhava, aí eu comecei a fazer exames religiosamente, assim hoje minha qualidade de vida hoje é bem melhor do que eu quando eu tinha 50 anos. (Sr. Liberdade)

Acho que é um avanço muito grande, porque antes [...] a velhice antigamente não tinha valor, quantas pessoas ficam velhas e vão para o asilo, agora a nossa velhice hoje está mais orientada, depois que mudou, o avanço que teve em tudo, no meio de comunicação, a escola antigamente pra formar professora era muito difícil, hoje está bem melhor que antigamente, está mais fácil de aceitar a velhice, eu acho muito mais interessante a velhice de hoje [...]. (Sra. Resiliência)

Aí eu acho que mudou muito, antigamente era muito mais difícil para os idosos, meu vô panhava café até velhinho tadinho. (Sra. Alegria)

A visibilidade da questão do envelhecimento tem se ampliado, legislações voltadas à temática têm sido elaboradas, no entanto ainda há um extenso caminho a ser percorrido, uma vez que o Estado “normatiza, cria legislação, estabelece diretrizes gerais que orientam as ações de proteção social, entretanto não garante a sua efetivação.” (TEIXEIRA, 2008, p. 288).

Eu acho que não respeita a velhice no Brasil não, até hoje a fila do idoso ninguém respeita em qualquer lugar, no banco idoso fica esperando mais que fila normal, eu não pego mais ficha pra idoso pego a normal que sai mais rápido que idoso, e o idoso fica lá esperando quietinho coitado, fica

esperando uma hora na fila e não chama ele, para o idoso tinha que ser rapidinho mas é o contrário, tem dez caixas e só um é para o idoso, então não adianta, ônibus não vejo ninguém levantar pro idoso sentar, então ninguém respeita. (Sr. Paciência)

Os direitos dos idosos são bons quando eles são respeitados, minha educação é dos tempos antigos [...] porque aqui nós não temos educação, e precisamos ter educação no trânsito dentro de casa, de 15 anos para cá o Brasil caiu numa esparrela de falta de educação [...] é uma situação difícil para nós viver nessa época, sem respeito nenhum em nenhum lugar, o ser humano precisa ter educação. (Sr. Oratória)

Tem muita coisa que não é respeitado, pra mim não funciona, e eu ainda não dependi e acho que não vou depender do estatuto do idoso, a única coisa que eu dependo do estatuto do idoso é o estacionamento. Remédio eu compro na farmácia, não ando de ônibus, pra quem precisa tem muita coisa, as vezes funciona né, mas as vezes volta pra casa porque não tem. Mas de um modo geral está furado esse estatuto do idoso, não funciona. (Sra. Superação)

Olha eu acredito que hoje ainda falta muito aceitação dos idosos na sociedade, o idoso continua sendo marginalizado certo, a sociedade não está sendo preparada para aceitar os idosos e hoje a população mundial está envelhecendo e não existe condições ainda, os órgãos governamentais não estão oferecendo condições de uma vida melhor para os idosos, e não só os órgãos governamentais mas a própria sociedade ainda não se conscientizou da velhice, do problema dos idosos que precisam ter mais carinho, mais atenção, precisam ter mais abertura na sociedade certo, então precisa urgentemente de uma mudança de conscientização de toda a sociedade pra receber essa massa de idosos que vem por aí. (Sra. Racionalidade)

Dentre as maiores conquistas sociais na ótica dos idosos participantes do CCI, está o incentivo à participação e ao convívio social proporcionado pelo Centro de Convivência dos Idosos.

Hoje tá muito bom né, pra pessoa idosa, tem muita coisa né, tem o CCI, porque antes não tinha isso, se a família não cuidasse do velhinho ele ficava ali né, agora hoje tem CCI, eu acho que o tempo de hoje tá muito bom, muito evoluído, evoluiu muito pro idoso né. (Sra. Solidariedade)

A convivência da gente aqui é muito boa, só quem vive na casa com o velho é que sabe o tanto que ele sofre, ele sofre muito, a velhice dele é usada, a família faz empréstimo em nome do velho e não paga, aí já vem faltando aquele tanto do salário, as vezes recebe um dinheiro e a família pega, então na velhice hoje acontece muita coisa [...] (Sr. Afeto)

Tem-se no Brasil a significativa expansão de programas voltados para a terceira idade, estruturados em especial a partir das premissas do envelhecimento ativo, estimulando a participação e a convivência social, direito assegurado à

população idosa através de suas legislações. “Estes programas, encorajando a busca da autoexpressão e a exploração de identidades de um modo que era exclusivo da juventude, abrem espaços para que uma experiência inovadora possa ser vivida [...]” (DEBERT, 2012, p. 15).

Estas experiências se mostram positivas sob o ponto de vista dos(as) velhos(as) trabalhadores(as) participantes do CCI, os mesmos afirmam que se trata de um local de grande acolhida, onde se sentem bem e fazem parte de uma comunidade, chegando a frequentar o programa quase que diariamente. No entanto, há de se inferir que em muitos momentos tais programas apresentam a ideologia da velhice, com o objetivo de se ensinar a arte do bem envelhecer, desconsiderando os inúmeros determinantes sociais, econômicos e psicológicos vivenciados pelos(as) velhos(as) trabalhadores(as). A ideologia deve ser entendida “como uma visão de mundo, um conjunto de ideias que fazem frente a ideologia dominante” (HADDAD, 2016, p. 65).

Aqui é só alegria, cada dia aparece coisa melhor, então agora já tem convênio com a Sabesp, eu faço hidroginástica lá, venho o dia todo na segunda, quarta e sexta, nos outros dias eu venho só de manhã. (Sra. Solidariedade)

[...] eu adoro, venho segunda de manhã, quarta e sexta manhã e tarde. Eu conheci um mundo completamente diferente que eu conhecia, conheci muitas pessoas maravilhosas, eu só tenho que agradecer a Deus. As vezes eu deixo meu serviço em casa e venho pra cá, mas não reparto meu horário do CCI com ninguém não, aqui vale muito a pena. (Sra. Resiliência)

Eu acho que isso que o CCI faz aqui é uma maravilha, muitas pessoas que se sentem lá encostadas, quando vem pra cá muda, precisa ter mais grupo de lugares como esse para acolher [...] Eu gostaria que houvesse CCI para todos, eu gostaria que toda pessoa pudesse desfrutar disso, as vezes o investimento do prefeito no cci fica mais barato que se a gente ficar doente, usar o Janjão sabe essas coisas. (Sr. Liberdade)

Aí o CCI é um lugar que a gente chega bate papo, tem esses carinho um com outro, as vezes faz a o que a família teria que fazer. (Sr. Afeto)

Eu pra mim é bom demais, isso aqui foi muito bom para os idosos, porque não são todos mas tem gente que tem muita dificuldade em casa, vem aqui pra tomar um café, comer alguma coisa, eu acho isso muito importante, aqui é bom demais. Isso aqui é uma bença na vida dos idosos. (Sra. Alegria)

O programa é tido como a melhor alternativa, ou melhor a única alternativa na visão dos participantes, se metamorfoseando em opção de ocupação do tempo para a conotação de compromisso, o que em certa medida significa a reincidência de

expropriação do tempo de vida, transferindo a centralidade dada ao trabalho à centralidade dada ao CCI. Desta forma, a política de integração a partir da convivência social e participação, busca dar fim a vulnerabilidade dos velhos, ao reinseri-los na sociedade, propiciando sua autonomia e proporcionando seu envelhecimento ativo. “Motiva os idosos a novas atividades, novos movimentos, novas ocupações etc. Enfim, em seus princípios doutrinários se escondem as relações sociais mediadas pela mercadoria.” (HADDAD, 2016, p. 44).

É a gente tem aquela obrigação de cumprir com aquilo que você trata aqui, cê não é obrigado a trata, o que você que fazer, você fica livre, mas desde que você assinou aquilo que quer fazer cê tem a obrigação, você é responsável por elas, quando num pode porque tem um médico ou qualquer outra coisa a gente liga pra avisar, cê aqui é livre, quer ficar um mês cê avisa que não vai vir, só que eu me sinto assim .... porque aqui tem muita pessoa que tá na fila esperando pra entrar, eu tô tomando lugar de pessoas que quer entrar, então porque que eu assino meu nome que eu vou fazer e não cumpro com a minha obrigação. É uma obrigação minha, não são eles que obriga, a gente não sabe ficar em casa sem vir aqui. Quando tirar uns dias de férias no final do ano, uns 15, 20 dias parece dois meses, e a gente é bem tratado aqui [...]  
(Sra. Solidariedade)

É um compromisso pra mim, eu gosto de cumprir o que eu vou fazer, já foi falado nas reuniões aqui primeiro a família e depois o CCI. (Sra. Alegria)

Na minha vida tudo que eu me proponho a fazer é um compromisso, eu tenho um compromisso comigo, nem é com o CCI é comigo mesmo, eu acho muito injusto de fazer um compromisso e não ir, assumiu tem que vir. (Sr. Liberdade)

O que se pretende pontuar, é que o nível de envolvimento com as atividades desenvolvidas no programa é alto, tanto pelo fato de que, aos(as) velhos(as) trabalhadores(as) nada mais é oferecido (e a vivência do tempo como emancipação humano genérica, tempo de desenvolvimento, é quase uma abstração dentro de uma sociedade alienante e alienada) quanto pela necessidade do ‘trabalho ideológico’ por parte do capital, tendo nos programas meios importantes de controle do tempo dos idosos bem como de sua forma de pensar e ver a realidade.

Uma forma um pouco diversa é apreendida nas falas dos idosos participantes da Unati, onde há uma maior criticidade e questionamento em seus posicionamentos. No entanto, ressalta-se que não se tem a intenção de comparação entre os programas a fim de classificá-los enquanto melhor ou pior, (pois ambos se mostram calcados no ideal do envelhecimento ativo com suas devidas particularidades, e em muitos momentos se mostram de fato positivos), visto não ser o objetivo da pesquisa, mas o

entendimento de que as condições objetivas de vida vivenciadas pelos participantes, como o acesso à educação por exemplo, impactam em sua forma de compreensão da realidade.

Minha esposa está a mais de 12 anos no coral, eu gosto dos cursos da Unati sempre tem coisas para melhorar, estou no inglês, os cursos são bons, mas podem melhorar. (Sr. Oratória)

[...] eu gosto muito, só que assim tem época muito falha, tem greve e para tudo a gente perde o pique, mas tem muita atividade boa, essa nossa professora de inglês é nota 10 entendeu, espero que continue, minha esposa frequentou ano passado dança do ventre. (Sr. Paciência)

Olha em relação à Unati eu acho ótima, ... então a Unati é um movimento belíssimo a favor dos “velhinhos”. Mas, tem palestras que chovem no molhado, tem que ter temas vibrantes, interessantes, diferentes, coisas novas, que venha falar de civilização maia, inca, falar da nossa língua portuguesa, de sua criação, de como foi, estudar a simbologia, vamos estudar porque né. (Sr. Erudição)

A identidade que se constrói com o grupo também se faz presente entre os unatianos, estes também se sentem acolhidos e pertencentes a uma comunidade, mas no geral as atividades se limitam a uma ou duas vezes semanais, e o programa não apresenta uma centralidade em suas vidas, mas sim um complemento.

Foi uma das coisas mais boas que apareceram para mim depois dos sessenta, eu fiz duas faculdades e estou aqui aprendendo, crescendo socialmente, porque a gente interage com outras pessoas que tem os mesmos valores, as mesmas passagens que eu tive, casou, criou família, tem neto, sabe muito coisa em comum, então eu acredito que agregou muita coisa boa na minha vida. Aqui eu faço filosofia. (Sra. Superação)

A Unati foi a melhor coisa que a UNESP pode nos oferecer, porque aqui temos ótimos cursos, professores excelentes que nos fazem pensar, passa os nossos valores, eu reconheci os meus valores aqui, aqui a gente é respeitada, aqui a gente tem o direito de falar, de criticar principalmente na aula filosofia com a Niza, [...] me deu a oportunidade de reconhecer os meus valores como ser humano, como pessoa, como cidadão, que a gente faz parte de uma sociedade com direitos e deveres [...] (Sra. Racionalidade)

Como forma de enfrentamento à questão do envelhecimento, uma das posturas assumidas a partir das políticas (mundial e nacional) para cercear a apreensão da velhice trágica, vivida pelos(as) velhos(as) trabalhadores(as) especialmente pelos pobres é a “educação para a velhice” onde os(as) velhos(as) trabalhadores(as) docilizados desconectam suas trajetórias de vidas vivenciadas sob forte labuta (explorados e expropriados) de suas velhices felizes, de acordo com o receituário

gerontológico do envelhecimento ativo, como se de repente suas vidas fossem totalmente desmembradas em antes e depois da inserção aos programas da terceira idade.

Assim, se apresenta a educação como forma de superação da velhice trágica ocultando a realidade histórica e social, como se a ideia da pedagogia da velhice com seus ensinamentos do saber envelhecer fosse capaz de fato, de resolver a questão do envelhecimento “[...] possibilitando aos homens condições para viverem, por meio do processo de ressocialização, da inculcação das normas geriátricas relativas à aprendizagem da arte de saber envelhecer, uma existência diferente daquela que é socialmente produzida.” (HADDAD, 2016, p. 86).

A crítica a qual a pesquisa se propõe a fazer, não se direciona especificamente aos programas estudados, mas sim a toda uma ideologia que perpassa o Estado a partir de suas ações e legislações e a sociedade que se apropria de um discurso de um envelhecimento ativo, saudável e participativo, homogeneizando a velhice e desconsiderando a velhice trágica, sofrida e precarizada vivenciada por uma imensa população de velhos(as) trabalhadores(as). Obscurecendo o fato de que uma velhice só pode ser realmente positiva e saudável se na sua trajetória de vida o sujeito teve acesso à condições dignas de vida, pois a velhice é o resultado de um processo e não uma fase separada e autônoma como propagado, desta forma, busca-se encobrir “a realidade vivida pelos homens no interior da nossa sociedade, ocultando, enquanto prática de dominação e de mistificação, que a velhice é produto da existência objetiva dos homens.” (HADDAD, 2016, p. 63).

Assim, o velho trabalhador teve seu tempo de vida subjugado ao tempo da produção, fazendo das necessidades do capital as suas, do trabalho a sua vida, numa labuta constante em busca da sobrevivência. Ao se depararem com a velhice, em muitos momentos se sentem perdidos<sup>37</sup> “sem nada” para fazer, pois a única coisa que fizeram durante toda sua vida foi trabalhar, diante desta “ociosidade” o velho é surpreendido pelo discurso da melhor idade, e passa a frequentar os programas voltados à ressocialização dos idosos, como forma de se reintegrar aos modos complexos impostos pelo capital.

---

<sup>37</sup> Peço licença para novamente citar Beauvoir (1990), quando esta afirma que ao se aposentar o velho não encontra seu lugar na sociedade, talvez por que na verdade nunca tenha tido, só não teve tempo para perceber.

Ressalta-se que a vida constantemente subjugada aos ditames do capital, não permite a apreensão da possibilidade de um tempo de vida próprio, individual, de ócio, a ser usado apenas para aquilo que realmente dá prazer, que proporciona o desenvolvimento humano genérico do homem em sua essência (KURZ, 1999), destarte, mesmo que haja a possibilidade de uma melhor forma de utilização desse tempo, nem sempre se consegue aproveitá-la. O condicionamento dos modos de vida impostos pelo sistema, limitam o homem em sua evolução, não o libertando de suas amarras nem quando se está fora da atividade produtiva.

No discurso (im)positivo da terceira idade apresenta-se um modelo de velhice que tem como alvo privilegiado a “atualização do comportamento dos idosos, enquanto ideias falseadoras da realidade que amparando-se no mito da neutralidade política fazem apologia ao mundo burguês.” (HADDAD, 2016, p. 63). O que se apresenta de fato é a efetivação do ideal capitalista sob a roupagem neoliberal, tendo sua difusão e propagação a partir do “mix” público privado sendo administrado pelo Estado e executado por ONGs e afins (TEIXEIRA, 2008).

Destarte, o enfrentamento à questão do envelhecimento enquanto uma expressão da questão social, se efetiva em políticas e programas calcados no discurso do envelhecimento ativo, que se mostra limitado ao não abarcar o processo contraditório da produção e reprodução social a qual os(as) trabalhadores(as) estão permanentemente submetidos, desconsiderando a luta de classes e a desigualdade social como componentes essenciais de apreensão da realidade, assim, usam seus espaços para propagar uma velhice ativa e saudável desconsiderando os determinantes sociais e econômicos (dentre outros) vivenciados pelos idosos, desta forma, se mantém o controle social e a administração de conflitos desta imensa população.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesta investigação, o objetivo geral foi “analisar as implicações do trabalho assalariado e do tempo de trabalho na trajetória de vida, no envelhecimento e velhice dos(as) velhos(as) trabalhadores(as) participantes da Unati/UNESP e CCI Lions Sobral”. Podemos inferir que os objetivos propostos para esta pesquisa foram atingidos, pois permitiu aproximações com a realidade de velhos e velhas trabalhadoras participantes da UNATI e do CCI Lions Sobral, evidenciando o papel relevante que tais programas ocupam em suas vidas de aposentados, onde em muitos momentos se direciona o “tempo livre” à reprodução da ideologia do envelhecimento saudável, bem como a percepção do tempo de vida constantemente subjugado ao tempo do capital, onde os sujeitos via de regra só conseguem se reconhecer a partir das funções laborais exercidas, afirmando a centralidade do trabalho na vida dos velhos e velhas trabalhadoras.

Desta forma, faz-se necessário o entendimento do processo de envelhecimento e velhice no tempo e no espaço do capital, numa perspectiva de totalidade, sendo um tema que tem conquistado visibilidade e notoriedade em todo mundo contemporâneo, pois o avanço demográfico da população idosa tem alcançado índices inéditos e pressionam os Estados, organismos internacionais e a própria sociedade a buscarem formas para o seu enfrentamento. A partir do pensamento neoliberal hegemônico, a velhice é tida como um “problema social”, que trará impactos à ordem econômica, haja vista a necessidade urgente de se rever questões relacionadas à previdência, saúde e ao sistema de proteção social como um todo, assim os(as) velhos(as) trabalhadores(as) são vistos de forma imediata enquanto um fardo que tem ser enfrentado para se manter a estabilidade dos Estados. Nesta perspectiva, o(a) velho(a), ao não possuir mais sua capacidade produtiva, não serve mais ao capital (ao menos como produtor), transforma-se num peso, conseqüentemente, a conquista da velhice representa um ônus para as políticas públicas e não um triunfo.

No entanto, há de se inferir que a velhice se mostra enquanto uma conquista da humanidade, pois a partir do acesso a melhores condições de vida provenientes dos avanços da medicina, da melhora na alimentação, das condições sanitárias, da tecnologia entre outros, as pessoas passaram a viver mais e melhor. Ressalta-se que, embora o envelhecimento seja uma conquista, este, não se apresenta de forma efetiva a todos, pois em algumas regiões como a África ainda não se alcançou a longevidade.

Para além da visão neoliberal burguesa de entendimento da velhice, sendo nesta, a velhice caracterizada de forma homogênea imersa a receituários

gerontológicos que ensinam a arte do bem envelhecer, a perspectiva crítica se propõe a um entendimento da velhice enquanto um fenômeno heterogêneo, multifacetado e complexo, impactado constantemente pela contradição e movimento da sociedade do capital, que se faz dinâmica, plural e desigual. Desta forma, o envelhecimento é permeado por determinantes sociais que lhe imprimem características específicas de cada sociedade, de cada momento histórico, sendo determinada por fatores como classe social, etnia, gênero, atividade laboral entre tantos outros fatores.

Diante de tamanha heterogeneidade, a velhice dos(as) velhos(as) trabalhadores(as) se fez como objeto, a partir do entendimento de que a velhice se constrói não só a partir dos 60 anos, mas sim, na trajetória de vida dos sujeitos, sendo necessário apreender essa trajetória, que tem no trabalho um de seus eixos fundantes. O(a) velho(a) trabalhador(a) narra sua trajetória de vida a partir de seu trabalho, identifica suas melhores e piores fases segundo a condição social que este lhe proporciona, assim, as fases negativas são marcadas pelo desemprego, pelo não exercício do trabalho por problemas de saúde, pela distância da família ocasionada pela necessidade de se trabalhar ou pelo trabalho mal remunerado, quase que incapaz de possibilitar o sustento. Por sua vez, as melhores fases remetem ao reconhecimento do trabalho realizado, o reconhecimento do esforço enquanto profissional, ou pelo simples prazer de exercer um trabalho com sentido, no qual se identifique.

O trabalho em sua centralidade trouxe diversas apreensões: trabalho necessário à sobrevivência, sendo a labuta inerente às suas vidas desde criança; trabalho enquanto motor impulsionador de desenvolvimento de habilidades e potencialidades; trabalho estranhado e sofrido, realizado à revelia, contra a vontade do sujeito que trabalha; trabalho imprescindível à formação do caráter do cidadão de bem da sociedade burguesa; trabalho aviltante que anula o humano genérico; o trabalho superexplorado e precarizado e finalmente o trabalho que não foi capaz de imprimir uma consciência de classe, onde o(a) trabalhador(a) não se identifica com a causa dos(as) outros(as) trabalhadores(as), ficando a coletividade assolada na luta pela sobrevivência em um sistema capitalista cada vez mais manipulatório.

A não identidade enquanto classe vem recheada pela culpabilização do sujeito, na qual os indivíduos são apontados como os maiores responsáveis pelos infortúnios vivenciados em sua trajetória de vida e velhice. A não disposição à reflexão e debate

sobre o antagonismo das classes sociais e sua relação direta com as condições vivenciadas, em especial na velhice, demonstram um traço alienante, próprio do sistema capitalista que tendo o controle da produção e reprodução social é capaz de deflagrar um sistema ideológico permanente de manipulação sobre os sujeitos.

Tal manipulação se efetiva no tempo do capital, os sujeitos são cooptados permanentemente pela ditadura dos relógios, cronômetros e calendários, sendo submetidos ao tempo da produção, assim, ao discorrer sobre o tempo em suas vidas, os sujeitos indicam constantemente a vida laboral, o trabalho com suas diversas apreensões tomou o tempo de vida dos sujeitos para si, enquanto trabalhadores o tempo foi determinado pela produção, já envelhecidos, o tempo se limita à reprodução social do capital, disseminado por ideias, valores, costumes, hábitos e conceitos que obscurecem a possibilidade de um tempo livre para o sujeito.

Tempo que se mostrou cada vez mais abstrato, impossível de ser tomado para si, mesmo que fora da vida laboral, ao sair de uma vida de trabalho, o velho trabalhador não encontra seu lugar, a vida se mostra vazia e sem sentido, é necessário dar sentido a ela, no entanto o sujeito sozinho não consegue, desta forma, políticas e programas fazem o trabalho de recondução do velho trabalhador aos ditames do capital, agora enquanto consumidores em busca da juventude e de reprodutores de ideologias alienantes. Embora os sujeitos procurem formas de vivenciar o seu tempo, este, é constantemente constrangido pelo tempo do capital que manipula e impregna a velhice com direcionamentos constantes à vivência do discurso do envelhecimento ativo e saudável, com ênfase a participação e convivência grupal.

A velhice também é apresentada de diversas formas pelos participantes, ela é vista enquanto algo natural, uma fase da vida composta por suas especificidades; a velhice enquanto um tempo de se colher o que plantou na trajetória de vida, colher os frutos do trabalho; a velhice enquanto um tempo de limitações físicas e necessidade de cuidados; a velhice trágica permeada por privações e discriminações; a velhice com medo do abandono e da solidão e o apelo por uma maior atenção e acolhimento por parte da família; a velhice como a melhor idade, vivenciada em espaços que difundem a alegria de ser idoso e emblematicamente a velhice em sua negação, afinal velho é o outro, eu sou idoso.

A negação da velhice se mostrou recorrente nas falas, a relação entre velhice e inutilidade ou velhice e doença ainda se faz presente na visão dos(as) velhos(as)

trabalhadores(as), assim, a velhice é vista como um fim de vida doente e miserável, degradante e dependente, características que não se aplicam aos velhos e velhas trabalhadoras participantes de programas da terceira da idade. O discurso da terceira idade, da melhor idade, do idoso, proclamado pelas políticas de “valorização” dos idosos, bem como pela mídia, é marcado pela jovialidade e independência, negando constantemente a velhice, destarte, não há a valorização do idoso e sim da juventude e tudo que ela significa. Desta forma, busca-se a valorização da velhice negando-a.

As políticas públicas e legislações voltadas ao segmento idoso se apresentam de forma positiva e são consideradas enquanto um avanço, o Estatuto do Idoso é citado na qualidade de referência das conquistas legais obtidas. Embora, haja um entendimento de que houveram ganhos para a população idosa, os participantes apontam limitações na efetivação dos direitos legalmente estabelecidos, em muitos momentos, os direitos não são respeitados pela sociedade em geral, como nos atendimentos prioritários, estacionamento, nos transportes públicos, entre outros, além da discriminação e falta de empatia para com os sujeitos envelhecidos, já o Estado é condenado por ter uma atitude omissa na efetivação dos direitos conquistados.

Dentre os pontos mais positivos das políticas voltadas ao segmento idoso, os programas para a “terceira idade” são indicados como os mais bem avaliados e relevantes, os velhos e velhas trabalhadoras participantes destes programas os consideram um avanço, pois é neste espaço que se efetiva o convívio entre pares e a socialização de interesses e valores. Há de se ressaltar que os participantes da Unati se mostraram mais críticos e menos “dependentes” do programa, tendo nele um meio acessório de convivência e desenvolvimento, onde se busca novos aprendizados e experiências, sendo visto como uma ocupação parcial do tempo.

No entanto, os velhos e velhas participantes do CCI - Lions Sobral, apresentam uma postura um pouco diferenciada em relação ao programa, tendo nele um verdadeiro divisor de águas, antes e depois, as falas trazem uma conotação de quase centralidade das atividades em suas vidas e uma ocupação significativa de seu tempo “livre”, chegando a haver frequência diária e, em alguns dias nos dois períodos. Desta maneira, o uso do tempo “livre” é sobremaneira condicionado a inúmeras atividades organizadas e fundamentadas pelo discurso do envelhecimento ativo.

Desta forma tem-se o tempo de vida permanentemente dominado pelo tempo do capital, o tempo da trajetória de vida é expresso pelo trabalho e pelas contradições

a ele inerentes e a velhice é caracterizada pelo tempo de reprodução social, a partir de normas, valores, hábitos e discursos que impõem como viver e como usar seu tempo nesta fase da vida.

Considera-se que a vida constantemente subjugada aos ditames do capital, não permite a apreensão da possibilidade de um tempo de vida próprio, individual, de ócio, a ser usado apenas para aquilo que realmente dá prazer, capaz de proporcionar o desenvolvimento humano genérico do homem em sua essência, destarte, mesmo que haja a possibilidade de uma melhor forma de utilização desse tempo, nem sempre se consegue aproveitá-la. O condicionamento dos modos de vida impostos pelo sistema, limitam o homem em sua evolução, não o libertando de suas amarras nem quando se está fora da atividade produtiva.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. Trabalho decente. Desafios do Desenvolvimento. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. (IPEA). Ed. 21, Ano 3, 2006. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=80:catid=28&](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=80:catid=28&)>. Acesso em: 3 jan. 2019.

ALCÂNTARA, A.O. Da Política Nacional do Idoso ao Estatuto do Idoso: a difícil construção de um sistema de garantias de direitos da pessoa idosa. In: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A.A; GIACOMIN, K. C. **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. In: **Revista Estudos do Trabalho**. Marília, v. 5, n. 8, p. 1-31, 2011.

\_\_\_\_\_. Trabalho, Capitalismo Global e “Captura” da subjetividade: uma perspectiva crítica. In: **Averso do Trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?: ensaios sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_. ANTUNES, R. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (org.). A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 37-50.

\_\_\_\_\_. O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural. **Revista Theomai**. Estudios sobre sociedad y desarrollo. Buenos Aires, n. 19, p. 47-57, set. /2009. Disponível em: <<http://www.revista-theomai.unq.edu.ar/numero19/ArtAntunes.pdf>> Acesso em: 28 maio 2015.

\_\_\_\_\_. (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 27 maio 2015.

AIUTA. **Associação Internacional das Universidades da Terceira Idade**. Disponível em: <<https://www.aiu3a.org/about-fr.html>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

ARRUDA, I. E. A. Reflexões sobre o idoso e o programa Universidade da Terceira Idade. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, v. 4, n. 2, p. 94-113, jul./dez. 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: 70, 2011.

BEAUVOIR, S. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BEHRING, E. R. **Política Social**: fundamentos e história. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Política Social no contexto capitalista. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar. 1988.

BOURGUIGNON, J. A. **A particularidade histórica da pesquisa no serviço social**. 1. ed. São Paulo: Veras Editora; Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2008.

BRASIL. **Estatuto do Idoso**. Lei n. 10741, de 1º de outubro de 2003, e legislação correlata. Brasília, DF: Centro de Documentação e Informação: Ed. Câmara, 2008. (Legislação, n. 14)

\_\_\_\_\_. Decreto n. 1.948, de 3 de julho de 1996. Regulamenta a Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1996/decreto-1948-3-julho-1996-435785-normaatualizada-pe.html>> Acesso em: 13 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei n. 8.842, de 04 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a **Política Nacional do Idoso**. Brasília, 1994. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8842.htm)> Acesso em: 26 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS**: Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS 2004/ Norma Operacional Básica (NOB-SUAS)**, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Renda Mensal Vitalícia**, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/renda-mensal-vitalicia>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 25 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/proteçãobasica/serviços/protecao-e-atendimento-integral-afamilia-paif/arquivos/tipificacao-nacional/pdf/download>>. Acesso em: 5 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação dos Serviços Socioassistenciais**. Reimpressão 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União. **Valores empenhados por área de atuação**. 2018. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/despesas/funcao?ordenarPor=funcao&direcao=asc>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Promulgada Emenda Constitucional do teto dos gastos públicos**. 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaramaranoticias/noticias/economia/521413-promulgada-emenda-constitucional-do-teto-dos-gastos-publicos.html>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

BULLA, L. C.; KAEFFER, C. O. Trabalho e aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso aposentado. **Revista Virtual Textos e Contextos**, Porto Alegre, ano 2, p. 1-8, dez.2003.

CAMARANO, A.A. **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMPELO E PAIVA, S. O. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

CÂNEDO, L. B. **A Revolução Industrial**: tradição e ruptura. Adaptação da economia e da sociedade rumo a um mundo industrializado. 3. ed. São Paulo: Atual, 1987.

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. Concepção sobre pobreza e alguns desafios para a intervenção social. **Serviço Social & Sociedade**, Ano XXVI, nov. 2005.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento e Direitos dos Idosos na América Latina e no Caribe**. 2019. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/orgaos-subsidiarios/conferencia-regional-intergovernamental-envelhecimento-direitos-idosos-america>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Assistentes sociais contra os novos cortes no orçamento Federal para 2019**. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1505>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

CORTELLETTI, I. A. Universidade: sua função social na promoção da velhice. In: CASARA, M. B., CORTELLETTI, I. A., BOTH, A. **Educação e envelhecimento humano**. Rio Grande do Sul: EDUCS, 2006.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Universidade de São Paulo, FAPESP, 2012.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FELIX, J. O idoso e o mercado de trabalho. In: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. **Política Nacional do Idoso**: velhas e novas questões. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

FORTIN, M. **Fundamentos e etapas do processo de investigação**. Loures: Lusordidatica, 2009.

GIACOMIN, K. C. Envelhecimento populacional e os desafios para as políticas públicas. In: BERZINS, M. V.; BORGES, M. C. (Org.). **Políticas Públicas para um país que envelhece**. São Paulo: Martinari, 2012.

GRANEMANN, S. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: **Serviço Social**: direitos e competências profissionais. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2009, p. 223-238.

HADDAD, E. G. de M. **A ideologia da velhice**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HERNANDEZ SAMPIERI, R. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2005.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IBGE. **Em 2017 a expectativa de vida era de 76 anos**. Rio de Janeiro, 2018a. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de->

imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23200-em-2017-expectativa-de-vida-  
era-de-76-anos>. Acesso em: 9 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas de gênero**. Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro, 2018b. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf)>. Acesso em: 17 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Projeção da população**. Rio de Janeiro: 2008. Disponível em: <[https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao\\_da\\_populacao/2008/piramide/piramide.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/piramide/piramide.shtm)> Acesso em: 20 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018c/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2018c.

\_\_\_\_\_. **Taxa de sindicalização dos trabalhadores brasileiros cai para 14,4%, a menor desde 2012**. Rio de Janeiro, 2018d. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22952-taxa-de-sindicalizacao-dos-trabalhadores-brasileiros-cai-para-14-4-a-menor-desde-2012>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

IPEA. **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=33410&Itemid=432](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432)>. Acesso em: 17 jan. 2019.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. 3. ed. Trad.: Fernando Costa Mattos. Petrópolis: Vozes, 2013.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2. ed. Trad.: Célia Neves e Alderico Toríbio. Revisão: Célia Neves. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KURZ, R. **A expropriação do tempo**. 1999. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/journal/k/kurz2.doc>>. Acesso em: 9 jun. 2016.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LIMA, A. M. M.; SANGALETI, C. T. **Cuidar do idoso em casa**: limites e possibilidades. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social** 2. Trad.: Nélcio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielm Fortes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAGALHÃES, D. N. **A invenção social da velhice**. Rio de Janeiro: Ed. Papagaio, 1989.

MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. 1. ed. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. O método da economia política. In: FERNANDES, Florestan (org.). **Marx e Engels** - História. São Paulo: Ática, 1989. (Textos originais de Marx e Engels).

\_\_\_\_\_. **Folhetim salário, preço e lucro**. 1865. Disponível em: <[http://www.pstu.org.br/sites/default/files/biblioteca/marx\\_salario.pdf](http://www.pstu.org.br/sites/default/files/biblioteca/marx_salario.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual da história oral**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

NERI, A. L. As políticas de atendimento aos direitos da pessoa idosa expressas no Estatuto do Idoso. **A terceira idade (SESC)**, São Paulo, v. 16, n. 34, p. 7-24, out. 2005.

\_\_\_\_\_. Feminização da velhice. In: NERI, A. L. (org). **Idosos no Brasil**: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. **Uma face contemporânea da barbárie**. In: Encontro Internacional "Civilização ou Barbárie", Serpa, 2010. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/3436/2657>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Banco Mundial alerta para as desigualdades de renda no Brasil**. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/banco-mundial-alerta-para-desigualdades-de-renda-no-brasil/>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **OMS: expectativa de vida sobe 5 anos de 2000 a 2015 no mundo, mas desigualdades persistem**. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/oms-expectativa-de-vida-sobe-5-anos-de-2000-a-2015-no-mundo-mas-desigualdades-persistem/>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2017). **World Population Prospects: The 2017 Revision, Key Findings and Advance Tables**. 2017. Disponível em: <[https://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/WPP2017\\_KeyFindings.pdf](https://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/WPP2017_KeyFindings.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Plano de Ação Internacional de Viena Sobre o Envelhecimento**. 1982. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/e-psico/publicas/humanizacao/prologo.html>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Envejecimiento activo: um marco político**. Madrid, 2002.

PERES, M. A. C. **Velhice, trabalho e cidadania: as políticas da terceira idade e a resistência dos trabalhadores idosos à exclusão social**. 2014. 372 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PRATES, J. C. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de inspiração Marxiana. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 2, v. 2, dez. 2003. Acesso em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/948/728>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

PEIXOTO, C. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. In: BARROS, M. M. L. (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

POLTRONIERI, C.F. **Rememorando vidas: lembranças de velhos trabalhadores**. 2014. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. UNESP/Franca - SP.

QUEIROZ, H. A. A superexploração da força de trabalho no Brasil: contribuições para a administração política no entendimento da particularidade do capitalismo brasileiro. In: **Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 4, n. 10, p. 760-822, ago. 2017. Disponível em: <<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/3982>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SANTOS, M. F. **A valorização social da memória e experiência de vida na ótica da pessoa idosa**. 2017. 175f. Dissertação de Mestrado Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Secretaria de Desenvolvimento Social**. 2019. Disponível em: <[http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/programas\\_spamigodoidoso](http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/programas_spamigodoidoso)>. Acesso em: 11 fev. 2019.

SERAFIM, M. P.; DIAS, R. F. Análise de política: uma revisão da literatura. In **Cadernos Gestão Social**, v. 3; n. 1, jan.-jun. 2012.

SILVA, J. F. Pesquisa e Serviço Social: contribuições à crítica. In: **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 238-252, ago./dez. 2015. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewArticle/21773>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

SILVA, L. R. F. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 155-168, jan.-mar. 2008.

SILVA, F. M.; SILVA, A. T. D.; ROCHA, R. A. Onde estão as UNTI das Universidades Públicas Federais do Brasil. In: XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária. **Anais...** Mar Del Plata: 2017.

SOARES, N.; FARINELLI, M. R.; LIPORONI, A. A. R. de C. **Conselho de direito: uma análise do controle democrático e a participação social dos velhos trabalhadores**. In: COSTA, Joice S., Franca: UNESP, 2017.

SOARES, N. Prefácio. In: DÁTILO, G. M. P. de A.; CORDEIRO, A. P. (org.). **Envelhecimento humano: diferentes olhares**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

SOARES, N.; DI GIANNI, V. M. UNATI/ Franca: construindo cidadania na era do envelhecimento. In: JOSÉ FILHO, M.; SOARES, N. (org.). **UNATI: construindo cidadania**. Franca: Unesp/FHDSS, 2008.

SOARES, N.; POLTRONIERI, C.F.; COSTA, J. S. Repercussões do envelhecimento populacional para as políticas sociais, 2014. In: **Argumentum**, Vitória (ES), v. 6, n. 1, p. 133-152, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/7474/576>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira. In: **Argumentum**, v. 1; n. 1; p. 63-77; jul.-dez., 2009.

\_\_\_\_\_. **Envelhecimento e trabalho no tempo de capital: implicações para a proteção social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRIVIÑOS, A. N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** pesquisa qualitativa em educação. 1. ed. 20 reimp. São Paulo: Atlas, 2011.

ZIMERMAN, G. I. **Velhice:** aspectos biopsicossociais. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

## **APÊNDICES**

## **APÊNDICE A - ROTEIRO BASE PARA RELATOS**

- 1 - O que é o trabalho?
- 2 - Qual o papel do trabalho na trajetória de vida?
- 3 - Percepção pessoal do processo de produção e reprodução social da sociedade capitalista.
- 4 - Mérito pessoal - culpabilização pessoal
- 5 - Percepção de pertencimento às classes sociais.
- 6 - O que é o tempo? A quem ele pertence?
- 7 - Relação tempo de vida e tempo de trabalho.
- 8 - Velho(a) ou idoso(a)
- 9 - Dificuldades vivenciadas durante a vida.
- 10 - Êxitos obtidos durante a vida
- 11 - O que é a velhice?
- 12 - Visão sobre o próprio processo de envelhecimento e velhice.
- 13 - Percepção geral sobre a questão do envelhecimento e velhice.
- 14 - Visão sobre o Programa frequentado.

**APÊNDICE B - CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO**

Nome da Instituição:

Data de criação:

Serviços Prestados:

Número de idosos(as) usuários(as):

Objetivos do Programa/Projeto:

Composição da equipe:

Frequência média das atividades:

Critérios de inclusão/exclusão:

Informações complementares

**ANEXO**

**ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

NOME DO PARTICIPANTE: \_\_\_\_\_

DATA DE NASCIMENTO: \_\_/\_\_/\_\_. IDADE: \_\_\_\_\_

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_ SEXO: M ( ) F ( )

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

BAIRRO: \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_ ESTADO: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ FONE: \_\_\_\_\_.

Eu,

\_\_\_\_\_,  
 declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma  
 suficiente a respeito da pesquisa: \_\_\_\_\_. O projeto de pesquisa será  
 conduzido por \_\_\_\_\_, do Programa de Pós-Graduação em  
 \_\_\_\_\_, orientado pelo Prof. (a). Dr(a) \_\_\_\_\_  
 pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita  
 Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C. Franca. Estou ciente  
 de que este material será utilizado para apresentação de: Tese, observando os  
 princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e  
 discrição. \_\_\_\_\_ Fui esclarecido sobre os  
 propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia  
 do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado  
 de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, de de .

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
 Pesquisador Responsável (assinatura)

Nome

Endereço:

Tel:

E-mail:

\_\_\_\_\_  
 Orientador (assinatura)

Prof. (a) Dr. (a)

Endereço:

Tel:

E-mail: